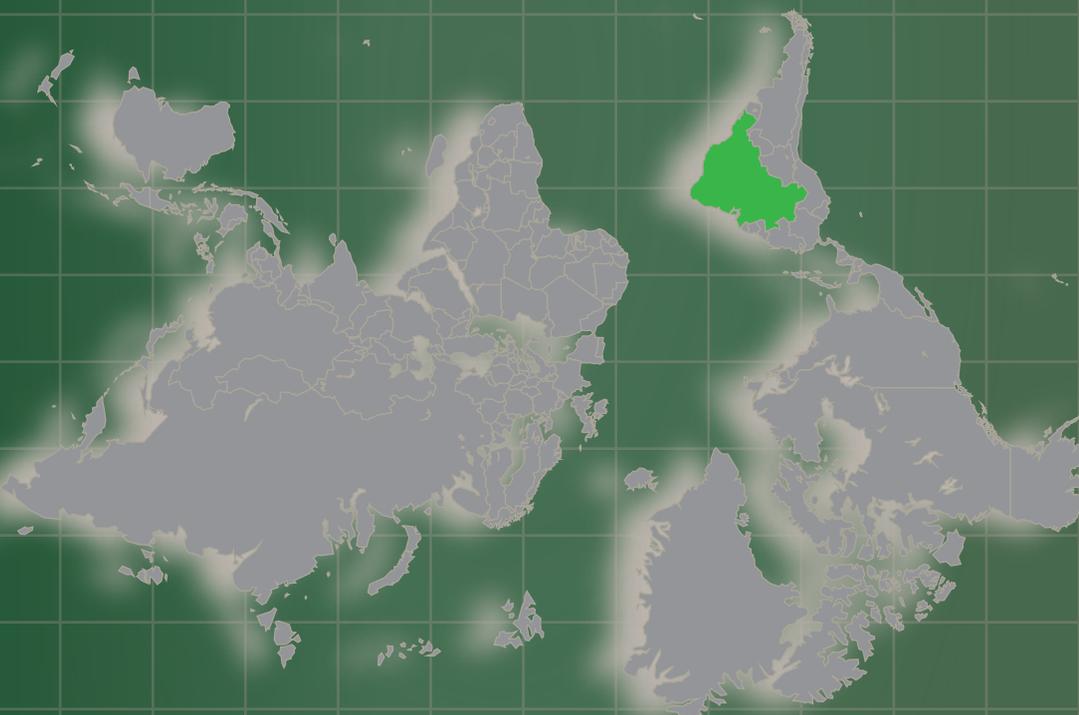


Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição

Perpétua Almeida
Luciana Acioly
André Bojikian Calixtre



Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição

Perpétua Almeida
Luciana Acioly
André Bojikian Calixtre



Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional (CREDN)
Câmara dos Deputados

ipea
Por um Brasil desenvolvido



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e de programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente, Substituto

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

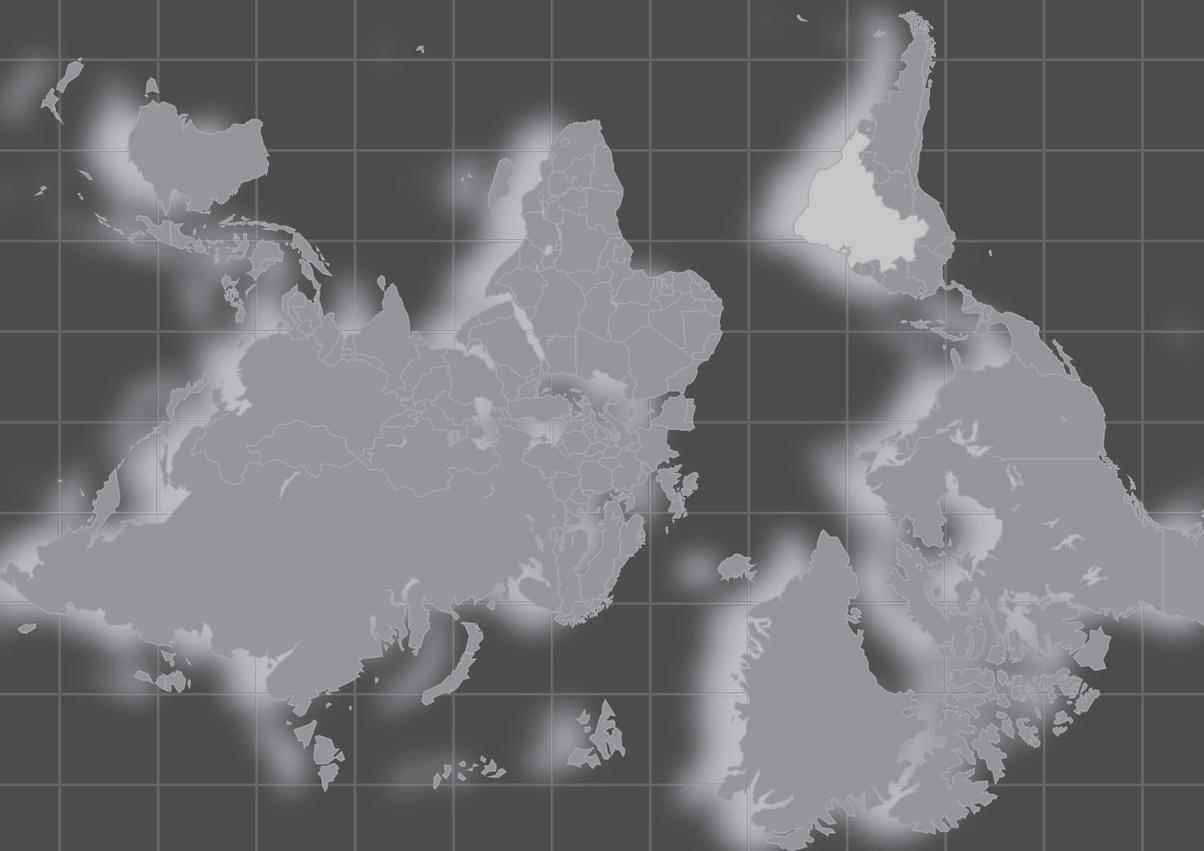
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição

Perpétua Almeida
Luciana Acioly
André Bojikian Calixtre



Comissão de Relações Exteriores
e de Defesa Nacional (CREDN)
Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

ipea

Rio de Janeiro, 2014

Os desafios da política externa brasileira em um mundo em transição/
Organizadores Perpétua Almeida, Luciana Acioly, André Bojikian Calixtre – Rio
de Janeiro : Ipea, 2014.

240 p.

ISBN 978-85-7811-197-7

1. Política Exterior 2. Cooperação Internacional 3. Mercosul 4. Brasil I. Almeida,
Perpétua II. Acioly, Luciana III. Calixtre, André Bojikian IV. Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada.

CDD 327.981

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE 1	
ABERTURA	13
Perpétua Almeida e Marcelo Côrtes Neri	
Apresentadora: Letícia Rocha	
Expositor: Antônio de Aguiar Patriota	
PARTE 2	
O MERCOSUL E A UNASUL: DESAFIOS PARA O APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA	39
Apresentadora: Perpétua Almeida	
Coordenador: Taumaturgo Lima	
Expositores: Marco Aurélio Garcia, Antonio José Ferreira Simões, Pedro Barros, Ronaldo Carmona e Ivan Ramalho	
PARTE 3	
O CONTEXTO GEOPOLÍTICO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	71
Coordenador: Eduardo Azeredo	
Expositores: Samuel Pinheiro Guimarães, Reginaldo Mattar Nasser, Maria Edileuza Fontenele Reis, Cristina Pecequillo e Paulo Daniel Elias Farah	
Relatora: Leila Bijos	
PARTE 4	
CRISE E REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL	105
Apresentadora: Perpétua Almeida	
Coordenador: Cláudio Cajado	
Expositores: Luiz Eduardo Melin, José Carlos de Souza Braga, Luís Antonio Balduino Carneiro e José Augusto Coelho Fernandes	
Relator: José Romero Pereira Júnior	
PARTE 5	
O BRASIL E A GEOPOLÍTICA DA ENERGIA	135
Apresentadora: Perpétua Almeida	
Coordenador: Alfredo Sirkis	
Expositores: Luiz Alberto Figueiredo Machado, Helder Queiroz Pinto Júnior, Haroldo Lima e Darc Costa	
Relator: Wilson de Jesus Bezerra de Almeida	

PARTE 6

O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO 169

Apresentadora: Perpétua Almeida

Coordenadora: Jaqueline Roriz

Expositores: Fernando José Marroni de Abreu, Helder Mutéia, João Brígido Bezerra de Lima e Paulo Visentini

Relatora: Priscila dos Santos

PARTE 7

ASCENSÃO DA CHINA: DESAFIOS PARA O BRASIL 203

Apresentadora: Perpétua Almeida

Coordenador: Leonardo Gadelha

Expositores: Affonso Celso de Ouro Preto, Elias Jabbour, Luciana Acioly e Luís Antonio Paulino

Relator: Creomar Lima Carvalho de Souza

APRESENTAÇÃO

Vivemos em um mundo em intensa mudança e felizmente participamos de um Brasil que é referência para essas transformações, pois é um dos poucos países que combinou, na década recente, crescimento econômico com redução das desigualdades. Nessa referência internacional, o Brasil é uma das nações que mais se integrou econômica e politicamente ao mundo globalizado, ampliando suas tradições diplomática de negociação em paz e de respeito pelos mecanismos multilaterais (regionais e mundiais) de concertação entre Estados. Essa expansão característica da política externa do país na última década esteve à altura do seu esforço doméstico para superar os principais obstáculos econômicos e sociais que afastavam parte da população dos exercícios básicos da cidadania. Além disso, também se constituiu como fonte de inovações para a Política Externa Brasileira (PEB). O avanço da integração sul-americana, a nova geometria de alianças de países nos mecanismos multilaterais (G-20 agrícola, G-20 financeiro, BRICS, Ibas, entre outras novas siglas) e a mudança do centro dinâmico do crescimento global para a Ásia são exemplos dos acontecimentos que marcaram a década de 2000 e continuam nos dias de hoje.

Esse significativo movimento interno e externo do Brasil criou novos e enfrentou velhos desafios, que precisam ser cada vez mais conhecidos e analisados. Nesse sentido, foi de grande valia para o Ipea ter organizado, nos dias 18 e 19 de setembro de 2012, o seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição, em parceria estratégica com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. Os resultados das intervenções de autoridades e especialistas, ocorridas nesse seminário, estão compilados neste livro, que, com o intuito de registrar e sintetizar o que disseram atores que exerceram ou exercem papel relevante na condução e na pesquisa sobre a PEB – a partir de uma exposição descritiva das palestras realizadas durante o seminário e colhidas por meio de notas taquigráficas –, apresenta os limites e as possibilidades de mais de uma

década de uma política externa que, ativa e ativamente, superou as dificuldades impostas pela nova ordem global.

Boa leitura.

Sergei Suarez Dillon Soares
Presidente Substituto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

INTRODUÇÃO

Perpétua Almeida*
Luciana Acioly**
André Bojikian Calixtre***

O seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição foi realizado nos dias 18 e 19 de setembro de 2012, fruto da parceria entre a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e o Ipea.

Há dez anos, a CREDN realizou o seminário intitulado Política Externa do Brasil para o século XXI. De agosto de 2002, quando foi realizado o seminário, até a presente data, o Brasil mudou, mudaram os governos, alterou-se a diplomacia internacional, o país realinou-se em novos conceitos.

Assim, vale lembrar que a primeira década do século XXI foi marcada por uma série de acontecimentos, como a guerra ao terror, a ascensão chinesa e das nações do entorno de seu território, a mudança nos termos de troca em favor dos países produtores de bens primários, ocorrida também pela dinâmica extraordinária de crescimento entre 2003 e 2007, pela crise financeira sistêmica a partir do quarto trimestre de 2008 e pela recuperação do crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Esses fenômenos todos vêm sinalizando modificações estruturais no sistema econômico e político mundial, fruto da configuração de uma nova divisão internacional do trabalho.

* Deputada pelo Partido Comunista do Brasil do Acre (PCdoB-AC) e presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea e doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-SP).

*** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dinte/Ipea e Chefe da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea.

A despeito da elevada concentração e hierarquização do poder e da riqueza, essa nova divisão do trabalho que está em curso cria condições para a emergência de novos agentes representativos no cenário internacional. Nesse sentido, o sistema mundial encontra-se em ponto de inflexão histórica, em que convivem múltiplas dimensões econômico-produtivas e de ordenação da relação entre as potências, ainda que a governança global permaneça unipolar, dado o poder econômico e militar dos Estados Unidos.

Faz-se ainda necessário compreender melhor as potencialidades e as ameaças que se colocam a um melhor reposicionamento do Brasil nesse novo sistema que se configura. A discussão sobre os instrumentos de que dispõe o Estado brasileiro para realizar sua política externa torna-se fundamental nesse contexto.

Foi na direção destas questões que o seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição foi pensado, e esta publicação correspondente foi elaborada. A discussão, que agora toma a forma de livro, está dividida em sete partes. A primeira corresponde ao painel de abertura do seminário e traz considerações sobre a política externa brasileira, tema de conferência proferida pelo ministro das Relações Exteriores, embaixador Antonio Patriota. A segunda parte tem como foco a discussão sobre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e os principais desafios para o aprofundamento da integração sul-americana. A terceira parte analisa o contexto geopolítico internacional e o que ele pode significar para a política externa brasileira. A quarta parte destina-se a discutir a crise financeira internacional eclodida em 2008 e a questão da reforma do sistema financeiro internacional. O Brasil e a geopolítica da energia é o tema central da quinta parte deste livro. A sexta e a última parte trazem para o debate, respectivamente, o Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento e a ascensão da China no cenário global.

Alguns esclarecimentos devem ser feitos a respeito desta publicação. Para a elaboração deste livro foram utilizadas notas taquigráficas. As falas dos palestrantes e dos coordenadores de mesa foram conservadas ao máximo na sua forma original (linguagem oral), para manter a fidelidade da mensagem. Entretanto, em alguns momentos, os organizadores desta publicação precisaram completar ou inserir comentários/esclarecimentos

para garantir maior fluidez e aproveitamento da leitura. Nesses casos, as inserções/esclarecimentos estão devidamente identificados. Encontram-se nas notas de rodapé ou no próprio texto entre colchetes. Nos trechos em que a transcrição das falas não foi clara ou houve supressão de frases ou palavras por motivos técnicos ou de entendimento, o leitor encontrará reticências entre parênteses.

A organização deste livro, bem como o seminário que lhe deu origem, não teria sido possível sem o envolvimento de várias pessoas e instituições. Portanto, não se poderia deixar de agradecer ao pesquisador Ronaldo Carmona – que, desde as primeiras conversas, esteve presente na concepção, proposição e na própria organização do evento – e aos palestrantes em geral.

Indispensável foi a participação ativa dos deputados que coordenaram as mesas do seminário: Taumaturgo Lima, do Partido dos Trabalhadores do Acre (PT-AC); Eduardo Azeredo, do Partido da Social Democracia Brasileira de Minas Gerais (PSDB-MG); Claudio Cajado, dos Democratas da Bahia (DEM-BA); Alfredo Sirkis, do Partido Verde do Rio de Janeiro (PV-RJ); Jaqueline Roriz, do Partido da Mobilização Nacional do Distrito Federal (PMN-DF); e Leonardo Gadelha, do Partido Social Cristão da Paraíba (PSC-PB).

Agradecimentos também à Mesa Diretora do Legislativo, que apoiou essa iniciativa, principalmente por intermédio dos gabinetes do presidente Marco Maia e da vice-presidente Rose de Freitas.

Ao presidente do Ipea, Marcelo Côrtes Neri, pelo apoio ao projeto. Também aos pesquisadores da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte/Ipea), Rodrigo Fracalossi de Moraes e André Pineli.

Aos parceiros das universidades, especialmente à pró-reitora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), professora Beatriz Maria Eckert-Hoff; ao reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB), Cícero Ivan Ferreira Gontijo, e ao professor Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros; e ao diretor do *campus* da Universidade Paulista (UNIP), Pedro Paulo de Moraes. A todos os estudantes dessas instituições que estiveram presentes durante todo o evento.

Aos servidores da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, pela dedicação e muitas horas trabalhadas para possibilitar a realização do seminário, lembrando, nominalmente, Antonio Alves Ferreira Júnior, Clesione Alves Gomes, Elizabeth Gomes de Lima Santos, Elizeth Gomes de Lima, Kaciane Karine Fuziger, Karina Oliveira, Paulo de Tarso Akel Lima, Paulo Cesar Ferraz, Renata Amorim, Roberto Carneiro Duarte, Sebastião Cleto Sousa Spotto, Silnara Batista Carvalho, Silvia Fernanda Araújo dos Santos e Vanessa Marques Rodrigues.

Agradecimento especial a todos os órgãos do Legislativo, sobretudo o Departamento de Comissões, o Serviço de Cerimonial, a Secretaria de Comunicação Social, a Coordenação de Audiovisual. Ao pessoal do som, dos serviços gerais, da limpeza, entre outros, que deram o suporte necessário para a realização exitosa desse encontro.

A todos os participantes do seminário, que tornaram o debate sobre política externa tão rico e estimulante para todos nós.

PARTE 1

ABERTURA

Perpétua Almeida*
Marcelo Côrtes Neri**

Exposição
Antônio de Aguiar Patriota***

Apresentação
Letícia Rocha****

Letícia Rocha – Senhoras e senhores, boa tarde.

Damos início ao seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição, uma iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, em parceria com o Ipea.

Este seminário tem o objetivo de promover uma discussão acerca das transformações atualmente em curso no cenário internacional e dos desafios e oportunidades que se colocam para o Brasil.

Durante os dois dias de debates, espera-se que os participantes das universidades, institutos de pesquisas e outros centros tenham papel importante na elaboração de subsídios para uma agenda de políticas relacionadas ao tema.

Convidamos para compor a mesa de abertura a senhora presidente da CREDN da Câmara dos Deputados, deputada Perpétua Almeida; o senhor ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Antônio de Aguiar Patriota; o senhor presidente do Ipea, Marcelo Neri; o senhor assessor especial

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB-AC).

** Presidente do Ipea.

*** Ministro das Relações Exteriores.

**** Mestre de cerimônia.

para assuntos internacionais da Presidência da República, professor Marco Aurélio Garcia; a senhora pró-reitora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), professora e doutora Beatriz Maria Eckert-Hoff; e o senhor professor e doutor da Universidade Católica de Brasília (UCB), Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros, neste ato representando o reitor doutor Cícero Ivan Ferreira Gontijo e o senhor diretor do *campus* da Universidade Paulista (UNIP), doutor Pedro Paulo de Moraes.

Convocamos todos os presentes para ouvirem o Hino Nacional.

Com a palavra, a senhora presidenta da CREDN da Câmara dos Deputados, deputada Perpétua Almeida.

Perpétua Almeida – Boa tarde, senhoras e senhores. Para nós, da CREDN da Câmara dos Deputados, é um prazer muito grande recebê-los. Aliás, temos a Casa cheia num período de quase recesso. No entanto, a sociedade brasileira, as instituições e a academia aqui presentes percebem que, apesar desse nosso quase recesso, o tempo não para e o mundo está em constante mudança. Por isso a importância de realizarmos um evento como este.

Gostaria de agradecer aos senhores a presença. Peço desculpas pela ausência registrada de última hora do presidente Marco Maia, que teve de sair da Casa por conta de uma emergência.

Agradeço especialmente ao ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. Sei que todo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), todo o Itamaraty está na árdua tarefa de organizar a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), e o ministro escolhe este momento para estar aqui e prestigiar este debate tão importante.

Gostaria de agradecer também, com a mesma ênfase e o mesmo sentimento de gratidão, ao ministro Marco Aurélio Garcia, assessor especial de Assuntos Internacionais da Presidência da República, e ao ilustríssimo senhor Marcelo Neri, presidente do Ipea que, junto com a CREDN, está organizando e realizando este seminário.

Senhoras e senhores parlamentares, já temos aqui presentes mais de cinquenta embaixadores e, à medida que o seminário for se realizando, faremos questão de registrar a presença de cada um; senhoras e senhores reitores de universidades que compõem a mesa e que fazem parceria;

colegas do Instituto Rio Branco (IRBr); universitários dos diversos cursos; brasileiros e brasileiras, há dez anos a CREDN, exatamente neste auditório, realizou seminário intitulado Política Externa do Brasil para o Século XXI. De agosto de 2002, quando foi realizado o seminário, até a presente data, o Brasil mudou, mudaram os governos, alterou-se a diplomacia internacional, realinharam-se novos conceitos.

Assim, vale lembrar que a primeira década do século XXI foi marcada pela Guerra ao Terror, pela ascensão chinesa e de seu território no entorno asiático, pela mudança nos termos de troca em favor dos países produtores de bens primários, pela dinâmica extraordinária de crescimento entre 2003 e 2007, pela crise financeira sistêmica a partir do quarto trimestre de 2008 e pela recuperação do crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

Esses fenômenos vêm sinalizando modificações estruturais no sistema econômico e político internacional, fruto da configuração de uma nova divisão internacional do trabalho.

A despeito da elevada concentração e hierarquização do poder e da riqueza, a divisão de trabalho em curso cria condições para a emergência de novos agentes representativos no cenário internacional, tais como Brasil, Índia, Rússia, África do Sul e, especialmente, China. A crise internacional de 2008 parece não ter interrompido esse processo, mas sim reforçado tais tendências.

Nesse sentido, o sistema mundial encontra-se em ponto de inflexão histórica, em que convivem múltiplas dimensões econômico-produtivas e de organização da ordem internacional, ainda que a governança global permaneça em grande medida unipolar, dado o poder econômico e militar dos Estados Unidos.

Faz-se ainda necessário compreender melhor as potencialidades e as ameaças que se colocam a um melhor reposicionamento do Brasil no novo sistema internacional que se configura. Essa discussão remete à compreensão dos instrumentos de que dispõe o Estado brasileiro para realizar sua política externa, ao mesmo tempo em que esta é fortemente influenciada pelas transformações atualmente em curso.

É com esse espírito que a CREDN da Câmara dos Deputados, junto com o Ipea, realiza o seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição. O objetivo do presente seminário é promover a

discussão pública acerca das transformações atualmente em curso no cenário internacional e dos desafios e oportunidades que se colocam para o Brasil.

Serão seis painéis, tratando dos seguintes temas: *O Mercosul e a Unasul: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana*; *O contexto geopolítico internacional e os desafios à política externa brasileira*; *Crise e reforma do sistema financeiro internacional*; *O Brasil e a geopolítica da energia*; *O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento*; e ainda *Ascensão da China: desafios para o Brasil*.

Acerca do primeiro tema, *O Mercosul e a Unasul: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana*, tem-se por objetivo discutir o papel dessas duas instituições centrais nas dinâmicas regionais e na política externa brasileira. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), muito embora enfrente diversos obstáculos ao aprofundamento das relações entre seus integrantes, é um processo regional irreversível. No período de sua existência, o bloco logrou aprofundar as relações econômicas e políticas entre seus membros, assim como consolidou o perfil cooperativo das relações interestaduais no Cone Sul.

A União de Nações Sul-Americanas (Unasul), cujo tratado constitutivo foi assinado em 2008, busca o estreitamento das relações entre todos os países da América do Sul, integrando, assim, o Mercosul, a Comunidade Andina de Nações, o Chile, a Guiana e o Suriname em um bloco único. A Unasul possibilita o aprofundamento de relações cooperativas em diversos temas, como infraestrutura, educação, saúde, energia, financiamento do desenvolvimento, ciência e tecnologia, combate ao narcotráfico e defesa, entre outras questões.

A segunda mesa, intitulada *O contexto geopolítico internacional e os desafios à política externa brasileira*, busca debater os grandes desafios e oportunidades para o Brasil, que são advindos das atuais mudanças em curso no sistema internacional. Os Estados Unidos, por seu peso econômico, tecnológico e militar, certamente permanecerão como um país central nos rumos das relações internacionais nas próximas décadas. A União Europeia (UE) e seus países-membros, embora enfrentem uma crise de grandes proporções, também serão peças-chave na nova ordem internacional.

Embora os Estados Unidos e o Japão, bem como a Europa, tendam a manter grande importância no cenário internacional, observa-se que o peso

relativo do mundo emergente é crescente, processo atualmente responsável por transformar a ordem internacional.

Nesta mesa, temos o ministro Marco Aurélio Garcia que, depois da abertura e da fala do ministro Patriota, será um dos condutores do debate.

Na terceira etapa deste ciclo de palestras, o tema central é *Crise e reforma do sistema financeiro internacional*, tendo em vista os impactos do colapso dos mercados financeiros em 2008 que se abateram fortemente sobre todos os países e ainda podem ser sentidos até hoje.

O quarto tema a ser debatido neste seminário é a posição do Brasil diante da geopolítica da energia. Com o surgimento, nas últimas décadas, de novos polos mundiais de crescimento econômico, sobretudo na Ásia e na América Latina, a questão energética passa a ocupar destaque cada vez maior na agenda política internacional.

Na quinta etapa deste seminário será discutido o papel desempenhado pelo Brasil na cooperação internacional para o desenvolvimento.

Essa cooperação se refere aos recursos econômicos e humanos destinados pelo Brasil a outros governos e organizações internacionais, com o propósito de contribuir para o progresso econômico e social de suas populações.

Por fim, o sexto painel versará sobre a *Ascensão da China: desafios para o Brasil*.

Após três décadas de crescimento econômico contínuo, a taxas extremamente elevadas, o dragão chinês já se tornou a segunda maior economia do mundo e os impactos de suas decisões econômicas e políticas também se fazem sentir de forma cada vez mais intensa em nível global. São nítidos os reflexos positivos da ascensão chinesa para as economias ricas em recursos naturais, a exemplo do Brasil, cuja rápida expansão nas exportações de *commodities* para a China propiciou um longo ciclo de crescimento.

Senhoras e senhores, este é um momento que para a Câmara dos Deputados traz o debate do mundo e da atualidade.

Do último seminário até aqui foram dez anos de mudança do Brasil e da política externa brasileira. Por isso, a importância da presença de todos aqui.

Agradeço a todos a presença e declaro aberto o seminário. Muito obrigada.

Fará agora o uso da palavra o senhor presidente do Ipea, Marcelo Neri.

Marcelo Côrtes Neri – Boa tarde. É um enorme prazer estar aqui de volta a esta Casa, a Casa do Brasil. Antes de tudo, saúdo o senhor ministro Antônio Patriota, o senhor Marco Aurélio Garcia, a senhora deputada Perpétua Almeida, por meio da qual saúdo todos os presentes.

É uma satisfação para o Ipea apoiar e participar dessa atividade. Esta não é uma área que pertence ao meu conjunto de conhecimento. Sou um pesquisador da área social. Agora, estou à frente do Ipea.

Então, vou falar de uma perspectiva mais leiga das constantes mudanças que o país tem passado do que da visão de um especialista.

Outro dia, estava em um seminário com dois *scholars seniors*: Cândido Mendes e Hélio Jaguaribe. Perguntei a eles o seguinte: “É impressão minha ou o mundo está num ritmo de mudança muito diferente do que era antes?” Ao viver-se a cena acha-se que é uma impressão de quem está no meio do processo e conclui que realmente o mundo está mudando muito.

Acho que as mudanças que temos observado na frente externa estão bastante em sincronia com o calendário gregoriano das décadas, como as que ocorreram em 2001, quando o mundo sofreu uma inflexão muito grande a começar por *11 de setembro*, data muito lembrada nos últimos dias, pela importância do acontecimento. Acho que *11 de setembro* está para o mundo de hoje como o Cavalo de Troia esteve em outros tempos. A diferença é que assistimos ao vivo e em cores a todos esses acontecimentos. Eles nos marcam muito mais profundamente.

Então, essa é uma marca do nosso tempo. Isso não diz muito respeito a nós como país, mas diz respeito a nós como parte do mundo.

O que está mais diretamente relacionado a nós como país é a constituição do BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China). Em 2001, foi criado esse termo a partir das iniciais dos países. Entramos como um grupo de grandes países emergentes. À época, eu, particularmente, nem achava que o Brasil merecia tal honra. Talvez a Turquia merecesse mais do que o Brasil.

BRIC parecia algo mais sólido do que “TRIC”. O fato é que participamos e depois fizemos jus ao nome.

Essa visão do BRIC é algo que tem enriquecido muito. Diferentemente das visões de blocos de comércio e outros aspectos, que são muito importantes, por questão de segurança relativamente aos vizinhos etc., o BRIC nos força a conhecer grupos, pessoas e países muito distantes, que tínhamos pouco conhecimento até então. Eu, que não atuo na área de política externa, tive oportunidade, nos dois últimos anos, de visitar todos os países que fazem parte do BRIC nessa troca de conhecimento, como política social, bolsa família, e outras políticas. Então, é um exemplo de trocas muito efetivas.

Acho que o BRIC é interessante, primeiro, porque são poucos países que congregam 40% da população mundial e, na minha área, é metade dos povos do mundo. Então, se quisermos pensar em termos de combater a pobreza mundial, esses são os países mais importantes. Metade da pobreza mundial está reunida nesses países. É um grupo pequeno, cabe na palma da mão. Nessa mão, conseguimos falar sobre grandes grupos, de diferentes grandes grupos da humanidade. Temos representante da Índia, da China, da África, do Velho Continente, da Rússia – talvez falte alguém do Oriente Médio para compor esse quadro – e nós, membros integrantes do Novo Mundo.

O BRIC tem sido uma fonte de trabalho e de experiências práticas muito importantes. Acho que o Brasil se insere nesse grupo de maneira bem diferente.

Se considerarmos o BRIC como dois terços dos países do mundo, a desigualdade interna desses países tem aumentado. E a desigualdade no Brasil tem caído numa velocidade nunca antes observada em nossas séries históricas, que não são tão distantes, pois começam em 1960. Mas a desigualdade, desde 2001, que é um marco também nas séries de desigualdades brasileiras, vem caindo. Basta dizer que, por exemplo, os 20% mais ricos do Brasil crescem menos do que qualquer outro país do BRIC, qualquer um deles. Contudo, os 20% mais pobres do Brasil crescem mais do que qualquer outro país do BRIC, mesmo a China. Essa já é uma disputa mais apertada. Então, o Brasil é muito diferente dos outros países do BRIC pela tendência de desigualdade.

Acho que o Brasil é um país interessante do ponto de vista internacional, para minha surpresa, e talvez também para os senhores. O Brasil acaba

sendo uma boa média do mundo. Se compararmos a desigualdade mundial e a desigualdade brasileira, veremos que são muito parecidas. E não só a desigualdade, a renda média brasileira ajustada pelo custo de vida é muito próxima da renda média mundial. O Brasil é uma boa maquete do mundo, apesar de ainda sermos muito desiguais. Ele sintetiza bem isso.

Foi feito estudo recente sobre a inclusão digital do Brasil e verificou-se que é muito próxima da média mundial. Então, o Brasil é um pouco um resumo do mundo na sua diversidade interna.

Para terminar, um tema que aprendi ao ouvir as falas dos diplomatas e das pessoas das relações exteriores.

Em minha opinião, o Brasil nunca vai poder comparar-se – e falo isso até com certa tristeza – à China ou à Índia relativamente ao seu poder econômico. Trata-se de questão de tamanho, de escala física e populacional.

Acho que a grande força do Brasil é simbólica. O que se usa na área é o *soft power*, é o exemplo, é aquele povo que talvez não seja tão poderoso, mas é admirado, é gostado. Eu acho que isso é muito o fruto dessa tradição da diplomacia brasileira, que há tantos anos, pelo menos desde a criação das Nações Unidas, tem esse papel, essa visão.

Recentemente, olhando os dados brasileiros, descobri por que esse termo, criado há setenta anos: “o país do futuro”; por que somos vistos dessa forma – e, às vezes, até gozados porque sempre seremos o país do futuro. A última década mostra que estamos de fato cumprindo o nosso destino. Se, numa comparação de 158 países, fizermos esse levantamento em cima de uma base de dados internacional, e for pedida à população uma nota de zero a dez pela sua satisfação, o que se espera ter daqui a cinco anos – uma pergunta simples e direta, de zero a dez –, o Brasil, em todas as cinco vezes que essa pesquisa foi feita, foi o país que apresentou o maior nível de felicidade reportada para o mundo; na última vez a pontuação foi 8.7. Então, isso capta um pouco desse espírito brasileiro: brasileiro, profissão: esperança. Eu acho que é esse o papel que a diplomacia brasileira, com muita habilidade, consegue: mediar conflitos, seguindo essa espécie de caminho do meio.

Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de o Ipea participar desse grande evento, e coloco o Instituto à disposição de causas como esta.

Muito obrigado.

Conferência de Abertura

A Política Externa Brasileira no Atual Contexto Geopolítico Internacional

Antônio de Aguiar Patriota

Queria, em primeiro lugar, parabenizar a deputada Perpétua Almeida pela organização deste seminário; agradecer-lhe pelo convite para participar desse segmento. Na verdade, eu valorizo muito essas vindas ao Congresso, às vezes em diferentes situações. Mas nos últimos meses, na verdade, eu tenho estado aqui com alguma frequência. Visitei a CREDN do Senado e a da Câmara, e agora volto para este seminário, com esta mesa de abertura tão ilustre.

Queria saudar o presidente do Ipea, parabenizá-lo por ter assumido essa importante posição, o professor Marcelo Neri; o meu colega e amigo professor Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais; a pró-reitora do Centro Universitário do Distrito Federal (UniDF), professora Beatriz Maria Eckert-Hoff; o professor Pedro Paulo Morais, da UNIP; o professor Antônio Paulo Cachapuz Medeiros, da UCB, nosso consultor jurídico, muito apreciado no Itamaraty, representando aqui o reitor, doutor Cícero Ivan Ferreira Gontijo; senhores parlamentares; senhores embaixadores – o corpo diplomático em peso está representado aqui; colegas do Itamaraty; jornalistas; demais presentes. A sala está cheia. Acaba de chegar o ex-secretário-geral Samuel Pinheiro Guimarães; temos aqui o atual secretário-geral, embaixador Rui Nogueira. Estamos em companhia de muitos diplomatas ilustres.

Na verdade, este seminário reflete o interesse crescente – e acho que a importância crescente também – para a classe política brasileira e para a opinião pública brasileira dos temas de política externa, e isso em função de uma palavra que a deputada Perpétua usou muito na sua intervenção, que é “mudança”. As coisas estão mudando. Estão mudando muito, em primeiro lugar, no Brasil, o que nos dá a possibilidade de uma atuação na política internacional de que nunca gozamos antes, principalmente pelo fato de sermos uma economia, a sexta maior economia do mundo que cresce com estabilidade, sem inflação, com um nível de reservas sem precedentes, quase

US\$ 400 bilhões, praticamente pleno emprego; a situação de emprego, em comparação com outros países, pode ser considerada muito positiva, e tudo isso com redução de pobreza, com redução de desigualdade, e talvez mais importante ainda assinalar nesta Casa, em plena e vigorosa democracia, em pleno ambiente democrático.

Não é pouco você conseguir reconciliar tudo isso e, ainda por cima, ter consciência ambiental, ênfase na importância da preservação do meio ambiente. Foi muito essa mensagem, esse perfil que, por sinal, nós manifestamos, e conquistamos certa liderança em temas como o do desenvolvimento sustentável, que reuniu o mundo, praticamente, no Rio de Janeiro, há dois, três meses.¹

Mas se o Brasil está mudando, isso amplia nossa possibilidade de atuação internacional; o mundo por si só está mudando muito também. A deputada Perpétua disse que o mundo continua unipolar. É um debate interessante, porque em alguns aspectos de fato existe unipolaridade, quando olhamos para o orçamento militar norte-americano, que corresponde praticamente à soma de todos os demais orçamentos militares, ou para o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano, que ainda é muito mais elevado do que o segundo colocado. Mas eu acho que, por um tipo de definição, o mundo não é mais unipolar. É um critério mais ou menos simples, às vezes difícil de ser aplicado, mas que as pessoas intuem. É que nenhuma potência, por mais poderosa que seja, militar e economicamente, consegue orientar os debates, as decisões internacionais por si só. Isso está ficando cada vez mais difícil. Até mesmo uma intervenção como a que ocorreu em 2003, que não contou com o aval do Conselho de Segurança da ONU, mas que naquela época ficou por isso mesmo, e a intervenção foi à frente, eu acho que hoje em dia seria muito mais difícil. Isso já é um sintoma dessa multipolaridade, ou seja, outros polos, alguns já bastante bem estabelecidos, como os países europeus, a própria UE, o Japão, mas com alguns emergentes, e entre os emergentes existem aqueles que já foram polos no passado, como a Rússia, sob a forma da União Soviética, ou mesmo a China, num passado mais remoto, todos esses países participando de um processo de transformação acelerado e que representa um desafio, mas também para o Brasil, acho, representa uma grande oportunidade.

1. Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida entre 13 e 22 de junho (2012), na cidade do Rio de Janeiro.

Eu costumo comentar em palestras desse tipo que habitantes contemporâneos da terra presenciarão um fenômeno raro. A última vez que aconteceu foi no fim do século XIX, um pouco assim como esses cometas que passam pelo céu e que só são vistos a cada cento e tantos anos, que é a ultrapassagem de uma potência por outra para se transformar na primeira economia mundial. Desde o fim do século XIX nós assistimos a esse fenômeno e, no entanto, segundo previsões do FMI, antes do fim desta década a economia chinesa poderá ter um PIB maior do que a economia americana. Isso aí, em si mesmo, já é um fenômeno inusitado, e o curioso é que algumas dessas previsões têm sido até corrigidas ultimamente para serem antecipadas. Fenômenos que se acredita que iriam ocorrer daqui a dez anos, quinze anos, vinte anos, de repente nos damos conta de que estão acontecendo até com maior celeridade.

Em face das mudanças no Brasil e no cenário internacional, o que nós constatamos é uma ampliação da presença internacional brasileira, que pode ser descrita tanto em termos quantitativos como qualitativos. Todos vocês estão acostumados a ouvir que nós aumentamos consideravelmente o número de embaixadas no Brasil, no mundo. Estamos entre os países com o maior número de embaixadas estrangeiras na nossa capital, e aqui a presença em massa do corpo diplomático hoje atesta esse fenômeno. São 228 repartições subordinadas ao MRE no exterior, isso incluindo cerca de 140 embaixadas, missões junto a organismos internacionais, consulados e vice-consulados, o que fala por si mesmo; também o aumento do quadro de diplomatas tem sido significativo – embora tenhamos diminuído este ano, acho que já estamos nos dando conta de que a demanda por diplomatas para preencher todos os espaços que estão sendo abertos é grande, e teremos, provavelmente, que aumentar novamente a partir do ano que vem (2013). Mas há um fenômeno qualitativo, também, que está relacionado a essa transformação do perfil do Brasil.

O Brasil é um país que consegue articular o desenvolvimento econômico, social, ambiental, políticas sociais, desenvolvimento agrícola com o seu potencial territorial na economia, na agricultura, na indústria, em outras áreas de sempre. Mas hoje ele está sendo muito demandado como fonte de conhecimento para políticas públicas em diferentes áreas, para desenvolvimento de políticas sociais, sem falar também em setores de alta tecnologia em que se sobressai, e de forma crescente. E tudo isso gerando

uma capacidade de influenciar debates, de articular ideias, de propor novas coalizões, o que tem sido feito com alguma criatividade.

Aliás, nesse ponto, o atual governo não faz mais do que levar adiante e aprofundar algumas iniciativas que vieram do governo do presidente Lula, quando o ministro era Celso Amorim: a própria ideia da Unasul; as cúpulas que reúnem a América do Sul e o mundo árabe, a América do Sul e a África; o Ibas, que é aquele grupo trilateral que reúne as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento: Índia, Brasil e África do Sul.

Também nos distinguimos hoje porque vivemos um momento de crises tanto no plano econômico quanto no político. A crise econômica surgiu em 2008 e hoje adquire contornos mais europeus, com epicentro na Zona do Euro, mas ainda desafiando a comunidade internacional no que se refere à adoção de políticas que promovam crescimento sem tensão, sem polarização, sem exclusão.

Nesse contexto, não deixa de ser surpreendente e extraordinário, até certo ponto, que um país como o Brasil se distinga justamente pela continuação do crescimento; talvez um crescimento não a taxas tão elevadas como nos últimos anos, mas com perspectiva de ser retomado em taxas elevadas. E, quando olhamos para a América Latina de um modo geral, ela continua crescendo a taxas mais elevadas do que a média –, pleno emprego, oportunidade e progresso social –, isso no contexto em que vemos no mundo desenvolvido não só o baixo crescimento como também o recrudescimento do fenômeno da pobreza, que está aumentando em vários países desenvolvidos – a perda de benefícios sociais; fenômenos que não deixam de nos chamar a atenção como fenômenos que aqui estamos superando, e nos surpreende que em outros lugares estejam se transformando em sintoma de crise social e econômica.

Mas a crise também é política, quando observamos o que ocorre em lugares como o Oriente Médio, em particular o norte da África. Quando eu digo crise aqui, não deixo de salientar também todo o aspecto promissor da turbulência associada ao fenômeno da Primavera Árabe. Promissor porque sopram ventos de liberdade, de busca de melhor organização política, de processos mais inclusivos, de maior liberdade de expressão, maior oportunidade econômica.

Infelizmente, esse movimento – que é o movimento ao qual nos solidarizamos plenamente, que apoiamos e que, de certa maneira, faz eco àquilo que nós vivemos aqui na América Latina e no Brasil durante décadas não tão distantes – tem dado lugar também à violência, à ruptura e a fenômenos que nos preocupam, inclusive com o uso da força, intervenções que, às vezes, por mais bem intencionadas que sejam, acabam por gerar efeitos colaterais preocupantes e disseminar até mesmo a instabilidade em países vizinhos.

O que nós estamos procurando fazer, durante esse período – e aqui eu olho mais para um horizonte temporal imediato, talvez ainda o ano de 2012, em que também haverá muita mudança: a eleição nos Estados Unidos, a eleição na Venezuela [veja aqui o embaixador da Venezuela na plateia], outros fenômenos eleitorais ou de troca de poder importante, como na China, que nós devemos vivenciar muito em breve – é, no fundo, aproveitar este momento, que é positivo para o Brasil, um momento de afirmação do que o Brasil representa no cenário internacional, e investir numa ação diplomática que realmente procura atender a todas as agendas possíveis, a todas as regiões do mundo, e com um foco, como não poderia deixar de ser, na nossa região.

Fico satisfeito em ver que, entre os diferentes painéis, haverá um dedicado especificamente ao Mercosul e à Unasul, além de outros sobre o contexto geopolítico, energia, China, que é um participante crescentemente importante não só para o mundo como para nossa região e para o Brasil, bem como um painel dedicado à cooperação internacional.

Sem descuidarmos dessa prioridade regional que se reflete numa atenção especial ao Mercosul e à Unasul, em particular ao nosso continente sul-americano, estamos muito atentos às relações bilaterais com os atores extrarregionais, sobretudo nesse contexto de evolução multipolar, dando atenção também aos polos tradicionais. As próprias viagens da presidenta Dilma refletem a atenção que foi dada, por exemplo, à parceria estratégica com a UE, com a viagem a Bruxelas em outubro do ano passado (2011), a importância dada à relação com os Estados Unidos, com o recebimento do presidente Obama e, este ano (2012), a visita muito substantiva aos Estados Unidos, com a ampliação da nossa agenda em temas como inovação, ciência e tecnologia; a participação crescente de estudantes brasileiros também

nesses países. Ou seja, atenção aos povos tradicionais e com os quais o Brasil já tem uma relação histórica mais longa, e também aos povos emergentes.

E aí surgiu, em particular, o grupo dos BRICs, ao qual se referiu o professor Neri. O BRICS (que atualmente inclui a África do Sul), segundo algumas projeções – que variam, mas eu chequei duas ou três –, a partir de 2025 ou talvez até 2030, já terá ultrapassado o G-7,² ou seja, as potências tradicionais, em termos de PIB. Deve-se ter presente também, como, aliás, mencionava o professor Neri, que dentro do BRICS haverá um polo asiático muito poderoso. Só Índia e China, quando o BRICS ultrapassar o G-7, conformará cerca de 40% do PIB do BRICS. Isso aí representa também uma mudança geopolítica da maior relevância para o mundo e para o Brasil, porque nós não estamos acostumados com um mundo com o seu dinamismo centrado na Ásia.

Aliás, fato também interessante, curioso e que representa certa ruptura com o cenário ao qual nós estamos acostumando: o centro dinâmico da economia internacional, os países que representam o BRICS não serão países com renda *per capita* mais elevada do que outros países que são potências tradicionais. Ou seja, haverá dinamismo, poder econômico, sim, na Índia, na China, na Federação Russa, na África do Sul, no Brasil e na América Latina, mas serão países de renda média em função da persistência de pobreza, como dizia o presidente do Ipea.

Para ilustrar um pouco aquilo que está sendo realizado e que nos propomos a fazer não só na nossa região, mas nessas outras relações extrarregionais e até mesmo naquilo que eu consideraria uma atuação sistêmica, de fortalecimento do multilateralismo, de fortalecimento da presença do Brasil nos grandes debates sobre economia, paz e segurança, meio ambiente, comércio nos organismos internacionais, eu falaria um pouquinho desses diferentes capítulos, começando pela situação aqui do Mercosul e uma breve referência àquilo que foi objeto das duas visitas ao Senado e à Câmara nessas últimas semanas: a suspensão do Paraguai do Mercosul, que esperamos temporária e breve, em função daquilo que foi coletivamente considerado como uma ruptura da ordem democrática. E, como os senhores sabem, o Protocolo de Ushuaia, que defende a democracia no Mercosul, ao qual todos os países integrantes subscrevem, determina que a plena vigência

2. Grupo dos sete países mais ricos do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá.

democrática, como não poderia deixar de ser, é um elemento essencial para o aprofundamento da integração.

Acho que é importante sublinhar esse aspecto porque foi a presença e o enraizamento da democracia na nossa região que permitiram que passássemos a nos dedicar ao processo de integração regional com esse afincamento que tem caracterizado o trabalho relacionado ao Mercosul nos últimos vinte anos, e o trabalho relacionado à Unasul também.

Eu gostaria de deixar claro e insistir no fato de que os membros do Mercosul decidiram, desde o início, não adotar nenhuma atitude em relação ao Paraguai que representasse prejuízo à população e à economia paraguaia. Isso ficou claro nas manifestações individuais dos países e do Brasil, muito particularmente, em nota à imprensa divulgada poucos dias depois do processo de juízo político em Assunção e também nas próprias manifestações coletivas do Mercosul e da Unasul.

Com isso, o comércio continua se desenvolvendo, os contatos entre os setores privados e os projetos de cooperação e, muito especificamente, os benefícios do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), que continuam sendo canalizados para projetos no Paraguai, alguns estruturantes e fundamentais, como aquele, já em execução, de construção de uma linha de transmissão elétrica entre Itaipu e a cidade de Vila Reis, perto de Assunção.

Durante a nossa presidência *pro tempore* do Mercosul, que deverá ir até o fim deste semestre (2012), estaremos dedicando especial atenção à plena incorporação da Venezuela ao Mercosul, incorporação que juridicamente já é um fato. Desde o dia 12 de agosto de 2012, a Venezuela tornou-se membro pleno, inclusive do ponto de vista jurídico, do Mercosul. No entanto, ainda requer certo trabalho para que a Venezuela adote plenamente a normativa do Mercosul, complete o processo de liberalização comercial entre os membros e a adoção da tarifa externa comum e se associe plenamente aos exercícios negociadores do Mercosul com terceiros países.

Importante salientar a relevância econômica e comercial, o peso específico da Venezuela como a quarta maior economia da América do Sul, uma potência energética, um mercado importante, como sabemos. Mas há também o fato de que, com a Venezuela no Mercosul, este passará a ir da

Patagônia ao Caribe, ou seja, não é unicamente um agrupamento de países do sul da América do Sul. Eu acho que isso tem uma relevância especial também para um país com as dimensões do Brasil.

Frequentemente, tem-se a impressão de que os estados do Sul do Brasil sentem-se mais comprometidos com o Mercosul do que os estados do Norte. Agora, com a Venezuela no Mercosul, fica muito claro que para Roraima o Mercosul se tornará cada vez mais importante para a região Norte, a Amazônia, o estado do Acre, inclusive. Eu creio que isso é um novo horizonte que se abre, com novas oportunidades econômicas, comerciais, e fortalecimento do caráter político do Mercosul como âncora da integração regional.

Quero comentar brevemente alguns dos objetivos e algumas das ideias que vamos desenvolver como presidente *pro tempore* do Mercosul durante este semestre (2012). Está aqui o embaixador Antônio Simões, nosso coordenador, com quem trabalho de forma muito intensa neste processo. Está aqui o Ivan Ramalho, também, que eu saúdo como o novo representante do Mercosul, numa nova posição, substituindo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

Essa presidência *pro tempore* vai procurar inovar em várias direções. Vamos dar ênfase especial à cooperação em ciência, tecnologia, inovação e capacitação de recursos humanos, olhando para a questão da competitividade das nossas economias. Quando nós olhamos para as vantagens comparativas da região, que são inúmeras – desempenho da agricultura, abundância de energia, abundância de água e recursos humanos –, não há dúvida de que os desafios são consideráveis. Um dos desafios de que mais estamos conscientes hoje em dia é o de fazermos investimentos em face de uma competição cada vez mais acirrada de outras economias, em particular da Ásia, mas também do mundo desenvolvido. Sem investimento ambicioso em ciência, tecnologia e inovação, o Brasil, individualmente, terá dificuldade em se afirmar como polo de crescimento com alto desempenho em todo o espectro da produção econômica.

Para desenvolver essa agenda, parece-nos que é fundamental olharmos para a juventude, para a situação em que se encontra a educação nos nossos países. Estamos examinando a possibilidade de levar a cabo um programa reforçado de mobilidade acadêmica, inspirado, até certo ponto, no Programa Erasmus, estabelecido pela UE, que concede bolsas de estudo aos participantes durante um período que vai até um ano.

Queremos criar centros de excelência no Mercosul em áreas estratégicas de ciência, tecnologia e inovação; interconectar nossas redes de pesquisa; capacitar um número crescente de jovens em áreas de tecnologia da informação. Enfim, há toda uma agenda: ciência, tecnologia, inovação, juventude, educação interligadas.

Estamos também lançando um olhar renovado sobre a importância das pequenas e médias empresas, a importância de aproximar os setores privados dos nossos países. Quando os países-membros do Mercosul se encontram nas reuniões de cúpula, não costuma haver evento empresarial. Isso não deixa de ser algo um pouco surpreendente, porque costumamos organizar eventos empresariais em inúmeras outras situações. Mas gostaríamos justamente de sanar essa lacuna e dar atenção especial à aproximação entre os empresários do Brasil, Argentina e demais membros do Mercosul. Aliás, um evento importante, reunindo o empresariado do Brasil e da Argentina, especificamente, deverá ocorrer agora, no mês de novembro de 2012, que em si mesmo poderá lançar as bases de um olhar de médio e longo prazos sobre a integração de cadeias produtivas e de projetos de integração estruturantes entre as duas principais economias da América do Sul.

Quando falamos de Mercosul, é importante lembrar que ele está atraindo também, por sua vez, cada vez mais, o interesse de outras regiões do mundo, de outras uniões aduaneiras e regiões de livre comércio, ou mesmo de países individuais. Não estamos indiferentes a esse movimento. A propósito, senão total paralisação nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), acho que se torna mais importante procurarmos avançar em processos negociadores de vantagens comerciais, com parceiros como a UE. Recentemente, foi decidido em reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex) que nós retomaremos as conversas com a UE, após uma consulta ao setor privado brasileiro, que nos atualize sobre as prioridades, as preocupações, sobretudo, do setor industrial brasileiro, tendo em vista os potenciais ganhos desse acordo e os riscos inerentes à paralisação – esse é um ponto que eu gostaria de sublinhar.

Se não fizermos nada, outras regiões que estão se coordenando e se mobilizando negociarão acordos de livre comércio. Para países de renda média, como o Brasil, nós estamos sob a perspectiva de perdermos vantagens comerciais no mercado europeu, com o fim do Sistema Geral de Preferências Europeu (SGP), até 2014.

Andar para a frente é quase uma exigência, para não perdermos terreno. Ficarmos parados não significará ficar no lugar onde estamos, significará andar para trás.

Da mesma forma, devemos levar adiante nossas conversas com o Canadá. O Canadá é um país que, quando começou a debater a possibilidade de acordo de livre comércio com o Mercosul, veio com um modelo preestabelecido, o modelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – North American Free Trade Agreement (Nafta) –, que nos parecia inaceitável, com a ideia de disciplinas que iam além das negociadas na OMC para aspectos como propriedade intelectual, investimentos e outros compromissos governamentais. Hoje, no entanto, contempla a possibilidade de um acordo, digamos assim, mais feito sob medida com os parceiros do Mercosul e, mais uma vez, com ganhos potenciais muito importantes, especialmente numa área como a agricultura, para os países da América do Sul.

Da mesma maneira, foi debatido na reunião da Camex o prosseguimento da negociação Mercosul-UE, em que ficou decidido com o Canadá levar essa conversa adiante, com uma consulta ao setor privado.

Inúmeras outras iniciativas estão em curso, algumas já mais avançadas, outras mais incipientes e aquelas de revisão de acordos já negociados. Por exemplo, em relação à Índia, já temos um acordo de preferências fixas – Mercosul-Índia – e estamos debatendo a possibilidade de aprofundá-lo. Foram negociados acordos com Israel e Palestina. Ambos os acordos estão sendo objeto de exame, de modo a torná-los plenamente operacionais. Os países da União Aduaneira do sul da África têm grande interesse em aperfeiçoar os entendimentos comerciais já existentes entre o Mercosul e essa região. O Japão tem manifestado interesse numa aproximação. A China, aliás, hoje é o primeiro ou segundo parceiro comercial de quase todos os países da América do Sul. Isso, em si mesmo, é uma mudança estratégica de alcance verdadeiramente histórico. Durante a última cúpula do Mercosul, em Mendoza, foi objeto de debate uma declaração específica que estabelece um programa de fortalecimento de cooperação econômica e comercial, em que temos de examinar com muito cuidado as vantagens, as oportunidades e os desafios que essa presença maior chinesa representa para a nossa região.

Sei que no segmento seguinte, o embaixador Simões, o professor Marco Aurélio e outros terão a oportunidade de falar com mais detalhes sobre o

Mercosul, a Unasul e os processos de integração. Mas, ao falar da América do Sul e da Unasul, eu queria salientar o fato de que hoje a América do Sul se posiciona no cenário internacional como região com características realmente únicas. É a única região do mundo em desenvolvimento onde todos os governos são democraticamente eleitos. Não apenas isso: apesar dos desafios e eventuais rupturas de ordem democrática, que esperamos sejam sanadas com a brevidade possível, todos os governos procuram reduzir as desigualdades, promover o progresso social, o que, por sua vez, é um elemento de aperfeiçoamento da democracia na medida em que historicamente, como todos sabemos, amplos segmentos das sociedades sul-americanas eram excluídos da possibilidade de participar mais ativamente das decisões políticas. Isso faz com que a América do Sul seja uma região *sui generis*, mas, quando acrescentamos a isso o fato de ser uma região livre de armas de destruição em massa, como, aliás, toda a América Latina e a África, e de ser também uma região que conhece, agora, com o anúncio das negociações na Colômbia entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), a perspectiva de uma plena pacificação, eu acho que nós podemos ser muito otimistas sobre o futuro da América do Sul.

Lembro aqui que o Brasil também, entre os BRICS, tem a circunstância muito especial e alvissareira de encontrar-se no entorno da paz e da cooperação. Esse não é, necessariamente, nosso mérito, é um dado da realidade, da evolução histórica da nossa região, mas basta olharmos para o sul da Ásia ou para o Oriente Médio para vermos que outros fóruns estão em entornos regionais muito mais problemáticos. Isso, creio, aumenta nossa responsabilidade com o país que representa mais da metade do território sul-americano, uma crescente proporção do PIB da metade da população, nossa responsabilidade na condução não só com muita persistência e perseverança, mas com a liderança do exemplo desse processo de integração regional.

Para falar um pouco do resto do mundo – eu não quero tomar tempo demasiado –, eu começaria lembrando que o Brasil está cada vez mais no mundo, mas o mundo também está cada vez mais no Brasil, não só pela presença de um número crescente de representações diplomáticas aqui em Brasília, mas também, neste ano (2012), muito especialmente, em razão da Rio+20, que é considerada a mais inclusiva e participativa conferência já realizada pelas Nações Unidas. Isso é fonte de alegria e de satisfação. É um fato que nos dá a satisfação de podermos organizar um evento dessa magnitude, não só organizá-lo logisticamente, mas também ser capaz de produzir resultados.

Invariavelmente, os resultados dessas grandes conferências podem ser apontados como insatisfatórios por diferentes interlocutores. A sociedade civil, as Organizações não Governamentais (ONGs) em particular têm esse papel mesmo, porque por meio da cobrança delas é que os governos são instados a fazer mais e melhor.

Mas eu posso lhes assegurar que tenho recebido – e sei que a presidenta Dilma também – manifestações numerosas e enfáticas de um segmento muito representativo da comunidade internacional satisfeito com os resultados do documento acordado no Rio de Janeiro: *O Futuro que Nós Queremos*. É um documento inovador em muitos aspectos e que coloca a erradicação da pobreza no centro do desenvolvimento sustentável.

Até pouco tempo atrás, a ideia de que uma atenção especial tinha que ser dedicada à erradicação da pobreza pelos governos não vinha naturalmente nos documentos das Nações Unidas, pelo contrário. Eu me lembro muito bem, quando era mais jovem, daquela ideia de que primeiro tínhamos que crescer para depois distribuir os benefícios do crescimento e que seria um processo desse tipo que levaria ao progresso social. E hoje essa tese pode ser considerada sepultada com o documento final da Rio+20.

Além disso, é um documento que aponta para uma intensa agenda de trabalho nas Nações Unidas nos próximos anos, com a negociação de objetivos do desenvolvimento sustentável e com a criação de um fórum de alto nível para o desenvolvimento sustentável.

Como os senhores sabem, hoje em dia, as questões econômicas, sociais e ambientais são tratadas pelo Sistema Nações Unidas de forma estanque, sem haver necessariamente uma comunicação, uma sinergia entre esses três aspectos, considerados cada vez mais como integrantes de uma única realidade e a exigir estratégias únicas.

Enfim, olhamos para o futuro nas Nações Unidas como um ambiente multilateral em que o desenvolvimento sustentável poderá ser abordado de maneira mais sincrônica, mais sinérgica, o que também será um progresso.

Quero lembrar, também, alguns dos importantes eventos da agenda internacional da presidenta durante este ano de 2012, tanto os que já ocorreram como os que virão. Ela esteve em Cuba e no Haiti no início do ano, dois países importantes onde o Brasil desempenha papel de diferentes

tipos. No Haiti, como os senhores sabem, sob o mandato das Nações Unidas, é o Brasil que com maior número de tropas contribui para o esforço de estabilização daquela nação, que permanece a mais pobre das Américas e, depois do terremoto de 2010, enfrenta desafios consideráveis, mas já hoje está encontrando um nível de estabilidade política que nos permite antever – e cada vez se fala mais disso – uma saída gradual das forças de paz da ONU que estão lá posicionadas.

Eu tenho conversado com a deputada Perpétua também sobre algum impacto migratório que atinge o Acre. Nós abrimos aqui uma janela de imigração especial para o Haiti, da qual cerca de oitocentos haitianos lançaram mão. Mas isso não conseguiu ainda reduzir completamente a imigração indocumentada – chamemos assim – pelo Peru. Enfim, apesar desses desafios, temos grande confiança na estabilidade e na capacidade do Haiti de voltar a encontrar o caminho do progresso institucional, econômico e social.

Cuba é uma nação com a qual temos hoje, inclusive, importantes projetos de infraestrutura, além do diálogo político e da cooperação diplomática.

A presidenta visitou também a Alemanha. Acho que foi uma visita bastante emblemática do tipo de agenda internacional que ela tem conseguido imprimir, porque participou, em Hannover, do principal evento internacional na área de Tecnologia da Informação (TI). Então, conseguimos aliar uma visita bilateral à principal economia europeia – Europa é um parceiro estratégico do Brasil – e, além disso, com ênfase em um segmento que atrai especial atenção hoje em dia, o da ciência da tecnologia da inovação, com essa vertente também de cooperação na área educacional e participação de um número crescente de estudantes brasileiros em universidades alemãs.

A presidenta realizou uma visita oficial à Índia também, país de primeira relevância, com o qual compartilhamos inúmeros projetos, inclusive na área de reforma das Nações Unidas. Mas também no grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) que se reunirá esta semana aqui, dias 20 e 21 de setembro (2012), em Brasília, um grupo de países que coordena ações em relação à mudança do clima e com o qual temos também crescentes laços de comércio e investimentos.

A visita aos Estados Unidos, como mencionei, foi caracterizada também por uma ampliação da agenda. Foram criados novos mecanismos

de coordenação, inclusive na área de defesa, que era algo que não acontecia desde que o Brasil denunciou um acordo de cooperação na área militar durante o governo Geisel. Isto numa situação inteiramente diferente, é óbvio. Hoje em dia o Brasil é uma plena democracia e um país tratado de igual para igual, numa relação que amadurece crescentemente.

A visita à Universidade de Harvard e ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) também sinaliza esse interesse na cooperação acadêmica educacional. E, mais recentemente, a visita a Londres, no contexto da abertura dos Jogos Olímpicos. Acho que temos cooperado de maneira muito inovadora – alguns dizem que sem precedentes – com o Reino Unido, na busca da maximização dos ganhos da experiência inglesa na organização dos Jogos Olímpicos aqui, aproveitando para aprender com os acertos e eventuais equívocos da organização britânica dos jogos. Mas, além disso, enfim, abordamos uma série de temas, tanto aqueles relacionados à economia e ao comércio como os relacionados ao diálogo sobre grandes temas de paz e segurança internacional, desenvolvimento etc.

Nessas viagens, a presidenta participou de eventos plurilaterais, como a Cúpula do BRICS na Índia. Ela também esteve na Cúpula das Américas, em Cartagena; no G-20, no México, em Los Cabos, Baja Califórnia; e em Mendoza, para a Cúpula Mercosul e Unasul.

Nos próximos meses, teremos novamente a abertura do debate geral da Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque, feita pela presidenta Dilma Rousseff. Em seguida, a visita ao Brasil do primeiro-ministro britânico, David Cameron, e a visita do presidente Morsi, do Egito, que tem caráter realmente histórico e interessante, por ser a primeira visita de um chefe de Estado do Egito ao Brasil, e de um Egito democrático, onde sopram ventos de renovação. O interesse do presidente Morsi nos programas sociais do Brasil em si mesmo também reflete uma renovação da nossa agenda de cooperação com o Egito. Em seguida haverá a Cúpula América do Sul-Países Árabes, no Peru, que eu acho que terá um interesse especial, tendo em vista o momento que vive o mundo árabe e também o fato de já terem se intensificado os laços comerciais, culturais e políticos entre as duas regiões, desde a Cúpula de 2005, lançada aqui em Brasília.

Eu mesmo viajarei ao Camboja para um evento bem especial.

Eu estava falando aqui da importância da Ásia, do fato de que o centro da economia mundial vai evoluir em direção à Ásia. Na Ásia existem os grandes países – China, Índia e Japão, a segunda economia mundial –, mas também existe um grupo chamado Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), que reúne dez países de grande dinamismo. Está aqui a embaixadora Edileuza, que esteve por trás da negociação do Tratado de Amizade e Cooperação que eu vou assinar na próxima ministerial e Cúpula da Asean, no Camboja. E lembro que a Asean, tomada em seu conjunto, é um parceiro comercial tão importante para o Brasil quanto o Japão é individualmente e uma região do mundo que conhece grande dinamismo. Assim sendo, creio que é uma frente de trabalho muito promissora.

Uma palavra para dizer, que eu vejo com satisfação, é o fato de que um dos painéis aqui será dedicado à China. Porque, sem dúvida, um dos elementos mais interessantes, novos e desafiadores do novo cenário internacional é o surgimento da China como polo econômico de enorme dinamismo, em breve a primeira economia do mundo, um país que tem relações cada vez mais intensas não só com o Brasil, do qual se transformou em primeiro parceiro comercial nos últimos anos, mas também com toda a América do Sul, como eu comentava agora, e um país com o qual desenvolvemos uma parceria estratégica em diferentes campos, em particular na ciência e na tecnologia. É extremamente promissora essa parceria, que agora se beneficia de um plano decenal, assinado no Rio à margem da Rio+20, durante a visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Rio de Janeiro que, já notamos, introduziu um novo dinamismo na agenda bilateral. O ministro Raupp, da Ciência e Tecnologia, me dizia em particular que visitou Pequim logo depois da assinatura do Plano Decenal e sentiu uma disposição maior ainda de aprofundar essa cooperação em ciência e tecnologia.

Para concluir, uma palavra breve sobre os itens da agenda da paz e segurança internacional que nos preocupam. Entre eles, a turbulência no mundo árabe, muito particularmente o que ocorre na Síria. Temos repetido, e isso já faz parte quase de um mantra que se ouve muito, que não há solução militar para esse tipo de situação. E isso aí não é uma expressão vazia, ela é fruto também da experiência. Nós temos visto a dificuldade de se estabilizarem países como o Iraque e o Afeganistão, onde a intervenção militar parece ter introduzido novos complicadores e não necessariamente ter solucionado antigas situações.

Na Líbia, estamos num trabalho de construção de uma relação nova, de confiança e de cooperação em todos os setores, mas nos preocupa ver que um pouco do resultado da intervenção militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) tem sido a contaminação de países vizinhos, em razão até mesmo da quantidade de armamento que foi deixado na Líbia e da desarticulação do país. Isso está atingindo o Mali e outras nações africanas, o que nos preocupa muito.

E eu não queria deixar de falar da importância que continuamos e continuaremos a atribuir a um acordo de paz entre Israel e Palestina. Frequentemente, com essa instabilidade que observamos no mundo árabe, na Síria, na Líbia e em outros países, a questão Israel-Palestina é tratada como se fosse de menor importância. Mas eu acho que é muito importante lembrarmos a centralidade de um acordo de paz para a estabilização daquela região no médio e longo prazos. É um pouco nesse espírito que eu tenho desenvolvido algumas iniciativas que não deixam de ser uma tentativa de mostrar o perfil pacífico do Brasil e a vontade brasileira de dialogar com os dois lados, a exemplo da organização de um seminário no Itamaraty chamado *Lado a Lado*, que reuniu as diásporas de origem judaica e de origem palestina e árabe no Brasil em torno de uma agenda de paz, em torno, essencialmente, da busca de algumas ideias, de alguns projetos, de algumas iniciativas que possam refletir essa vocação brasileira para o convívio entre diferentes culturas e nacionalidades e até mesmo, eventualmente, traduzir-se em alguma iniciativa diplomática.

Eu pretendo viajar antes do fim do ano ao Oriente Médio, possivelmente a Israel e à Palestina. Tentaremos levar adiante uma agenda de diálogo, de negociação de acordo de paz e também de retomada – este é um ponto em que eu tenho insistido muito recentemente – do tema pelas instâncias multilaterais, porque, na verdade, o Conselho de Segurança praticamente abdicou do seu papel primordial de promover a paz internacional quando se trata da questão Israel-Palestina. Não há um debate estruturado, o quarteto não se reporta regularmente, e não vemos o quarteto, que é aquele grupo que reúne UE, Estados Unidos, Rússia e o secretário-geral da ONU, produzir qualquer avanço maior.

Esses avanços, eu acho que se tornam ainda mais importantes quando ouvimos um pouco os sabres da guerra sendo esgrimidos em declarações,

que nos preocupam muito, sobre a eventualidade de uma intervenção unilateral relacionada ao programa nuclear do Irã. O programa nuclear do Irã está sendo debatido na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e está sendo considerado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). O que nós favorecemos é o processo multilateral. Qualquer manifestação de intervenção militar unilateral seria altamente desestabilizadora, para não dizer de gravidade extrema, num contexto regional já de exacerbadas tensões. Temos manifestado essas preocupações, inclusive em reuniões e em comunicados conjuntos, emitidos com outros países, como aconteceu recentemente em viagem que fiz à Suécia, quando emiti comunicado com o chanceler Carl Bildt, da Suécia, que compartilha as mesmas preocupações do Brasil, incidentalmente.

Quando olhamos a agenda do Conselho de Segurança, vemos que ela é feita em grandes medidas de assuntos africanos. O Brasil tem laços de amizade e de cooperação e uma crescente presença governamental, por meio das embaixadas, mas também do setor privado, por meio de um grande número de empresas, na África, e não pode deixar de olhar para a África cada vez mais como a sua vizinhança, como um continente parceiro, onde estamos presentes para estabelecer programas que beneficiem o maior número possível dos nossos irmãos africanos. Nesse contexto, preocupa-nos a situação de Guiné-Bissau, um país pequeno, frágil, onde houve uma ruptura democrática. A comunidade internacional está encontrando alguma dificuldade para articular os grupos sub-regionais que naturalmente devem liderar o processo de estabilização do país, como seriam a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Mas nos parece que a União Africana tem um papel a desempenhar. Em função até mesmo de decisões já tomadas pelo CSNU e de interesse manifestado pelo secretário-geral da ONU na nossa atuação em Nova York, nas Nações Unidas, acreditamos que a ONU também tem um *pro tempore* papel a desempenhar na orientação da busca de um programa de estabilização que resolva de uma vez por todas essa instabilidade, essas crises crônicas pelas quais passa um país pequeno, de 1 milhão de habitantes. Eu acho que se a ONU fracassa, fica para a Guiné-Bissau defender seu papel em situações maiores, que representem maior desafio para a comunidade internacional.

Cheguei ao fim de uma enumeração que eu acho que foi bastante longa. Eu não queria me alongar mais, apenas quero agradecer a oportunidade e a atenção de todos os senhores. Tenho certeza de que nos segmentos seguintes será possível abordar em maior detalhe e profundidade uma quantidade grande de temas essenciais para o Brasil.

Muito obrigado.

PARTE 2

O MERCOSUL E A UNASUL: DESAFIOS PARA O APROFUNDAMENTO DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Taumaturgo Lima**

Expositores

Marco Aurélio Garcia***

Antonio José Ferreira Simões****

Pedro Barros*****

Ronaldo Carmona*****

Ivan Ramalho*****

Taumaturgo Lima – Boa tarde a todos. Quero, inicialmente, parabenizar a todos e agradecer pela presença.

Nós iremos, agora, iniciar o primeiro painel deste seminário, que terá o seguinte tema: *O Mercosul e a Unasul: desafios para o aprofundamento da integração sul-americana.*

Senhores representantes do corpo diplomático, aqui presentes, autoridades dos três Poderes da República, colegas parlamentares, senhoras e senhores, em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), saúdo a todos que aqui vieram para prestigiar este momento especial, que

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB-AC).

** Deputado pelo Partido dos Trabalhadores do Acre (PT-AC).

*** Assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais.

**** Subsecretário de América do Sul, Central e Caribe do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

***** Chefe da missão do Ipea em Caracas, Venezuela.

***** Pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP).

***** Alto representante do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

nos convida à reflexão sobre as recentes transformações que ocorreram no mundo e que reclamam um novo olhar sobre a política externa brasileira, para que possamos enfrentar os desafios postos e aproveitar as oportunidades que se apresentam.

Para compor o nosso primeiro painel da tarde convido à mesa os seguintes palestrantes: embaixador Antonio José Ferreira Simões, subsecretário da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores (MRE); professor Marco Aurélio Garcia, que já se encontra aqui e participou do painel anterior, de abertura; doutor Pedro Barros, Chefe da Comissão do Ipea em Caracas, Venezuela; professor Ronaldo Carmona, pesquisador do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP); doutor Ivan Ramalho, alto representante do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Passo a palavra, agora, ao nosso ministro Marco Aurélio.

Marco Aurélio Garcia – Ao desejar boa-tarde a todas as personalidades que aqui se encontram, quero, em primeiro lugar, felicitar a deputada Perpétua Almeida por esta iniciativa.

Aqui, foi dito que há dez anos não se fazia um evento desta natureza. E acredito que ele tenha uma importância muito grande não só no que se refere à presença do Brasil no mundo mas também à própria vida do nosso país, aqui, no seu interior.

A política externa, muitas vezes, é entendida quase que exclusivamente como um instrumento de projeção do país no cenário internacional. Isso é verdade, mas é ainda mais verdade que a política externa, sobretudo nas circunstâncias do mundo de hoje, é um poderoso instrumento de constituição do nosso projeto nacional de desenvolvimento. Então, nesse particular, creio que a iniciativa da CREDN tem essa dupla função: por um lado, mostrar efetivamente como estamos pensando os temas da nossa projeção no mundo; ao mesmo tempo, por outro lado, também explicitar de forma mais clara como o Brasil se constitui no mundo, a partir de uma reflexão sobre esse mundo.

Queria saudar aqui, obviamente, a presença de tantos parlamentares que têm realizado um trabalho importante, tanto na área externa como em outros setores, saudar os embaixadores aqui presentes – vejo que são muitos –, os acadêmicos que têm dedicado grande parte da sua reflexão sobre os

problemas da política externa brasileira e os jornalistas. Enfim, quero saudar também a todos aqueles jovens – vejo também que são muitos – que, com sua presença, nos dão a garantia de que, no futuro, teremos uma condução adequada dos interesses do Brasil no mundo.

Quero, finalmente, dizer, nestas minhas palavras iniciais, que um debate como esse tem uma importância muito grande, porque a política externa não pode ser exclusivamente tratada nos cenários do MRE ou de outros que estejam vinculados a questões internacionais nem mesmo somente na esfera presidencial, sobretudo num período em que vivemos, cada vez mais, uma diplomacia dita presidencial.

A política externa é tema de interesse global da sociedade brasileira. E, felizmente, tem sido, nesta última década, cada vez mais compartilhada por dezenas de milhões de brasileiros que têm se manifestado sobre seus principais aspectos, de forma muito enfática, nos debates, nos processos eleitorais e nas grandes escolhas que a sociedade faz cotidianamente. Não há lugar mais adequado do que a casa do povo brasileiro para que esse debate seja feito.

Eu espero, deputada Perpétua, que esta seja uma importante herança da sua passagem pela presidência da Comissão: fazer com que, no futuro, tenhamos a possibilidade de realizar outros debates tão abrangentes como este que estamos aqui iniciando.

O tema que nos foi proposto, Mercosul e União de Nações Sul-Americanas (Unasul), pode suscitar evidentemente uma pequena reflexão. Qual é mais importante, o Mercosul ou a Unasul? Ou dizendo de outra forma: por que nós temos Mercosul e Unasul? São duas formas distintas de articulação? Sim, são. Mas eu iniciaria dizendo que são duas formas convergentes de integração regional.

Evidentemente, o Mercosul tem uma limitação, que é o fato de ser uma união aduaneira, ainda que uma união aduaneira imperfeita. E a Unasul é um espaço mais amplo, no interior do qual podem conviver distintos regimes comerciais, o que não é o caso do Mercosul. É evidente também que o Mercosul não se restringe a essa dimensão comercial, ainda que ela seja a sua principal dimensão, porque ele propugna uma integração econômica, uma integração social e também uma integração política *lato sensu*.

O Mercosul tem uma importância muito grande, a despeito de opiniões que, aqui e ali, aparecem, contrárias à sua eficácia, nessa esfera comercial, em particular. Se nós examinarmos alguns dados sobre o intercâmbio comercial do Mercosul, vamos ver que esse intercâmbio com o mundo, apenas no ano de 2011, foi da ordem de US\$ 824 bilhões, o que representa, em relação a 2007, um crescimento – pasmem – de 60,3%.

O comércio intrabloco, que é também um dado importante, porque se diz, muitas vezes, que há um processo de declínio, de esvaziamento do Mercosul, é um comércio também em plena ascensão. Ao tomarmos dados do período compreendido entre 2007 e 2011, nós constatamos que houve um crescimento de 58%, isto é, este comércio intrabloco que, em 2007, era de 78 bilhões, passou a ser, em 2011, de 124 bilhões, a despeito de ter havido uma incidência importante dos fatores de crise internacional. Agregue-se a isso o fato de que este comércio intrabloco, como mencionado aqui, é um caso em que há uma forte composição de produtos com valor agregado, isto é, produtos de natureza industrial.

Mas é evidente que uma integração regional não pode fundar-se exclusivamente, talvez nem mesmo centralmente, no comércio, porque, sobretudo a integração comercial de uma região onde convivem economias com distintas dimensões, tende a beneficiar os países de economia maior e mais complexa. No caso da América do Sul, é a situação do Brasil e da Argentina, países que têm economias maiores, mais complexas e mais diversificadas. Uma integração que se fundasse exclusivamente no intercâmbio comercial simplesmente tenderia a agravar assimetrias que, hoje, já existem em relação a esses dois países – o Brasil em particular –, com aqueles que têm dimensões menores em suas economias e, sobretudo, diversidades menores. Para ser mais preciso, países que muitas vezes exportam três, quatro, cinco ou seis produtos, do ponto de vista global, para o Brasil e para a Argentina, em particular, e que, no entanto, receberiam centenas, senão milhares de ofertas em termos de exportação, evidentemente causariam desequilíbrios estruturais na balança comercial.

Há vários mecanismos pelos quais se podem compensar essas assimetrias. Em alguns casos, quando não há uma integração comercial tão estrita como aquela do Mercosul, por meio, evidentemente, de restrições alfandegárias. Quando isso não existe, e há uma forte tendência de se

estimular um comércio mais livre, numa região mais homogênea como é a nossa, pode se pensar em outros mecanismos.

A União Europeia (UE), por exemplo, criou os fundos estruturais. Esses fundos tiveram papel muito importante no momento em que Espanha, Portugal e Grécia, países que saíram de décadas de ditaduras, transitaram em direção à democracia e, ao transitarem em direção à democracia, foram convidados pela Europa dos Seis,¹ àquela época, a ingressar na Comunidade Europeia.

O mecanismo utilizado foi a criação desses fundos estruturais que, como todos sabem, tiveram um impacto muito grande numa certa equalização dessas economias mais retardadas em relação a uma Europa mais avançada.

Nós tentamos, no Mercosul, um caminho similar, o da criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), mas, evidentemente, os recursos de que dispõem Brasil e Argentina eram muito inferiores àqueles utilizados pela UE. Mesmo beneficiando alguns projetos relevantes, como os do Uruguai e do Paraguai, como aqui mencionado pelo ministro Patriota, a construção da linha de transmissão Itaipu/Assunção – poderíamos, também, mencionar outros projetos desenvolvidos em relação ao Uruguai. Mesmo que esses projetos sejam importantes, eles não têm igual impacto sobre a economia desses países e sobre a economia regional que os fundos estruturais tiveram na Europa.

Acho que isso explica um pouco os fatos que aqui mencionei, quer dizer, certas restrições que tem uma união aduaneira, ainda que imperfeita. Explica, em grande medida, a necessidade que se colocou para países que convergiam muito mais do ponto de vista político, cultural e diplomático, ou seja, que esses países encontrassem outro espaço, e esse espaço foi a Unasul, originalmente pensada como Comunidade Sul-Americana de Nações e que, depois, veio a se chamar União de Nações Sul-Americanas.

Ela nasceu, portanto, de uma necessidade de pôr a integração comercial entre parênteses, sem desconsiderá-la, de criar um espaço regional, sul-americano, que pudesse se beneficiar de um processo de interação em matéria energética, em matéria logística, em matéria produtiva, em matéria financeira, em matéria social e em matéria política.

1. Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, França e Itália.

Essa dimensão política, sobretudo – e vou começar por ela, ainda que tenha sido talvez um dos últimos aspectos a ter sido elaborado –, explica por que no espaço da Unasul foi criada uma entidade muito importante, o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Este Conselho tinha como escopo maior dar aos temas de defesa do nosso continente um tratamento distinto, uma orientação que se tornava cada vez mais importante e necessária, sobretudo porque, após o fim das ditaduras militares, em muitos países da região, começou a se desenvolver um movimento de repensar os temas da defesa, uma revisão das estratégias nacionais de defesa. Nós mesmos fizemos a nossa revisão aqui com a aprovação da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008.

O Conselho se estruturou, em grande medida, tentando eliminar, de uma vez por todas, aquela ideia de que os problemas de defesa estavam concentrados em nossa região. Eventualmente, poderiam ter sido invocadas situações passadas que mostravam de maneira efetiva algumas tensões, muitas delas, inclusive, de certa profundidade, que haviam conturbado um pouco a boa convivência entre nossos países. No entanto, com o advento e a evolução da democracia em nossa região, criou-se um novo contexto político que entrava em flagrante contradição com as estratégias nacionais de defesa que tínhamos naquele momento, razão pela qual o Conselho não só recusa a persistência desses conflitos regionais como propugna uma estratégia dissuasiva em relação àquelas ameaças potenciais que teriam nitidamente um caráter extrarregional e que estavam evidentemente muito ligadas, entre outras coisas, à própria proteção de áreas como a Amazônia, à proteção de riquezas que estavam sendo constantemente descobertas e potencializadas em nosso país.

O Conselho também deu ênfase muito grande ao tema da construção de uma indústria de defesa regional, ajustada, portanto, às nossas demandas, evitando, com isso, aquilo que muitos chamavam de corrida armamentista. Essa indústria de defesa regional teria ainda como função importante alavancar uma integração industrial de toda a região, uma vez que ela não deveria estar concentrada em alguns países mais industrializados, mas propiciar uma integração mais ampla.

Poderíamos mencionar outra decisão com significação política que fortalece essa identidade regional, qual seja, a criação de um conselho de

combate às drogas. Nós estávamos enfrentando em alguns países da região ingerências de mecanismos de controle às drogas que vinham de fora da região e que, muitas vezes, em vez de resolver problemas específicos para os quais essas agências estavam avocadas, o que ocorria, na realidade, era a criação de tensões pela exorbitância das intervenções dessas agências.

O Conselho ainda está em fase inicial, mas nós acreditamos que ele terá uma importância muito grande porque, como todos sabem, o problema das drogas na região tem implicações estendidas, implicações sociais em matéria de saúde, em matéria financeira, mas tem, sobretudo, uma implicação muito grande, na medida em que elas aparecem e são, de fato, um elemento de corrosão dos valores democráticos e do próprio funcionamento do sistema democrático.

Queria acrescentar outro elemento que talvez, heurísticamente, eu devesse ter colocado no começo, qual seja, o de que a criação da Unasul esteve determinada, em grande medida, por uma leitura que os países que estavam empenhados na sua formação faziam da cena internacional.

Depois do colapso do sistema bipolar, do período da Guerra Fria e também do esvaziamento daquele momento unipolar dos Estados Unidos que se seguiu à decomposição do chamado campo socialista, da autodissolução da União Soviética e da primeira guerra no Iraque, nós começamos a assistir ao desenho de um mundo que poderíamos chamar de multipolar.

E o Brasil fez esta opção, a qual eu chamo de opção sul-americana, que é não buscar uma presença isolada no mundo multipolar em construção, mas tratar de fazê-lo em conjunto com os países da América do Sul; isto é, o Brasil não quer ser um polo sozinho, quer formar um polo com os países da América do Sul.

Essa decisão, que foi uma decisão compartilhada por todos os países chamados a esse debate, está fundada evidentemente num exame do potencial da nossa região e de sua importância no mundo em que vivemos. Eu diria que aí pesaram considerações relacionadas a fatores materiais e imateriais.

No que diz respeito a fatores materiais, evidentemente, levamos em conta o fato de que essa região, a América do Sul, dispõe de enormes, senão as maiores reservas energéticas do mundo, se contarmos gás, petróleo,

potencial hidrelétrico, biocombustíveis e outras formas de energia, a cada dia mais exploradas.

Possuímos, também, diversificadas reservas minerais, desde aqueles minérios que integraram a pauta da primeira Revolução Industrial até os minérios que integram, hoje, as sofisticadas demandas da última Revolução Industrial, como pode ser o caso do lítio, por exemplo.

Somos, ainda, grandes produtores de alimentos. E é importante dizer que essa produção de alimentos da América do Sul, na maioria dos casos, não é mais aquela do período primário exportador, quando fatores como solo, sol, água e força de trabalho aviltada tinham um papel fundamental. Não. A agricultura, que hoje se transformou numa agricultura de altíssima produtividade no mundo, incorpora ciência, tecnologia, novas técnicas de comercialização e, portanto, tem muito mais semelhança com a indústria do que com a velha agricultura.

Eu digo essas coisas porque muitas vezes nós ouvimos, no debate, opiniões de pessoas que dizem: “Ah, a economia da região, ou a do Brasil, em particular, está sofrendo um processo de reprimarização”, como se nós devêssemos nos envergonhar de produzir minérios, de produzir petróleo, de produzir gás, de produzir alimentos. Isso seria grave, se nós sucumbíssemos efetivamente a uma visão monoprodutora, como a que existiu há 50, 60 anos, e não utilizássemos esse potencial como instrumento de criação de uma economia mais complexa e mais diversificada.

Sempre é importante mencionar que as grandes potências mundiais, pelo menos no passado, foram, ao mesmo tempo, potências energéticas, potências minerais e potências agrícolas.

Nós temos, além disso, um terço das reservas de água do planeta, e oxalá não seja verdade aquilo que se diz sobre as guerras futuras, que, talvez, [os conflitos] não serão pelo controle de petróleo, mas sim pelo controle de reservas aquíferas.

Desenvolvemos um parque industrial importante, inclusive com elementos de sofisticação grandes, e possuímos um vasto e diversificado território, onde convivem distintos biomas, distintas regiões.

E temos, finalmente, algo que me parece importante: uma população de mais de 400 milhões de homens e mulheres, os quais são cada dia

mais beneficiados por políticas econômicas e sociais inclusivas, que estão transformando este dado demográfico num dado econômico relevante, qual seja, estão permitindo que aqui se constitua um significativo mercado de bens de consumo de massa. E esse mercado de bens de consumo de massa tem uma importância relevante na dinamização da economia, na constituição efetiva de um núcleo endógeno de crescimento econômico, que nos tem protegido, inclusive em situações adversas, como é o caso dessas situações que advieram da incidência da [recente] crise mundial.

A economia brasileira e outras economias da região puderam subsistir tranquilamente – ou pelo menos com relativa tranquilidade – no período mais agudo da crise, porque exploraram esse fator importante. Alguns países crescem explorando fronteiras físicas; nós pudemos crescer explorando uma fronteira social que ainda tem uma possibilidade muito grande de ser ampliada.

Mas também pesou, na consideração nossa de constituição da Unasul, um conjunto de fatores imateriais, e alguns deles já foram aqui mencionados na intervenção do ministro Patriota. A nossa região é uma região de paz; é uma região livre de armas de destruição em massa, particularmente de armas nucleares; é uma região sem contenciosos relevantes de fronteiras, e aqueles que subsistem estão sujeitos a negociações diplomáticas.

Somos uma região em que não há grandes conflitos religiosos e étnicos, e aquela efervescência política – para usar um eufemismo, talvez – que se observa em alguns dos países é própria de processos democráticos que incorporam novos atores sociais à vida política.

Finalmente, mas nem por isso menos importante, nós temos uma realidade significativa: todos os presidentes da nossa região são presidentes eleitos em pleitos livres, sem contestação nacional e/ou internacional.

Isso permitiu que a Unasul constituísse uma personalidade internacional que já tem os seus primeiros desdobramentos. O fato de nós já termos realizado duas reuniões e estarmos à beira de uma terceira – entre a América do Sul e países árabes e, mais adiante, entre a América do Sul e países africanos – é um elemento, sem dúvida nenhuma, significativo. Nós constituímos uma identidade, uma personalidade político-jurídica capaz de estabelecer relações com outras áreas. E a própria influência do exemplo

Unasul na constituição da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é também um elemento indiscutível.

Eu queria concluir mencionando, evidentemente, os recentes acontecimentos do Paraguai, que poderia ser uma exceção a confirmar a regra da vigência democrática na região. Mas, menos do que explorar esse fato, compartilhando aqui a esperança de que ele possa rapidamente se resolver e que o Paraguai possa ser integrado nos moldes democráticos com a mais ampla velocidade, eu queria chamar a atenção para o fato de que a crise paraguaia introduziu para nós um tema fundamental, que é o tema da relação entre democracia e integração.

Pode haver integração sem democracia? No período autoritário, nós vimos concretamente que essa integração se fazia difícil, tendo em vista a persistência de tensões militares entre o Brasil e a Argentina, entre o Chile e a Argentina, entre o Chile e o Peru. Talvez o único projeto tristemente exitoso de integração na América do Sul, naquele momento, tenha sido a integração de aparelhos repressivos, a chamada Operação Condor.

Contrario sensu, eu gostaria de lembrar que o início do Mercosul se deu menos por um ato de aproximação econômica entre dois países que eram tidos como “rivais”, Argentina e Brasil, e muito mais pela disposição dos presidentes Alfonsín e Sarney de celebrar o advento da democracia lá e cá.

O estado de direito conquistado em nossos países é a expressão de avanços democráticos que os países da região alcançaram. Ele não pode ser entendido, no entanto, como um freio, como uma cristalização que não tenha nenhum desdobramento futuro. A democracia, é importante que se diga, é um processo – ela é essencialmente um processo – no qual os atores sociais e políticos vão criando novos direitos, novas correlações de forças e, portanto, inventando constantemente novas instituições.

A democracia política obtida nos anos 1980 e 1990, lamentavelmente, não foi acompanhada imediatamente do advento de uma democracia social e econômica. Políticas econômicas conservadoras adotadas naquele período pela maioria dos governos da região trouxeram graves prejuízos também para a democracia política, porque debilitaram a soberania nacional, que era considerada então uma velharia, uma obsolescência e, com isso, enfraqueceram a própria soberania popular. E essa soberania popular, evidentemente, está no cerne de todo e qualquer regime democrático.

Os efeitos sobre a integração regional foram muito negativos e, não por acaso, naquele período, o projeto que aparecia como hegemônico era o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Esse projeto foi derrotado na Reunião Interamericana de Mar del Plata, somente porque se reuniu um grupo de países avançados, progressistas, que estavam surgindo nesta América Latina, no novo milênio. Foram os avanços da democracia econômica e social observados na última década em nossa região que deram uma substância nova para o processo de democratização política a que estamos, em sua diversidade, hoje assistindo.

Eu insisto no aspecto *diversidade* porque os nossos projetos de integração não podem ser confundidos com projetos de integração político-ideológica, eles comportam uma saudável diversidade político-ideológica no seu interior, e o importante é que, a despeito dessa saudável diversidade, nós encontramos razões para estarmos juntos.

As decisões consensuais que o Mercosul e a Unasul tomaram em relação à recente crise paraguaia não são mais do que a reafirmação de um princípio que une indissolavelmente democracia e integração.

Muito obrigado.

Antonio José Ferreira Simões – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria, antes de tudo, de saudar a presidente da CREDN, deputada Perpétua Almeida, o professor Marco Aurélio Garcia, assessor especial da presidência da República para assuntos internacionais, o senhor Ivan Ramalho, alto representante do Mercosul, o professor Pedro Barros, representante do Ipea em Caracas, o professor Ronaldo Carmona, os embaixadores aqui presentes, os colegas, os acadêmicos, os jornalistas, os estudantes, enfim, todos.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que a minha tarefa aqui hoje é muito difícil, porque estou falando depois do ministro Patriota e do ministro Marco Aurélio Garcia. De qualquer maneira, vou tentar me haver dentro dessa circunstância em que estou colocado.

A segunda coisa que eu gostaria de dizer é que me sinto muito feliz de estar aqui hoje, nesta plateia cheia, na casa do povo brasileiro, na Câmara dos Deputados, e de a presidência da comissão ter decidido fazer este seminário. Quando eu soube que há dez anos não era feito um seminário como este, até achei que estava equivocado, tive que ouvir essa informação mais de uma vez.

Acho que a presença de tanta gente aqui hoje mostra que a sociedade brasileira tem interesse e quer participar da política externa brasileira; e mostra também que as pessoas que contribuem para a política externa brasileira têm interesse nesse diálogo. Eu acho extremamente importante que a Câmara dos Deputados, a CREDN seja capaz de fazer essa mediação, de criar esse momento para que a gente possa estar aqui hoje. É fundamental a mobilização da sociedade brasileira.

Eu queria dizer o seguinte: falar sobre o Mercosul ou a Unasul, os desafios da integração, os que me precederam já falaram bastante. O ministro Patriota falou muito sobre a presidência *pro tempore*, o que pretendemos fazer, foi falado já sobre a suspensão do Paraguai. O professor Marco Aurélio descreveu um pouco a Unasul, descreveu o porquê da nossa inserção na América do Sul.

Vou procurar situar um pouco algumas coisas que, muitas vezes, não são ditas. Nós temos que pensar por que a política externa brasileira se preocupa tanto com a América do Sul. Para isso, temos que pensar um pouco no mundo que existe hoje. Nós temos que pensar um pouco também no papel do Brasil no mundo de hoje, para que, então, a gente possa perceber por que a América do Sul, por que o Mercosul e a Unasul são tão importantes para nós.

O mundo que nós temos, hoje, é muito diferente do mundo de cinquenta anos atrás. Por exemplo, em 2011, pela primeira vez, os títulos do tesouro americano perderam a nota máxima, o *Triple A*. Isso nunca havia acontecido antes. Era algo absolutamente inimaginável. Os Estados Unidos ainda são a maior potência militar global, ainda são o grande produtor de tecnologia do mundo, mas hoje em dia se verifica que o poder de intervenção americano não é mais como era antes. Em relação à Europa também, a situação é muito diferente do quadro anterior. Hoje existe uma crise instalada na Europa, existe um modelo que está em xeque, existe uma estrutura baseada em vínculos com antigas áreas coloniais e uma estrutura, eu diria até rentista, em alguns casos, que está sendo questionada.

É interessante notar que, hoje, muito do crescimento da Europa depende de transferência de recursos de empresas europeias instaladas em outros lugares, inclusive na América do Sul. É o caso da Telefônica, é o

caso da Fiat, que tem no Brasil a sua segunda mais importante planta no mundo. Isso é muito interessante. Como poderíamos imaginar que, um dia, o dinamismo europeu tivesse a ver um pouco com o dinamismo nosso, aqui da região?

Outro fator novo é o que eu chamaria de o retorno da Ásia. Por que eu digo retorno da Ásia? Porque a Ásia, no passado, há quinhentos anos, seiscentos anos, setecentos anos, era uma área central no mundo. Deixou de sê-lo e agora volta a ser. Mas, junto com isso, há também o próprio dinamismo da América do Sul. Sobretudo, o que vemos hoje? Vemos que a locomotiva do mundo não está mais nos países ricos, a locomotiva do mundo está no mundo emergente. De 1990 a 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial passou de 22 trilhões para 54 trilhões, um crescimento grande. Metade desse crescimento do PIB, nesses quase vinte anos, veio dos países emergentes. Em 2030, 50% da produção mundial estará nos países emergentes. É muito importante entender que, quando falamos hoje de vinculação entre países em desenvolvimento, não é mais vinculação entre países que não importam, ao contrário, é vinculação entre os países que importam cada vez mais.

É muito importante percebermos essa mudança na realidade mundial. E é importante, também, percebermos a mudança na realidade da América do Sul. A América do Sul vive hoje um momento de grande crescimento econômico. A Argentina vive um período de nove anos seguidos de crescimento econômico, um dos maiores crescimentos da sua história recente, com certeza de muitas décadas. Isso se repete em muitos outros países. A sociedade chilena nunca foi tão rica como hoje em dia; a sociedade uruguaia nunca foi tão rica como hoje em dia; a sociedade brasileira nunca foi tão rica como hoje em dia. E, sobretudo, nunca se reduziu tanto a desigualdade como hoje em dia no Brasil. Mais adiante, eu vou falar um pouco mais do Brasil.

É importante notar o seguinte: hoje, na região, essa prosperidade não vem sozinha, ela vem com a democracia, como foi claramente mencionado pelo professor Marco Aurélio, anteriormente. E a democracia é essencial. Todos os países são democráticos. Por isso também o projeto de integração pode ir adiante. Não quer dizer que não haja, na região, desafios e problemas

a serem resolvidos, mas é importante notar que a base, hoje em dia, é diferente. E a base é diferente no Brasil também.

Quando comecei a minha carreira diplomática, há mais de trinta anos, no início dos anos 1980, eu me lembro de ter visto o Brasil falir em 1982 e em mais duas outras ocasiões, ainda na década de 1980. Aquele espetáculo muito triste de ver a senhora Ana Maria Jul, que era uma funcionária de quinto escalão do Fundo Monetário Internacional (FMI), falar de uma forma que eu acho que não era a melhor com os ministros da Fazenda do Brasil. Isso ficou na minha mente e na mente daqueles que, naquela época, já estavam na vida ativa.

Eu vejo pela plateia aqui que, provavelmente, muitos dos que estão sentados, como são jovens, não viram isso, mas é muito importante notar que um dia foi assim. Hoje é diferente, porque há três fatores fundamentais que mudaram no Brasil. Havia três fatores que colocavam o Brasil para trás e que hoje são as grandes alavancas do crescimento.

O primeiro é a população grande e o grande número de excluídos. Isso era um problema muito grave, sobretudo em relação aos negros, herança da escravidão. Era algo extremamente injusto e que deixou boa parte da população brasileira numa situação de exclusão.

O segundo problema que historicamente nos afligia era o endividamento crônico. O Brasil nasceu com a dívida externa herdada de Portugal. Historicamente, o Brasil sempre foi um país endividado. Acabei de relatar que, na década de 1980, falimos três vezes.

E o terceiro problema era a reduzida disponibilidade de petróleo. O famoso Relatório Link, dos anos 1960, dizia que, no Brasil, não havia petróleo. Estava certo o Relatório Link. O petróleo está no mar, não está no Brasil.

Hoje, esses três fatores que nos colocavam para trás nos jogam para frente. Hoje o que era a massa de excluídos na verdade é a classe C. O grande dinamismo econômico hoje é da classe C. As empresas que administram *shoppings* direcionados à classe C estão crescendo 25% ao ano no Brasil. As que dirigem *shoppings* dirigidos às classes A e B estão crescendo 5%, 6%. Então, os excluídos hoje estão jogando o Brasil para frente.

A segunda coisa, o endividamento. Hoje o Brasil é um credor líquido. O Brasil tem uma reserva de US\$ 400 bilhões, aproximadamente. Praticamente só há outro país da América do Sul que tem um PIB maior que a reserva brasileira. Isso é algo extremamente significativo. Nós somos o quarto maior credor dos Estados Unidos e somos, hoje, credores do FMI; não devedores, somos credores do FMI.

Em relação ao petróleo, com as descobertas do pré-sal, a perspectiva que nós temos é que a reserva de petróleo chegue a algo em torno de 60 bilhões, 80 bilhões de barris, o que nos coloca entre os dez primeiros do mundo. Isso é algo extremamente importante.

O que nós precisamos entender é que o mais importante disso tudo é que se reduziu a desigualdade no Brasil. A renda média real, entre 2004 e 2008, subiu quase 30%. Por isso que a presidenta Dilma estabeleceu a meta de fazer do Brasil um país sem pobreza, algo hoje que podemos alcançar.

E por que isso é tão importante? Por que esses fatores são importantes? Porque a política externa não se faz no vácuo, não se faz dentro de um gabinete pensando algumas ideias. A política externa é reflexo da sociedade, do que ocorre no mundo econômico, do que a sociedade brasileira deseja, do que o Congresso Nacional espelha, é reflexo de uma série de setores, e ela tem de ser cada vez mais assim, e será cada vez mais assim, porque há hoje uma demanda política por influir nessa política externa.

O que é importante notar é que, hoje, diante desse novo Brasil, diante desse mundo que eu assinalei, o Brasil é a sexta ou sétima economia, e vai ser a quinta. Nós temos de trabalhar uma política externa de quinta economia do mundo. E a sociedade brasileira será fundamental na estruturação dessa política externa.

O professor [Marco Aurélio Garcia] mencionou esse fato anteriormente. O Brasil decidiu que não vai sozinho para o mundo. O Brasil vai com seus vizinhos. O Brasil quer crescer com seus vizinhos. O Brasil pensa um projeto de desenvolvimento em que os vizinhos estejam incluídos. Isso é algo extremamente importante para nós.

É importante termos comércio? Sim, claro que é importante termos comércio, mas a nossa inserção na América do Sul não deve ser uma inserção comercialista. A nossa inserção na América do Sul tem de se dar

também pela solidariedade, pela cooperação. É por isso que nós tentamos, na Venezuela, estruturar um projeto de agricultura. Há um escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) lá. É por isso que nós vamos, no Uruguai, ajudar na interligação do setor elétrico entre aquele país e o Brasil. É por isso que há essa dimensão que não é só comercialista.

A dimensão do comércio é fundamental não só para o Brasil. Não é só o Brasil que vende. Na América do Sul, vendemos mais de 40% dos manufaturados que exportamos. É importante notar também, por exemplo, que, no caso da Argentina, 50% dos carros lá produzidos circulam no Brasil, são comprados por nós. Então, não é de um lado só, é uma via de duas mãos. É isso que nós procuramos fazer.

Por isso é importante o que está ocorrendo, a expansão do Mercosul, que agora sai da Patagônia e vai até o Caribe. O Mercosul agora vai dar uma dimensão importante não só para os estados do Sul, mas também para os estados do Norte e do Nordeste. A presença da Venezuela dará essa nova dimensão. A presença da Venezuela acrescenta um país que é o quarto PIB, a quarta população e que faz o Mercosul ser a quinta economia do mundo e a maior reserva de petróleo do mundo.

É importante compreendermos a diferença. O Mercosul tem uma vocação muito mais econômico-comercial, ainda que nos últimos anos ele tenha se expandido muito também na parte de cidadania, no Mercosul social.

No caso da Unasul, ela tem outra vocação. A Unasul tem uma vocação muito importante não só como projeto político, mas também como elemento de redução de assimetrias. Nós temos de usar a Unasul para fazer com que todos os países possam melhorar. Por exemplo, nós temos um conselho de saúde. O que nós vamos fazer? Nós vamos fazer com que os parâmetros de saúde, as ideias de saúde (...). Existe uma escola de saúde da Unasul, hoje, no Rio de Janeiro, que treina funcionários de saúde de todos os países da região. Isso é algo extremamente importante. Além de outras atividades, como o Conselho de Defesa e [seu plano de ação sobre] o problema mundial das drogas. Enfim, esse é um elemento fundamental.

Para concluir, eu quero dizer que é importante nós entendermos por que são tão importantes o Mercosul e a Unasul para nós. O Brasil é um país muito grande. O Brasil não está sozinho na América do Sul. Nós temos a responsabilidade de trabalhar com os vizinhos, na busca da paz, e de

procurar melhorar o nosso entorno. E procurar melhorar o nosso entorno é também melhorar a vida dos brasileiros.

Muitas vezes é difícil para o Brasil compreender a importância da política externa e a importância da convivência com os vizinhos. Por quê? Porque nós somos um país grande. A China, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos têm esse mesmo problema, porque olham muito mais para dentro. E nós temos, em relação aos vizinhos, uma responsabilidade muito grande, e temos, cada vez mais, de trabalhar nessa direção.

Finalmente, eu quero apenas dar uma palavra em relação à participação da sociedade. Cada vez mais a participação da sociedade será fundamental na definição da política externa. Isso é algo a que nós temos de nos acostumar cada vez mais. Eventos como esses, na verdade, têm de se multiplicar, porque é apenas dessa maneira que nós conseguimos transmitir ideias, mas, sobretudo, receber ideias.

É importante compreendermos que nós estamos, hoje, num processo de crescimento do Brasil. Não só crescimento econômico, mas também crescimento da sociedade brasileira. E será o crescimento da política externa proporcional ao apoio que ela puder obter. E o apoio que ela puder obter vai depender cada vez mais dessa interação, vai depender cada vez mais dessa participação.

Por isso, quero finalizar com um agradecimento pelo convite da CREDN e parabenizá-la pela iniciativa. É com iniciativas como esta que vamos fortalecer o papel do Brasil, o projeto nacional do Brasil, e o papel da integração da América do Sul.

Muito obrigado.

Pedro Barros – Deputada Perpétua Almeida, presidenta da CREDN; professor Marco Aurélio Garcia; embaixador Antonio Simões; alto representante do Mercosul, Ivan Ramalho; professor Ronaldo Carmona, é uma grande satisfação participar desta mesa.

A dificuldade em tratar do tema depois das apresentações iniciais é evidente. Dessa forma, tentarei não repetir elementos em uma apresentação linear, mas ressaltar outros, talvez mais detalhadamente, que ajudem a debater a nossa região, América do Sul, em particular as duas principais instituições, Unasul e Mercosul.

A América do Sul é decisivamente importante para o Brasil – e isso se acentuou nos últimos anos. Se nosso país representa 2,4% da economia mundial e 1,5% do comércio mundial, certamente nossa projeção internacional é maior que isso, talvez um pouco mais, talvez bastante maior. E essa legitimidade internacional brasileira em muito se dá pelo fato de nossas políticas e nossa posição internacional receberem o apoio, na enormidade das vezes, dos nossos vizinhos sul-americanos.

Então, não é apenas uma questão geográfica. Por algum momento, a América do Sul tornou-se uma prioridade mais forte por reação. E digo que tal ocorreu não há tantos anos. No final dos anos 1990, dada a inevitabilidade da Alca, diagnosticada naquele momento, o Brasil apressou-se em se aproximar dos vizinhos da América do Sul como um todo, organizando aqui a Cúpula de Brasília e depois ajudando a definir a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa).

Um movimento inicial do Mercosul, já ressaltado, derivado da aproximação entre Brasil e Argentina, nasce em 1991, mas com antecedentes muito importantes. A posição mais livre-cambista, formalizada no Mercosul, em 1991, não era exatamente a mesma da aproximação entre Brasil e Argentina, que contou, naquele momento – ou um pouco depois –, com o Chile, o Uruguai e o Paraguai, e considerava outros elementos que foram retomados, posteriormente, a partir da última década, principalmente a questão da integração produtiva e de aproximação e desenvolvimento conjunto de setores estratégicos, como foi o caso, naquele momento, da energia nuclear e, como comentou o professor Marco Aurélio Garcia, a questão da defesa.

Uma avaliação dessas iniciativas, por exemplo, da Iirsa, certamente nos trará a necessidade de revisá-la. A Iirsa tinha uma carteira bastante grande de projetos, pouquíssimos foram executados. Talvez, a baixa execução desses projetos se deva à própria formulação deles, ou seja, à forma como foram formulados pelas instituições multilaterais – o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata) – e, principalmente, pela forma de financiamento que privilegiava, naquele momento, a iniciativa privada e as parcerias público-privadas.

Da agenda consensual da Iirsa, por exemplo, de 2005, apenas dois projetos foram executados no tempo previsto, até 2010. Esses dois projetos,

a ponte que liga o Brasil ao Peru e a ponte que liga o Brasil à Guiana, foram executados com recursos exclusivamente públicos brasileiros.

Então, o momento de criação da Unasul e seus desdobramentos trouxeram, também, a criação de vários conselhos, dentre eles um importante, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). O Cosiplan se esforça – e isso está na decisão política dos presidentes – em tornar a Iirsa uma instituição técnica, “braço técnico” dessa instituição. O período ainda é muito curto para uma análise mais profunda, mas é necessário um esforço no sentido de os países da região trazerem para si o efetivo planejamento da integração de nossa infraestrutura.

Outro ponto fundamental para discussão da integração regional e da América do Sul é a questão amazônica. Então, um primeiro esforço importante no sentido de articular os países da região, de criar um espaço de concertação próprio para discussão dos temas amazônicos, ocorreu, de forma bastante reativa, digamos, nos anos 1970, com o Tratado de Cooperação Amazônica que, vários anos adiante, se transformaram na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Esse espaço é legítimo para a discussão do planejamento e desenvolvimento da região, em particular porque engloba os oito países ali colocados e inclui, também, países que tradicionalmente pouco são colocados no debate acadêmico sobre a América do Sul e que merecem especial atenção neste momento, como a Guiana e o Suriname. Daqui a pouco, tratarei um pouco desse tema.

Anteriormente, foi dito também que o Mercosul tem uma série de atribuições diferentes das da Unasul, que congrega todos os países. Do ponto de vista econômico, indubitavelmente, cabe ao Mercosul levar a cabo o processo de integração, em particular a questão da integração produtiva.

Um dos problemas e possíveis desafios que podem, inclusive, levar a algum questionamento futuro sobre a legitimidade do Brasil na região, é que o Brasil tem crescentes e relevantes superávits comerciais com todos os países da região, exceto com a Bolívia e, mês ou outro, com o Chile e com o Uruguai. Mas o desequilíbrio é acentuado e crescente. Pelo fato de o Brasil ter uma estrutura produtiva mais complexa e desenvolvida, a tendência natural seria o aprofundamento dessa assimetria. Os espaços de concertação

estão postos, mas as políticas necessárias para a diminuição dessas assimetrias ainda precisam de aperfeiçoamento.

O Brasil tem um instrumento fundamental para a integração da região, para a internacionalização das nossas empresas e para o financiamento da infraestrutura, inclusive nos outros países vizinhos, que é o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Boa parte das obras de infraestrutura dos países vizinhos é financiada pelo BNDES. A definição, porém, dos projetos financiados pelo BNDES não faz parte necessariamente de uma estratégia nacional para a região, nem de uma decisão do conjunto dos países da região. Isso, certamente, necessita de aprofundamento.

É muito importante a internacionalização das nossas empresas e a execução dessas obras de infraestrutura. Por si, já têm um grande valor, mas corre-se o risco, dentro das regras atuais, de o Brasil financiar projetos de infraestrutura, apoiados pelos governos locais, apresentados pelas empresas nacionais ao banco, que desintegram a região, como acontece com projetos levados a cabo pelas instituições multilaterais. Exemplo hipotético disso seria o de uma ferrovia que leva o minério de uma jazida qualquer a um porto sem agregação regional de valor. Isso é um ponto que certamente merece especial atenção.

Outro ponto importante mais específico à questão amazônica – o momento de ingresso da Venezuela no Mercosul talvez seja adequado para discussão – é a própria estrutura industrial que o Brasil desenvolveu naquela região. A Zona Franca e o Polo Industrial de Manaus, indubitavelmente, foram decisivos para levar industrialização àquela região, para desconcentrar espacialmente o nosso desenvolvimento, mas a relação daquele polo industrial com os países vizinhos é praticamente nula. E o atual momento de ingresso da Venezuela no Mercosul, repito, é adequado para se repensar articulação industrial nessa região que, para qualquer analista externo, vai ter, nas próximas décadas, um peso muito maior no mundo do que tem hoje, assim como, por exemplo, a região venezuelana da Faixa Petrolífera do Orinoco, recém-certificada como a maior reserva de hidrocarbonetos do mundo.

Em seu discurso de posse, a presidenta Dilma Rousseff ressaltou, com veemência, a prioridade da política externa brasileira como sendo a América do Sul. Apresentou disposição bastante clara para o fortalecimento

do Mercosul e da Unasul e também – isso é importante em qualquer discussão sobre a América do Sul, hoje, feita pelo Brasil – apresentou a decisão de associar o nosso desenvolvimento econômico, social e político ao dos países vizinhos. Esse, certamente, é um grande desafio. O nosso desenvolvimento produtivo, por exemplo, em grande medida, já está associado ao da Argentina, mas seria interessante um debate brasileiro mais claro e explícito sobre as formas adequadas de levar a cabo essa determinação de associar o nosso desenvolvimento ao dos vizinhos. Espaços como esse certamente ajudam. No caso concreto da Venezuela, em que não por acaso o Ipea tem uma missão, assim como há representações, escritórios de outras agências públicas brasileiras, como a Embrapa e a Caixa Econômica Federal (CAIXA), isso talvez seja uma novidade. A abertura dessas representações é recente. E há um grande esforço nosso, do Ipea, da CAIXA, da Embrapa, em conjunto com o MRE – com todo o apoio do MRE e da embaixada do Brasil em Caracas –, de refletir não somente sobre os projetos de cooperação pontuais mas também a forma de associar o desenvolvimento dessas duas regiões estratégicas para a América do Sul, que são as regiões que têm – como já disse – as maiores reservas de hidrocarbonetos e as maiores reservas de biodiversidade do mundo.

Outro tema em que coincide a questão amazônica com a questão do Cosiplan seria a forma também de associar não só o desenvolvimento produtivo dessas regiões, mas de suas infraestruturas. A aproximação com os países, a integração produtiva, depende necessariamente de uma concertação política e também de uma infraestrutura. E há uma deficiência grande na integração de infraestrutura em várias regiões da América do Sul. Não é o caso do Cone Sul, mas certamente é o caso do extremo norte da América do Sul. Então, talvez seja o momento de uma reflexão maior também sobre a forma adequada de aproximação com a Guiana e o Suriname.

Talvez a Unasul e o Cosiplan possam aprofundar uma reflexão sobre a forma de construir a infraestrutura para aquela região, de aproveitar o enorme potencial hidroelétrico, por exemplo, e mineral que há na Guiana e no Suriname, com regimes pluviométricos complementares ao amazônico, que é uma região pouco aproveitada. Apenas 11% do potencial hidroelétrico da região, a energia mais limpa que existe, são aproveitados. E a complementação ou a integração da infraestrutura – no primeiro momento energética, mas necessariamente de transporte – seria importante também.

Ainda quanto a essa questão amazônica, o caso do Suriname talvez seja caricato nesse sentido. Das várias centenas de quilômetros que há de fronteira, toda ela é ocupada por uma reserva indígena e por um parque nacional, que é o maior do Brasil. Isso tem, evidentemente, a sua explicação. Mas, certamente, isso precisa ser relativizado para a aproximação do Brasil com esses países, que é nosso objetivo constitucional, é prioridade da nossa política externa.

Por fim, algumas poucas palavras, já que o tempo também se esgota, sobre a Venezuela e a importância da aproximação entre Brasil e Venezuela.

O presidente do Ipea, na mesa inaugural, ressaltou que o Brasil, diferentemente dos outros países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), é um país que diminuiu as desigualdades.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) divulgou o seu relatório anual simultaneamente em várias cidades do mundo. Caracas foi uma delas. Esse relatório tem foco na questão da desigualdade este ano. De todas as regiões do mundo, a única em que as desigualdades diminuíram na última década foi a América Latina. E o país da América Latina que mais diminuiu a desigualdade foi a Venezuela. Essa é uma questão importante não só para nossa reflexão mas também para o reconhecimento dos méritos dessa questão.

A entrada da Venezuela no Mercosul significa, como já foi ressaltado aqui, a inclusão do Caribe no bloco e o aprofundamento da participação dos países da região Norte brasileira no bloco. É uma grande oportunidade para a Zona Franca de Manaus se articular com os países vizinhos, a partir do caso concreto da Venezuela, e também uma grande oportunidade para uma reflexão maior sobre integração produtiva.

O comércio bilateral entre Brasil e Venezuela aumentou drasticamente nos últimos anos. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o comércio bilateral, a corrente de comércio estava em US\$ 880 milhões. No ano passado, foi para US\$ 5,9 bilhões. Multiplicou-se por sete. Nos seis primeiros meses deste ano, o crescimento em relação a igual período do ano passado foi de 30%. Esse tremendo aumento do comércio não se converteu em integração produtiva. Há vários setores. O Ipea tem estudado isso, a missão na Venezuela tem se debruçado sobre esse tema, sobre as possibilidades de

integração produtiva e de infraestrutura entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela, particularmente.

A baixa competitividade agrícola de Roraima, por exemplo, se dá fundamentalmente pelo preço exacerbado que os fertilizantes que chegam da Ucrânia, da Rússia, por Paranaguá e sobem pelo Brasil alcançam naquele estado. A ureia, por exemplo, tem o preço quarenta vezes superior ao preço venezuelano.

O Brasil pode e deve, aproveitando este momento também, se debruçar mais fortemente sobre as possibilidades de integração do setor petroquímico, da indústria naval, entre outros.

Pontuei esses aspectos gerais sobre a América do Sul, o Mercosul e a Unasul e apresentei, brevemente, essas questões sobre a Venezuela e o trabalho da missão do Ipea na Venezuela.

Agradeço a oportunidade e estou à disposição para outros debates.

Ronaldo Carmona – Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, agradeço pelo honroso convite para fazer parte desta mesa, neste seminário, que, sem dúvida, é um grande sucesso.

Nesse sentido, felicito a CREDN da Câmara dos Deputados, na pessoa da deputada Perpétua Almeida, mentora desta iniciativa que, certamente, ficará marcada, assim como ficou o seminário que ela mencionou, realizado há dez anos. Certamente, este seminário sobre política externa também ficará registrado nos anais desta casa.

Obviamente, a vantagem de falar por último, ainda mais sobre este tema, é que nós poderemos aprofundar determinados aspectos que, talvez, os nossos antecessores não tenham abordado. Esse vai ser um pouco o nosso esforço.

Eu gostaria de começar situando este debate, tendo em vista o título do painel que se propõe discutir *os desafios para o aprofundamento da integração sul-americana*.

O desafio, em si, de aprofundar a integração sul-americana é para o Brasil, sem dúvida, a questão mais importante na dimensão externa do seu projeto nacional de desenvolvimento.

Do ponto de vista estratégico ou do ponto de vista de uma grande estratégia do Brasil, diria que esse desafio, antes de mais nada, pode ser percebido como resultante da própria condição geográfica do Brasil ou da própria condição geopolítica no sentido clássico da definição da geopolítica, da busca dos fundamentos geográficos do poder político.

A constatação de que a opção sul-americana é uma opção para o Brasil, desculpem a redundância, na verdade, faz parte das próprias condicionantes geográficas do nosso país e cresce em importância na medida em que a ascensão do Brasil no mundo se propõe a ser feita de forma não isolada. Propõe-se que a ascensão do Brasil, no cenário das nações, ocorra em associação com os nossos vizinhos, porque, disso, certamente resultará não apenas uma ascensão fortalecida, como também atenderá à própria tradição da política externa brasileira desde os seus primórdios.

Lembro aqui que o nosso primeiro chanceler, o fundador da pátria, José Bonifácio de Andrada e Silva, foi o pioneiro na tentativa de buscar, por meio de uma missiva remetida a Buenos Aires, uma aliança entre os dois países que conseguisse, portanto, superar as rivalidades históricas que naquele momento apareciam.

O debate sobre o aprofundamento da integração sul-americana precisa ser realizado, antes de mais nada, tendo em vista a evolução do cenário internacional. Afinal de contas, as maiores ou menores possibilidades de avançarmos e aprofundarmos essa integração derivam do quadro internacional que observamos ou das grandes tendências que podemos ver nesse contexto.

Uma primeira questão importante a destacar é que, ao contrário da onda pós-moderna e liberal, com toda a sua conotação ideológica, apresentada no imediato pós-Guerra Fria, o fato é que o século XXI assiste a um inequívoco retorno da geopolítica, à reabilitação dos preceitos clássicos da geopolítica, inclusive dos seus atores principais. Afinal de contas, hoje, um dos grandes focos de tensão mundial ocorre precisamente no mar da China, onde, aliás, agora, o senhor Leon Panetta, chefe do Pentágono, está passando, pela terceira vez no ano, denotando, portanto, a importância que essa região adquire e relembrando os preceitos que poderíamos aqui remontar.

Poderíamos falar aqui, também, das tensões que acontecem do ponto de vista da Ásia Central. Aquela região, mais do que nunca, passa a ser um foco de tensão, sobretudo em relação aos quatro grandes países que formam os pontos cardeais daquela região, ou seja, a Rússia, ao norte; a Índia, ao sul; a China, a leste; e o Irã, a oeste.

Então, penso que há diversos fatores do ponto de vista do cenário internacional que demonstram que há uma reabilitação, digamos assim, da presença e da força dos Estados nacionais como atores fundamentais do cenário mundial.

Penso, também, que, entre as grandes tendências do cenário internacional, é preciso verificar, por exemplo, algo que foi denominado por um ex-embaixador brasileiro em Washington, falando a respeito da redefinição da visão estratégica dos Estados Unidos, apresentada em janeiro último pelo presidente Obama, como a mais profunda mudança estratégica na política externa e de defesa daquele país, desde 2002, quando o então presidente George Bush, sob o impacto do atentado de 11 de setembro, radicalizou a sua ação no exterior.

Isso, obviamente, tem grandes impactos sobre a nossa região. E em que consiste essa nova estratégia de segurança nacional norte-americana? Textualmente essa estratégia diz que os Estados Unidos se voltem para aqueles que busquem impedir a projeção do poder do país, ou seja, reabilita movimentos clássicos da política externa norte-americana, de conter o surgimento de rivais e de polos que possam contestar ou colocar em questão um relançamento da hegemonia norte-americana no mundo.

Esse é um dado que não é menor, porque inclusive tem implicações do ponto de vista da situação estratégica global, na qual, desde o descobrimento, claramente, ocorre pela primeira vez um deslocamento do eixo geográfico e econômico central, do Atlântico Norte para a região do Pacífico e, portanto, isso tem implicações do ponto de vista da estabilidade e do desenvolvimento da situação global.

Penso que também tem importantes impactos sobre a nossa estratégia de desenvolvimento da integração regional a persistência da crise econômica, sobretudo nos países centrais. Afinal de contas, nós temos observado que os países centrais buscam, como iniciativa principal para sair da crise,

mecanismos ou manobras que, na verdade, representam ameaças diretas à sustentação do ciclo de crescimento econômico latino-americano, de diminuição da pobreza e de fortalecimento dos mercados internos, o que observamos na última década em escala regional.

Nos últimos meses e mesmo nas últimas semanas, tanto o Federal Reserve (Fed) [o Banco Central norte-americano] quanto o Banco Central Europeu (BCE) têm explicitamente proposto a emissão de moedas para buscar reaquecer essas economias, no caso dos Estados Unidos, e para buscar, portanto, socorrer países que sofrem profundamente com a crise, no caso europeu. Isso certamente redundará em desvalorizações monetárias e em riscos relacionados à nossa região.

Poderíamos falar aqui, também, das tensões relacionadas aos temas comerciais na relação da América Latina com a China que, na verdade, trata-se de um país que tem um consistente projeto de nação e um consistente plano de voo, no que diz respeito às suas metas, e lida com a América Latina, que, por sua vez, tem a estruturação dos projetos nacionais no conjunto de nossos países ainda algo bastante embrionário e frágil. Então, penso que essas novidades, essas tendências da situação internacional, têm forte impacto sobre o que estamos denominando como necessidade de aprofundar a integração sul-americana.

Nesse contexto, há importantes novidades com relação ao processo de integração regional, e eu gostaria de me referir a alguns deles. Em primeiro lugar, acho que o professor Marco Aurélio bordejou um pouco essa questão. É preciso considerar que o próprio surgimento do Mercosul tem raízes estratégicas. Ou seja, o Mercosul se inicia antes da sua própria assinatura, com a superação de uma importante disjuntiva estratégica, que eram as rivalidades entre Brasil e Argentina – rivalidades que rigorosamente perduram desde o período colonial, chegando a uma situação em que, ao longo do século XX, por quase cinco décadas, nenhum presidente brasileiro pisou em Buenos Aires. Pode-se dizer que, desde a visita de Getúlio Vargas, em 1935, até a do presidente João Figueiredo à Argentina, houve esse longo interregno em que o grau de rivalidade chegava a ponto de sequer ocorrerem visitas presidenciais.

Mas o Mercosul, que nasce como uma iniciativa de natureza estratégica, tendo em vista a superação dessa rivalidade histórica, sofre de importantes

injunções que ocorrem no mundo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Ou seja, o Mercosul passa a sofrer de inflexões relacionadas à própria alteração do cenário internacional, no que diz respeito a um novo predomínio das ideias liberais no mundo. Essa medida viria a se concretizar no tratado de Assunção, cuja essência é principalmente promover o comércio entre os seus integrantes.

Embora isso viesse a ser matizado com a própria assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1994, quando, entre outras medidas, se criou a tarifa externa comum, eu acho que o Mercosul, por um longo período, seguiu baseado objetivamente num bloco de natureza comercial.

A partir de 2003, ainda que de forma lenta e que perdura até hoje, começa a mudar de qualidade a própria situação do Mercosul, primeiro pela retomada de sua natureza estratégica, quando, sobretudo agora, com o ingresso da Venezuela, se consegue estruturar não apenas um eixo geoeconômico, mas também um eixo geoestratégico do ponto de vista do território sul-americano. A natureza do Mercosul, portanto, em alguma medida, retorna aos seus objetivos: ser um bloco estratégico, no sentido de [dar coesão] aos nossos países para uma inserção internacional que também tem em conta essas razões estratégicas.

Merece destaque também que, desde 2003, de forma lenta e gradual, vai crescendo a percepção de que a centralidade do enfrentamento das assimetrias, ou seja, a centralidade da promoção do desenvolvimento, é uma questão basilar para o aprofundamento da integração sul-americana.

Portanto, considero que essa ideia, que está subjacente ao debate mais recente, sobre a natureza e as definições do Mercosul, qual seja, a de buscar transitar de um bloco meramente de natureza comercial, de promoção da integração comercial entre os seus integrantes, para ser um bloco de promoção do desenvolvimento econômico e social dos seus integrantes, é uma importante mudança de qualidade no bloco que, junto com a retomada do seu perfil estratégico, poderia, portanto, enfrentar aquele que certamente é o principal contraste ou a principal característica da América do Sul, que é precisamente a disparidade, a diferença entre a enorme potencialidade que a nossa região possui, sobretudo em termos de ativos estratégicos, de recursos estratégicos, digamos assim, para a sustentação do crescimento econômico no mundo e o nível relativamente baixo no que diz respeito a sua riqueza potencial.

Certamente, de 2003 para cá, temos tido importantes avanços na conformação disso que estou chamando de um salto de qualidade no Mercosul. O exemplo é a própria estruturação do Focem. Ainda que em termos materiais este seja um fundo bastante limitado, que reúne em torno de 100 milhões por ano, é uma iniciativa de grande importância, assim como iniciativas que se estruturam no âmbito da Unasul, como a criação de conselhos que tenham sua importância voltada claramente para a promoção do desenvolvimento, como é o caso do Conselho de Energia e do Conselho de Infraestrutura.

Esse Conselho de Infraestrutura – Pedro citou brevemente essas ideias – consegue, inclusive, dar passos no sentido da conformação de uma agenda que permita avanços na integração física sul-americana, incluindo projetos de grande interesse estratégico para o Brasil, como é o caso da possibilidade de, no norte da América do Sul, ligar, do ponto de vista de uma rodovia, a capital do estado de Roraima, Boa Vista, à capital do estado do Amapá, Macapá, passando pelas três Guianas; ou também uma velha aspiração de acesso ao Pacífico, do ponto de vista do Brasil, com a possibilidade da ligação de uma via férrea entre o Porto de Paranaguá e a cidade de Antofagasta, no Chile.

Para concluir, considero que estamos diante de desafios importantes para o próximo período. Certamente, são iniciativas que buscam condicionar o desenvolvimento da integração sul-americana, como é o caso dessas tensões a que me referi, que incluem, por exemplo, o caso da recém-surgida aliança do Pacífico ou mesmo a proposta de negociação de um acordo transpacífico.

Acho que nós deveríamos, no próximo período, ter como referência o aprofundamento da capacidade de iniciativa do Brasil em relação à integração sul-americana. Reporto-me, por exemplo, às propostas que estão ressaltadas no relatório apresentado pelo então alto representante do Mercosul, embaixador Samuel, à reunião de Mendoza, que me parece levantar algumas das grandes questões que estão em voga, no que diz respeito aos desafios para o aprofundamento da integração sul-americana. Entre estas, por exemplo, como poderemos, no próximo período, enfrentar o problema de utilizar a exportação de *commodities*, a exportação de matérias-primas para, por meio da sua taxaço, criar um fundo que permita colocar adiante um novo ciclo de industrialização da região, que é um grande desafio para fazer frente ao que está sendo apresentado em relação ao mundo.

Então, acho que esses são os desafios apresentados. É o momento ímpar dos desafios apresentados para o Brasil, no contexto da nossa região, mas acho que, cada vez mais, essa mudança de qualidade do ponto de vista do Mercosul e esses avanços do ponto de vista da Unasul permitem delinear quais são os grandes desafios apresentados para o aprofundamento e integração sul-americana.

Obrigado.

Ivan Ramalho – Quero agradecer muito o convite da deputada Perpétua Almeida. Sempre procurei atender aos convites da Câmara, do parlamento e, no primeiro semestre deste ano, eu estava ainda no setor privado, na presidência de uma associação, vim aqui e me lembro de que a senhora fez a abertura de um encontro muito importante da Frente Parlamentar de Desburocratização, aqui da Câmara dos Deputados, no qual tive a honra de ser convidado para coordenar um grupo de desburocratização, exatamente do comércio exterior, que é a área na qual eu sempre trabalhei e continuo trabalhando.

No mês passado, fui convidado para este cargo, para esta função de representante geral do Mercosul. Não poderei, portanto, continuar coordenando o grupo da Frente de Desburocratização do Comércio Exterior da Câmara dos Deputados, mas queria dizer aos senhores parlamentares que vou estar sempre à disposição, da mesma forma como estou aqui hoje, para qualquer convite que eu possa receber também para este tema, que é um tema pelo qual tenho entusiasmo muito grande. Sem dúvida alguma, a desburocratização, especialmente na área do comércio exterior, tem uma importância fundamental. Tenho segurança de que o Brasil tem hoje um comércio exterior próximo de US\$ 500 bilhões/ano, porque investiu muito em desburocratização, em informatização do processo.

Queria fazer esse registro aqui e dizer que foi uma grande honra ter sido convidado pela Câmara para coordenar esse trabalho. Agora, convidado pelo governo brasileiro, tenho a difícil tarefa de substituir o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, meu amigo, que está aqui, que vai me ajudar como sempre me ajudou em outras oportunidades.

Queria também cumprimentar toda a comunidade, o corpo diplomático, jornalistas que estão aqui presentes, e registrar que estou na função há apenas um mês. Portanto, acabei de chegar, digamos assim, a Montevideú, sede do Mercosul, e estou ainda me familiarizando com muitos dos temas do Mercosul.

Eu queria dizer que minha origem é o comércio exterior. Eu sempre trabalhei em integração com todos os países do Mercosul e com outros países da América do Sul, mas sempre muito voltado para comércio exterior, para integração produtiva, para troca de investimentos, para financiamento de obras de infraestrutura, enfim, questões econômico-comerciais. E o Mercosul, inegavelmente – quem tiver um pouco de tempo pode consultar as estatísticas oficiais, muitas das quais já foram ditas aqui –, está consolidado neste particular. Nós tivemos, nos últimos vinte anos, uma evolução comercial extraordinária no Mercosul e tivemos também integração produtiva em muitos setores.

Principalmente no que diz respeito a comércio, quem examinar a curva de crescimento do comércio exterior verá que somente depois de 2008, quando houve uma grande crise financeira internacional, o comércio no Mercosul teve uma queda, mas uma queda muito pequena. Logo em seguida teve uma recuperação muito grande. Eu ouvi em algumas palestras – não vou repetir os números – que principalmente nos últimos anos, de 2008 a 2011, tivemos, tanto nas exportações como nas importações, um crescimento extraordinário. Ou seja, nós estamos seguramente consolidados nessa questão de comércio, de investimento, de financiamento, de integração produtiva, ainda que tenhamos, principalmente na integração produtiva, muito trabalho por fazer e muitas outras oportunidades para a integração dos nossos setores produtivos.

Neste momento, a mensagem que eu queria trazer para os senhores, muito brevemente, de tudo que eu já pude verificar, em apenas um mês de trabalho em Montevidéu, é que nós temos que nos lembrar sempre de que o Mercosul não é só comércio, não é só integração produtiva. Nós temos temas sociais de extraordinária importância, como a questão da cidadania, a integração das pessoas, a possibilidade de livre circulação. Enfim, a agenda do Mercosul é muito rica, além do comércio exterior e da integração produtiva.

A mensagem que quero trazer para os senhores parlamentares, principalmente para aqueles que estudam comércio exterior, é que se lembrem disto: nós temos que olhar também para as muitas outras áreas, para os muitos outros conselhos, para os muitos outros fóruns, para uma agenda bastante mais ampla que a de comércio exterior.

Temos, no Mercosul, uma responsabilidade muito grande, porque o Mercosul tem hoje um produto interno de mais de US\$ 3 trilhões. Mais

de 80% do PIB da América do Sul estão hoje no Mercosul. Portanto, milhares de pessoas têm as suas atividades profissionais, de uma forma ou de outra, vinculadas ao comércio, ao investimento, à produção, a atividades culturais, entre muitas outras, como obras de infraestrutura, que também estão contribuindo bastante para este processo de integração.

Eu não queria me alongar, não queria repetir muitos dos números apresentados aqui, porque isso seria enfadonho para os senhores e também porque entendi que a organização pretende que sejam feitas algumas perguntas. Eu não queria, então, utilizar todo o meu tempo, até porque, como disse, eu assumi há pouco este cargo, esta função, portanto estou ouvindo muito, aprendendo bastante. Espero, se possível, ouvir as sugestões dos senhores.

E espero também que, sempre que houver, aqui, qualquer evento, encontro, qualquer realização do Mercosul, que eu volte a ser convidado. Vou ter muito prazer de voltar ao Parlamento brasileiro. E espero que os Parlamentos dos outros países também realizem encontros como este e tratem um pouco do Mercosul, que tem uma importância extraordinária para o presente e para o futuro de todos os nossos países.

Muito obrigado.

O CONTEXTO GEOPOLÍTICO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS À POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Coordenador

Eduardo Azeredo*

Expositores

Samuel Pinheiro Guimarães**

Reginaldo Mattar Nasser***

Maria Edileuza Fontenele Reis****

Cristina Pecequilo*****

Paulo Daniel Elias Farah*****

Relatora

Leila Bijos*****

Eduardo Azeredo – Boa noite. No segundo painel deste seminário, será tratado o tema *O contexto geopolítico internacional e os desafios à política externa brasileira*. Serão considerados o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os Estados Unidos, o Oriente Médio e a Primavera Árabe e também a África.

Para tratar desses importantes assuntos, convido para compor a mesa os seguintes palestrantes: o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; a embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, subsecretária-geral de Política II do MRE; a professora Cristina Pecequilo, da UNIFESP; o professor Paulo Daniel Elias Farah, da USP; e o professor Reginaldo Mattar Nasser, da PUC de São Paulo (PUC-SP).

* Deputado Federal pelo Partido da Social Democracia Brasileira do estado de Minas Gerais (PSDB-MG).

** Embaixador do Brasil e ex-secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

*** Professor de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

**** Embaixadora do Brasil e subsecretária-geral de Política II do MRE.

***** Professora de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

***** Professor da Universidade de São Paulo (USP).

***** Professora da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Convido ainda para compor a mesa a professora Leila Bijos, da UCB, que atuará como relatora deste painel.

Quero saudar a todos por intermédio da presidenta da nossa comissão, a deputada Perpétua Almeida.

A política externa de um país deve ser política de Estado. Por isso, é importante o envolvimento do Poder Legislativo. O Congresso, no Brasil, já tem um papel relevante, ao aprovar os nomes dos embaixadores que são indicados para nos representar pelo mundo. Isso não é comum em todos os países. Contudo, algumas questões ainda permanecem. A própria abertura de novos postos diplomáticos não passa pelo Congresso. Assim, é importante que, dentro desse espírito democrático e diplomático, possamos discutir sobre a relevância da discussão que se faz aqui hoje. O Brasil tem a quinta maior população do mundo, o quinto maior território do mundo e, portanto, com esse crescimento econômico, tem um importante papel a desempenhar no mundo como um todo.

Para esquentar um pouco a discussão, vou discordar um pouco do nosso embaixador Antonio Simões, ou complementar a sua fala. Sua Excelência lembrou que uma boa parte dos jovens não se lembra daquele incômodo, a presença de fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil. Realmente, isso incomodava muito. Mas não lembrou que havia o incômodo da inflação de 40% ao mês, que corroía o salário do trabalhador. Esse foi um ponto também importante, junto com políticas sociais inclusivas, para que o Brasil avançasse nesse contexto geral de desenvolvimento. Digo isso apenas para esquentar o debate, para que não fique apenas a opinião de governo, mas também a de oposição.

Na maior parte dos assuntos, existe consenso entre o governo e a oposição, não existem grandes críticas, mas, às vezes, há uma cobrança da oposição relativamente aos direitos humanos pelo mundo afora.

Passo a palavra ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que tem grande experiência e falará sobre o contexto geopolítico internacional.

Samuel Pinheiro Guimarães – Agradeço à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), especialmente à deputada Perpétua Almeida, o convite para participar deste seminário.

Cumprimento todos os integrantes da mesa, meus amigos. Cumprimento todas as senhoras e todos os senhores, todos os parlamentares, todos os diplomatas estrangeiros aqui presentes.

Cumprimento minha mulher, Maria Maia, que se encontra lá no fundo da sala. Veio prestigiar a minha apresentação.

O tema que me foi dado foi *O contexto geopolítico internacional e os desafios à política externa brasileira*. Quero começar dizendo que estamos num momento de grandes transformações internacionais. O ministro Patriota mencionou que vamos ver pela primeira vez, na próxima década, a ultrapassagem da maior potência econômica do mundo por outra. Isso diz respeito a certos indicadores, principalmente, ou talvez unicamente, ao Produto Interno Bruto (PIB) absoluto, não ao PIB *per capita*, não à geração de tecnologia, não ao poder militar. Mas só esse fato já é extremamente importante.

Todos os contextos estão sofrendo mudanças e naturalmente todos são interligados. O contexto econômico internacional assiste hoje a uma crise que se iniciou financeira, passou a econômica e se transformou em social. É uma crise que se origina nos Estados Unidos, no setor financeiro. Tem uma causa, uma raiz estrutural profunda, que é o próprio sistema capitalista, que tende a gerar crises periódicas de superprodução, umas pequenas, outras maiores. Esta se juntou a uma crise do setor financeiro, que também é periódica. Refiro-me, no caso, a crises especulativas. Isso vem do tempo da famosa especulação das tulipas, na Holanda, no início do século XVII. É algo que ocorre. Só que dessa vez foi uma crise que se propagou por todas as economias, devido ao próprio fenômeno da globalização e da desregulamentação. Foi a desregulamentação financeira, causada pelas políticas neoliberais, que levou à contaminação. E foi essa mesma política – não adotada pelo Brasil, porque aqui não houve desregulamentação no setor financeiro – que permitiu que o nosso país não fosse de imediato envolvido na crise, como foram outros países, e países que nos eram apresentados como grandes modelos. Não vou citar nomes tendo em vista a presença dos senhores embaixadores estrangeiros, mas muitos nos eram citados como grandes exemplos, permanentemente. Porque nós deveríamos fazer o mesmo que faziam, adotar as mesmas políticas que adotavam. E foi justamente por não termos adotado, nem na área financeira, nem na tarifária, nem na de privatização – senão teríamos privatizado o Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB), a Petrobras, a Eletrobras e, hoje em dia, o Estado não teria mecanismos para reagir à crise, para permitir a reativação da economia.

Muito bem. Mas essa crise é um fato. A China faz parte dessa crise. A China é, hoje em dia, um país capitalista, não é um país socialista. Não é verdade? O governador aqui está protestando e tal, todo mundo, o embaixador da China está protestando. Do ponto de vista econômico, é uma economia mista, com grandes empresas estatais, com setor privado cada vez mais importante e, digamos, com enorme participação de megaempresas multinacionais. Das quinhentas maiores empresas multinacionais do mundo, quatrocentos estão instaladas na China, mas não de forma desregulamentada, e sim de forma regulamentada, o que é muito diferente.

Então, a crise acaba por afetar também a China, eventualmente, porque a China está estreitamente ligada à economia europeia, à economia americana e à economia japonesa. Não está solta no espaço. Nem nós.

No contexto internacional político, o que nós vemos é um enorme crescimento do unilateralismo, de tomada de decisões de forma unilateral. Por exemplo, a ação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na Líbia não foi permitida pela Organização das Nações Unidas (ONU). O que ocorre hoje na Síria é algo muito interessante. Não posso admitir que movimentos locais de pessoas sem nenhuma convivência natural com as armas possam enfrentar um exército. Isto não existe, pessoas que em fotografias vemos muitas vezes de “sandálias havaianas” e de calça *jeans* exibindo uma metralhadora que, para ser manejada, exige larga prática, e enfrentando o exército. Não é assim. Há uma participação crescente de forças especiais de países da região, mas também de países ocidentais, como ocorreu na Líbia.

Então, há um unilateralismo de decisões tomadas, de intervenção, como foi feito no Iraque e em outras ocasiões, o que é extremamente perigoso do ponto de vista político. E, ao mesmo tempo, há outro fenômeno político, do qual as pessoas não têm dado muita conta, que é a reorganização da União Europeia (UE). A UE está se reorganizando. Talvez tenha que expelir alguns países, mas está se reorganizando no sentido de fortalecer suas instituições supranacionais. A partir do Banco Central Europeu (BCE), haverá uma política fiscal comum pelo controle dos orçamentos nacionais. Esse será um passo

adiante na UE, com muito sofrimento para os trabalhadores, ninguém tenha dúvida disso, como a grande reversão das políticas de previdência social, de proteção do trabalho, de salário mínimo (SM), enfim, com decisões de redução de salários e assim por diante. Do ponto de vista institucional e político, porém, isso pode resultar, eventualmente, no fortalecimento político da UE. É muito provável que isso ocorra. Eu não acredito que o euro vá desaparecer. Isso não ocorrerá, não está nos planos das grandes potências europeias. Naturalmente, há grandes potências europeias, médias, pequenas e micro. Então, isso não ocorrerá. Não é interesse da Alemanha, nem da França, simplesmente deixar desintegrar esse enorme esforço de criação de um bloco econômico e político capaz de retomar a influência da Europa no cenário internacional.

Depois temos o contexto militar, do qual abordarei dois aspectos rapidamente. Primeiro, as novas funções da Otan. A Otan chama-se Organização do Tratado do Atlântico Norte e atua no Afeganistão. Houve uma verdadeira revolução geográfica no mundo: a Otan na Ásia. Isso é algo extraordinário, porque a Otan está se arvorando em instrumento político das grandes potências quando elas não conseguem no Conselho de Segurança obter aprovação para sua ação. Aí a aprovação é feita por meio da Otan, que age em nome dos seus integrantes. E a composição das tropas é sempre muito interessante. Há uma composição de pequenos contingentes de alguns países, e um grande contingente norte-americano. Na realidade, se formos verificar a composição das tropas em cada operação da Otan, veremos que é isso o que ocorre.

O segundo aspecto é a nova estratégia americana, declarada recentemente, que considera a Ásia o ponto central da estratégia militar e política americana. Quem na Ásia? Talvez os pequenos países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Talvez a grande preocupação sejam os pequenos países asiáticos, que oferecem uma ameaça extraordinária aos Estados Unidos, à integridade territorial americana, com suas armas nucleares, seus foguetes, seus satélites... Não, não deve ser isso. Nós sabemos bem de quem está se falando.

E há uma renovação dos acordos regionais, acordos tradicionais com países que se encontram em volta da China. Temos aí uma séria mudança no contexto militar estratégico internacional.

Todos esses contextos se inter-relacionam, não são coisas isoladas. Questões econômicas se relacionam com questões políticas, questões militares, questões tecnológicas e assim por diante.

Já o nosso contexto regional é extremamente interessante e foi apresentado aqui amplamente, de forma extraordinariamente positiva. Creio eu que é necessário ter, como se dizia antigamente, um grão de sal, porque grande parte do progresso econômico recente dos países da região decorreu do nível de desenvolvimento da economia chinesa, o qual está relacionado com o desenvolvimento da economia europeia e americana. A redução do crescimento da economia europeia e americana afeta a economia chinesa, que afeta a demanda por *commodities*.

Aqui foi dito, num certo momento, que agricultura e indústria são a mesma coisa. Eu queria dizer que divirjo profundamente disso. Profundamente. A agricultura é extremamente importante, mas nada acontece na agricultura sem indústria. Nunca uma colheitadeira foi fabricada dentro de uma fazenda. Uma colheitadeira é feita numa fábrica. Nunca um trator foi fabricado dentro de uma granja. Um trator é fabricado numa fábrica. Então a indústria é extremamente importante para o processo de agregação de valor, para o processo de aprendizado, para o desenvolvimento e para a geração de empregos mais bem remunerados na economia. É no setor industrial que se geram esses empregos. E tem havido, sim, uma reprimarização da economia, não há a menor dúvida, e por uma razão óbvia, que é a enorme demanda por produtos primários. Como essas questões são calculadas em termos percentuais, quando aumenta a exportação de soja, diminui a participação dos outros setores. Tem havido também uma perda absoluta, e isso tem afetado a indústria do Brasil e a dos outros países e os mercados para a indústria brasileira na região. Disso não há a menor dúvida, o mínimo de familiaridade com os dados permite à pessoa chegar a essa conclusão.

Acontece que, dentro do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – em que todos os países são fornecedores de produtos primários, produtos com base na agricultura, soja, trigo, milho, e produtos primários processados –, o Brasil também é fornecedor de minério de ferro, principalmente para a China. A redução do crescimento chinês, então, afeta imediatamente a demanda por minério de ferro e afeta também os preços do minério de

ferro internacionalmente, assim como acaba afetando o preço da soja e assim por diante.

Tudo isso está interligado e, em algum momento, afetará de forma mais profunda a economia e, portanto, a sociedade brasileira, porque, ao reduzir a atividade econômica, reduz também o emprego. E, ao reduzir o emprego, aumenta enormemente a insatisfação social, é óbvio.

Na América do Sul, é preciso ter clareza sobre isso; estão em competição dois modelos de política econômica, de desenvolvimento econômico. Um tem como princípio a integração plena da economia no sistema econômico internacional por intermédio da aceitação dos princípios que foram enunciados pelo Consenso de Washington, privatização, desregulamentação, abertura total das economias, e que são consagrados pelos acordos de livre comércio.

Esses países, que eu não posso nominar aqui, são aqueles que celebraram acordo de livre comércio com os Estados e, posteriormente, com muitos outros países. São países que abriram sua economia totalmente para o exterior e vão sofrer, certamente, um impacto enorme. E houve um processo de reprimarização da economia desses países.

Outros países, no caso os países do Mercosul, têm outro tipo de política econômica, que preservam a possibilidade de desenvolver a política de desenvolvimento econômico, de ação do Estado para promover o desenvolvimento.

Só quero mencionar o seguinte: na semana passada foi anunciado que a França e a Inglaterra estariam criando bancos de desenvolvimento semelhantes ao BNDES. Que coisa interessante! O BNDES, que era tão ruim, que intervinha na economia, e agora a França e a Inglaterra criam bancos de desenvolvimento econômico. Isso é uma maravilha!

Então, nós temos o Mercosul de um lado, e, de outro, o Arco do Pacífico, que reúne justamente os países que celebraram esses acordos.

Vou passar, finalmente, ao último tema, que são os desafios da política externa brasileira.

O primeiro desafio é não se internalizar, não tornar toda a política do Estado brasileiro voltada para dentro devido às suas dimensões. Quer dizer,

é participar da política externa com mais atividade, com mais ênfase, principalmente numa época de grandes transformações. Nas épocas de grandes transformações é que os interesses podem ser mais afetados. Então, não se pode internalizar, toda a prioridade ser dada à política interna. Isso não é possível, e este seminário é um ponto importante para ressaltar a importância da participação do Legislativo, o que sempre defendi.

Não adianta, a palavra “eu” não deve ser usada porque não é de bom gosto. Mas sempre defendi – evitei o “eu” – a participação do Senado nas negociações internacionais. Não havia grande entusiasmo por parte de muitos dos meus colegas, mas sempre defendi a participação *pari passu*, para que os acordos não chegassem ao Congresso e fossem aprovados por razões de Estado, sem que o Congresso tivesse tido a real possibilidade de examinar a sua negociação.

O segundo desafio é a necessidade de fortalecer o Mercosul. Para nós, isso é fundamental, dentro de um contexto de um mundo multipolar, conforme mencionou o ministro Patriota. O professor Marco Aurélio e o embaixador Antonio Simões também mencionaram a importância da criação de um bloco regional, no caso, com base no Mercosul, com a expansão do Mercosul para outros países que não o integram ainda, como a Bolívia e o Equador.

Terceiro, não recuar da África. A África é o nosso vizinho natural. A costa ocidental da África é nosso vizinho. Não sei se o assunto foi tratado aqui com a devida extensão, mas certamente outros terão oportunidade de expor a importância da África para o papel internacional do Brasil, pela sua própria vizinhança, por uma série de complementaridades, uma série de semelhanças. Não vou entrar no tema porque precisaria de mais algum tempo.

É preciso aproveitar também a bonança trazida pela demanda chinesa por produtos primários, para aumentar a agregação de valor no país. É preciso negociar com a República Popular da China acordos que permitam o processamento industrial dos produtos no país. Não é possível que o Brasil exporte permanentemente enormes quantidades de minério de ferro para a China e importe da China trilhos, chapas, tubos etc.

Deve-se chegar a um acordo. E é preciso ser dito que isso é muito importante tanto para a China, que poderá participar desses investimentos no Brasil – e a China deveria participar desses investimentos no Brasil, se é

do seu interesse –, como para o Brasil, porque essa é uma oportunidade de transformação industrial, para ampliar o nosso crescimento.

Ciência e tecnologia são de grande importância. E se trata de fortalecer os centros de ciência e tecnologia no Brasil, talvez até seguindo o exemplo chinês, que faz um esforço enorme de fortalecimento dos centros de criação de pesquisa científica e tecnológica, de recrutamento de pesquisadores, o Programa dos Cem Talentos, depois Programa dos Mil Talentos anuais.

Esse tipo de situação nós deveríamos fazer no Brasil. É importante mandar estudantes para o exterior, mas não é o suficiente. Se os centros de pesquisa não estiverem convenientemente aparelhados, as pessoas voltarão do exterior e não terão onde trabalhar de forma eficiente.

Hoje em dia, na pesquisa moderna, tudo depende do homem e do equipamento. E o equipamento nos países muito desenvolvidos é muito sofisticado. O indivíduo vai, estuda, utiliza equipamentos muito sofisticados, volta ao Brasil e não encontra equipamentos sequer similares. Então, é de grande importância fortalecer.

É fácil saber se isso está ocorrendo ou não, basta examinar o orçamento dos centros de pesquisa e saber se eles estão aumentando ou não. A China tem aumentado a sua dotação para ciência e tecnologia de forma extraordinária, passando de 0,6% a 1,7%, com a meta de chegar a 2% do PIB nos próximos anos.

E, numa última referência, a soberania. Um país não é soberano se não tem defesa. Um país não tem defesa se não tem indústria de defesa. E um país não tem indústria de defesa se não tem indústria.

Eu encerro aqui a minha participação, porque acho que já ultrapassei o meu tempo.

Muito obrigado a todos.

Reginaldo Mattar Nasser – Boa tarde. Agradeço à CREDN o convite. Agradeço também ao Ipea, principalmente porque eu venho desenvolvendo trabalhos, desde o ano passado, para o Bolsa Pesquisa, o Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea. Produzi alguns artigos, que sairão em livros, e um artigo mais específico sobre o Oriente Médio,

que foi publicado na revista *Tempo no mundo*, do Ipea. Portanto, nessa publicação está mais detalhado aquilo que vou expor aqui.

A ideia da minha exposição a respeito do Oriente Médio é me dedicar mais ao que podemos chamar de “percepção do Oriente Médio”, aquilo que, infelizmente, ainda domina os meios políticos, os meios intelectuais, os meios governamentais não apenas no chamado “ocidente”, mas também perpassando por uma série de instituições.

Gostaria de expor o que considero os principais mitos em relação ao entendimento do Oriente Médio em geral, do mundo árabe, enfim, contrapondo-lhes não uma interpretação teórica mas alguns fatos, para que possamos pensar melhor a respeito disso.

A primeira questão óbvia de qualquer abordagem sobre Oriente Médio, sobre mundo árabe, sobre norte da África, hoje, é o fato de ser impossível não mencionar a revolta conhecida pelo nome Primavera Árabe. Creio que, em torno disso, nós podemos fazer algumas considerações.

Acredito que a primeira delas é aquela que diz respeito ao Oriente Médio, mas não só; algo também que avaliávamos como perdido na história, que são os processos revolucionários. Não vou entrar aqui também em considerações a respeito de se é realmente revolução ou não – é um processo ainda –, mas, de qualquer forma, foram mobilizações populares, diferentes em alguns casos, com uso de violência. Houve diferença entre a Tunísia e o Egito, num grupo; e a Líbia e a Síria, em outro.

De qualquer forma, isso trouxe à tona o tema que nós podemos chamar de insurgências, ou revoltas, ou revoluções. Esse é um ponto que acredito ser fundamental para o Brasil, para a política externa brasileira, eu diria, de forma ainda mais ampla, inclusive para a formação dos nossos diplomatas. No tema de que estamos falando, política externa brasileira, o professor Marco Aurélio enfatizou a necessidade da participação de outros setores.

Nesse aspecto, o Brasil viu, de uma hora para outra, uma clivagem. Aquilo que era visto como o Brasil, principalmente durante o governo Lula, próximo dos governos árabes. E quando se dizia “árabes”, realmente não se fazia essa distinção, se era governo ou se era sociedade. Durante esses acontecimentos mais recentes, houve uma clivagem, como houve uma clivagem entre governo e sociedade.

Nesse contexto turbulento – infelizmente não vai dar tempo para discorrer sobre isso, já o fiz em outras ocasiões –, creio que a diplomacia do Brasil, a política externa brasileira, não soube lidar bem com a situação, com o reconhecimento da revolta, os processos que ocorreram na Tunísia, no Egito, principalmente, e, depois, na Líbia. Ou seja, houve demora em ter um posicionamento mais firme a respeito desses fatos, quando, no caso da Líbia, por exemplo – ou mesmo do Egito –, boa parte de outros países árabes já havia feito isso.

Então, mais do que uma questão circunstancial, eu acredito que é um tema que vale à pena, na medida em que, claro, a origem histórica da diplomacia, da política, é lidar com Estados, não é? Não há dúvida nenhuma.

Cada vez mais esses processos de clivagem, esses processos transnacionais em que ocorrem mobilizações populares, serão um grande desafio. Daqui para a frente será um desafio saber lidar com isso, saber que posicionamento tomar.

No momento da revolta árabe, um desses casos chamou muita atenção. Em um primeiro instante, ele apareceu apenas como uma questão interessante para a mídia, para matérias jornalísticas e, depois, não mereceu um desenvolvimento maior. Foi a relação que o governo da Líbia tinha, há muito tempo, com uma instituição acadêmica da maior importância na Inglaterra, que é a London School of Economics (LSE).

Veio à tona, primeiro, o caso do filho de Kadafi, que havia defendido uma tese de doutorado lá. Mas não era só isso. Havia uma doação do governo da Líbia. E alguns professores da própria LSE se aprofundaram e começaram a investigar sobre o que se tratava.

Tratava-se de uma grande articulação entre o governo inglês, o governo da Líbia e empresas de petróleo que estavam financiando pesquisas na área de relações internacionais, na área de sociologia, na área de política, que, no final das contas, corroboravam, apostavam na estratégia que os Estados Unidos e a Inglaterra já haviam adotado desde 2004, que era receber a Líbia de braços abertos na comunidade internacional. Isso está documentado. Não é uma avaliação que esses intelectuais ingleses, esses professores ingleses, fizeram.

No caso dos Estados Unidos – é só consultar a internet –, formou-se um *lobby* no Congresso norte-americano para negócios com a Líbia, um *lobby* em que constavam os nomes de um conjunto muito grande de intelectuais

que têm livros traduzidos aqui, que vêm ao Brasil, que elaboram esquemas, pensamentos, conceitos etc. e cujas interpretações sobre o Oriente Médio, explícita ou implicitamente, acabam sendo adotadas.

Cito, entre eles, Fukuyama, Joseph Nye, Anthony Giddens. Esse documento mostra que todos eles visitaram a Líbia por mais de uma vez, assinaram o livro do Kaddafi, o famoso *Livro verde*, e tinham a mesma opinião de que a Líbia estava no bom caminho, a Líbia não tinha armas de destruição em massa.

Agora, novos documentos vieram à tona, mostrando o quê? Mostrando que mais do que isso – aquilo que se especulava –, o governo da Líbia estava agindo junto com as forças norte-americanas, na pretensa caça aos terroristas, inclusive com torturas. Quer dizer, a Líbia se aliou a isso.

Então, esse é outro tema da maior importância. Hoje nós estamos falando muito aqui em mudanças, transformações, e eu concordo. Agora, há algumas questões perdidas lá no passado não muito distante que eu acharia bom recuperar.

Eu acho que se havia algo de bom na época da Guerra Fria era o fato de ficarmos mais atentos à produção dos intelectuais. Tanto é que havia uma área de sociologia dos intelectuais. Eu acho que está mais do que na hora de fazermos isso.

Sobre o Oriente Médio, há muita pesquisa, muito financiamento e, portanto, muita construção de falsas percepções. Há muita mitificação. E essas mitificações, claro, têm um sentido, têm um interesse. Elas cumprem muito bem isso.

Hoje, aqui, foi falado sobre *soft power*. É interessante, pois a expressão *soft power* por vezes parece um tanto adocicada. Isso é *soft power* também. *Soft power*, por sua vez, relaciona-se de forma muito estreita com *hard power*. Não existe *soft power* sem que haja *hard power*. O próprio Joseph Nye sabe disso.

Uma dessas ideias, muito fortes, muito presentes no mundo árabe, no mundo islâmico, no Oriente Médio, eu diria que é a concepção geral, e vou usar da forma como é usada, de forma indistinta. Naquela região, reina a excepcionalidade. É uma região onde tudo é diferente: religião, cultura, absolutamente tudo! É como se dissessem: “Se quiser entrar nesse mundo,

é o mundo do exotismo”. Então, é muito interessante, porque quando vieram as revoltas na Líbia, muito se discutiu sobre suas tribos. Eu assisti a análises de jornalistas sobre a Líbia, começando pelo século III. Foi até onde eles voltaram. Mas poucos foram ao *Google* para ver os dados econômicos e sociais da Líbia, assim como de todo o Oriente Médio. É difícil alguém mencionar isso. No caso da Líbia, sua população é 80% urbana. Assim fica difícil achar tribos. Só se for tribo urbana! Aí, pode ser. Pesquisas sobre essa questão das tribos existem formalmente, mas não têm quase nenhuma influência no comportamento, na camada dos jovens, na camada média. No mundo árabe, em geral, 60% da população têm idade inferior a 30 anos.

Falou-se aqui das tribos na Líbia. Muito bem, não houve revolta. Vejam, é muito interessante essa nossa referência a outros países. Não houve revolta na Líbia, mas em Benghazi, em Trípoli e em outras cidades. Como no caso do Egito, no Cairo e em Suez. Foram revoltas urbanas, diferentemente do que ocorreu na Síria, que é outro caso. Na Síria, as revoltas começaram na periferia, foram para o meio, até atingir Aleppo, Damasco etc. Portanto, de uma forma geral, houve uma modificação fantástica na faixa etária, na estrutura demográfica e social nesse país do Oriente Médio. E ninguém, ou quase ninguém, atentou para isso, fazendo discussões sobre o Alcorão, sobre não sei o quê.

Lembro-me que eu estava diante de um aluno que fazia exposição do caso da Líbia e, quando ele começou a discorrer justamente a partir do século III, eu perguntei se, para discutir a transição democrática no Brasil, era preciso voltar às capitânicas hereditárias. Acho que não! Pode-se até fazer dessa forma, mas não é preciso voltar tanto.

Por que isso acontece no caso do Oriente Médio? Há um mito, escrito por um jornalista norte-americano, que vou reproduzir aqui: “Os árabes vão para a cama, à noite, odiando a América; acordam odiando Israel, e passam os dias fazendo pregação para o ódio”. Isso antes da revolta árabe. Agora, eles poderiam analisar as pesquisas de opinião pública desenvolvidas pelo *Zogby Research Services* (Serviços de Pesquisas Zogby), dos Estados Unidos, sobre a demanda social dos árabes no mundo inteiro, e, depois de analisá-las – e acredito que não dará tempo para eu fornecer os dados aos senhores –, deveriam mudar de opinião. A realidade é que os árabes vão para a cama, à noite, pensando sobre o trabalho; acordam, todas as manhãs, pensando em seus filhos; e passam todos os dias pensando em como melhorar a qualidade

de vida – como ocorre em qualquer lugar do mundo. E as revoltas árabes vieram mostrar isso. Tentou-se a todo custo ver alguma pontinha do Islã, alguma pontinha do chamado radicalismo, mas não houve absolutamente nada. O que predominou foram outras forças sociais, que agora estão nesse processo muito difícil de transição. De qualquer forma, essa questão permanece.

Vou continuar com o caso da Líbia. Na Líbia, caótica durante a eleição, o único fato foi a queda de um helicóptero. Morre-se menos em eleição na Líbia do que no Brasil. Mas o país está um caos. Anteontem, no jornal *Folha de S. Paulo*, havia artigo de um importante jornalista, cujo título era *Caos na Líbia*. O texto – isso é fantástico! – nega o título do artigo ao afirmar que, nas eleições, foi tudo bem, que a Líbia está produzindo petróleo no nível de antes e que os radicais não ganharam as eleições. Está tudo bem, mas o título era *Caos na Líbia*?

Por fim, a imagem corrobora todas essas percepções e fecha um círculo. Como é possível sair desse caos? A saída do caos só pode ser: ou um governo ditatorial (...) E aí começa a justificativa. A Cable News Network (CNN) ontem estampou na sua página: “Valeu a pena?” Uma interrogação sobre a Primavera Árabe. Já estão fazendo a conexão, em decorrência dos acontecimentos recentes, com a questão da revolta árabe. A outra saída articulada é uma intervenção externa. Os nomes mudam: intervenção humanitária, intervenção externa e, agora, responsabilidade de proteger. É a ideia de que só algo de fora pode trazer racionalidade para esse processo.

Só mais uma palavra, para encerrar. Eu acredito, portanto, que a atitude a se tomar diante desse tema não é outra que não seja adotar os conceitos, os princípios, que nós aplicamos para analisar a América Latina, a Ásia ou qualquer outro lugar do mundo.

Interessante falar de religião, porque nós tivemos aqui, na América Latina, no Brasil, uma experiência fantástica de articulação de religião e política, a Teologia da Libertação. Mas, na época, não me lembro de ninguém sair folheando a Bíblia para tentar entender o movimento político.

Encerro por aqui. Agradeço o convite. Essas questões que eu discuti, rapidamente, estão no texto que eu escrevi na revista do Ipea.

Obrigado.

Maria Edileuza Fontenele Reis – Muitíssimo obrigada, ilustríssimo e excelentíssimo deputado Hugo Napoleão, querido amigo de longa data e coordenador da mesa.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar os meus sinceros agradecimentos pelo honroso convite para participar deste importante foro de discussões sobre a política externa brasileira.

Eu gostaria, muito especialmente, de felicitar a deputada Perpétua Almeida pela iniciativa de organizar este encontro. Acho que é uma iniciativa não só importante como muito oportuna, neste momento em que, por todas as intervenções que aqui me precederam, fica muito claro que a palavra de ordem nas relações internacionais é transformação. Todos os oradores que me antecederam até o momento não deixaram de utilizar essa palavra.

A última vez que este seminário ocorreu, pelo que fui informada, foi há 10 anos. E a transformação fica mais evidente quando nós pensamos que uma agenda deste seminário, há 10 anos, jamais traria a palavra BRICS. E se falassem em Primavera Árabe, talvez fosse em referência a algum poema árabe. Muito dificilmente, há 10 anos, nós poderíamos discutir reforma do sistema financeiro internacional. Se falássemos isso há 10 anos, poderia soar como insanidade. De modo que esse debate é uma extraordinária oportunidade.

É justamente a transformação que nos remete ao BRICS. Vivemos este momento de redesenho da governança global. Redesenho este necessário, porque todas as instituições gestadas no pós-guerra são instituições que trazem um *déficit* de representatividade e, portanto, um *déficit* de legitimidade. Esse *déficit* de legitimidade e essas circunstâncias de transformação são reafirmados e reforçados pelo cenário de crise econômico-financeira, com epicentro – também isso é um sinal de transformação – nos países desenvolvidos.

Esse cenário de transformação abre espaço para a formação de novos foros de concertação e de cooperação. Antes ainda da conformação do BRIC, o que se deu na forma de cúpula apenas em 2009, nós tivemos, por iniciativa do Brasil, a formação do Ibas, foro que reúne Índia, Brasil e África do Sul, muito voltado para a cooperação Sul-Sul. Em 2003, formamos a cúpula Aspa, que reúne os países da América do Sul e os países árabes. Em 2006, pela primeira vez, organizamos a cúpula ASA, que reúne os países da América do Sul e os da África.

Quando falamos de BRIC no Brasil, em diferentes foros, imediatamente se associa o termo a Goldman Sachs, a Jim O'Neill, a idealização desse mecanismo para atrair investimentos para economias emergentes. O BRIC, que hoje chama a atenção do mundo, não é esse mecanismo. Esse mecanismo já cumpriu a sua função, fez fortuna daqueles que acreditaram na solidez e robustez das economias emergentes de Brasil, Rússia, Índia e China, fez a fama do criador desse acrônimo, BRIC. Hoje, porém, o que chama a atenção da comunidade internacional, dos meios governamentais, acadêmicos, jornalísticos, entre outros, é o mecanismo político-diplomático que foi constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e, mais recentemente, também integrado pela África do Sul (e agora denominado BRICS).

É importante mencionar que, da perspectiva brasileira, a ideia do BRICS não é inteiramente nova. No início da década de 1990, quando o mundo estava mudando com a dissolução do Bloco Soviético, com queda do muro de Berlim, eu trabalhava em planejamento político no Itamaraty, e já nessa época nós desenhávamos cenários alternativos de parcerias importantes para o Brasil com países que, a exemplo do próprio Brasil, eram detentores de vastos territórios, de grandes populações, de recursos naturais e de certo grau de desenvolvimento científico-tecnológico. E esses países eram a Rússia, a China e a Índia.

Não é por outra razão que a parceria estratégica entre o Brasil e a China foi formalizada ainda em 1993. Posteriormente, também estabelecemos parcerias estratégicas com Índia, com Rússia e também com a África do Sul. Ou seja, são países já identificados pelo Brasil como estratégicos para o relacionamento bilateral.

Esse mecanismo político-diplomático, portanto, formado pelos cinco países, chama muito a atenção da comunidade internacional, justamente pela sua representatividade. É um grupo que representa cinco regiões do mundo. É um grupo que congrega 25,91% da área terrestre do planeta, que representa 43% da população mundial, 18% do PIB nominal e 25% do PIB *per capita* e foi responsável por 46% do crescimento econômico global entre 2000 e 2010. Em 2012, o BRICS será responsável por 56% do crescimento do PIB mundial. Portanto, é um grupo altamente representativo de grande relevância para o Brasil.

O BRICS começou a se formar como mecanismo político-diplomático de forma muito despreziosa, eu diria – e ainda está em formação. Começou com reuniões de chanceleres à margem da Assembleia-Geral da ONU, ainda em 2006. Em 2007, nova reunião de chanceleres foi também organizada. Em 2008, nós tivemos pela primeira vez uma reunião estruturada de chanceleres, que ocorreu por iniciativa da Rússia em Ecaterimburgo.

Já nessa primeira reunião houve uma notável identificação de consensos. Entre tantos consensos, eu apontaria apenas alguns que me parecem muito relevantes e que, hoje, moldam o perfil do BRICS. Um deles é a necessidade de assegurar oportunidades iguais para o desenvolvimento de todos os países. Outros são: o fortalecimento do multilateralismo, com a ONU desempenhando papel central; a necessidade de reforma da própria ONU e do Conselho de Segurança; o compromisso de contribuir para o cumprimento de metas de desenvolvimento do milênio; e o apoio aos esforços internacionais de combate à fome e à pobreza.

Isso foi em 2008. Já em 2009, nós tivemos, também em Ecaterimburgo, a primeira cúpula. Em 2010, aqui no Brasil, a segunda. No ano passado [2011], em Sanya na China, a terceira. E este ano [2012] a quarta cúpula realizada em Nova Déli.

Nessas reuniões, que juntam os chefes de Estado de Brasil, China, África do Sul e Rússia e o chefe de governo da Índia, as mais diferentes questões da agenda internacional são passadas em revista. E o BRICS vem, desde a sua concepção, a partir da primeira cúpula, atuando em duas vertentes principais. Uma é a coordenação de posições sobre temas políticos e econômicos; e a segunda, a construção de uma agenda própria do BRICS.

A coordenação, no plano político, tem se dado muito em torno do fortalecimento da segurança e estabilidade internacionais, fortalecimento do multilateralismo, defesa da promoção da democratização do sistema internacional. O BRICS também tem atuado de forma muito coordenada na temática da mudança do clima. Atuou muito de perto, especialmente no grupo do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), com vista para o sucesso da Conferência de Durban e também atuou de forma muito coordenada para a organização da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, recentemente realizada (em junho de 2012) no Rio de Janeiro, a Rio+20.

A coordenação, na área econômica, tem tido também um papel muito importante para a reforma da governança econômica internacional. O BRICS tem formado um grupo muito forte em benefício da reforma do FMI, da reforma do Banco Mundial e da promoção dos interesses dos países em desenvolvimento no Grupo dos 20 (G-20).

É muito possível, é difícil dizer, mas é bem possível que a reforma do FMI acordada na cúpula do G-20, em Seul, em 2010, não tivesse ocorrido sem uma atuação coordenada do BRICS e a representatividade ampla que o BRICS tem em termos populacionais, em termos de PIB e em termos de regiões.

Na área econômica, é importante destacar essa necessidade de reforma do FMI. No FMI, hoje, ou até essa reforma, o BRICS tinha um poder de voto equivalente ao poder de voto da Holanda, da Bélgica e da Itália, o que é absolutamente insustentável quando consideramos, justamente, o peso econômico desses países hoje, países que representam a segunda economia do mundo. A China é o maior país exportador do mundo; o Brasil é a sexta economia; a Índia, com um forte crescimento econômico e previsão de se tornar a terceira economia do mundo, talvez já na próxima década. Enfim, era uma reforma absolutamente fundamental. Agora, essa reforma foi assinada e precisa ser, portanto, implementada.

O BRICS trabalha de forma muito coordenada para que a implementação dessa reforma aconteça o mais rápido possível. E acredito que, sem a coordenação do BRICS, nem essa reforma nem a sua implementação se dariam num horizonte previsível.

A segunda vertente de atuação do BRICS é justamente a de construção de uma agenda própria de cooperação intra-BRICS. E, nesse contexto, eu destacaria que, desde a segunda cúpula, realizada no Brasil, nós temos organizado também um foro empresarial do BRICS. Já organizamos um foro acadêmico, celebramos dois acordos entre os bancos de desenvolvimento do BRICS, em que o nosso BNDES tem um papel muito importante. Esses acordos são: um para promoção de investimentos em moeda local; e outro para facilitação de cartas de crédito, o que deve contribuir para ampliar o comércio intra-BRICS. Aqui, vale a pena chamar a atenção para o fato de que o comércio intra-BRICS, em 2002, era da ordem de US\$ 27 bilhões; em 2011, foi de US\$ 299 bilhões. Evidente que a China tem a parte do leão nessa cifra, mas isso reflete a ampliação considerável

do comércio intra-BRICS, e ainda há um espaço extraordinário para que esse comércio se amplie. Todos esses instrumentos são importantes nesse sentido.

Temos também uma agenda de cooperação entre diferentes áreas, como segurança alimentar, segurança energética, saúde, turismo, que se processam e devem continuar a se processar por meio de reuniões ministeriais.

Sobre essas duas vertentes de atuação do BRICS – a vertente de coordenação de posições e organismos internacionais políticos e econômicos e a de construção de uma agenda própria do BRICS –, eu observaria que a última cúpula, realizada em Nova Déli, abre espaço para a construção de uma terceira vertente, que é a de cooperação com outros países. E isso se dá, porque, na Cúpula de Nova Déli, foi decidida a criação de um banco de desenvolvimento sustentável do BRICS. Essa é uma iniciativa extraordinária. Não é um banco que pretenda substituir outros bancos de desenvolvimento. O banco pretende, sim, trazer aportes complementares para financiar projetos de infraestrutura nos países do BRICS e em outros países. De modo que essa última cúpula marca um ponto de inflexão, abrindo a possibilidade de uma terceira vertente de desenvolvimento da cooperação do BRICS.

Como o BRICS é visto? Por alguns, com muito ceticismo. Há quem acredite que não há futuro para um grupo de países tão diversos cultural e historicamente. Há outros que veem o BRICS com muito entusiasmo e até já o classificam como um centro de influência e uma estrutura multipolar de poder, que passaria a reger o século XXI. E há ainda países ou setores em certas regiões que acreditam que o BRICS é um mecanismo, um foro que se está constituindo em prejuízo dos interesses de outros países.

Eu gostaria de observar que, de fato, o BRICS não é mais um G, como tantos Gs já existentes, tantos grupos já existentes que se formam em torno de um único tema. O BRICS tampouco é uma coalizão ou uma aliança nos moldes tradicionais. Ele é, sim, uma associação de países que une quase metade da humanidade e parcela crescente da economia mundial. Por isso, é um foro que entende sua responsabilidade na construção de uma ordem internacional renovada. É um foro que está disposto a contribuir para ampliar e reforçar as instituições da governança global e aumentar a capacidade dos países que o integram, e está disposto também a contribuir para ajudar outros países. É nesse contexto, por exemplo, que se insere a

iniciativa do BRICS de alocar 75 bilhões para o FMI. Essa é uma decisão que foi tomada em Los Cabos e que deverá, em breve, ser implementada.

Só para concluir, eu gostaria de recordar aqui palavras do ministro Celso Amorim, que foi um dos grandes artífices da construção do BRICS, para qualificar esse novo foro que se forma. O ministro Celso Amorim disse:

Essas novas organizações, tanto o BRICS quanto o Ibas, estão ajudando a transformar o mundo, mas não de uma maneira que eles se tornem uma nova aristocracia. Não queremos ser uma elite de países emergentes nem queremos trocar a velha aristocracia do G-8 por outra aristocracia. O que queremos é contribuir para criar um mundo mais democrático, um mundo em que a voz de todos seja ouvida.

Portanto, para aqueles que temem o BRICS, eu deixo muito claro que, na percepção brasileira, o BRICS não é, necessariamente, nem pretende ser, um jogo de soma zero, segundo o qual, para um ganhar, o outro, necessariamente, terá que perder. Está, sim, disposto a promover uma situação *win-win*, de ganhos para todos, especialmente para os países em desenvolvimento.

Muito obrigada.

Cristina Pecequilo – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite para estar aqui, na presença de todos os colegas e compartilhar uma mesa muito interessante, assim como foram todas as outras ao longo do dia. Essas mesas não teriam sido possíveis sem esta iniciativa conjunta da CREDN, por meio de sua presidenta, a deputada Perpétua Almeida, e também do Ipea. Acho sempre importante reiterarmos esses agradecimentos.

Minha exposição é intitulada Nota sobre a Relação Bilateral Brasil-Estados Unidos, abordando, inclusive, o contexto eleitoral norte-americano. O meu objetivo é falar um pouco sobre como está a relação bilateral com os Estados Unidos e projetar cenários a partir da eleição presidencial que ocorrerá em novembro (2012).

Nesse contexto, não vou reprisar muitas coisas que já foram ditas – e de maneira muito mais completa do que eu poderia abordar – sobre o contexto geopolítico global, mas somente destacar três oposições, porque os Estados Unidos estão envolvidos em todas elas. E são oposições que afetam o interesse

nacional brasileiro não só no âmbito da parceria bilateral, mas também, e principalmente, no da inserção internacional do país de uma maneira geral.

Os Estados Unidos são uma potência hegemônica. Então, as atitudes dos Estados Unidos, não só necessariamente com relação ao Brasil mas também com o resto do mundo, terão impactos sobre todo o sistema internacional, no qual o Brasil se inclui.

Dessas três oposições, eu gostaria de destacar a primeira, que é a do progresso e da regressão ideológica. Nós observamos uma polarização das tendências de direita, com aumento da xenofobia, o aumento dos preconceitos, num contexto também, como todos vêm repetindo, de transformação, e, ao mesmo tempo, o renascimento da esquerda, de novas formas de pensar o mundo. Não necessariamente um renascimento completo e, também, não necessariamente uma polarização completa. Acho que todos esses processos continuam em andamento, e vai caber a cada Estado decidir a maneira como vai responder a esse desafio: se vai responder de maneira autônoma ou se vai responder de maneira subordinada e que não busque o seu interesse.

Essa é a primeira oposição.

A segunda oposição envolve as velhas governanças, as velhas estruturas de poder e o equilíbrio de poder que hoje vemos se formando, com todos esses desenvolvimentos, no âmbito do sul, seja no BRICS, seja na América do Sul.

Por fim, a última, que nos afeta tanto quanto as outras, é esse declínio da hegemonia dos Estados Unidos, não em termos militares – eles ainda detêm a unipolaridade militar –, mas em termos de moldar o mundo politicamente, de conduzi-lo a um cenário de estabilidade.

Na verdade, a maioria das ações norte-americanas, hoje, vem trazendo instabilidade, elas trazem mais incerteza. E o que isso demonstra? Que esse processo de reordenamento de poder global não vem sendo bem administrado pelos Estados Unidos. Mas por quê? Devido a uma natureza básica da hegemonia, que é a preservação de poder, e a uma dificuldade de se encontrar um consenso interno de qual é esse papel. Dentro do próprio país, vemos uma polarização entre aqueles que defendem um engajamento de grupos como o BRICS e outros que veem a ideia da contenção.

O que prevalece hoje? Eu diria que prevalece a contenção e uma visão ainda muito antiga do engajamento, ou seja, uma visão ainda de uma hegemonia que vai se engajar para conter o avanço desses novos países, desses polos emergentes, e não propriamente para trabalhar ao lado deles em todas as situações.

Como o Brasil responde a esse cenário? Como isso se aplica na relação bilateral? Eu acho que o Brasil tem que responder pela continuidade de relações internacionais de perfil autônomo e observar que as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos melhoraram, amadureceram, como o ministro Patriota citou à tarde, a partir do momento em que nós tivemos trajetórias trocadas. O que isso significa? Que o Brasil passou a crescer, a partir de 2003, no início da presidência Lula, com uma gestão de relações internacionais de autonomia e assertividade.

A partir do momento em que se muda o vetor da política externa e a política externa brasileira adere a essa via que já vem sendo explorada há muitos anos pela China, pela Índia e mesmo pela Rússia, com maior vulnerabilidade, tem-se um reconhecimento maior do poder brasileiro.

Reconhecer o poder do outro não significa aceitar isso com tranquilidade. Relações entre potências não significam harmonia. Eu acho, às vezes, um debate um tanto equivocada, esse que temos no Brasil, de que tudo tem que correr bem numa relação, sem divergências. Muito pelo contrário, quanto mais adensamento se tiver numa relação bilateral, maiores serão as divergências, e isso é bom, porque nem sempre os Estados Unidos vão estar certos, e nem sempre o Brasil estará certo, ou os outros países do BRICS. A questão da cooperação não é encontrar sempre o consenso, é encontrar uma terceira ou uma quarta via.

A partir do momento em que o Brasil trocou essa trajetória, começou a crescer e a se afirmar, ele mudou de posição diante dos Estados Unidos. Lógico, não foi só porque o Brasil mudou de posição, mas também porque esse crescimento, essa trajetória foi acompanhada por um recuo dos Estados Unidos.

Pensar as relações bilaterais com os Estados Unidos, para nós, é uma das questões mais difíceis da política externa brasileira, porque é uma relação que vem carregada de peso histórico, de mitologia e de oposições que também

considero falsas, de falsas escolhas. “Devemos nos alinhar”, “devemos estar distantes”. Isso é equivocado.

Então, ao escolher seu caminho, o Brasil mesmo se valorizou diante dos Estados Unidos. Isso foi representado pelo diálogo estratégico estabelecido pelas presidências Lula e Bush Filho, em 2005, com uma reavaliação, que veio da presidência norte-americana, de todas as suas relações com potências regionais – não só com o Brasil. O governo Bush Filho se caracterizou, no seu primeiro mandato, por um profundo unilateralismo, que teve consequências políticas, econômicas e estratégicas para os Estados Unidos.

Então, a partir do segundo mandato, houve um recuo natural, e esse recuo enquadrou o Brasil também como um parceiro estratégico. Mas o que eu quero enfatizar é que não é só porque os Estados Unidos estão em declínio, é também porque o Brasil se reafirmou diante desse cenário global.

Esse diálogo estratégico é baseado não só no reconhecimento do Brasil como estabilizador sul-americano, mas também na definição de temas estratégicos, entre os quais a energia, a questão do pré-sal, a questão do etanol. Ou seja, na convergência estratégica do interesse norte-americano, nós temos pontos que interessam a eles. O pré-sal interessa aos norte-americanos, o etanol interessa. Interessa ao Brasil ter um papel de equilibrador sul-americano nessa região.

Esse reconhecimento do diálogo estratégico se consolidou na presidência Obama, na nova grande Estratégia de Segurança Nacional, a partir do que os democratas definiram como os novos centros de poder: Brasil, Rússia, Índia, China, Indonésia, África do Sul, todos os países que compõem o BRICS e também as grandes potências regionais.

Então, claramente, está explicitado na grande Estratégia, que foi lançada em 2010, e também no *Quadrennial Defense Review*, que é um documento do departamento de Defesa, que esse foco nas potências regionais, nas potências emergentes, tem que ser o foco da política externa norte-americana, sem abandonar a Europa, sem abandonar o Japão. Engajar-se e conter essas novas potências. Isso passa primeiro pelo diálogo, pela retórica. Então, é o diálogo estratégico, é esse reconhecimento.

Mas, aí, vem a questão: e o mundo real? Como isso se traduz no mundo real? Aquilo que estão falando nos seus documentos, os Estados Unidos

estão praticando para o Brasil? De certa forma, eles continuam praticando a hegemonia. E, muitas vezes, essa hegemonia não é mais uma hegemonia que coopta para as estruturas. O que a gente viu no final da Segunda Guerra Mundial? Houve uma cooptação dos outros Estados para essas estruturas. Hoje, os Estados Unidos não fazem isso. O que seria cooptar hoje o BRICS? Reformar o FMI, reformar as negociações comerciais. Então, teria que haver esse movimento diferenciado. Isso, entretanto, só aparece no papel. Declara-se isso numa nova grande estratégia, mas, no debate interno norte-americano, não é consenso.

O que a gente vê no mundo real? Uma sociedade norte-americana fragmentada, em crise econômica, com choques periódicos de interesses com os emergentes. Eu menciono sempre, como contraponto a essa retórica da nova grande Estratégia de 2010, a visão que o presidente Obama apresentou num discurso frente ao parlamento britânico em 2011, logo após a Primavera Árabe. Ele disse que os emergentes só podem ser emergentes porque os Estados Unidos criaram esse mundo, o mundo da democracia, o mundo da estabilidade. É por isso que a China, a Índia e o Brasil têm que continuar trabalhando para os Estados Unidos, não podem se distanciar. É uma maneira de dizer “tudo bem, nós reconhecemos o seu poder, mas é ainda um poder dentro de uma ordem”, que é a ordem da *Pax Americana*. Então, há sempre essa dualidade.

Como é que isso se traduz nas Américas? A gente vai traduzir isso na busca de instalações de novas bases militares. Nós temos o Plano Colômbia, nós temos a Iniciativa Mérida, no México, um reposicionamento militar terrestre, na região da América do Sul. Isso vem ocorrendo com base na justificativa do combate ao narcotráfico, mas está lá.

Nós temos a reativação da Quarta Frota, nós temos novas ações para a região do Atlântico Sul que não se aliam à visão desmilitarizada da política externa brasileira. Nós temos a criação de um novo comando para a África, criado em 2007, e que atinge essa região do Atlântico Sul. Há a questão da tríplice fronteira e também a questão do pré-sal. Ou seja, eles estão se reposicionando estrategicamente em resposta a esse crescimento. Isso afeta o relacionamento bilateral? Afeta, mas eu acho que de uma maneira positiva, a medida reconhece o poder brasileiro, mas indica ainda mais a necessidade de que, como eu disse antes, nós tenhamos continuidade na

nossa postura externa, para que possamos amadurecer essas relações com os Estados Unidos.

No mundo, isso se reflete na ausência de mudanças nas estruturas multilaterais, na continuidade do protecionismo comercial, no unilateralismo, na resistência à própria multipolaridade. Então, existe esse discurso positivo, mas ele não é abordado.

E aí, chegamos às perspectivas das eleições 2012. Para entendermos o que vai ocorrer, caso exista um republicano na Casa Branca depois do Obama, ou caso Obama seja reeleito, eu recomendo que não leiamos as plataformas de campanha. Essas plataformas estão extremamente voltadas para o público interno. Se nós pegarmos a plataforma democrata, veremos que, do ponto de vista brasileiro, ela é ótima: o Brasil é mencionado como nação emergente, fala-se em parceria com todo o mundo, com China, Índia, África do Sul, é realmente uma continuidade desse discurso do Obama que conhecemos.

Quando vamos para a plataforma republicana para a América Latina, é uma peça da Guerra Fria. O Brasil não é mencionado. Nós temos como prioridades da agenda Romney uma retórica contra Cuba, contra a Venezuela, combate ao narcotráfico, combate à imigração ilegal. Aí vem a questão: Romney está dizendo isso como uma estratégia nacional de política externa ou ele está dizendo para o *lobby* cubano que vive na Flórida ou para o *lobby* do setor energético, que tem interesses na Venezuela? Então, não olhemos essas plataformas de um ponto de vista absoluto, pelo menos no caso do Brasil, mas olhemos aquilo que elas trazem por trás.

Romney pode ser que traga um novo estilo unilateral para a presidência norte-americana. Poderíamos dizer que isso não vai acontecer porque não deu certo com o governo Bush, mas a gente sabe que nem sempre a política segue uma linha lógica. Nos Estados Unidos, principalmente. Há grupos de interesse, há recortes muito específicos para as regiões. Isso afeta não diretamente o Brasil, mas afeta o mundo e, aí sim, afeta as relações do Brasil com esse mundo. Quanto à agenda do Romney, se a esprememos, não sai muito para a América Latina. A campanha será voltada para temas domésticos, como está sendo, e para esses grupos direcionados.

O que eu poderia dizer para vocês? Em termos específicos das relações bilaterais Brasil-Estados Unidos, eu acho que pouco mudará em termos de

reconhecimento do poder do Brasil e também do lugar da América Latina no pensamento norte-americano. A prioridade primeira ainda é Europa e Ásia.

O embaixador Samuel mencionou a questão da estratégia do pivô asiático. Isso vem sendo colocado de uma maneira muito forte e é uma movimentação extremamente importante que a gente tem discutido pouco no Brasil. Há esse reposicionamento estratégico no Atlântico Sul e na região da América do Sul. Então, tudo isso tem de ser repensado.

O que o Brasil faz diante disso? Qual é a resposta brasileira? Como eu disse, é a continuidade. Nós só ficamos mais fortes diante dos Estados Unidos quando assumimos uma postura autônoma e, mais ainda, quando diminuimos nossa vulnerabilidade estratégica nessa relação norte e sul que, por princípio, vai ser sempre assimétrica, por conta do elemento militar. E não é assimétrica só com relação ao Brasil, mas também com relação ao mundo.

Então, o Brasil precisa continuar tendo, para ser reconhecido pelos Estados Unidos e pelo mundo, uma estratégia nacional coerente, um projeto interno que continue baseado no desenvolvimento, no crescimento e na justiça social. Continuamos nesse caminho, uma política externa de eixos combinados.

E, mais importante ainda, eu acho que é preciso – uma coisa que ainda fazemos pouco no Brasil – compreender os Estados Unidos. Quais são as motivações norte-americanas? Qual é a trajetória norte-americana? Quais são as dificuldades que eles enfrentam hoje? Enquanto nós não compreendermos isso, com um olhar sem maniqueísmo, ou seja, nem para o bem, nem para o mal, nem para o alinhamento, nem para a autonomia, não compreenderemos como eles agem. Eles vão conter países em posição de força? Vão, é natural. Mas aqueles países que não têm força, eles ignoram. Então, é preciso que o Brasil continue na sua trajetória, entendendo que o relacionamento entre potências não é uma via de mão única e que, para continuarmos sendo fortes no mundo, em primeiro lugar, precisamos continuar sendo fortes dentro da nossa própria casa.

Então, não adianta eu chegar aqui para vocês e falar: “Olha, as relações bilaterais dos Estados Unidos com o Brasil são mais fortes ou vice-versa”. E que os Estados Unidos reconhecem o Brasil ou que o mundo reconhece o poder brasileiro. Em primeiro lugar, é preciso que a sociedade brasileira reconheça o trabalho pelo poder brasileiro. A partir daí, nós vamos conseguir nos manter, tendo um relacionamento maduro e de potência com os Estados Unidos.

Senhor presidente, eu vou encerrando por aqui. Agradeço mais uma vez, lembrando que estas reflexões eu tenho desenvolvidas também num livro sobre as relações bilaterais Brasil-Estados Unidos. Obrigada.

Paulo Daniel Elias Farah – Eu quero agradecer inicialmente à CREDN da Câmara dos Deputados, à deputada Perpétua Almeida. Quero parabenizá-la por este fundamental seminário, organizado com o Ipea.

Eu vou iniciar a minha fala, fazendo uma breve explanação conceitual. Como se sabe, o Oriente Médio é um termo que traduz e expressa uma visão eurocêntrica, com base na qual se determina ou que se vê como um Oriente próximo, médio ou extremo.

Eu acho que para nós seria interessante uma terminologia própria da região que nos ajudaria a entender a sua pluralidade, que é a de Machrek, Maghreb e Khalid ou o Golfo.

O Maghreb é a região do poente, onde estão as localidades ocidentais do mundo árabe, que vão da Líbia até a Mauritânia. O Machrek, que é o levante, a região oriental desse mundo árabe, engloba os países entre o Egito e o Iraque. E, por fim, nós temos o Khalid, que são os Estados do Golfo da Península Arábica.

Nessas regiões, os movimentos de contestação demandam reformas e demonstram a pluralidade dessas sociedades, que são marcadas por uma diversidade cultural, política e econômica e por identidades múltiplas, para citar aqui o grande pensador Edward Said.

Nesses espaços e no entorno convivem árabes, curdos, turcos, armênios, cristãos, judeus, mulçumanos, entre outras populações e religiões. Este tema é objeto de estudo de uma das disciplinas que eu ministrei na Pós-Graduação da USP, sobre formação e manutenção da identidade árabe.

É importante ressaltar, aqui, o grande interesse que a sociedade brasileira possui por essas culturas, como atestou recentemente a Exposição Islã: Arte e Civilização, que foi a maior mostra temática do mundo em 2010, correalizada pelo Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) e pela Biblioteca/Centro de Pesquisa América do Sul-países Árabes (Bibliaspa), com fundamental apoio do Itamaraty e do Ministério da Cultura (MinC).

Então, de fato, o Brasil apresenta características que permitem o desenvolvimento de uma relação privilegiada com o mundo árabe e com o mundo islâmico. O nosso país passou por uma transição bem-sucedida da ditadura para um modelo de democracia estável, cuja experiência nós podemos compartilhar. Além disso, o Brasil não possui a imagem desgastada e abriga a maior comunidade de ascendência árabe fora das localidades de origem. São mais de 16 milhões de árabes e descendentes, e São Paulo é a maior cidade árabe fora do mundo árabe.

Essa presença expressiva, assim como a de grupos de outras procedências, deve ser considerada na elaboração da política externa brasileira. Para citar historicamente um breve relato, no Brasil oitocentista, mulçumanos organizaram o principal levante urbano contra a escravidão, a Revolta dos Malês, em 1835. Aqui eu cito uma obra do erudito Abdurrahmán bin Abdullah Al-Baghdádi, chamada *Deleite do estrangeiro em tudo que é espantoso e maravilhoso*, estudo de um relato de viagem bagdali, que demonstra o nível de organização dessas sociedades mulçumanas no Brasil do século XIX. Aqui existia o que se chama de *ummah*, um senso de comunidade.

Essa presença significativa da comunidade de origem árabe na América do Sul, particularmente no Brasil, e a política de aproximação de blocos regionais políticos e econômicos para promover objetivos comuns, nos planos birregional e internacional, ajudaram a promover, em 2005, como foi citado aqui, por uma fundamental iniciativa brasileira, a I Cúpula América do Sul-Países Árabes (Aspa), “cuja institucionalização tem servido de plataforma para formulação e para implementação de uma agenda construtiva entre ambas as regiões”. A declaração final dessa cúpula, denominada Declaração de Brasília, consolidou em seu texto posições e aspirações comuns aos países árabes e sul-americanos.

A Aspa reforça o relacionamento bilateral com os países árabes, que, no caso do Brasil, é intenso e tem aumentado nos últimos anos. Na década passada, o comércio inter-regional cresceu mais de quatro vezes. No caso do Brasil, o intercâmbio comercial passou de US\$ 5,48 bilhões, em 2003, ano em que a ideia da Aspa foi lançada, para US\$ 19,54 bilhões, em 2010, um incremento de 260%.

Em agosto daquele ano, foi assinado o primeiro acordo comercial do Mercosul com um país árabe, o Egito. É um exemplo eloquente da

intensificação dessas relações comerciais é justamente a crescente atuação de empresas aéreas do Oriente Médio no Brasil e na América do Sul. Nos últimos anos, empresas aéreas de Doha, a Qatar Airways; de Dubai, a Emirates; da Turquia, a Turkish; e agora, muito recentemente, de Abu Dhabi, a Etihad, inauguraram voos diretos para o Brasil.

No caso de países com menor capacidade de desenvolver vínculos bilaterais, por limitações de recursos humanos ou financeiros, a Aspa oferece a oportunidade de estabelecer um diálogo constante.

No contexto do mecanismo Aspa, cuja segunda cúpula ocorreu em Doha, no Qatar, em 2009, promoveram-se atividades no âmbito cultural e educativo que estimularam um maior conhecimento mútuo entre os povos dessas regiões, pré-requisito para o estreitamento das relações diplomáticas, culturais e econômicas.

Desde 2003, quando foi criado esse mecanismo, destacam-se iniciativas que promovem a reflexão crítica, como a publicação de livros nos idiomas português, árabe, espanhol, além de outros idiomas como o inglês e o francês; a tradução de obras; a realização anual do Festival Sul-Americano da Cultura Árabe, que, no próximo ano, vai ocorrer em diversas capitais brasileiras e em Buenos Aires. A organização de congressos, cursos e debates como este ajudam a promover a reflexão crítica, como também a organização de mostras de cinema e publicações acadêmicas.

No próximo mês, vai ocorrer a III Cúpula Aspa, em Lima. Inúmeras são as oportunidades nessas áreas. Nessa aproximação, é importante dizer que o Brasil deve consolidar e ampliar as suas relações privilegiadas com os países do Machrek, do Maghreb e do Khalid, por meio de um diálogo respeitoso, digno e não invasivo, sem que isso implique qualquer tipo de concessão em áreas fundamentais, como os direitos humanos, a livre expressão, a inclusão social e o meio ambiente.

Essa cooperação abrangente e as transformações vigentes vão requerer um dinamismo econômico diferenciado, a reedificação do Estado de Direito, a consolidação das instituições, a garantia de liberdades e a visão de futuro.

A política externa do Brasil em relação ao Oriente Médio caracteriza-se por uma postura não intervencionista, cautelosa e centrada em busca de soluções para impasses por meios pacíficos.

O Itamaraty compreende que o emprego da força militar na região gera repercussões graves e altera a narrativa dos movimentos de contestação que nós observamos no Oriente e no Norte da África.

As chamadas grandes potências têm as suas agendas próprias, e o Brasil demonstra não querer endossar essas agendas, mas reforçar o quadro da ONU e também defender os seus próprios interesses.

O Oriente Médio e o Norte da África controlam 68% das reservas mundiais comprovadas de petróleo, uma *commodity* que possui relevância ímpar na economia regional e que pode contribuir para o entendimento de certos aspectos do caso da Líbia, do Bahrein e de outros países da região.

No Golfo, por exemplo, 75% da renda nacional advêm do petróleo. Há que se resistir, portanto, aos apelos de cunho militarista que anunciam soluções imediatas para problemas complexos. Observe-se, por exemplo, o que ocorreu no Iraque, país que até hoje não conseguiu se acoplar e que ainda sofre as consequências de uma intervenção militar.

As divisões no Iraque eram aplainadas pela república. Entre 1958 e 1978, aquele país conseguiu paulatinamente suplantar as suas divisões em função da entidade iraquiana. Atualmente, após a ação militar que devastou o país e a sociedade, impera o sectarismo. Nesse quadro tenso, no entanto, atuam grupos reformistas. Aqui cabe destacar que Bagdá vai ser a capital da cultura árabe em 2013, e lembrando que o Iraque é o segundo exportador da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), portanto, um país importante para o Brasil.

Entre os desafios que urgem no Oriente Médio e na África do Norte, pode-se destacar, além da criação de postos de trabalho, melhoria das condições de vida, maior participação política e ascensão e proteção social, um planejamento público adequado. Embora os países árabes tenham apresentado crescimento econômico, ao longo da última década, de aproximadamente 5% ao ano, o incremento populacional elevado, entre outros fatores, tem dificultado aumentos significativos na renda *per capita*. Nacionalmente, os níveis variam de US\$ 960, na Mauritânia, a US\$ 66.800, no Qatar. A média regional é de cerca de US\$ 5 mil. Em muitos casos, o uso, a ocupação e a apropriação do solo urbano não contemplaram o direito à participação nas deliberações acerca das cidades, o que acirrou os problemas estruturais.

As populações árabes também têm sofrido com o aumento global dos preços dos alimentos, causado por políticas comerciais distorcidas. Num contexto em que os países árabes são os maiores importadores líquidos de alimentos do mundo, em que os preços dos alimentos estão aumentando consideravelmente, o Brasil pode compartilhar a sua experiência na área de segurança alimentar. Em algumas regiões, pode também beneficiar-se das técnicas árabes de irrigação. No setor agrícola, no alimentício em geral, há grande potencial para que o Brasil receba investimentos árabes, a fim de assegurar o fornecimento de alimentos.

O reconhecimento do Estado da Palestina por parte do governo brasileiro, as críticas ao quarteto formado por Estados Unidos, Rússia, União Europeia (UE) e o Secretário-Geral da ONU e a visão de uma região sem conflitos e com plenos direitos para todos, angariaram para o Brasil o respaldo de países árabes e islâmicos em órgãos vinculados, por exemplo, à ONU e à Organização Mundial do Comércio (OMC). Expressão recente dessa atuação em prol de uma solução pacífica e mediada foi a organização aqui citada, no último 10 de julho (2012), por iniciativa do ministro Antônio Patriota, do seminário Lado a Lado – A Construção de Paz no Oriente Médio, um Papel para as Diásporas, que contou com a participação de especialistas e escritores, além de expoentes das comunidades de origem árabe e judaica, dos países do Mercosul. O objetivo foi debater o papel dos integrantes das diásporas no aporte de insumos criativos e valiosos para a busca de paz.

No ano que vem, como sabemos, completam-se 20 anos dos acordos de Oslo, mas a perspectiva de um acordo de paz entre palestinos e israelenses parece longínqua. Esse vai ser um dos temas do Fórum Social Temático Palestina, que ocorrerá em novembro (2012), em Porto Alegre – um importante evento.

Eu quero falar um pouco, brevemente também, sobre os desafios da política externa brasileira. Eu creio que se destaca a necessidade de formação e qualificação de especialistas em temas árabes e islâmicos.

O domínio dos idiomas locais, com destaque para o árabe, vai abrir caminho também para o acesso diferenciado à cultura e às sociedades regionais e evitar uma compreensão parcial de questões limitadas pela intermediação de uma terceira língua, como o inglês ou o francês, além de

revelar, por vezes, discursos díspares em idiomas distintos.

Eu acho importante dizer que o árabe é falado em 22 países como idioma oficial. Ele representa uma língua relevante em mais de cinquenta países de maioria islâmica e é uma das línguas oficiais da ONU. O alfabeto árabe é o segundo mais comum no mundo, após o alfabeto latino, e é utilizado para escrever dezenas de idiomas, incluindo o urdu, o persa, o pashto e o dari.

O sistema educacional no Brasil, no entanto, não reflete essa realidade contemporânea em que idiomas como o árabe, o chinês, o japonês são amplamente utilizados. O estudante brasileiro não possui nenhuma opção além do inglês e do espanhol nas escolas públicas. Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil, o estudante que deseja aprender qualquer outro idioma deve ingressar em cursos extracurriculares, quase sempre caros e raros.

É fundamental que o Ministério da Educação (MEC) e as secretarias de Educação permitam que o aluno brasileiro opte entre as várias línguas na escola pública, de acordo com o seu interesse e sua identificação. Isso vai beneficiar as mais distintas áreas, como o comércio, a tradução e, com certeza, a área diplomática.

A ampliação do ensino de idiomas, que implica o contato com as respectivas culturas e o conhecimento delas, uma vez que língua não é apenas sistema, vai ao encontro da expansão das relações diplomáticas brasileiras, evidenciada nos últimos anos pela abertura de diversas embaixadas na Ásia e na África.

Nos últimos anos, apoiada por uma fundação do Qatar e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) –, a Bibliaspa desenvolveu um programa de língua e cultura árabe em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Buenos Aires, o que mostra que o interesse de brasileiros das mais distintas origens e religiões é intenso.

As limitações de ordem burocrática e jurídica em um sistema educacional que não prevê a pluralidade prejudicam a formação de especialistas.

É importante dizer também, para concluir, que o ensino de idiomas do Oriente Médio no Brasil, como o árabe e o hebraico, deve ser acompanhado

da intensificação do ensino da língua portuguesa no Oriente Médio e na África, um fato bastante positivo que vem ocorrendo em alguns países.

Por fim, quero manifestar que, neste momento em que o Brasil tem recebido cada vez mais imigrantes, após anos em que a emigração excedia a imigração, o conhecimento das culturas e das línguas de origem é cada vez mais essencial. O tratamento oferecido aos imigrantes, o que se espera continue a existir no contrafluxo da tendência mundial, de repressão e expulsão, vai ser um dos desafios do Brasil.

Muito obrigado.

CRISE E REFORMA DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Claudio Cajado**

Expositores

Luiz Eduardo Melin***

José Carlos de Souza Braga****

Luís Antonio Balduino Carneiro*****

José Augusto Coelho Fernandes*****

Relator

José Romero Pereira Júnior*****

Perpétua Almeida – Declaro aberto o seminário Os Desafios da Política Externa Brasileira em um Mundo em Transição.

Gostaria de chamar o deputado Claudio Cajado para compor a mesa com os nossos convidados. Desde já, obrigada pela presença de todos.

Claudio Cajado – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), a nobre deputada Perpétua Almeida, aqui ao nosso lado, e cumprimentar também os senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, os colegas Parlamentares, as senhoras e os senhores deputados, as autoridades do Poder Executivo, os profissionais da imprensa, os representantes das universidades e centros de estudo, as senhoras e os senhores que acompanham este prestigioso evento.

* Deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB-AC).

** Deputado federal pelo Partido Democratas do estado da Bahia (DEM-BA).

*** Diretor de comércio exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

**** Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

***** Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

***** Diretor de Política e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

***** Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Damos início, agora, aos trabalhos deste segundo dia do Seminário de Política Externa Brasileira. Este painel tem como temática a crise e a reforma do sistema financeiro internacional. E, para que possamos debater esse assunto, eu quero, nesta oportunidade, convidar para compor a Mesa os seguintes palestrantes: o senhor José Augusto Coelho Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da Confederação Nacional da Indústria (CNI); o senhor Luiz Eduardo Melin, diretor de Comércio Exterior do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o ministro Luís Antonio Balduino Carneiro, diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores (MRE); e o senhor José Carlos de Souza Braga, professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Eu quero convidar também o professor José Romero Pereira Júnior, da Universidade Católica de Brasília (UCB), que atuará como relator deste painel. Neste momento, quero passar imediatamente a palavra para o senhor Luiz Eduardo Melin.

Luiz Eduardo Melin – Antes de mais nada, gostaria de agradecer à CREDN da Câmara dos Deputados, ao Ipea, ao deputado Cláudio Cajado e à deputada Perpétua Almeida por esse convite.

O tema é extremamente interessante. Eu espero poder fazer uma abordagem assaz pragmática, dado que nós vamos tratar de um assunto extenso e complexo em um tempo bastante curto.

Gostaria de começar falando dos antecedentes dessa crise que atingiu o sistema financeiro e, por extensão, o sistema econômico internacional, de maneira um tanto quanto potente, a partir do final do ano de 2008. Ela já havia começado um pouco antes. Todos estamos testemunhando seus desdobramentos. Na verdade, apesar dessa crise agudizar no momento que acabo de descrever, precisamos fazer uma breve menção ao contexto histórico no qual ela ocorre.

Logo após a Segunda Guerra Mundial, há uma organização internacional do sistema monetário, do sistema de finanças, com base no chamado entendimento de Bretton Woods, que cria o Banco Mundial, cria o Fundo Monetário Internacional (FMI), institui o Acordo Geral de Comércio e Tarifas – General Agreement on Tariffs and Trade (GATT). Com base

nesse sistema inicial e em uma evidente predominância – pode-se dizer uma predominância quase absoluta, quase hegemônica – da economia americana internacional, atravessamos um período de trinta anos, conhecidos muitas vezes na literatura como os “30 Anos Gloriosos”, com taxas de crescimento extremamente elevadas, sobretudo no Ocidente. Um período de taxas de investimento elevadas, de crescimento do comércio internacional e de crescimento da atividade econômica como um todo.

Esse sistema é colocado em xeque nos anos 1970, quando essas taxas começam a diminuir e, por conta de questões, de um lado, puramente econômicas, e, de outro, de natureza geopolítica, nós tivemos impacto sobre o sistema internacional que todos conhecem: os dois grandes aumentos do preço do petróleo, em 1973 e 1979, e, sobretudo, um questionamento crescente do sistema por parte dos países ocidentais de economia industrializada, dos países mais avançados que viriam a integrar o grupo G-7. Essas economias mais avançadas começam a questionar, em medida bastante importante, o modo de funcionamento do sistema, no qual se tinha uma predominância da economia americana e uma predominância do ponto de vista do referencial financeiro da praça de Nova Iorque bastante visível.

Esse questionamento leva a uma série de negociações em torno do que deveria ser o novo padrão financeiro, o novo padrão cambial internacional. Essas negociações culminam com uma falta de acordo que ocorre no final da década de 1970, momento no qual os Estados Unidos decidem de maneira unilateral subir os juros americanos de uma maneira quase sem precedente histórico. As taxas de juros americanas chegam à casa dos 20%. Taxa de 20% em dólar é algo que poucas vezes na história é registrada. A partir disso, ocorre um redesenho desse sistema. O que é mantido do Sistema de Bretton Woods de maneira mais nítida é, obviamente, o papel central do dólar. Só que o papel do dólar como moeda de referência, moeda de reserva internacional, moeda usada em mais de 85% das transações de comércio e das transações financeiras internacionais, passa a ser exercido a partir de uma nova perspectiva.

Ou seja, a partir do momento que já existe uma grande liberdade de fluxos internacionais de capitais, uma subida das taxas de juros americana atrai montantes expressivos de capital para os Estados Unidos. E, com isso, confere uma “senioridade” ao dólar no poder de referência do

sistema internacional, que permanece até o dia de hoje. É um assunto que muitas vezes tem sido questionado. Ao longo das últimas décadas, falou-se a respeito do declínio da economia americana, do declínio do dólar como padrão internacional. E a verdade é que, quando chegamos em 2007, com a crise do Bear Stearns, e em 2008, com a quebra do banco Lehman Brothers, dois fatores pontuais que detonaram a instabilidade do sistema financeiro internacional de maneira mais nítida, o que se vê – ao contrário de várias análises feitas talvez de maneira precipitada sobre o declínio dos Estados Unidos, da economia americana, e o declínio da moeda dólar como sendo padrão de referência do sistema internacional – é que existe, ao contrário, uma fluência, uma busca de ativos em dólar bastante expressiva.

Então, os Estados Unidos têm sido capazes de administrar a sua moeda, apesar das reiteradas previsões de que suas contas internacionais e de que as suas contas domésticas são insustentáveis. Na verdade, o quadro concreto, que aqueles que operam com o comércio internacional, aqueles que operam com os investimentos e com as finanças internacionais constatarem é que, de fato, a predominância do dólar como moeda de referência no sistema internacional aumentou a partir de 1979, não se enfraqueceu, e permanece hoje como sendo absolutamente central no sistema internacional do ponto de vista financeiro.

É importante que nós entendamos que, quando se tem um movimento de instabilidade como em 2007-2008, isso ocorre no centro de sistema financeiro internacional – onde se verifica a chamada crise dos *subprime*, a crise de inadimplência de posições dentro do sistema de financiamento imobiliário americano, que depois começa a revelar graus absurdos, elevadíssimos, de alavancagem de várias instituições financeiras –, isso leva a um efeito de transmissão para o resto do mundo, que se explica exatamente por esse contexto anterior, por esse papel predominante que o dólar, como moeda de conta, moeda de reserva, moeda de referência do sistema financeiro internacional, desempenha.

Nesse contexto, é bastante importante que nós entendamos qual foi a resposta, nesses últimos anos, que se procurou, do ponto de vista de reequilíbrio ou busca de equacionamento dos problemas que afloraram com a crise de 2007-2008 e que estão conosco, em graus variáveis, até hoje.

Houve, em um primeiro momento, uma busca de solução negociada. Falou-se, várias vezes, em um novo Bretton Woods, em um novo consenso internacional, em um novo acordo do ponto de vista cambial, monetário e financeiro entre as principais economias do mundo, como sendo o caminho de solução.

Isso foi perseguido, sobretudo, no fórum do G-20, que já existia há cerca de dez anos. Era um fórum de debate de ministérios de Fazenda e de bancos centrais desses vinte países, e agora é um fórum dotado de um novo plano de debate, com a presença dos líderes, dos presidentes, dos primeiros-ministros dos vinte países, para que se buscassem consenso, soluções negociadas de reequilíbrio econômico-financeiro internacional.

Na verdade, as negociações do G-20, das quais, à época, pessoalmente, pude fazer parte como representante do Ministério da Fazenda (MF), trouxeram consequências importantes para a compreensão da gravidade dos problemas que afetavam o Sistema Financeiro Internacional. Mas no capítulo das soluções encontramos uma relutância muito grande, sobretudo dos países mais ricos, dos países do G-7, em modificar de maneira mais expressiva e estrutural o modo de funcionamento dos seus sistemas financeiros.

A rigor, o Brasil propôs que todo o sistema de supervisão bancária, de fiscalização do sistema financeiro, das transações internacionais fosse fortemente ampliado. O país usou sua própria experiência, depois de ter passado por instabilidades, quando foi introduzida a nova moeda, o Real, em 1994: os abalos sofridos, os impactos causados no nosso sistema financeiro e como eles haviam sido superados justamente com atuação bastante firme e rápida das autoridades monetárias brasileiras, com muito maior supervisão de fiscalização e controle das posições que os agentes econômicos privados assumem no contexto do sistema financeiro.

Essa proposta brasileira, na verdade, apesar de incorporada aos textos, aos documentos, não acabou se traduzindo em ação concreta de maior monta. Todas as ações ficaram mais do lado prudencial, do ponto de vista que se melhorasse a capitalização das instituições financeiras, ou seja, que elas fossem mais robustas. Os bancos tinham que ter mais capital para poder operar. Eles poderiam emprestar menos em relação ao seu capital. As medidas são conceituais, importantes, mas, dada a profundidade, o grau de comprometimento de muitas instituições do Sistema Financeiro

Internacional, no entendimento brasileiro, essas medidas estavam e estão longe de representar uma solução.

Atualmente, vivemos ainda o equacionamento dessa crise. A notícia mais positiva é a de que os Estados Unidos, apesar de lentíssima recuperação e de ainda apresentar taxas de investimentos e de empregos inferiores àqueles almejados, no seu papel de casa de máquinas da economia internacional, têm dificuldades com a China, que apresenta taxas de crescimento muito grandes. É sempre bom manter em perspectiva que a China, agora, é a segunda economia do mundo. Mas, ainda assim, segunda e terceira economias – China e Japão – somadas, não se igualam ao tamanho da economia americana.

Esse é um dado que às vezes se esquece quando apenas falamos em taxa de crescimento da China, que vai ultrapassar no ano “x” ou “y”. Era o que se dizia do Japão no início dos anos 1970. Falava-se em desafio japonês, que iria ultrapassar a economia americana.

É importante dizer que, independentemente de taxas de crescimento, das projeções para 2030, 2040 ou 2050, hoje, em 2012, o tamanho relativo, a densidade da economia americana apresenta baixas taxas de crescimento, de investimento e de emprego, o que funciona como um freio para o sistema internacional. Obviamente, esse fato antepõe dificuldades para países que estão com ritmo mais elevado de crescimento, como a China, que tem grande relação comercial e de investimento com os Estados Unidos. Assim, representa dificuldades para o padrão de crescimento e de relacionamento econômico entre China e Estados Unidos.

Nesse quadro, eu acho que passa a ser importante para que nós vejamos o que imediatamente à frente nos aguarda.

Temos, como fruto dessa crise, ainda em fase de resolução, os Estados Unidos com muito baixa recuperação, apesar de já estar num rumo favorável e bastante melhor do que há cinco anos. Temos, obviamente, a economia europeia num estado de desagregação bastante importante das suas finanças, com incapacidade de gerar um vetor de crescimento minimamente sustentável e significativo. Como consequência, temos um ambiente internacional marcado por um acirramento muito intenso da concorrência – concorrência internacional, concorrência no âmbito comercial, concorrência por ativos

rentáveis, por investimentos e por horizontes de retorno para os capitais disponíveis. É extremamente elevada essa concorrência.

Estamos vendo práticas comerciais e financeiras compatíveis com esse acirramento, ou seja, práticas mais agressivas crescentemente sendo colocadas. Os países que têm maior capacidade financeira, que têm maior musculatura, que são dotados de moedas conversíveis, o que não é o caso do Brasil, ainda têm usado essas vantagens de maneira bastante agressiva na disputa de mercados, na busca não apenas de mercados comerciais para vender bens e serviços, para exportar – apesar de haver também nessa área, com muita intensidade, um acirramento da concorrência –, mas de investimentos e de ativos rentáveis.

Esse quadro deve persistir pelo menos pelos próximos cinco anos, possivelmente mais do que isso. É um quadro bastante adverso de concorrência muito aguda.

Ausência de convite. O desenvolvimento a convite é uma expressão que os economistas usam há muito tempo para falar de determinadas facilidades de acesso aos seus mercados domésticos, à sua demanda, que as economias dominantes concedem a determinados países. Foi assim nos anos 1930 com os países da Comunidade Britânica, com a Austrália, com a Nova Zelândia e com o Canadá, que puderam ter um acesso bastante importante ao mercado, primeiro ao mercado inglês e depois ao mercado norte-americano; foi assim no pós-guerra com a Alemanha e com o próprio Japão, que tiveram acesso privilegiado e relações privilegiadas com o mercado dinâmico, com a economia que mais crescia, que era a dos Estados Unidos; foi assim nos anos 1970 e 1980, com os países asiáticos chamados Tigres Asiáticos, que tiveram uma inter-relação com o Japão – o primeiro deles foi a China, depois foi Taiwan, Vietnã e Coreia. Houve uma relação de desenvolvimento de parceria em que os setores menos dinâmicos, com menor conteúdo tecnológico, começaram a se instalar nesses países, e o país central, de economia mais forte, reservava-se ao investimento nos setores de maior conteúdo tecnológico, de maior potencial de crescimento dinâmico.

Esse padrão, chamado de desenvolvimento a convite, ou seja, de criação de facilidades para acesso ao mercado das economias mais dinâmicas, é algo que estará conspicuamente ausente nos próximos cinco anos, possivelmente mais que isso.

Por fim, há um grau de incerteza sobre a estabilidade financeira global porque os tempos de resolução, a profundidade dos problemas e o grau de efetividade, o *timing* das medidas que estão sendo tomadas hoje, ainda é objeto de grande falta de transparência.

Os analistas discordam. Há diagnósticos variados sobre quando os Estados Unidos voltarão para os níveis de investimento e de crescimento anteriores a 2007. Do ponto de vista da economia europeia, obviamente essa é uma pergunta ainda mais difícil de responder.

Essa incerteza no cenário internacional contribui também para uma intensidade maior de acirramento da concorrência.

Isso nos leva a uma questão sobre a inserção externa brasileira, com a qual eu pretendo encerrar essa nossa brevíssima reflexão, no sentido de que o Brasil está num momento em que não apenas o seu tradicional papel exportador está sendo alterado, com ampliação do leque de países com os quais ele se relaciona comercialmente.

O Brasil, há trinta, quarenta anos, tinha dependência marcante, notável do comércio com os Estados Unidos. Depois disso, desenvolveu importantes fluxos comerciais com a União Europeia (UE), desenvolveu fluxos ainda mais importantes com países da América Latina, da América Central, do Caribe, da América do Sul. Hoje em dia, tem pauta comercial bastante equilibrada, diversificada regionalmente.

Continua a ocorrer a expansão dessa pauta, a expansão geográfica da participação do Brasil como exportador. Começa a haver um crescimento cada vez mais expressivo das empresas brasileiras como investidoras externas. Elas fazem investimentos diretos, instalam filiais ou subsidiárias, associam-se com empresas locais, na forma de *joint ventures*, estabelecem várias modalidades de cooperação para atuar em terceiros mercados junto a empresas internacionais, empresas estrangeiras. Nesse ambiente de acirramento da concorrência, é fundamental que o Brasil reflita e esteja preparado para conciliar esse elemento de novo padrão. Refiro-me a essa inserção brasileira, ao aumento de sua participação nos mercados internacionais. Está ocorrendo uma mudança qualitativa. O Brasil passa a ser visto não apenas como exportador mas também como investidor externo direto. Precisa, portanto, conciliar esse novo padrão de inserção externa com

o quadro e as perspectivas que acabo de descrever – incerteza, concorrência violenta, muitas vezes predatória, no âmbito internacional.

Diante disso, ressaltam-se dois pontos que eu gostaria de sublinhar. O primeiro é a necessidade de consistência de longo prazo no apoio do governo brasileiro, dos instrumentos oficiais, dos instrumentos de Estado, para a inserção externa das empresas brasileiras, para a atuação externa da economia brasileira. Isso é algo que todos os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), todos os países do G-7, todos os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China), os novos atores do comércio internacional enfatizam fortemente. São dotados de instrumentos de apoio não apenas ao comércio, mas também aos investimentos. Há, sobretudo, políticas de Estado que independem do ciclo político, do governo A ou B, independem de o partido A ou B estar no governo em um dado momento.

Existe uma discussão que é de consenso, uma discussão de Estado para que se busque uma consistência ao longo do tempo, para que não se suprimam instrumentos, não se suprimam apoios para a atuação internacional da economia brasileira, das empresas brasileiras, em função do ciclo político. A discussão tem que ser de Estado, uma discussão que vise à política de longo prazo.

Em segundo lugar, há a necessidade de nos dotarmos de ferramental de apoio a essas atividades, um ferramental de que os nossos concorrentes dispõem. O Brasil, além de não dispor de moeda conversível – isso, no terreno da inserção externa internacional, cria uma série de obstáculos –, não dispõe de uma série de elementos de legislação, de regulação. O Brasil tem uma legislação que é feita para um país devedor internacional líquido, recebedor líquido de investimentos, recebedor de cooperação internacional. Hoje, estamos na posição de exportadores líquidos, de investidores líquidos, de credores internacionais em divisas, doadores internacionais, no cenário de cooperação com outros países.

É preciso atualização, modernização do nosso arcabouço regulatório. É necessário debate com a sociedade para que isso esteja compreendido. É papel do Estado dar esse apoio. Quais os benefícios disso para a sociedade, em termos de maior dinamismo para a economia, geração de empregos no Brasil, consolidação da posição brasileira nos mercados internacionais? Não

são apenas comerciais. Do ponto de vista financeiro e do ponto de vista de investimentos, é preciso que isso esteja claro para a sociedade e esteja claro no debate parlamentar.

São necessários instrumentos específicos de atuação. Há necessidade de grande esforço de desenvolvimento técnico. Isso toca mais especificamente ao Executivo. São instrumentos de cooperação com os países, instrumentos de crédito, de seguro de crédito internacional, de mitigação de risco. Há menos dificuldade de os parceiros econômicos brasileiros obterem financiamentos do que terem acesso a garantias, a instrumentos mitigadores de risco de crédito, instrumentos esses que não temos. Podemos e devemos tanto estabelecer fomentos internamente quanto atuar junto com os nossos parceiros.

Ressalto instrumento para realização de investimentos estratégicos da parte do próprio Estado. O Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi criado no governo Lula, mas ainda não foi colocado em operação. A experiência comparada, considerando-se tanto os países do G-7 quanto os BRICs, com os seus fundos soberanos, mostra o papel central que esses fundos podem ter para melhorar a rentabilidade dos ativos internacionais do país. Hoje recebemos, pelas nossas reservas internacionais, apenas aquela remuneração quase zerada dos *treasures* americanos, dos títulos do Tesouro americano. Enfim, isso aumenta muito a rentabilidade dos ativos externos do país. Ao mesmo tempo, abre caminhos, aumenta a possibilidade da presença das empresas brasileiras e dos investimentos brasileiros no exterior, por meio dos investimentos estratégicos do FSB. É uma ferramenta fundamental, que deve ser analisada, em favor da sua plena utilização.

José Carlos de Souza Braga – Bom dia a todos. Quero, na figura da deputada Perpétua Almeida, agradecer o convite à Câmara dos Deputados, à CREDN e ao Ipea.

Bom, eu vou tratar do tema com a vantagem de o meu amigo Melin já ter cuidado dos antecedentes, ou dos determinantes mais históricos e estruturais da crise que nós temos vivido; portanto, eu vou poder me concentrar nos aspectos mais recentes desse desdobramento.

Gostaria de começar salientando que é necessário que nós entendamos, em primeiro lugar, de que tipo de capitalismo estamos falando, para que possamos, então, compreender mais claramente quais são as questões estruturais que estão em pauta.

Muito bem, Melin falou do sistema de Bretton Woods, que foi montado após a Segunda Guerra Mundial e que teve vigência até o início dos anos 1970. Esse foi um sistema de capitalismo extremamente regulado, com taxas de câmbio fixas, com uma pequena margem de variação, taxas de juros controladas tanto na captação quanto na aplicação, inclusive nos Estados Unidos, com impedimentos à livre movimentação de capitais etc., ou seja, um capitalismo domesticado, que é uma exceção na história do capitalismo. Esses anos foram chamados por alguns de “30 Anos Gloriosos”, como lembrou Melin, mas há outras contas que, na verdade, estabelecem que esse tipo de capitalismo durou 25 anos. Então, a pergunta é: e o capitalismo que nós vivemos de 1970 para cá, portanto há 42 anos, muito mais velho, muito mais idoso do que o capitalismo da idade de ouro, que capitalismo é esse?

Há vários nomes, mas nós precisamos entender que a partir dos anos 1970 vai emergindo uma espécie de padrão sistêmico de riqueza, cujo fundamento é a dominância financeira, não entendida como dominância do setor financeiro, mas entendida como uma dominância das finanças em geral, dominância essa que perpassa o sistema financeiro desde logo, perpassa inclusive as corporações produtivas, que passam a ser operadoras de ganhos financeiros nos diferentes tipos de mercado, perpassa a poupança das famílias e perpassa os Estados nacionais, assim como nós vamos ver, afetando, portanto, o *desempenho* dos bancos centrais, o *desempenho* dos tesouros nacionais e a questão mais geral das finanças públicas. Logo, trata-se de um objeto diferente, esse que se desdobra desde os anos 1970 e que não só apresentou essa crise mais estrutural que nós estamos vivendo como apresentou expansões também, não é? Foi um período de grande expansão.

Há alguns autores que tendem a atribuir a esse padrão de capitalismo uma espécie de estagnação, inclusive tecnológica, o que me surpreende muito, porque, se nós estamos vivendo há décadas em meio a uma espécie de terceira Revolução Industrial, baseada na informação e na comunicação, na microeletrônica, na computação etc., falar de estagnação tecnológica, como alguns colegas economistas falam, é uma grande surpresa. Aliás, em se tratando de economista, não é tanto, não, porque não é à toa que a economia é conhecida como *dismal science* em inglês, o que significa dizer uma ciência triste. Triste! E, por falar nisso, uma ciência que é inexata, comparativamente às ciências naturais, e que pretende ser uma ciência

exata, não é? Sobretudo nas escolas *mainstream* mundo afora, nos Estados Unidos, inclusive na Europa etc. No Brasil, padecemos um pouco menos desse mal, ainda que, sim, padeçamos de forma crescente nos últimos anos.

Pois bem, então, é desse tipo de capitalismo que estamos falando, um capitalismo bastante diferente, que veio a encontrar a sua primeira crise mais estrutural, no sentido de ir às raízes do sistema, e ao mesmo tempo global, a partir de 2006. Por quê? Porque a crise arranca da crise imobiliária norte-americana e depois se espalha para os vários mercados, porque os mercados estão todos interconectados; há uma interdependência monetária, financeira, produtiva e comercial no mundo afora. A globalização não é uma invenção dos neoliberais, como às vezes se dizia no passado, numa certa interpretação equivocada, de críticos mais exagerados; há uma globalização, efetivamente, em vários planos. Então, essa interdependência tornou global essa mesma crise, que nasce em 2006, porque é o ponto de declínio, de reversão dos preços dos imóveis nos Estados Unidos, e é daí que se origina a crise, e depois vai bater em 2007, 2008, 2009, que são os momentos mais graves dela. E ela torna-se uma crise global, uma crise de proporções internacionais, que vai, portanto, desdobrando-se ao longo do tempo. Não se trata de uma crise violenta e profunda, de resolução em poucos anos, mas de uma crise estrutural, que se prolonga no tempo.

Muito bem, essa crise tem sido objeto, desde o início, de alguns enganos muito complicados, para os quais gostaria de rapidamente chamar a atenção. Logo que a crise começou a apresentar seus momentos mais fortes – e não foi no episódio do Lehman Brothers, não; o caso Lehman Brothers foi um evento; antes do Lehman Brothers, a crise já tinha gravidade suficiente, porque ela estava endogenamente, internamente, gerada no sistema financeiro dos diversos países importantes do mundo desenvolvido; o caso Lehman Brothers foi um evento particular, foi importante, mas não o detonador da crise –, pois bem, então, logo que essa crise estourou, eu diria que os convencionais, os intérpretes convencionais começaram a dizer: “Não, esses são desequilíbrios conjunturais que logo serão ultrapassados”. Erraram!

Bem, vieram aqueles que eu, para não usar outras nomenclaturas, vou chamar de críticos exagerados, e disseram assim: “Vem aí uma grande depressão”, como aquela dos anos 1930, que começou com o *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929. Ora, o sistema que nós temos hoje, como já

mencionamos e veremos mais ainda, não tem nada a ver com o sistema que havia nos anos 1930, assim como não tem a ver com o sistema de Bretton Woods. Então, a grande depressão que todos mencionavam não veio, nem creio que esteja à vista, por razões que já explicitarei.

Portanto, em consequência disso também, veio uma espécie de apoteose mental em vários analistas que disseram: “Não, agora é o fim do neoliberalismo” – então, decretaram o fim do neoliberalismo – “e agora virá uma onda de regulamentação avançada no sistema capitalista”. Melin já mostrou que a tal reforma do sistema financeiro internacional teve o seu primeiro insucesso nas reuniões em que pretenderam criar um novo Bretton Woods, proposta que já em si, na verdade, era muito duvidosa, porque Bretton Woods, quando surgiu, após a Segunda Guerra Mundial, teve condições muito específicas. Em primeiro lugar, houve duas guerras mundiais; houve uma grande depressão nos anos 1930; houve uma hiperinflação arrasadora na Alemanha; quer dizer, o mundo só construiu certo consenso em torno de Bretton Woods com todas essas tragédias por trás. Então, não é de causar surpresa aquilo que Luiz Melin mencionou quando disse que, apesar de haver insistências, os poderosos bloquearam o surgimento de uma regulamentação mais avançada no âmbito do G-20, não é, Melin?

Muito bem, então, do que é que se trata? Trata-se, na verdade, de uma crise mais estrutural, porém com uma característica diferente daquelas outras que aconteceram no passado, sobretudo nos anos 1930, por exemplo, em primeiro lugar porque nós temos Estados nacionais muito mais ativos, não é? Então, hoje os bancos centrais e os tesouros nacionais entram violentamente nos mercados – violentamente no sentido de oferecer uma liquidez de grandes proporções e inclusive ajudar os mercados a se refazerem, não é? E 2007, na verdade, é em geral cravado como o início da crise, por quê? Porque o mercado interbancário global foi travado. Travado! Não havia negociações. Isso significa uma ruptura do sistema de pagamentos. É gravíssimo!

Foi, portanto, em setembro de 2007 que aconteceu isso, e os bancos centrais dos Estados Unidos, da Europa e do Japão entraram fortemente, ofertando liquidez e fazendo com que os negócios fluíssem. Então, os bancos centrais atuam não só nessa oferta de liquidez como também quando os mercados estão travados; quando não há sequer preços conhecidos para os ativos financeiros, os bancos centrais entram, trocando seus títulos

públicos por títulos privados que estão micados, que não têm sequer preço, e essa é uma nova atuação, uma inovação na atuação dos bancos centrais que impede, na verdade, que haja uma grande desvalorização da riqueza financeira e que, portanto, a economia caminhe para uma grande depressão, com seus impactos sobre a economia produtiva ou aquilo que alguns chamam de economia real.

Muito bem, mas essa crise prolongada, que vem, já pela minha periodização, desde 2006 – na minha e na de muitos outros; na verdade, já vamos para seis anos de crise, digamos assim –, é, porém, uma crise com certas características diferenciadas, porque em alguns lugares do planeta, obviamente, as economias estão crescendo, e até mesmo aquelas que mais padeceram já estão se reconstituindo, como é o exemplo, citado também por Melin, dos Estados Unidos. Muito bem, a crise hoje está centrada em alguns países da Europa. Não é sequer, a meu juízo e de outros, uma crise propriamente do euro. Então, vêm certas afirmações catastróficas de fim de mundo, de cunho escatológico, nesse sentido, que dizem assim: “Não, vai ser o fim do euro, vai ser o fim da União Europeia”, e não é a hipótese com que eu e muitos outros trabalhamos, mas, de qualquer maneira, a crise está centrada aí.

Que características haveria de ressaltar? A primeira é aquela que eu já mencionei, que é desmontar os problemas de valorização financeira que ocorreram, e que envolvem todo um momento de negociação entre bancos, corporações e governos, e implicam desalavancagem. É, na verdade, reduzir os graus de endividamento dos diferentes atores nacionais.

O segundo aspecto importante e crítico é o fato de que, como os governos tiveram esse papel de evitar o desastre maior, as finanças públicas foram afetadas, não é? Então, os países, inclusive os países desenvolvidos, que fizeram esses socorros, incorreram em déficit, vêm incorrendo em déficits públicos e em dívidas públicas. E agora, qual é a política que se propõe, frente a isso? Sobre tudo na Europa, isso é visível, e mesmo nos Estados Unidos, para certa parte dos políticos americanos e da “intelectualidade” americana, a política que se propõe é a da austeridade. Ora, austeridade leva a mais recessão e, portanto, leva a um beco sem saída, e aí está o problema da possibilidade bloqueada de os Estados nacionais voltarem a atuar ativamente.

O terceiro ponto que eu mencionaria é a questão tributária. A questão tributária está, de novo, como a Europa é hoje o centro da crise, surgindo na

Europa. Onde surgiu? Surgiu na França. Por quê? Porque as urnas começam a se manifestar, os movimentos sociais começam a ocorrer; na França ganhou Hollande, que não é igual a Sarkozy, e já propôs uma reforma tributária na qual aqueles que ganham muitos, muitos e muitos euros terão de pagar muito, muito, muito mais impostos. Ora, essa é uma briga de gente grande. É necessária para o Estado francês; entretanto, as reações a isso já estão sendo bastante fortes, e aí veremos o que pode ocorrer. Mas digo, essa é uma questão central, inclusive para o Brasil, a questão de enfrentar a reforma tributária.

O quarto ponto desse desdobramento é bastante óbvio, porque passa pelo desemprego, pela queda dos salários reais e por uma piora na distribuição da renda e da riqueza, que está também no centro da questão. E o quinto ponto que eu salientaria é o fato de que, ao longo desse desdobramento da crise, das resoluções que vão surgindo, aqui e acolá, não uma resolução global coordenada, vai-se redefinindo a geografia da produção mundial, não é?

E aí, de novo, é importante este evento organizado na Câmara dos Deputados. Por quê? Porque nesse conjunto de problemas, em especial nessa redefinição da geografia da produção mundial, nós, brasileiros, estamos envolvidos, o Brasil está envolvido. Por quê? Muitos analistas falaram, anos e anos atrás, da desindustrialização, a qual, na verdade, era bastante discutível. O Brasil ainda tem um parque industrial extremamente poderoso, comparado com o dos demais países da América Latina; nem dá para comparar, não é? Entretanto, dos últimos dois anos para cá, o Brasil está, sim, sofrendo uma ameaça de desindustrialização. E aí é preciso enfrentar seriamente essa questão, que está emergindo, e vai emergir, na solução da crise que virá ao longo do tempo. Então, isso implicará a desindustrialização de alguns países e a ascensão de outros.

No que diz respeito ao euro, por economia de tempo, eu vou só salientiar o seguinte: em primeiro lugar, vou ressaltar aqui que a hipótese com que trabalho é a de que não é uma crise do euro; é uma crise dos países que estão com déficits e dívidas. Que países são esses? Aqueles que sabemos: os países mais frágeis da UE ou da Zona do Euro: Portugal, Grécia, Irlanda, e agora a Espanha. Mas não é uma crise do euro propriamente dita, a meu juízo.

A saída, sabe-se por onde passa, e acredito que ela já teve início quando o Banco Central Europeu (BCE) determinou, recentemente, na pessoa do seu presidente, Mario Draghi, que conhece o funcionamento do sistema e

sabe como salvá-lo, que a UE, o BCE, com o seu Fundo de Estabilização, compre a dívida dos países que estão endividados e, portanto, dê a eles condições de reorganizar o crescimento e permita uma estabilização nesses países. Isso não será alcançado com a política de austeridade, cortando-se gastos fiscais, o que só vai fazer, na verdade, com que o Produto Interno Bruto (PIB) desacelere e, portanto, a própria receita desacelere mais ainda do que o PIB; então, fica-se sem elementos para ter a solução. Essa medida do BCE me parece que começa a encaminhar, ainda que limitadamente – sei das limitações –, a resolução desse grande imbróglio que é a situação da UE.

Muito bem. Agora, caminhando para os pontos decisivos, quer dizer, a questão é que, na verdade, se a UE e os Estados Unidos não tiverem uma recuperação, a situação fica muito complicada, pela seguinte razão, que diz respeito à densidade econômica, também já mencionada aqui: só para os senhores terem uma ideia, nos Estados Unidos, em 2011, segundo dados do FMI, o PIB foi de US\$ 15 trilhões; na UE, no mesmo ano, mesma fonte etc., o PIB foi de US\$ 17,5 trilhões; ora, se nós somarmos esses dois PIBs, eles vão corresponder a 46% do PIB mundial, que foi naquele ano de US\$ 69 trilhões. Isso já é bastante, ou seja, sem Estados Unidos e sem UE não há crescimento no mundo, porque são 46% do PIB mundial. Se adicionarmos a China, cujo PIB foi de US\$ 7,2 trilhões, chegaremos ao fato de que UE, Estados Unidos e China tiveram, naquele ano, 57% do PIB mundial. Um minuto a mais não será tempo suficiente. Esse é o problema de se montarem seminários importantes, como a deputada montou, com temas complexos, com muita gente para falar. É que não dá para tratar das questões de forma mais aprofundada. Mas é assim mesmo no mundo inteiro.

Em relação ao euro, acho que já dei a resposta, já encaminhei a minha interpretação. Portanto, nesses 59 e meio segundos que me restam (*risos*), eu vou ter de falar da reforma do sistema financeiro internacional. Essa é fácil, porque ela não existe (*risos*). É muito fácil. O Melin já falou que ela não existe. Ademais, as proposições que vêm são ingênuas e irrealistas, tal como aquela de criar o novo Bretton Woods; de nós voltarmos, por exemplo, ao sistema americano segmentado e diferenciado pós-crise de 1929; à ideia de substituir o dólar pelo Direito Especial de Saque, que corresponde a uma moeda do FMI. É legal, mas precisa ser combinado entre os Estados Unidos e a China, que tem crédito de trilhões de dólares aplicados em dívida pública

americana. Então, aparecem economistas – e alguns de renome – para propor essas coisas irrealistas.

Assim, como as proposições são tão irrealistas, nós estamos muito longe de chegar a uma reforma do sistema financeiro. Ademais, nos trinta segundos que me restam, deputada, com a sua permissão, o que acontece? Depois que os bancos centrais e os tesouros nacionais entraram para segurar o grande desastre, os detentores da riqueza, tanto as grandes corporações – que vão muito bem, obrigado – quanto os bancos, os sistemas financeiros em geral, não querem mais reforma nenhuma. Eles querem *business as usual*, os negócios como sempre. E, na verdade, o que tem de vigência? No máximo, como disse o Melin, o Acordo de Basileia, que significa o quê? Aumenta-se a capitalização dos bancos, e as autoridades monetárias ficam de longe supervisionando.

Isso vai redundar, lá na frente, não sei quando, porque não sou profeta... Economista não sabe fazer previsões, só as faz porque está sendo pago e tem de dizer alguma coisa, porque essa é uma ciência inexata. Então, não há previsão sobre o futuro possível, somente incertezas. Não há reforma no sistema financeiro internacional em curso, e esse é um grande problema.

E, finalmente, deputada, eu não posso deixar de falar sobre o país – a senhora vai concordar comigo. Eu queria chamar a atenção para alguns poucos pontos. Em primeiro lugar, está em curso, pela primeira vez, em muitos anos, o surgimento de uma política financeira para o Brasil. Não estou falando de política monetária. Essa iniciativa do governo de colocar o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e o BNDES na vanguarda da aceleração do crédito e da queda da taxa de juros é um fenômeno de extrema importância, evidentemente não só para empurrar os investimentos como para criar uma política financeira que empurre os bancos privados para operar com juros que não sejam obscenos e financiar o investimento produtivo. Esse é o primeiro ponto.

Em segundo lugar, nós precisamos estar espertos para a defesa das nossas reservas internacionais. Nós acumulamos grandes reservas internacionais, mas, atenção, embora a nossa dívida bancária externa tenha decaído profundamente, o passivo externo líquido brasileiro tem crescido, ou seja, o passivo externo líquido é composto pelos investimentos diretos estrangeiros e pelos investimentos em portfólio, ou seja, em ativos financeiros, em ações

e outros ativos. Isso tem crescido, o que significa que há uma pendência com o exterior. Então, precisamos ficar espertos em relação a isso.

Não vou ter tempo para falar sobre a política antidesindustrialização. Por fim, eu mencionaria a necessidade de que, de fato, para que façamos um reaparelhamento do Estado Nacional de forma adequada, teremos que passar pela difícil, porém necessária, reforma tributária. Muito obrigado, deputada, pela paciência.

Luís Antonio Balduino Carneiro – Muito obrigado, deputada Perpétua Almeida. Muito obrigado, deputado Cajado. Fiquei muito feliz pelo convite que me foi feito. Estou muito honrado da minha presença aqui.

Eu vou recorrer um pouco à Teoria das Vantagens Comparativas. A vantagem comparativa de um diplomata é sempre ter um olhar um pouco mais político sobre os assuntos internacionais. Então, vou tentar oferecer algumas reflexões preliminares sobre os impactos políticos da crise, sob o ponto de vista político.

Como disse o meu colega Melin, é um assunto extremamente complexo, não permite ainda conclusões definitivas. A crise não acabou. Acho que há quase o consenso de que ela vai durar ainda muitos anos. Portanto, tudo o que dissermos sobre ela, de certa forma, é preliminar.

Na minha avaliação, a crise é um evento político de primeira grandeza, tem impactos importantes sobre o sistema internacional. Não é apenas um evento cíclico, de curtos ciclos econômicos. Avalio que o mundo, depois da crise, será muito diferente do mundo que existia até 2008. Uma das características será, provavelmente, maior multipolaridade. Eu não sei se será uma multipolaridade estável, baseada em regras, em grande cooperação, ou se será uma multipolaridade mais instável, com mais tensões.

Até a crise financeira de 2008, a impressão que se tinha era que crise financeira era um assunto de países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam num estágio em que se encontravam imunes, de certa forma, a esse tipo de crise, dado o desenvolvimento de seus sistemas financeiros e de suas políticas macroeconômicas. Mas a crise provocou certo nivelamento no mundo, afetou inclusive o campo dos valores e da posição relativa dos países. De certo modo, redistribuiu um pouco a virtude.

Eu me lembro de que, há alguns anos, as análises sobre o sistema financeiro brasileiro indicavam que era atrasado, travado, um sistema que não permitia inovação, um sistema em que o papel dos bancos públicos ainda era muito grande, o que era algo muito ruim. Depois, com a crise, o que era ruim passou a ser bom. Passamos a ver análises segundo as quais era um sistema forte, bem supervisionado. Quanto aos outros sistemas financeiros que eram tidos como modelares, a crise mostrou que não era bem assim.

Há efeitos políticos já importantes nos principais atores. Só para citar um exemplo, faço referência à declaração do almirante Mike Mullen, dos Estados Unidos. Perguntado sobre qual era a principal ameaça hoje à segurança nacional dos Estados Unidos, ele disse que era o *déficit* orçamentário, porque não sabia se seria possível financiar a atuação norte-americana no mundo como vinha ocorrendo até recentemente. Há inclusive uma questão de autoimagem nos diferentes países, que se vai conformando a partir da crise.

Vemos também que surgem maiores tensões no projeto de integração europeia, com a crise de alguns países. Muitos analistas como, por exemplo, Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, acreditam que o projeto europeu, exatamente como está, não pode continuar. Ou haverá uma fragmentação, e os países precisarão recuperar a flexibilidade de sua política econômica, ou terá de haver avanço na integração, na criação de união fiscal, de união bancária e outras, enfim, um projeto mais federativo para se tentar superar a crise.

Portanto, são efeitos políticos importantes também. Recentemente, a Chanceler Merkel, da Alemanha, citou o Canadá como exemplo de federação para o modelo europeu.

A crise não é apenas financeira. Podemos ver diferentes fenômenos superpostos. Essa questão do rebalanceamento da economia mundial, em termos da posição relativa dos países, da maior importância dos países emergentes, não surgiu com a crise de 2008. Já em 1996, estudo de um analista, Swati Ghosh, falava dos crescentes vínculos invertidos. Ele disse isso em 1996, ou seja, há muito tempo, quando o crescimento dos países em desenvolvimento, dos países emergentes, estava superando aquele paradigma clássico em que os países desenvolvidos eram os centros dinâmicos e os países emergentes eram os dependentes. Havia um comércio cada vez maior

entre países do Sul e fluxo de investimentos, de comércio. Os países do Sul passavam a afetar cada vez mais os países do Norte.

No início da década atual, surgiram inúmeros estudos falando sobre certos desafios para os países desenvolvidos, sobretudo a respeito da transição demográfica, estudos dos próprios governos, de *think tanks*, de agências de riscos. Diziam que, com o envelhecimento das populações nos países avançados, haveria enorme desafio fiscal a ser enfrentado e que isso criaria dificuldades para o crescimento desses países. Seria preciso um ajuste profundo. E a crise acabou acentuando esse desafio.

São elementos, portanto, que reforçam essa tendência de rebalanceamento. Com a crise financeira, com o episódio mais agudo da falência do Lehman Brothers, em setembro de 2008, inicia-se um processo mais evidente do ponto de vista político, e esse rebalanceamento vem à tona com a convocação da primeira reunião de líderes do G-20, em novembro de 2008, em Washington.

É importante notar que aquela reunião não foi uma reivindicação dos países emergentes, foi um reconhecimento dos próprios países do G-7 sobre a sua insuficiência para tratar da crise naquele momento. O G-20 tinha sido criado em 1999, na esteira da crise asiática, com o objetivo mais de o G-7 conversar com alguns países emergentes. Havia a percepção de que esses países emergentes é que seriam sempre os focos de crises futuras. Ocorre, então, certa ironia: foi convocado, em nível de líder, justamente para tratar da crise financeira nos próprios países avançados.

Com a elevação do G-20 ao nível de líder, ele, em si, já espelha uma mudança na participação relativa dos países emergentes. Serviu também de plataforma para novas mudanças. Surge, então, a questão da reforma do sistema financeiro, da governança do sistema financeiro internacional.

Desde o início – acho que o Brasil teve um papel muito importante nisso –, foi colocado na agenda do G-20 que toda questão da reforma da regulação financeira, da cooperação macroeconômica era importante. Mas queríamos também maior participação nas instâncias decisórias, de duas maneiras. Uma era o ingresso em fóruns financeiros exclusivos de alguns países desenvolvidos, como, por exemplo, o Fórum de Estabilidade Financeira, que havia sido criado também em 1999, o Comitê da Basileia de Supervisão

Bancária – Basel Committee on Banking Supervision (BCBS) –, o Comitê Técnico da Organização Internacional das Comissões de Valores (OICV). Eram todos como clubes exclusivos que definiam padrões que depois eram aceitos, implementados por todos, inclusive por nós, mas de cuja elaboração não participávamos.

Essa foi uma reivindicação. A outra foi uma ampla reforma das instituições de Bretton Woods, para permitir maior participação dos países emergentes. No início, houve alguma resistência, sobretudo quanto à participação no BCBS. Achava-se que a definição de regras para o sistema bancário deveria ser discutida em grupos menores, mas, enfim, os países mais avançados acabaram aceitando a reivindicação, e já na segunda cúpula do G-20, em Londres, ficou definido que outros países emergentes do G-20 ingressariam nesses fóruns. O Fórum de Estabilidade Financeira passou a ser chamado de Conselho de Estabilidade Financeira, já com a nossa participação, e acabamos ingressando em outros também.

No que diz respeito à reforma do FMI, já havia percepção de que a distribuição do poder de voto no Fundo – a definição tinha ocorrido logo após a Segunda Guerra Mundial – não refletia mais a realidade do mundo, ainda que tivesse havido alguns ajustes ao longo do tempo. Países como o Brasil, a China, a Índia e outros já tinham crescido, e seu poder de voto não estava refletido no Fundo. Já havia, portanto, essa discussão.

Em 2008, houve uma primeira reforma, que foi sendo negociada antes da crise. O poder de voto do Brasil aumentou um pouco, mas a crise acabou acelerando o processo, a criação do G-20 em nível de líderes acabou se estabelecendo, e ocorreu nova reforma em 2010. O Brasil era o 21º e, depois da reforma de 2010, está entre os dez maiores acionistas do Fundo.

É uma discussão muito difícil, porque é um jogo de soma zero. Para que a nossa participação aumente, é preciso que outros cedam. No caso, alguns países pequenos, especialmente da Europa, mas não só, estavam com a sua representação excessivamente ampliada, uma representação que não correspondia mais ao seu papel na economia mundial.

Enfim, essa é uma das áreas. Agora há uma nova reforma em curso, que foi também objeto de reivindicação nossa. Houve muita negociação, sobretudo entre os BRICs e os países europeus, na cúpula de Pittsburgh,

para fazer uma nova rodada agora em 2013-2014. O que nós estamos vendo é uma enorme resistência em continuar; quer dizer, a reforma de 2010 avançou um pouco, mas ainda está longe de refletir o poder relativo, a importância relativa dos países. Nós ainda temos muito caminho a percorrer. A negociação da fórmula que vai permitir essa redistribuição de voto, que está ocorrendo agora 2013, mostra, mais uma vez, a dificuldade que é realmente reequilibrar o FMI e o Banco Mundial para que reflitam a realidade atual.

Outro elemento que também cria certos limites para esse tipo de reforma é a maneira, que é uma questão jurídica, porque para entrar em vigor é preciso que haja ratificação por 113 países, com 85% de poder de voto; quer dizer, a reforma de 2010 até hoje não entrou em vigor porque alguns países, inclusive os Estados Unidos, não a ratificaram, não é? Então, por um lado, há uma tentativa nossa de reequilibrar o poder no âmbito dessas instituições e dar maior espaço para os países emergentes, mas temos essa dificuldade, o que cria um certo dilema: será que devemos gastar toda a nossa energia em tentar aprofundar essas reformas, ou tentar também criar outras instâncias, alternativas?

O que o Brasil vem fazendo é um pouco das duas coisas. E aqui eu chamo a atenção, sobretudo para recentes iniciativas no âmbito dos BRICS, quando houve o acordo para se tentar estabelecer um banco de apoio ao desenvolvimento entre os BRICS. Esse banco agora está em estudo para criar um mecanismo de compartilhamento de reservas e criar mecanismos de *swap* entre esses países. Então, são atuações em diferentes níveis, para que possamos, enfim, criar mecanismos de maior proteção a choques externos no futuro.

Para concluir, qual o papel do Brasil neste novo contexto? Na minha avaliação, o Brasil deverá assumir cada vez mais responsabilidades, e há um interesse em trabalhar para que essa multipolaridade seja estável. Eu acho que o interesse, o objetivo essencial da sociedade brasileira de modo geral é prosperar com liberdade, é superar os nossos passivos sociais, a nossa desigualdade, certo? E para que o nosso desenvolvimento seja possível é preciso que o entorno internacional seja benigno.

No passado, o contexto internacional era quase dado para o Brasil. Nós tínhamos pouca influência; nós tínhamos, sobretudo, uma posição de reivindicação. Eu acho que esse não será mais o caso. Eu acho que, crescentemente, o Brasil terá de contribuir e trabalhar para moldar esse

sistema internacional e isso já vem ocorrendo, por exemplo, na área financeira, em que o Brasil ofereceu recursos para aumentar a capacidade do FMI de manter estável a economia mundial; oferecemos tanto em 2010 quanto em 2012. É claro que essa contribuição tem de ser condizente com as nossas possibilidades, mas na área de ajuda internacional provavelmente haverá uma retração dos países que hoje são grandes doadores. Então, são áreas em que teremos de trabalhar no futuro, com vistas à criação dessa multipolaridade estável, baseada em regras que sejam benignas para o desenvolvimento de todos os países, enfim, para o fortalecimento do multilateralismo e da democracia no plano internacional.

Muito obrigado.

José Augusto Coelho Fernandes – Senhora deputada, muito bom dia. Colegas da mesa, senhoras e senhores, muito obrigado por este convite, pela oportunidade de discutir a visão parcial da indústria em relação ao tema deste evento.

Vou fazer alguns cortes aqui na minha apresentação. Acho que o ponto de partida é que essa crise internacional mostra a relevância da interdependência, ou seja, mesmo para os países emergentes, o impacto da crise foi expressivo. Rússia, Índia, China e Brasil, ninguém passou imune a essa crise.

O segundo ponto que já foi destacado aqui é a continuidade da crise. Já temos cinco anos de crise e possivelmente teremos mais quatro ou mais cinco anos. Os desafios das principais regiões são diferentes: a zona do euro tem um desafio, os Estados Unidos têm outro, a China tem outro.

A coordenação internacional assumiu uma importância maior, notadamente no G-20. É a isso que pretendo dedicar um pouco mais a minha atenção. Quero também discutir um pouco os efeitos da crise para o Brasil e quais devem ser os elementos de uma estratégia robusta para o Brasil enfrentar a crise.

Como já mencionei, a crise gerou impactos. Nenhuma economia passa imune à crise. Mesmo a China, neste momento, está passando por dificuldades. A cada dia recebemos uma notícia com um pouco mais de complexidade sobre a China.

Naturalmente, o Brasil se beneficiou muito nesse período pelo crescimento dos preços das *commodities*, que nos deram um seguro importante para enfrentar a crise, mas obviamente não é possível extrapolar exponencialmente a taxa de crescimento dos preços das *commodities* que se apresentavam na metade final dos anos 1980. É só fazer um exercício aritmético meio mecânico para mostrar que, se fizéssemos um exercício com a previsão do que estava acontecendo há alguns anos, o resultado seria muito diferente. Hoje, temos uma perda em torno de US\$ 26 bilhões, o que dá um sinal – esse é um exercício mecânico – de que temos que ter uma política cuja perspectiva neste mundo não seja a de um mundo permanente.

Não pretendo destacar mais os elementos da crise, porque acho que nossos colegas já os exploraram. Vou direto à questão da agenda do G-20. De fato, como foi mencionado – o José Carlos mencionou aqui com bastante propriedade –, os avanços institucionais foram limitados. No entanto, o G-20 teve alguma capacidade de gerenciar a crise.

O Brasil tem tido um papel importante nesse novo fórum de gestão internacional. Alguns dos temas principais que estão na agenda, obviamente, são restaurar o crescimento com estratégias diferentes para a Europa, os Estados Unidos e a China. Aqui há mais um jogo de contrapressões, de *benchmarking* e de cobranças mútuas. O G-20 não consegue ir além disso, salvo quando se envolve com as questões financeiras, para as quais temos alguns instrumentos que permitem a operação, principalmente nos momentos de crise mais elevada.

Uma segunda agenda são os desequilíbrios macros e a taxa de câmbio. O Brasil, particularmente, vem sendo afetado por essa agenda de incertezas e de volatilidade. É curioso, o José Carlos mencionou um conjunto de demandas, algumas vezes ingênuas, em direção à reforma do sistema financeiro. Recordo-me que ele fez menção ao Direito Especial de Saque. Nessas discussões, lembro-me de uma grande empresa europeia que se defronta com o fato de que ela vende ativos em dólar, seus clientes compram ativos em dólar, mas ela é uma empresa europeia. Então, todos os seus custos são em euro. Aí, ela olha para o mundo, para os seus mercados – é uma grande empresa concorrente da Boeing – e diz: “Os Direitos Especiais de Saque são a minha solução. Com isso, meu risco é zero”. Mas como transformar essa unidade, que não

é uma unidade de conta, de fato, em uma moeda? É um longo caminho, tortuoso. Dificilmente nós poderíamos contar com algo dessa natureza.

Os sistemas financeiros, Basileia e financiamento ao comércio, talvez sejam os temas que hoje requeiram um pouco mais de coordenação e articulação. Acho que Basileia, principalmente, há um ano, com todo o processo de desalavancagem e sendo associada à crise europeia, criou uma tensão muito grande. Então, há necessidade de um diálogo permanente entre os operadores financeiros, observando as regras atuais do jogo. Isso é extremamente importante para não agravarmos ainda mais a delicada crise.

Vimos também que a crise, principalmente quando há determinados movimentos mais bruscos lá fora, irradia-se rapidamente para o Brasil via financiamento ao comércio. Então, essa é uma área para a qual precisamos certamente dar atenção, com a adoção de Plano B e outros.

Temos também a agenda de comércio, de investimento. O G-20 pretendeu fazer certa gestão de *check and balance* entre os vários países para evitar que a corrida protecionista fosse muito elevada. Acho que isso está razoavelmente sob controle, mas com tensões aqui e acolá.

A governança global aqui já foi mencionada. Acho que um capítulo importante é o da energia, tanto para a estabilidade de oferta das fontes convencionais quanto também para a criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento das novas fontes.

A pergunta que podemos fazer em relação ao G-20 é: em que medida o G-20 pode, de fato, ser efetivo? Ou seja, há um estímulo muito forte para levarmos ao G-20 “n” temas, desde infraestrutura, propriedade intelectual, inovação etc. Mas são temas para os quais, em geral, o G-20 tem pouca capacidade de ser efetivo. Acho que o grande desafio para os governos nacionais é selecionar para o G-20 aqueles temas em que, de fato, a coordenação internacional possa ser efetiva. Então, se não passar nesse teste de estresse, é melhor escolher outro fórum e não perder tempo com o G-20.

Dada essa percepção sobre a importância do G-20, vou explorar um pouco mais os efeitos da crise sobre o Brasil, claramente conhecidos. Tivemos valorização cambial, queda de preço de ativos, quedas nas compras externas, retração da indústria. A indústria brasileira deve terminar este ano, principalmente a indústria de transformação, com uma taxa de crescimento

negativa. O PIB geral da economia será bastante reduzido este ano, mas certamente o Brasil tem um conjunto de oportunidades que lhe permite transitar melhor ao longo dos próximos anos, como espero observar.

Vamos tentar entender. Temos um novo mundo, um mundo com elevado grau de interdependência. Eu acho que a interdependência não é nova, mas certamente há outras características neste momento. Temos o Brasil participando no G-20. O Brasil tem um novo papel econômico no mundo. Quais são as implicações para o Brasil?

Eu acho que o primeiro ponto é que aumentou muito o papel do Brasil nos fóruns internacionais, não apenas nos fóruns econômicos, mas nos fóruns ambientais, nos fóruns de segurança. Em qualquer tipo de fórum relevante das Nações Unidas, hoje o Brasil tem um papel estratégico.

Uma segunda dimensão que tem resultado dessa crise é que, apesar de todos os países terem sido afetados pela crise internacional, o Brasil teve um desempenho relativo um pouco melhor do que a média dos países afetados, o que o tornou atrativo, especialmente no momento em que ainda havia sobreposição de taxas de juros bastante elevadas aqui no Brasil, que forçaram um fluxo de capital muito forte.

Ora, eu acho que esse conjunto de fatores – o fato de o Brasil ser forte expressão econômica no mundo, ser grande supridor de fontes energéticas, de alimentos, ter oportunidades de crescimento no mercado doméstico – força a necessidade de uma visão estratégica sobre qual é o seu novo papel e como deve orientar sua política externa.

Eu acho que o Balduino já mencionou antes, mas eu usei aqui a expressão retórica *versus* construção – ele usou outra expressão –, mas certamente o nosso papel hoje não é apenas um *jus esperneandis*. O Brasil não pode chegar a um evento internacional e simplesmente usar a retórica, ele tem que chegar com capacidade de construção de soluções, capacidade de mobilização de ações.

Então, essa é uma diferença importante, que faz com que haja um impacto sobre a formulação da política externa, sobre a formulação da política comercial e sobre a preparação técnica para o país enfrentar essa agenda. Nós precisamos ter, nas estruturas de governo, gente preparada para discutir Basileia, para discutir o clima, para discutir “n” temas que estão na agenda.

Associada a esse movimento, que força outro tipo de agenda, parece-me que a combinação da valorização do real com preços de ativos deprimidos no exterior estimularam um fluxo de investimento direto e forte do Brasil no mundo, o que muda substancialmente a nossa agenda. Obviamente que não foram apenas os motivos pelos quais as nossas empresas foram para o exterior; existem motivos de mercado, de tecnologia etc., mas o fato é que existe uma nova agenda. Ou seja, temas que antes eram apenas interesse da empresa estrangeira investidora no Brasil, hoje, são temas de nosso interesse como, por exemplo, bitributação, preço de transferência, futuro do real. Ou seja, nós temos que estar preparados, em um horizonte de quinze anos, vinte anos, para responder qual será o futuro do real como uma moeda que poderá ter um peso na comunidade internacional maior do que tem hoje. E eu preciso ter instituições apropriadas para o desenho desse movimento.

Há também os mercados. Quer dizer, se eu olho para a agenda de *commodities* e me concentro apenas nela, eu tenho uma determinada configuração de política comercial. Mas, se eu penso que o futuro do Brasil ainda está muito associado ao futuro da sua manufatura, eu tenho que ter políticas de abertura de mercados que consolidem a capacidade de essa indústria atingir escala no mundo. E aí eu tenho que perguntar quais são os acordos comerciais relevantes para o Brasil.

Infelizmente, os acordos que o Brasil tem conseguido são tímidos. Temos hoje uma clara dificuldade de coordenação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em relação à agenda de políticas comerciais. E esse certamente é um tema que tem que estar em nossa agenda.

Então, essa maior interdependência, essa maior participação do investimento privado no exterior tem criado, também, uma nova forma de inserção da própria comunidade empresarial no mundo. Neste momento, nós estamos, inclusive, com um conjunto de organizações empresariais dos países do G-20, criando uma espécie de coalizão para influência da agenda do G-20.

O Brasil naturalmente tem grandes oportunidades, e nós temos que ter uma estratégia robusta que seja uma estratégia dominante, que vai ser imune a qualquer tipo de crise. Ou seja, a crise piorou, eu tenho essa estratégia; a crise melhorou, eu continuo com essa estratégia. Então, a estratégia é

robusta. O Brasil tem que dar continuidade à sua agenda de competitividade, à semelhança dos passos mais recentes que ocorreram nesse último mês.

Nós temos que potencializar as nossas oportunidades de investimento. O Brasil, ao contrário de vários outros países do mundo, tem muitas oportunidades de investimento, a exemplo da área energética, da bioeconomia. Na área de bioeconomia, a questão é fundamentalmente regulatória. Na hora em que se resolverem os problemas regulatórios aqui, de direitos e propriedade, teremos um caminhão de investimentos para serem realizados.

Há a questão da tributação do investimento. O Brasil ainda penaliza o investimento, comparado com os nossos competidores. Aqui o Zé Carlos fez menção ao nosso sistema tributário que, na realidade, é um *software* de um paulistinha para fazer um A380 funcionar, não é isso? Ou seja, nós temos de fato um problema que afeta, obviamente, também, a nossa capacidade de ser ambicioso na política comercial e na política externa.

Naturalmente, essa agenda passa por toda uma estratégia associada à educação e à inovação, que, aqui, nos últimos meses, tem tido sinais importantes e que também é parte da estratégia robusta.

Sintetizando, eu diria que a crise internacional ainda está longe de ser superada, mas acredito que, apesar do desempenho ruim que tivemos neste ano, as perspectivas para 2013 são bastante superiores e, se fizermos todo um conjunto de ações certas do nosso domínio, não precisamos que lá fora nos resolvam os problemas. Oitenta por cento dos nossos problemas dependem de iniciativas nossas, aqui, salvo uma ruptura extraordinária, que o crédito seque no mundo.

A crise reforça a importância da agenda da competitividade, de superar problemas conhecidos. É uma combinação de agenda velha, do século XIX, com a agenda do século XXI, associada principalmente à inovação.

A crise abriu um novo espaço para a atuação internacional do Brasil. Então, isso se reflete nas nossas instituições empresariais, na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, no Itamaraty, no maior envolvimento da sociedade civil na construção da política externa do país, que não é apenas monopólio de um governo ou de uma instituição, quer dizer, é algo que deve ser construído por todos, com insumos, por todos.

Eu entendo que, de alguma forma, o Brasil assume uma determinada maturidade, que causa impactos na sua política externa. Ou seja, ele não é um sujeito que está ali à margem, ele faz parte do jogo. Então, isso implica responsabilidade, capacidade de construção de soluções e, especialmente, revisão de sua agenda. Existem temas que não estavam na nossa agenda e precisam ser introduzidos nela, mudando, inclusive, o nosso modelo mental de perceber uma série de questões que estavam fora e que agora merecem estar dentro.

Eu recorro aqui os temas de bitributação, preço de transferências, papel do real na economia mundial, acordos comerciais, natureza dos acordos comerciais, segurança institucional. São temas que o Brasil precisa repensar e para os quais precisa se preparar.

Isso faz com que se coloque na agenda, por exemplo: o Brasil deve ou não participar da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)? Deve ter um maior engajamento na OECD? Do ponto de vista do setor privado, eu prefiro participar da OECD a participar de uma reunião de não alinhados – é muito mais construtiva; acho que o governo brasileiro tem a mesma percepção, porque não lhe dá a mesma importância –, mas isso significa tomar decisões de participar, construir e influenciar, porque as regras do jogo estão sendo construídas em um conjunto de instituições, e eu não vejo nenhuma razão para nós não participarmos desses diretórios.

Então, essa é uma diferença importante que merece a reflexão de todos nós.

Muito obrigado.

PARTE 5

O BRASIL E A GEOPOLÍTICA DA ENERGIA

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Alfredo Sirkis**

Expositores

Luiz Alberto Figueiredo Machado***

Helder Queiroz Pinto Júnior****

Haroldo Lima*****

Darc Costa*****

Relator

Wilson de Jesus Bezerra de Almeida*****

Perpétua Almeida – Muito obrigada, José Augusto Coelho, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores. Quero convidar o deputado Alfredo Sirkis, que vai coordenar os trabalhos da nossa mesa. Antes, porém, agradeço a presença dos deputados Jefferson Campos, Antonio Carlos Mendes Thame e Stefano Aguiar.

Alfredo Sirkis – Bom dia a todos. É uma satisfação estar aqui com vocês.

Eu queria destacar, inicialmente, a presença de embaixadores e representantes dos seguintes países: Alemanha, Austrália, Argélia, Bélgica,

* Deputada do Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB-AC).

** Deputado do Partido Verde do estado do Rio de Janeiro (PV-RJ).

*** Embaixador, representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Itamaraty.

**** Diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

***** Ex-diretor da ANP.

***** Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur).

***** Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Benim, Botsuana, Coreia do Sul, Costa do Marfim, Equador, Eslováquia, Finlândia, Guiana, Honduras, Indonésia, Índia, Inglaterra, Irã, Malásia, Malawi, Paraguai, Romênia, Singapura, Suécia, Suíça, Suriname, Tailândia e Turquia.

Destaco que estiveram presentes, no dia de ontem, outras representações diplomáticas, inclusive o embaixador da Guatemala. Dá até para perguntar se há algum brasileiro aí.

Vamos começar o segundo painel de hoje, cujo tema é *O Brasil e a geopolítica da energia*.

Senhores representantes do corpo diplomático presente, colegas parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, senhoras e senhores, gostaria de convidar, para compor a mesa, o meu querido amigo, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Itamaraty; o senhor Helder Queiroz, diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP); o senhor Haroldo Lima, ex-diretor da ANP; o senhor Darc Costa, presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (Federasur); e o professor doutor Wilson de Jesus Bezerra de Almeida, da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Também gostaria de registrar a presença do assessor para Assuntos Internacionais, do Ministério de Minas e Energia (MME), senhor Vilmar Coutinho.

Sem mais delongas, concedo a palavra ao embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

Luiz Alberto Figueiredo Machado – Presidenta Perpétua, deputado Sirkis, em nome dos quais saúdo a todos os componentes da mesa, senhoras e senhores, é uma grande honra e um prazer abrir a discussão do painel *O Brasil e a geopolítica da energia*.

Gostaria de concentrar minha fala em dois aspectos básicos: a questão das energias renováveis e a questão das energias não renováveis.

Quero também deixar claro que meu enfoque será sempre de política externa, já que no painel teremos vários palestrantes que, possivelmente,

se concentrarão em aspectos da política energética brasileira e o farão com muito mais propriedade do que eu poderia fazer.

Inicialmente, na área de não renováveis, é inegável que, após décadas um pouco mais lentas em termos de desenvolvimento mundial, nos anos 1980 e 1990, o tema da energia, do acesso a ela e da sua disponibilidade volta ao centro dos debates internacionais, impulsionado pelo expressivo crescimento das economias asiáticas e, sem dúvida, por que não dizer, pelo forte motor da economia mundial, representado pelos países emergentes, que, mais do que aqueles países considerados centrais, hoje, sem dúvida nenhuma, impulsionam a economia mundial e ajudam a que se possa vencer a crise econômica e financeira que está no horizonte.

Se eu disse que houve uma retomada do tema de energia no contexto internacional, essa retomada – essa busca ao acesso e à disponibilidade – levou também, sem dúvida nenhuma, a uma elevação do preço dos combustíveis fósseis, especialmente o petróleo. Além disso, deu um novo ímpeto aos esforços mundiais de produção de energias renováveis, acoplado com a consciência, cada vez maior, do problema da mudança do clima, que exige uma verdadeira revolução na matriz mundial.

Nesse contexto, é necessário dizer que o Brasil se posiciona muito bem. Nós temos, em economias do nosso porte, uma matriz comparativamente muito limpa. Como todos sabem, 45% da matriz são de renováveis. E, quando olhamos apenas para o setor elétrico, esse número sobe a algo perto dos 90%.

Ao mesmo tempo, se temos um grande potencial, uma grande aplicação e exploração de renováveis, também tivemos a descoberta de reservas importantíssimas de petróleo e gás, especialmente na área do pré-sal.

Como se sabe, o mercado mundial de petróleo se encontra numa curva ascendente de preços, que se iniciou, aproximadamente, no final da década de 1990 e se interrompeu brevemente em 2008, no primeiro impacto da crise econômica, mas retomou a alta recentemente causada basicamente por dois motivos, não apenas por esses dois, mas principalmente pelo estreitamento da margem entre a demanda e a capacidade de produção de petróleo e gás e, também, dos crescentes custos de produção.

Nós temos, no caso da demanda, um forte impulso dado pelo mercado da Ásia, mas também pelos mercados emergentes como um todo. Ao mesmo

tempo, do lado da produção, dificuldades enfrentadas por alguns países produtores e problemas de instabilidade em alguns deles, notadamente no Oriente Médio.

A grande concentração das reservas internacionais de petróleo no Oriente Médio afeta claramente a capacidade de fornecimento do petróleo e também tem impacto sobre o preço.

Eu diria que, no caso brasileiro, a descoberta das reservas do pré-sal sinaliza claramente a elevação do Brasil à condição de importante produtor e, possivelmente, exportador mundial do produto. Análises feitas – sei que vou ser corrigido pelos colegas de mesa – apontam para números em torno de 50 bilhões de barris de petróleo de reservas, o que seria suficiente para que o Brasil fosse a nona reserva mundial de petróleo. É claro que essa avaliação está sujeita a correções e novos números mais recentes, mas se espera que o excedente exportável brasileiro no ano 2020 seja de 2,2 milhões de barris de petróleo por dia, aproximadamente, o que é um número muito interessante.

Sabe-se que a legislação brasileira regulamentou a exploração do pré-sal e a destinação dos recursos, por meio das Leis nº 12.276, nº 12.304 e nº 12.351, todas de 2010, que têm, como principais pilares, a obrigatoriedade de conteúdo nacional, abrindo novas possibilidades de desenvolvimento tecnológico, além da difusão do desenvolvimento econômico e social para a população brasileira.

Como disse, o Brasil não está se tornando apenas um líder na área de petróleo, ele tem igualmente clara liderança internacional no que tange às energias renováveis. Todos sabem que os hidrocarbonetos vão continuar a ser uma fonte importante, a principal fonte mundial de energia nas próximas décadas, mas, como já afirmei, a própria preocupação internacional com o combate à mudança do clima exige de todos os governos cuidado e investimento muito sério em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de fontes alternativas de energia.

Nesse sentido temos, como algo claro, a necessidade de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e proporcionar maior acesso à energia, porque há demanda internacional crescente, e a promoção do desenvolvimento socioeconômico é fator determinante na equação energética deste século. Então, nesse quadro, é muito claro que ocorrerá, cada vez mais, aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética mundial.

Como se sabe, as energias renováveis estão se tornando cada vez mais competitivas em termos de mercado, mas, em alguns casos, a geração por essas fontes ainda é mais custosa do que aquela oriunda de combustíveis fósseis. A Agência Internacional de Energia (AIE) dá conta de que as energias renováveis – hidroelétrica, solar, eólica, de biomassa, geotérmica, marinha – avançaram, em média, 13% ao ano (a.a.) em capacidade instalada, nos últimos dez anos. É um número extremamente expressivo. Algumas delas ainda alcançaram números mais marcantes, como é o caso da eólica *onshore*, que foi de 27%, e da solar fotovoltaica, que subiu 42%.

Sabe-se que, em alguns casos, algumas delas requerem, em certos países, subsídios importantes. Em outros países, como o Brasil, no entanto – e citaria aqui também a Nova Zelândia –, as condições naturais e as políticas públicas que são aplicadas tornaram várias fontes energéticas renováveis extremamente competitivas – no nosso caso, por exemplo, a eólica –, sem a necessidade de subsídios.

Não há dúvida de que a principal fonte renovável no mundo continua a ser a hídrica. Em 2010, ela foi responsável por 82% da geração elétrica entre as renováveis. E os principais países no crescimento dessa fonte são China, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Rússia, que têm ainda um grande potencial hídrico. Estima-se que a capacidade instalada de geração hídrica possa aumentar 25% na próxima década, especialmente em países como a China e o Brasil.

Já no setor de transportes, os biocombustíveis se apresentam como a principal alternativa, sendo que entre 2000 e 2011 a produção passou de 16 bilhões de litros para mais de 100 bilhões de litros, em termos globais, sendo o Brasil responsável por cerca de 25 bilhões deles, entre etanol e biodiesel. Isso dá uma mostra muito clara do papel de liderança do Brasil nos esforços internacionais de desenvolvimento de novas fontes de energia.

Eu gostaria muito, dada a premência de tempo, de deixar o registro de que o Brasil, além de promover o desenvolvimento interno na área de renováveis, tem um programa importante de cooperação com terceiros países, especialmente na África e na América Latina.

Nesse plano, temos também um importante programa de cooperação triangular entre Brasil, Estados Unidos e países como El Salvador, República

Dominicana, Haiti, Honduras, Guatemala, Jamaica, Senegal, Guiné-Bissau, enfim, nos quais a ação conjunta e essa cooperação internacional promoveram estudos que compreendem o levantamento das condições geográficas, sociais e econômicas que possam impactar a sustentabilidade do biocombustível.

Então, há uma preocupação nossa não apenas de que o nosso biocombustível seja sustentável, como é, mas também de promover globalmente a ideia de que o biocombustível seja de fontes sustentáveis ou que leve a uma progressiva *comoditização*, de modo que se possa ter, em termos globais, padrões internacionalmente aceitos que facilitem o comércio internacional.

Essa tem sido uma preocupação constante do governo brasileiro, e temos tido grandes avanços nessa área, especialmente no desenvolvimento de padrões de sustentabilidade e no desenvolvimento dessa cooperação que ajuda países potencialmente aptos à produção sustentável de biocombustíveis a terem a possibilidade de acesso a estudos feitos com grande seriedade, inclusive com a participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para que tenhamos um desenvolvimento harmônico e uma *comoditização* progressiva dos biocombustíveis no comércio internacional.

Sei que o meu tempo não dá para muito mais coisa, porém gostaria apenas de deixar uma última frase sobre a importância do setor energético para o desenvolvimento de qualquer país e o fato de que, no Brasil, nós temos a possibilidade de um equilíbrio bastante interessante, e que não se vê em outros países, entre utilização e exploração de combustíveis fósseis e utilização e produção de fontes alternativas de energia.

Muito obrigado.

Helder Queiroz Pinto Júnior – Agradeço à deputada Perpétua o convite feito à ANP e aplaudo a iniciativa deste evento. Acho que é uma questão fundamental redefinirmos as bases da política externa no Brasil, no que toca em particular ao setor de energia. Ao longo desse ano de 2012, intensificamos bastante esse tipo de discussão, de fórum. A embaixadora Mariângela Rebuá tem sido pioneira também em diferentes iniciativas de que temos participado. Isso é muito saudável para que possamos estruturar as boas bases de inserção do Brasil com relação ao tema energia no plano internacional.

Vou dividir a apresentação em três partes principais, muito rapidamente: uma, para caracterizar um pouco o contexto internacional, que chamaria de fim do petróleo barato; depois, com isso, o novo papel do Brasil no mercado internacional do petróleo; e também me coordenei um pouco com o ex-diretor-geral da ANP, Haroldo Lima, que também está presente na mesa, em função um pouco da minha experiência anterior de trabalhar já na área de eletricidade e gás, e vou fazer algumas considerações também sobre questões ligadas à política externa nessas duas indústrias tão importantes, muito mais no que tange ao tema de integração energética.

Como todos sabem – e foi bem pontuado pelo Luiz Alberto Figueiredo –, as mudanças recentes na posição do Brasil estão bastante relacionadas com as últimas descobertas. Isso não vem de agora. Se repararmos bem, desde 1973, quando houve o primeiro choque do petróleo – e o Brasil dependia 85% das importações de petróleo bruto na época –, podemos observar que, independentemente dos diferentes governos que se foram sucedendo, de matizes políticos os mais variados, existia um fio condutor da política energética que pode ser comparado entre os diferentes governos, que foi a busca da autossuficiência com relação às importações de petróleo. Ou seja, o primeiro choque do petróleo e, logo em seguida, o segundo também produziram consequências graves no plano macroeconômico para o país. A partir daí, o país se voltou para essa busca da autossuficiência, ciclo que se “encerrou”, em 2006, quando o país passou a empatar o saldo comercial, quer dizer, passaram a se anular as exportações e as importações de petróleo bruto. Com relação aos derivados, ainda vamos levar algum tempo. E hoje, em 2012, o país tem um resultado como exportador líquido da ordem de 300 mil barris/dia. Então, o Brasil se tornou de fato, recentemente, um exportador líquido de energia.

As descobertas no pré-sal tendem a sinalizar a possibilidade de incremento dessa situação. Vários cenários se desenham. Considerando as hipóteses de crescimento da produção no horizonte de 2020, poderíamos dobrar a produção brasileira, que hoje está na ordem de 2,2 milhões de barris/dia, para algo em torno de 4,5 milhões de barris/dia, e sobriaria um saldo a ser exportado da ordem de 1,5 milhão a 2 milhões de barris/dia. Isso implica a necessidade de uma revisão muito importante, que pretendo destacar aqui, no processo de formulação das políticas públicas, o que me parece ser o ponto mais importante. E isso nos leva a uma reflexão, a uma consideração

fundamental sobre o ritmo de desenvolvimento dessas reservas, dado que, no mercado internacional, a busca por equipamentos e serviços envolve uma concorrência acirrada. E nos dirigirmos de forma cautelosa no tempo, com relação a esse incremento, pode fazer com que os efeitos de espraiamento para o resto do setor produtivo brasileiro sejam então potencializados.

Como todos sabem, as principais implicações com relação ao pré-sal estão relacionadas com a mudança do regime regulatório, no qual se adicionou um regime contratual a mais. O regime de concessão não foi interrompido, mas se acrescentou outro. O ex-deputado Haroldo Lima participou ativamente desse processo à frente da ANP, conduzindo a adaptação do marco regulatório que levou ao regime de partilha.

Além das adequações no marco regulatório, temos que destacar também que, em função das características específicas do pré-sal, os reservatórios podem chegar a 7 mil metros de profundidade e a grande distância da costa. Isso envolve uma série de outras questões, tanto do ponto de vista da inovação tecnológica como, também – vamos destacar depois –, de segurança, defesa nacional e outros aspectos de política externa.

Os traços marcantes da evolução da indústria de petróleo e gás mundial no plano da geopolítica são sempre caracterizados por uma escalada de preços. Em momentos de alta, existe uma tendência de acirramento e revisão das estruturas de apropriação daquilo que se chama renda petrolífera e que, caso não sejam bem manejadas, podem levar a efeitos considerados perversos. A literatura trata isso com uma quantidade de trabalhos exaustiva, em que se identificam problemas associados à doença holandesa ou à maldição dos recursos naturais ou maldição do petróleo.

No caso brasileiro, acho que temos todas as condições de ter a vacina para essas doenças ou maldições, e acho que podemos, de fato, mudando a forma de coordenação e de concertação das políticas públicas, vir a potencializar os benefícios, minimizando todos os problemas associados a essas questões, entre eles a sobrevalorização cambial ou o excesso de concentração de recursos econômicos, tecnológicos e financeiros num determinado setor – no caso, o setor de petróleo.

Já foi destacado aqui também que o principal traço da indústria de petróleo e gás mundial é a concentração das reservas. Os dados sobre a

América Central e a América do Sul mostram que o nosso continente detém 17% das reservas provadas; Ásia e Pacífico, 3,3%; e Oriente Médio, 54,4%.

Qual o papel do Brasil nesse novo cenário? Diferentes estudos têm destacado a expectativa de o Brasil se tornar um protagonista cada vez mais relevante no mercado internacional do petróleo. Num horizonte que vai até 2035, espera-se que o Brasil venha a agregar mais 3 milhões de barris à sua produção.

Estudo da Universidade de Harvard mostra não o incremento, mas a capacidade de produção atual e a capacidade de produção em 2020, colocando o Brasil em uma situação de sexto produtor mundial no horizonte de 2020, com uma produção acima de 4 milhões de barris/dia. E outros tantos estudos têm destacado esse potencial do Brasil. Não é à toa que se têm multiplicado as missões e os interesses de outros países com relação à evolução da capacidade petrolífera do Brasil.

Considerando que a indústria do petróleo não vive sem a necessidade de novas descobertas e que o petróleo mais barato, infelizmente, já foi praticamente todo descoberto – dada a evolução tecnológica tanto da engenharia quanto da geologia, dos estudos sísmicos e do mapeamento das reservas de mais fácil acesso, o petróleo de menor custo praticamente já foi obtido –, as novas áreas, as novas fronteiras de produção têm se revelado muito interessantes, e o pré-sal é uma delas.

No caso brasileiro, existem também novas fronteiras exploratórias muito interessantes. E eu não poderia deixar de abrir um parêntese sobre um anúncio feito ontem. A presidenta Dilma autorizou o ministro Lobão a anunciar a realização, no mês de maio, da 11ª rodada de blocos no regime de concessão e, se tudo correr bem, a realização da primeira rodada do pré-sal em novembro de 2013.

Essa nova rodada – um de seus arquitetos está ao meu lado, e mais uma vez faço referência ao ex-diretor-geral Haroldo Lima – é muito interessante sob diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, nos últimos vinte anos, o esforço exploratório concentrou-se nas regiões *offshore*, e o próprio resultado do pré-sal talvez seja a ilustração mais exemplar desse esforço exploratório. Isso levou a uma concentração dos poços exploratórios e de produção no mar. E, ao longo do tempo, o país foi deixando um pouco de lado as regiões terrestres.

Pois bem, nessa próxima rodada existirão 87 blocos *offshore* não em áreas tão concentradas na Bacia de Campos e na Bacia de Santos, mas sim na chamada margem equatorial, o que traz uma novidade extraordinária para o país. Estudos geológicos e geofísicos que a ANP tem conduzido já tinham revelado interesse, mas este ano a Petrobras fez uma descoberta espetacular em águas profundas na Bacia do Ceará que confirma o potencial de hidrocarbonetos dessa margem equatorial. Além disso, na Guiana, onde, por analogia, já havia inferência interessante do ponto de vista de descobertas, também foi feita uma descoberta interessante, que tem confirmado os indícios que os estudos geológicos e geofísicos da ANP estavam conduzindo.

Além desses 87 campos *offshore*, a ANP deverá colocar em licitação 87 campos, também *onshore*, para que possamos aumentar a capacidade de conhecimento das demais áreas, no caso, terrestres, no Brasil. E também se tem uma grande expectativa com relação a essas áreas.

A ANP – muito embora os leilões tenham sido interrompidos por quatro anos – não parou de fazer estudos geológicos e geofísicos.

Queria aproveitar e dizer à deputada Perpétua que os estudos geológicos e geofísicos mais recentes da ANP indicaram também indícios interessantes na Bacia do Acre, seu estado, inclusive com missões de campo dos geólogos da ANP na região.

Perpétua Almeida – Nós queremos ganhar o nosso dinheirinho lá também.

Helder Queiroz Pinto Júnior – E, nesse sentido, evidentemente, melhorando a qualidade da informação geológica e geofísica e, efetivamente, colocando novas áreas em licitação; aos poucos, a indústria do petróleo pode ter essa capacidade de também se desconcentrar da região Sudeste, onde ficou muito concentrado o investimento ao longo dos últimos anos. Essa, então, seria a segunda grande novidade desse leilão, porque permitirá que estados das regiões Nordeste e Norte sejam contemplados com investimentos em exploração ao longo dos próximos anos, a partir da realização desse leilão.

Não queria deixar de dar essa boa notícia e confirmar o potencial e os indícios interessantes que temos nessas regiões. Essa, eu diria, talvez seja a grande novidade dessa próxima rodada, a capacidade de começar a desconcentrar e migrar um pouco para as bacias terrestres nas regiões Norte e Nordeste do país.

É claro que existem vários desafios a serem superados com relação a isso. Não é à toa que existe, hoje, um tremendo interesse com relação à atratividade do potencial petrolífero do Brasil, seja por empresas nacionais que se organizaram após a criação da ANP e a mudança do marco regulatório, a Lei do Petróleo, Lei nº 9.478, de agosto de 1997 – muitas pequenas empresas nacionais se estruturaram nesse período –, seja por empresas internacionais de pequeno, médio e grande portes, que estão também buscando oportunidades de negócios.

Para tal, temos que continuar na direção da superação dos desafios tecnológicos e industriais, do ponto de vista do desenvolvimento da indústria de equipamentos e serviços, para suprir as necessidades do setor de petróleo e gás.

É necessário, também, o aperfeiçoamento regulatório, buscando, no caso específico do contrato de partilha, estabelecer o melhor contrato possível.

Vários trabalhos na ANP foram feitos, e eu, quando estava apenas na universidade como professor, também tinha conduzido alguns trabalhos de comparação de marcos regulatórios da indústria de petróleo e gás de diferentes países. E muita gente me pergunta qual o melhor, se contrato de concessão ou contrato de partilha. A comparação internacional mostra o seguinte: existem bons contratos de concessão e péssimos contratos de concessão; existem bons contratos de partilha e péssimos contratos de partilha. Então, o que temos que buscar é fazer como foi feito no país com relação ao contrato de concessão. Hoje, o nosso contrato de concessão é tido como uma referência internacional e também – estamos trabalhando na ANP com afincos com relação a isso – devemos criar as condições para ter o melhor contrato de partilha possível.

E temos ainda – acho que talvez seja o desafio mais significativo – a coordenação de políticas setoriais. Por que isso? Na verdade, não estamos aqui à toa. A questão do pré-sal e da disponibilidade de recursos vai muito além do setor de energia propriamente dito. Isso implica a busca de uma articulação, de uma sintonia muito fina entre a política energética e as demais políticas, como a política externa, dado esse novo papel que o país vai ter no mercado internacional do petróleo, seguramente.

Quanto à política de defesa nacional, tenho certeza de que o Darc vai colocar alguns aspectos sobre plataforma [Ele está balançando aqui a cabeça]. Num desses seminários, foi feita essa observação, que acho muito pertinente.

Também a política ambiental – e não é para fazer média com o deputado Alfredo Sirkis – é extremamente fundamental nesse aspecto, além da própria política macroeconômica.

Por fim, tenho apenas duas palavras, uma sobre o gás natural e uma sobre eletricidade.

Ao contrário do petróleo, é muito marcante a dimensão regional para o desenvolvimento de mercados de gás. Nesse sentido, eu acho que, apesar de ter crescido a participação do gás natural na matriz energética brasileira, ao longo dos últimos quinze anos, período em que passou de 2% para 12%, no plano da América Latina, existe, de certo modo, uma frustração de algumas das expectativas que tínhamos no final da década de 1990.

Em 1997 e 1998, os principais fóruns sobre integração falavam o seguinte: “olha, a gente tem que aproveitar a complementaridade existente de mercados ofertantes de gás natural da América Latina e, via gasodutos, promover uma integração continental. Isso vai propiciar o desenvolvimento econômico” *et cetera* e tal.

Pois bem, o desenvolvimento da malha de dutos necessária para isso ficou muito, muito aquém do que se imaginava. E, pior, cada um dos países acabou buscando, na intenção de resolver os seus próprios dilemas de segurança do abastecimento energético, em face da questão da integração, constituir bases e terminais de importação de gás natural liquefeito. Nós mesmos, no Brasil, temos, no Ceará, no Rio de Janeiro e, agora, na Bahia, três bases de terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL). No Chile, foram feitas bases também. A própria Argentina, agora, tem diferentes terminais. Todas essas são de importação. No Peru, foi feita uma base para exportar. Então, acho que existe um espaço muito importante na direção de tentar recriar as condições para uma integração mais efetiva.

No que toca à eletricidade, que também tem um aspecto regional muito importante, apesar do sucesso do desenvolvimento dos projetos bilaterais de geração, especialmente geração hidrelétrica binacional, ainda estamos muito longe de uma situação que se tem na Europa, a interconexão das linhas de transmissão.

Como consideração final, registro que a situação do Brasil é extraordinária, do ponto de vista da disponibilidade de recursos energéticos.

Existe essa possibilidade de potencializar a complementaridade com países vizinhos, mas também de buscar uma sintonia cada vez mais fina nas diretrizes de políticas energética, externa, de defesa industrial, tecnológica e ambiental, pois o país reúne, felizmente, as condições técnicas, econômicas e regulatórias para que essa riqueza toda possa se constituir num degrau importante para que possamos galgar um nível maior de desenvolvimento econômico e social neste país.

Muito obrigado.

Haroldo Lima – Eu queria saudar, primeiramente, o presidente da mesa, deputado Sirkis. Faço uma saudação especial à deputada Perpétua, presidenta da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e responsável por esta iniciativa absolutamente procedente e inteiramente correta, oportuna, de estabelecer, neste seminário, um debate sobre temas de tanta atualidade. Quero saudar também o embaixador Luiz Alberto Figueiredo, o professor Darc Costa e o meu colega Helder Queiroz.

Eu inicio dizendo que esta temática da integração da América do Sul diz respeito aos interesses mais candentes do Brasil. O Brasil, como um país fundamental na América do Sul, de resto na América Latina, mas especialmente na América do Sul, não poderia deixar de colocar com nitidez a premência com que vê e a prioridade com que enfrenta o problema da integração da América do Sul.

Ao falar da integração da América do Sul, penso que seria bom vermos que são diversos aspectos que trabalham nesse mesmo sentido. Eu quero, aqui, destacar quatro. Primeiro, porque isso está em linha com a tendência mundial em que se registram diversos blocos, em diversos lugares do mundo. Tem a União Europeia (UE); o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta); o Pacto Andino; a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC); da Ásia, a Association of Southeast Asian Nations (Asean); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), da África etc. Todos são blocos dos países confrontantes. Por conseguinte, se todos estão fazendo, por que nós não vamos fazer também?

O segundo aspecto diz respeito a uma resposta que temos de dar a uma reflexão sobre o nosso passado, nos séculos XIX e XX. Segundo o professor John

Quest World, da Universidade de Columbia, num artigo citado recentemente pelo jornalista Elio Gaspari, publicado pela *Folha de S. Paulo*, intitulado *A criação da quarta frota é um ato arrogante*, entre 1898 e 1994, por estarmos desunidos e divididos, os Estados Unidos derrubaram 41 governos latino-americanos. Um a cada 28 meses. E ele acrescenta: “As intervenções militares diretas foram dezessete”. Esse é um aspecto que nos leva a nos unirmos.

O terceiro ponto é a consciência que nós temos das riquezas enormes, naturais e culturais que existem em nosso subcontinente.

E o quarto, em honra à luta histórica que por séculos travaram grandes líderes desse subcontinente. Eu, aqui, cito Túpac Amaru, Simón Bolívar, José de San Martín, José Martí, José Bonifácio. Todos eles levantaram a necessidade da integração da América do Sul e de uma identidade própria dessa parte do continente americano.

Outro tópico que queria levantar diz respeito à integração da América do Sul vista sob um ângulo que, de certa maneira, já foi abordado aqui por Helder Queiroz. É o ângulo do petróleo, do gás e dos biocombustíveis. O embaixador abordou esse assunto de uma forma mais geral, o Darc seguramente vai abordar de outra forma. Nós teríamos que colocar isso, pelo menos eu realço este aspecto do petróleo, gás e biocombustíveis.

A questão que coloco é esta: se vamos trabalhar a ideia da integração energética da América do Sul, com destaque para o aspecto do petróleo, como está essa história de petróleo no mundo? Ou seja, está acabando o petróleo? Porque, se já estiver acabando, nós vamos fazer uma programação de algo que está acabando? Ou, se não está acabando, é bom termos em conta isso. É importante, de qualquer sorte, termos uma visão, ainda que rápida, sobre essa história de que o petróleo está acabando no mundo.

Inequivocamente, essa riqueza mineral, o petróleo, foi furiosamente explorada e consumida no mundo no último século e meio. Começa que, lá nos Estados Unidos, em 1859, o coronel Drake descobriu o petróleo, na Pensilvânia, num poço de 21 metros de profundidade. E, quinze anos depois, já existiam 543 companhias explorando petróleo só nos Estados Unidos, mostrando rapidez estonteante.

Depois, vieram grandes descobertas no Cáucaso, na Rússia. Essa passa a ser, a partir daí, a maior produtora de petróleo do final do século XIX. Até

então, só quem produzia petróleo eram os Estados Unidos. Entra a Rússia, que passa a ser a maior produtora no final do século XIX. Vêm aí grandes descobertas no Oriente Médio, depois da Segunda Guerra Mundial, e até hoje o Oriente Médio passa a ser região maior produtora do mundo.

O período que vai da Segunda Guerra Mundial até 1950 é determinado por sete grandes empresas, as chamadas Sete Irmãs, que passam a formar um monopólio, um cartel gigantesco que controla preços, transportes, produção etc. de petróleo no mundo. As contradições entre as chamadas Sete Irmãs e os grandes produtores do Oriente Médio levaram a que se criasse, em 1960, a Organização dos países Exportadores de Petróleo (OPEP).

E, paralelamente, vão se criando algumas estatais do petróleo. A primeira foi na Argentina, em 1922, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF); em 1938, a Petróleos Mexicanos (Pemex), no México; no Brasil foi em 1954. Daí por diante estatais foram criadas na Inglaterra, na Itália, na França, no Canadá, no Japão, na Noruega. Além disso, são criadas estatais nos grandes produtores, em particular na Arábia Saudita, veja-se a Saudi Aramco, criada em 1933. Diversas outras foram criadas.

O fato é que tudo isso era para explorar petróleo. E ao explorar esse petróleo, ao se consumir petróleo, modelou-se o século XX. O século XX é um século modelado pelo petróleo. A produção atual é da ordem de 25 bilhões de barris/ano. Só a OPEP produz mais ou menos 40% disso.

Reparem que a produção atual é de 25 bilhões de barris/ano, o total da reserva é de 1,1 trilhão de barris/ano, 77% no Oriente Médio. Daria para quarenta anos. E esse cálculo de que a produção relacionada com a reserva daria para quarenta anos é se a produção e a reserva não fossem mudando. Se a reserva muda ou se a produção muda, o quociente de quarenta anos permanece. Então, nós estamos há quinze anos prevendo que quarenta anos é o que se tem de reserva para ser gasta nessa produção. Há quinze anos que o índice de durabilidade das nossas reservas é de quarenta anos.

Volta-se, então, à pergunta: o petróleo está acabando, depois de 152 anos de produção? É conhecida a previsão do serviço geológico americano. Em 1919, dizia ele que as reservas americanas estariam esgotadas em nove anos. Isso em 1919. Mas, entre 1994 e 2004, a taxa de reposição das reservas no mundo foi de 1,59, o que significa que a cada barril consumido foi repostos 1,59 barril.

E, de repente, quando a situação estava assim, vem o pré-sal do Brasil, vem o pré-sal de Angola, o início da exploração do chamado petróleo não convencional, aqui referido pelo próprio Elder, no Norte do Canadá, na Venezuela, na região do Ártico, do *offshore* profundo e o petróleo de xisto, justamente com as areias betuminosas do Canadá. Tudo isso, esse chamado petróleo não convencional, calcula-se não em 1,1 trilhão, mas em 4,3 trilhões de barris de petróleo.

Concluo essa minha observação inicial perguntando o seguinte: o que estaria acontecendo com o petróleo? Está acabando ou não acabará nunca? Dois pontos devem ser ditos. Primeiro, o que está acabando é a era do petróleo fácil. Essa está acabando. O mundo encaminha-se para outro paradigma tecnológico e produtivo. Diante do petróleo fácil, que, este sim, está acabando, resta um petróleo difícil, árduo, como se tem dito. O petróleo em alto mar, em águas ultraprofundas, em lugares sensíveis ao meio ambiente. Esse petróleo caríssimo, de difícil exploração, esse tem em quantidade. Não é isso que vai definir a continuidade do setor de petróleo.

Paralelamente, o mundo se encaminha para fontes de energia pura e, nesse sentido, pelo menos no que diz respeito aos combustíveis, o Brasil tem desempenhado papel pioneiro no setor do etanol, do biodiesel, da energia eólica e da energia solar.

Para completar esse primeiro ponto, o xeque Ahmed Aman, que foi ministro do Petróleo da Arábia Saudita entre 1962 e 1986, disse: “Tal como a idade da pedra não acabou por falta de pedras, a idade do petróleo não acabará por falta de petróleo, mas, sim, pela mudança da tecnologia”, que é o que está acontecendo.

Outro ponto que eu levanto: na América do Sul, qual espaço existe para as empresas petrolíferas? Acho que a primeira questão é o espaço para grandes empreendimentos.

A partir de meados de 1980, foi crescente a perda de interesse na região por parte das grandes petroleiras e fornecedoras de serviços. Deu-se a contínua queda do preço do barril de petróleo e a abertura de novas regiões que existiam na antiga União Soviética e que, de repente, começaram a ficar abertas e acessíveis às empresas ocidentais.

Todas essas coisas colocaram a América Latina e, em particular a América do Sul, à margem da grande indústria do petróleo. Foi a partir da virada do milênio que as coisas começaram a mudar, que as atenções das grandes petroleiras começaram a se voltar novamente para essas regiões. Contribuíram para isso a ascensão do preço do barril do petróleo, a crescente dificuldade de recompor as reservas em outras regiões e a realização de uma série de rodadas de licitação na Bolívia, no Brasil, na Colômbia, no Equador, no Peru e na Venezuela.

Ao final da década passada, a estrutura do mercado na América do Sul já era completamente diferente. Hoje, no Brasil, há aproximadamente sessenta empresas petroleiras, das quais trinta são brasileiras. Na Colômbia, há mais de uma centena de empresas petroleiras; no Peru e no Equador, os números são bem menos expressivos, mas apontam para o mesmo rumo.

Hoje, como disse o diretor Elder, nós ficamos sabendo que o governo brasileiro deliberou que, em maio do ano que vem, será realizada a 11ª rodada de licitação de blocos exploratórios, que já está pronta e aprovada pela ANP e pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) há alguns anos. Trata-se de um problema importante. Não percamos de vista que, no ano de 2000, a área em exploração no Brasil era da ordem de 430 mil quilômetros quadrados, uma área de exploração volúvel, mutante. Ao se descobrir petróleo, a área deixa de ser de exploração e passa a ser de produção. Se não se descobre, devolve-se a área, e ela deixa de ser de exploração.

Portanto, ou se agregam novas áreas, ou a área em exploração começa a diminuir.

Como não se agregaram novas áreas nesses últimos anos, a área de exploração, que chegou a 430 mil quilômetros quadrados, estava agora em cerca de 100 mil quilômetros quadrados, o que é muito pouco, diante das dimensões de um país como o Brasil. Se não houvesse novas licitações, em 2016, nós estaríamos com zero quilômetro quadrado de área em exploração no Brasil, o que é absolutamente absurdo, mas isso, efetivamente, não vai acontecer.

Hoje, sinaliza-se que vai haver também, em novembro de 2013, a primeira rodada de licitação no pré-sal, o que é muito bom. Mas não percamos de vista que já faz cinco anos que o pré-sal brasileiro foi descoberto.

Angola, que descobriu o petróleo muitos anos depois, assinou, em dezembro do ano passado, onze contratos de partilha da produção para explorar onze blocos na área de petróleo.

Outro ponto que eu levanto é que há espaço não apenas para as grandes, como eu acabei de mencionar, mas também para as pequenas e médias empresas. Recentemente, houve um encontro aqui em Brasília a que estiveram presentes cerca de cem representantes de uma grande quantidade de empresas da América do Sul. O centro da discussão foi que a América do Sul, hoje, no terreno do petróleo e do gás, é um ambiente propício não apenas para grandes empreendimentos, mas também para pequenos e médios empreendimentos. Nisso, entra o Brasil, que, nesse particular, poderia também avançar muito mais, como tem sido muito defendido pela ANP.

Quero falar, também, sobre as perspectivas que se abrem na América do Sul e no mundo para o gás natural. Este é um problema que merece uma reflexão um pouco mais lenta. O gás natural pode ser visto hoje sob três aspectos: o gás natural convencional, o GNL, e o gás natural não convencional, gás de xisto ou *shale gas*.

Pois bem. O gás natural convencional tem uma história meio complicada no Brasil. Foi descoberto inicialmente na Bahia e em Sergipe e não andou muito bem. Como disse o diretor Elder, ele requer muito gasoduto. Sem gasoduto não tem gás natural disponível para a população. Isso não andou suficientemente, e nós terminamos ficando meio parados, até que foram descobertas jazidas em Merluza, na Bacia de Santos, o que propiciou que se começasse a construir gasodutos importantes. A malha de gasoduto brasileira, hoje, vai desde o Sul até o Nordeste brasileiro.

O consumo de gás natural no Brasil cresceu de 2% para 12%. Um crescimento de seis vezes mais, uma coisa estupenda. Nas nações latino-americanas, o negócio ainda é incipiente, até mesmo no Cone Sul. Existem alguns gasodutos entre Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil, mas poucos. Não é coisa que atinja a América do Sul. Então, esse problema de gasodutos é um desafio para a América do Sul.

O GNL, como vocês sabem, é um processo recente, pelo qual se resfria o gás a menos 162 graus centígrados. Com isso, diminui o seu volume em seiscentas vezes. Ele é transportado em grandes navios e, no local onde

chega, é regaseificado. Transforma-se o líquido em gás que é injetado nos gasodutos locais etc. Isso começou a ser feito há pouco tempo no mundo, em particular nos Estados Unidos.

Hoje, já existem cerca de cem navios fazendo isso. Há onze países importando e doze produzindo o gás natural. E na América do Sul, em particular no Brasil, entramos nisso.

O Brasil inaugurou o primeiro terminal de regaseificação em Pecém, no Ceará. E mais dois foram inaugurados, no Rio de Janeiro e na Bahia. A América do Sul também avançou nesse terreno. Como foi dito aqui, Chile, Peru, Argentina etc. já têm seus terminais de regaseificação.

Por último, quero chamar a atenção para uma coisa absolutamente nova e fundamental que vai acontecendo no mundo energético do planeta, que é a questão do *shale gas*, o gás natural não convencional ou gás de xisto. O que vem acontecendo nesse terreno é uma coisa absolutamente marcante e que deve merecer a atenção de todos os estudiosos.

Os Estados Unidos, há alguns anos, estavam enfrentando um grande problema. Eles tinham uma crise energética séria. O país era altamente dependente de energia. Como tinham muito dinheiro, compravam energia de todo mundo. Enfim, houve, no país, um processo de procurar fazer o aproveitamento do gás por meio da rocha geradora, o que significa uma simplificação no processo, mas uma complicação enorme na tecnologia de como fazer isso. E deu certo lá. Ao fazer isso, e dar certo, os Estados Unidos começaram então a exportar gás natural. Diversas e grandiosas empresas começaram a desativar suas atividades em alguns pontos e correram para a produção do *shale gas*, que hoje está transformando os Estados Unidos numa potência energética de novo. Eles, que tinham perdido isso, voltaram a ser uma potência energética, estão exportando energia, exportando tecnologia e mudando, de certa maneira, o paradigma energético do mundo.

É nisso que surge para nós um problema. Como é que fica essa questão? Os países sul-americanos possuem algumas das maiores reservas do mundo de *shale gas*.

Para se ter uma ideia, enquanto Estados Unidos e Canadá possuem cerca de 2.020 trilhões de pés cúbicos que podem ser extraídos da terra,

Argentina e Brasil, juntos, têm mais ou menos a metade disso, o que é uma quantidade extraordinariamente grande. É a metade daquilo que é o maior do mundo, que é o caso dos Estados Unidos.

Nós estamos, então, começando a voltar nossas atenções para o *shale gas*. Já há, mais na Argentina do que no Brasil, manchetes dos jornais que chamam a atenção para o fato de que a corrida para o *shale gas* na América do Sul já começou.

Eu termino dizendo, deputado Sirkis e senhores que me escutam, que tudo isso é um processo complexo. Entram em cena o etanol e todas as alternativas às quais aqui já me referi e aquelas a que eu não tive tempo de me referir. Mas o certo é que tudo isso coloca um problema de fundo: se nosso subcontinente vai crescer integrando-se, é preciso existir um tipo de tratamento dos governos desses países com relação aos marcos regulatórios de todos esses setores.

Se nós não harmonizarmos os marcos regulatórios do petróleo, do *shale gas*, do gás convencional etc. e das fontes alternativas de energias, se não harmonizarmos tudo isso, vamos ter impeditivos enormes para fazer com que essa integração seja feita.

A integração passa pela harmonização dos marcos regulatórios, passa pelo entrosamento entre esses países. É nesse sentido que a ANP, quando eu estava saindo de lá, tomou a iniciativa de entrar em contato com o Itamaraty – e aqui está a embaixadora Mariângela –, para discutir como iríamos fazer para realizar um primeiro encontro na América do Sul, quem sabe ainda este ano, promovido pela ANP, com o apoio do Itamaraty, para que setores diferenciados de todos esses países pudessem discutir como harmonizar os seus marcos regulatórios e, com isso, dar um passo à frente na integração energética e no fortalecimento do nosso subcontinente.

Muito obrigado.

Darc Costa – Quero apresentar meus agradecimentos à deputada Perpétua Almeida, ao deputado Alfredo Sirkis, a todos os membros da CREDN do Congresso, e ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) pelo convite para participar desta mesa com meus amigos Haroldo e outros presentes, a fim de discutir o tema *O Brasil e a geopolítica da energia*.

Meus amigos, a minha exposição segue este sumário: introdução; a questão do petróleo no mundo; as razões e incertezas que cercam o suprimento global de energia; a questão energética mundial; e o papel da América do Sul. Então, não vou falar nem em defesa, só vou falar sobre esses assuntos que me parecem importantes, porque, de certa forma, a defesa está embutida neles.

Meus amigos, a primeira discussão é a questão energética. Energia é desenvolvimento. Se vocês forem ver as necessidades mundiais totais de energia primária, vão chegar a uma conclusão interessantíssima. Entre 1980 e as previsões para 2030, mais que dobram as necessidades mundiais de energia. E se vocês forem mais adiante, vão ver que grande parcela disso vem do gás. A possibilidade de suprir petróleo tem o seu limite, e o gás tende, cada vez mais, a adquirir uma parcela expressiva de percentual da matriz energética mundial.

O que é interessante, meus amigos, é analisar o consumo de energia *per capita*. Verifica-se que os países desenvolvidos (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão e Europa) evidentemente consomem muito mais energia *per capita* que os demais. Os países periféricos (África do Sul, países do Oriente Médio, América Latina e Ásia) consomem menos energia *per capita* do que os países ditos centrais, porque a energia, como eu disse no início da minha exposição, é desenvolvimento. Quanto ao consumo atual de energia *per capita*, se nós formos adiante, vamos ver o seguinte: a discrepância que existe, por exemplo, entre os Estados Unidos e a Índia. Vejam que, por exemplo, os Estados Unidos e o Canadá, que respondem por 5% da população mundial, consomem 28% da energia consumida no mundo, enquanto a Ásia, que tem 56% da população mundial, consome 18% da energia do mundo.

Então, diminuir essas enormes diferenças deveria ser um pressuposto para uma política energética mundial segura. Falo em termos de segurança. Segurança. Há um discurso normal; fala-se na questão da defesa. Defesa é um ato, o que é importante é o Estado. O Estado é a segurança. E, para se ter uma política energética segura, temos que construir um mundo onde a distribuição do consumo *per capita* de energia seja mais equilibrada.

É importante notar como o consumo mundial de energia, em quatrilhões de BTUs,¹ evoluiu. As perspectivas dizem que é muito mais nos países periféricos que se dará o consumo, o crescimento. Nos países emergentes é que se dará o aumento do consumo energético do mundo. Mais do que triplica nesses países. Enquanto o crescimento imaginado entre 1990 e 2035 para os países centrais era um crescimento de 30%, nos demais países, que não fazem parte dos países centrais, o crescimento mais do que triplica. Isso terá, evidentemente, grandes implicações.

Vejamos, por exemplo, a evolução da China e da Índia, em termos de consumo, comparada aos Estados Unidos. A China já consome mais energia que os Estados Unidos, e a tendência é se distanciar e praticamente dobrar o que os Estados Unidos consomem hoje, nos próximos trinta anos.

Uma coisa importante é que, apesar de toda a descoberta do gás – nós falamos aqui do gás de pedra, o gás do xisto e da sua múltipla utilização no território norte-americano –, ainda assim os Estados Unidos continuarão sendo um importador líquido de energia. Apesar de estarem exportando gás, serão ainda um importador líquido de energia, crescentemente um importador líquido de energia, de acordo com projeções feitas para 2020 pelo departamento de energia dos Estados Unidos, ou pela British Petroleum (BP) ou Banco Mundial.

Vamos falar agora da questão do petróleo. Meus amigos, as grandes questões estratégicas deste século são a energia e os alimentos. Ao falarmos em energia, temos que falar em petróleo, porque ele é o fulcro do problema, e ao falarmos em alimentos temos que falar em água.

Vamos considerar a questão do petróleo no mundo. Se dividirmos o petróleo do mundo em produtores e importadores de petróleo, temos entre os produtores os membros da OPEP, e os outros produtores, exportadores pequenos ou países próximos da autossuficiência, como o Brasil, e os países dependentes que estão em diferentes condições (Estados Unidos, Europa). A China tem uma forte dependência do Golfo e da África, e os Estados Unidos têm uma dependência superior a 20% das suas necessidades de petróleo das mesmas regiões.

1. Sigla de British Thermal Unit, que significa Unidade Térmica Britânica, uma unidade de potência que mede a capacidade térmica, ou seja, a quantidade de energia necessária para aquecer ou resfriar a temperatura. Fonte: <<http://www.if.ufrj.br/~bertu/fis2/calor/calor.html>>.

Outra coisa interessante é como tem evoluído a distribuição das reservas entre 1991 e 2011. Entre 2001 e 2011, a participação relativa da América do Sul cresceu muito, de 7,2% para 19,7%, não só em razão das descobertas do pré-sal, mas pelo fato de se apropriar do *turmoil*, ou o petróleo ultrapesado da Venezuela, como se fosse reserva de petróleo. Então, há um crescente posicionamento no mundo do petróleo da América do Sul. Isso explica uma série de coisas, até no campo das relações de segurança.

Como é que se dão os jazimentos de hidrocarboneto ao longo do espaço e de outros minerais de exploração nos espaços marítimos? Há uma grande ocorrência no Atlântico Sul, que envolve o Brasil e a costa ocidental da África, o Golfo da Guiné e a costa ocidental da África.

Há uma coisa importante, para a qual eu queria chamar a atenção de vocês. Existe um geólogo norte-americano que fez uma previsão sobre o comportamento do petróleo no referido território. Ele disse que, em 1979, atingiríamos o ápice da produção de petróleo. A curva de ascensão de petróleo teria uma correspondência simétrica à curva de descenso. A partir de 1979 nós diminuiríamos a nossa produção na mesma velocidade em que crescemos até 1979.

Isso pode ser levado também – depois vou mostrar-lhes – a uma análise do mercado mundial, e olhando os produtores que estão e os que não estão na OPEP, observamos que já estamos caminhando para um período de domínio da OPEP, ou seja, de os produtores de petróleo, organizados num sistema de cartel, adquirirem parcela maior da produção mundial de petróleo.

Quanto à produção de petróleo dos Estados Unidos e do que está acontecendo com esse país em termos de capacidade de produzir petróleo, deve-se acrescentar uma análise sobre a questão da América do Norte.

É interessante entender que a parte norte no continente americano, ou seja, o chamado hemisfério ocidental, está decaindo em capacidade produzida de petróleo. A parte sul está ascendendo na sua capacidade produtiva de petróleo. Bem, isso vai levar necessariamente a que os interesses petrolíferos dos países do norte do continente desloquem seus olhos para os países do sul do continente.

A projeção do consumo por região mostra que na Ásia a capacidade de consumo, de busca de petróleo, é crescente. Olhando a demanda dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e dos Estados Unidos, verificamos que ela também é crescente.

Quero mostrar, com isso, que apesar de, como bem disse aqui o doutor Haroldo, o petróleo ter uma existência não previsível – sempre escutei também todas essas hipóteses de quarenta anos –, ela vem se deslocando todos os anos. São mais quarenta anos, mas é cada vez mais pesado, cada vez mais sulfuroso, cada vez mais caro o petróleo que se produz. Apesar disso, o mundo consome cada vez mais petróleo. Hoje, são 85 milhões de barris/dia. Imagina-se que daqui a quatro ou cinco anos já estaremos consumindo 95 milhões. E daqui a dez anos, mais de 100 milhões de barris/dia.

Só para terem ideia, isso aqui aconteceu entre 1990 e 2005, na Ásia. A China se tornou o grande demandante de petróleo da Ásia. Aliás, os senhores já sabem que a China é o maior produtor de automóveis do mundo, que são movidos basicamente a petróleo, por mais que se tente fazer experimentos de outra modalidade, como energia elétrica etc.

De quem a China importa petróleo? Do Brasil. Em 2011, a China importou 134 mil barris/dia de petróleo. Estes são os fornecedores de petróleo da China. O Irã, por exemplo, é um grande fornecedor de petróleo da China. Essa análise é importante porque demonstra onde estão os postos de interesses chineses na questão do petróleo.

O fluxo de petróleo se processa em termos de milhões de toneladas anuais ao longo do mundo, e a América do Sul tem uma participação muito forte em direção aos Estados Unidos e muito pouco em relação aos outros fornecedores para a Ásia, em especial para a China.

Em 1999, eu estava na Escola Superior de Guerra (ESG) e fiz uma palestra sobre geopolítica do petróleo. Ali, apresentei as razões de incertezas que existiam em relação ao petróleo, que continuam totalmente válidas, pelo olhar de hoje.

Quais são as razões de incertezas que cercam o mundo do petróleo? Crescimento regional e global da demanda de energia; busca de novas alternativas como fonte de energia. Isso ainda não está resolvido. Se alguém

acha que as novas fontes de energia são competitivas com o petróleo não conhece efetivamente o custo dessas novas fontes.

Sanções ocidentais afetando o Irã, o Iraque e a Líbia. Isso foi dito em 1999 e evidentemente aconteceu.

A capacidade da China em sustentar sua produção interna e de encontrar novas reservas de gás tem sido frustrante. Todas as alternativas que se imaginavam, disponibilidade de petróleo no Mar do Sul da China, têm-se mostrado não tão relevantes quanto se imaginava. Aliás, também é bom dizer que o pré-sal não é o que se fica dizendo por aí. Temos algumas limitações com respeito ao pré-sal.

Estabilidade na Rússia e sua habilidade na produção e colocação no mercado mundial. O país que mais onera suas reservas na produção, hoje, no mundo, é a Rússia. Ou seja, a que mais rapidamente tenta exaurir suas reservas de petróleo.

Estabilidade no Oriente Médio. Os senhores estão vendo como está a situação naquela parte do mundo.

Estabilidade na Ásia Central. Também há o mesmo problema.

Estabilidade na Argélia e nos países produtores de petróleo na África.

Criação de nova estrutura de transporte de gás natural e petróleo. Isso foi muito bem abordado pelo meu amigo, Helder Queiroz. Ele me mostrou claramente que, por exemplo, na América do Sul, nós não estamos seguindo as alternativas que deveríamos buscar para resolver o nosso problema.

Impacto de crescimento da capacidade e demanda energética doméstica na capacidade de exportação, particularmente no Oriente Médio. Ou seja, o Oriente Médio está consumindo cada vez mais petróleo, em especial na área petroquímica. O petróleo, meus amigos, não é importante exclusivamente como instrumento para a realização de transporte. O petróleo também é importante para a indústria, em especial a petroquímica.

Restrições crescentes ao uso do carvão, que é um substituto, claro, do petróleo em muitas de suas utilizações.

Crescimento dos países em desenvolvimento. Com isso, falo das razões de incerteza e vou dizer qual deve ser o nosso papel. Quer dizer, atenção e acesso a disponibilidades existentes no continente sul-americano. Nós devemos prestar muita atenção, pela proximidade geográfica, nas disponibilidades que temos no continente sul-americano – Argentina, Equador, Colômbia e Venezuela –, na área do petróleo; e Argentina, Bolívia e Peru, na área do gás. E atenção e acesso às disponibilidades existentes na África, abaixo do Saara, em especial na costa ocidental, que é um grande espaço produtor de petróleo, e à nossa última fronteira, que se encontra do outro lado do Atlântico – são as margens da costa ocidental da África.

Aproveito esta minha exposição para deixar um recado, que acho de extrema importância para o Legislativo. Há um discurso que busca retratar o petróleo como uma *commodity*. O petróleo não é uma *commodity*; é um bem estratégico, por uma razão simples, muito simples: o petróleo é um bem que não se consegue substituir de forma fácil. É um bem inelástico. A sua demanda existe independentemente do preço, porque não se vai converter toda a infraestrutura, que é baseada na utilização do petróleo, porque mudou o combustível. Então, é um bem estratégico. E esse discurso busca transformar o Brasil num grande exportador de petróleo. O Brasil vai ser um grande exportador de petróleo.

Fico impressionado quando escuto essas coisas, porque é sempre bom lembrar que o petróleo só tem uma safra. E tem sido cada vez mais pesado, cada vez mais sulfuroso, cada vez mais estratégico, cada vez mais importante no processo industrial e, por essas razões, cada vez mais caro. Não podemos sofrer no futuro a mesma maldição da Indonésia, no passado, ou a do México, no presente. Ou seja, exportou suas reservas a US\$ 3 o barril e hoje compra a US\$ 100. É o caso da Indonésia.

O contraexemplo da Noruega, que me citam de vez em quando, também é falso. Apesar de a Noruega, em relação aos outros países que citei, ter recebido preços maiores para o seu petróleo, ter melhor utilizado esses recursos pela montagem de um fundo soberano, ainda assim assistiu a um terço das reservas amealhadas com a exportação do petróleo evaporar nessa crise europeia e mundial. Os noruegueses, hoje, se perguntam se não teria sido muito melhor ter deixado as reservas no fundo do Mar do Norte.

Outra questão estratégica é relativa à segurança nacional. Entro agora na questão da defesa. Por que devemos ingressar num espaço inseguro dos exportadores de petróleo? Devemos ser um grande exportador de petróleo porque a AIE, a BP, a Universidade de Harvard, o departamento de energia dos Estados Unidos dizem que devemos sê-lo? Devemos entrar nesse espaço inseguro? A história recente do mundo nos diria para nos afastarmos dessa possibilidade.

A essas questões de ordem estratégica acrescento duas outras de ordem tática. A primeira é a que se vincula com o tempo. Aliás, você citou isso bem, temos de formar recursos humanos capazes de construir um processo de desenvolvimento industrial e tecnológico autônomo. A exportação nos levará necessariamente a ser caudatários da tecnologia estrangeira. É preciso ter isso claro.

A outra questão se vincula à economia. A exportação de grande quantidade de petróleo ou de seus derivados nos levaria à forçosa apreciação do real, da nossa moeda, e conseqüentemente a um dano do nosso parque industrial, com clara perda de competitividade do Brasil.

Era o que tinha a dizer aos senhores.

Muito obrigado.

Alfredo Sirkis – Obrigado, Darc. Agradeço também aos outros expositores.

Antes de dar início ao debate, vou fazer algumas considerações em relação à mesa anterior e a esta, que, de certa forma, são complementares. Os senhores devem ter percebido grandes elementos de complementaridade entre o que foi discutido nas duas mesas.

Quanto à mesa anterior, ressalto a observação do nosso professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no sentido de que a economia não é uma ciência exata. Isso é muito importante. Em relação a isso, no debate promovido pela mesa anterior, na discussão sobre os rumos da economia, passaram despercebidos dois grandes elefantes, cujos nomes começam com a letra “c”: conflitos, por um lado; e clima, por outro.

A influência dos conflitos na evolução da economia mundial é evidente. Todos aqui consideramos que 1973 é um marco, com o primeiro choque

do petróleo. E o primeiro choque do petróleo veio na esteira de quê? De um conflito, de uma guerra, a Guerra do Sinai.

É óbvio que existem, hoje, inúmeros conflitos em potencial, em todo o planeta, que podem ter incidências poderosas sobre a economia. Nos últimos dias, temos observado uma rivalidade – espero que não vá muito longe – entre a China e o Japão por causa de algumas ilhas perdidas. Esse é um conflito em potencial. Provavelmente, não vai ocorrer com intensidade, mas há outro que parece ser iminente. Refiro-me à possibilidade de Israel atacar as instalações nucleares do Irã e, com isso, provocar um colapso do transporte de petróleo no Estreito de Ormuz. O preço do petróleo subirá substancialmente e isso, com certeza, vai afetar a economia mundial.

A variável “conflitos”, numa projeção econômica que se faça, é fundamental, da mesma forma que a variável “clima”. Neste ano, ocorreu o verão mais quente da história dos Estados Unidos, com consequências devastadoras sobre a agricultura desse país da América do Norte. Os Estados Unidos tiveram perda de 30% em sua produção agrícola, o que pode até nos favorecer, mas problema semelhante a esse pode também acontecer conosco em algum dos anos vindouros.

Há, portanto, duas questões fundamentais, que têm de ser analisadas quando se trata de economia internacional: a variável “conflitos” e a variável “clima”, sendo que a do clima é mais previsível do que a dos conflitos.

Em relação à mesa cujos integrantes acabamos de ouvir, encontrei convergências muito interessantes. Embora nosso ponto de partida seja distinto, há convergência no que diz respeito a várias das conclusões que Darc e Haroldo apresentaram aqui.

Ressalto a importância de algo mencionado por Haroldo Lima. A questão não é que o petróleo está acabando, é que o petróleo está chegando a limites cada vez maiores em relação às suas condições de acessibilidade, de extração, de comercialização. Mencionaria também o seu papel, como combustível fóssil, no aquecimento global, nas mudanças climáticas.

Quando temos certa reserva quanto à euforia que cerca o pré-sal, estamos considerando todos esses aspectos, os citados pelo Darc e os que eu menciono. Parece-me que, da mesma forma referida aqui no caso da Noruega, a importância maior do pré-sal seria, como nosso grande banco, nosso *Fort Knox*

do petróleo, mantê-lo ali. Isso tem uma incidência econômica importante. No momento em que começarmos a explorá-lo – acredito que o devemos explorar, mas com muito cuidado –, podem se apresentar as questões que Darc mencionou, de natureza econômica, e também as consequências climáticas.

Nós sabemos que a queima de combustíveis fósseis contribui significativamente, de fato, para o efeito estufa. No caso específico do pré-sal, o próprio processo de extração gera emissões bastante significativas de carbono. Claro, existe toda uma discussão sobre como absorvê-las, como reintroduzi-las, mas isso tudo também terá uma incidência sobre o preço. A questão do pré-sal, portanto, deve ser vista com a devida cautela.

Aspecto importante aqui abordado também foi o do *shale gas*. Vai dominar a discussão energética nos próximos anos, sem dúvida nenhuma, não só pelas razões que Haroldo citou, mas também por uma informação que me surpreendeu e chega a conter certo humor. Em todas as conferências do clima, inclusive na de Copenhague, os Estados Unidos opuseram grande resistência ao estabelecimento de metas de redução das suas emissões. De certa forma, o referido país é um vilão climático. No entanto, nos últimos três anos, a verdade é que caíram em 7% as emissões de GEE dos Estados Unidos. Em consequência de quê? Basicamente do *shale gas*, da substituição da queima de carvão pelo *shale gas*. Discute-se muito se isso seria aplicável ou não à China; se a China, ao adquirir essa tecnologia dos Estados Unidos – ela também tem importantes reservas de *shale gas* –, poderia também apresentar um caminho para a redução de emissões de GEE em seu território. Hoje, é o primeiro emissor, já está na frente dos Estados Unidos.

A extração de *shale gas* apresenta, de um lado, essa possibilidade, e, de outro, no seu processo de produção, a emissão de metano, que, dependendo das condições tecnológicas, pode ser maior ou menor. E a exploração de *shale gas* tem consequências ambientais locais, notadamente sobre o lençol freático e outros elementos do meio ambiente local – ambiente aquífero, por exemplo – que são muito significativas e têm que ser muito bem estudadas.

Estamos diante, portanto, de um interessante mundo novo. Não digo que é um maravilhoso mundo novo, mas é, pelo menos, interessante. São tempos interessantes, sem dúvida nenhuma.

Vou passar a palavra a quatro pessoas da plateia que queiram fazer perguntas ou apresentar algum breve comentário aos nossos palestrantes.

Pergunta – Quero parabenizar o embaixador Figueiredo; o nosso companheiro de direção nacional do PCdoB e ex-diretor da ANP, Haroldo Lima; o amigo Darc Costa, estudioso da questão, que admiro muito, e Helder Queiroz, também da ANP.

Nessa mesa e na anterior, para mim ficou evidente a importância da recente entrada da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Pode ser considerado o enfrentamento da crise econômica internacional, o papel que tem a Venezuela, a sua agregação ao Mercosul. Ela pode vir seguida de Bolívia, Equador e outros países, em especial na questão energética.

O senhor Darc falou sobre duas questões estratégicas: produção de alimentos e de água e petróleo. A Venezuela, parece-me, já tem as maiores reservas de petróleo do mundo. A extração é difícil, mas são as maiores reservas do mundo. No Brasil, acaba de ser revelada a descoberta de mais um aquífero, muito maior do que o Guarani, em território somente brasileiro, na Amazônia, creio. O Mercosul, dessa maneira, vai se tornando uma potência, de fato, na área alimentar, e, é claro, já tem esse potencial na área energética. Isso é muito promissor.

Eu queria que a mesa comentasse o impacto político. Acho que os Estados Unidos e a sua embaixada no Paraguai, se tivessem previsto que a consequência do golpe no Paraguai seria a entrada da Venezuela no Mercosul, teriam brecado o referido golpe. Saíram perdendo com essa consequência. A presidenta Dilma teve a coragem de propor a entrada da Venezuela no Mercosul, o que, acho, acelera muito a integração sul-americana e também a latino-americana.

Pergunta – Eu queria fazer apenas três breves comentários. Primeiro, é um pouco surpreendente que, num debate sobre a geopolítica da energia nos dias de hoje, pouca referência se faça à OPEP. Se esse debate tivesse ocorrido há trinta, quarenta anos, a palavra OPEP seria repetida várias vezes. Foi citada apenas na apresentação do senhor Darc, que nos apresentou informação até curiosa. Ele disse que a OPEP pode voltar a dominar o mercado petrolífero como produtor e fornecedor. Essa é uma questão a respeito da qual talvez valha a pena refletirmos. Solicito aos palestrantes que também reflitam

sobre ela. Que implicações tem para a geopolítica da energia a mudança destes polos, o polo produtor que hoje está fora da OPEP mas talvez volte para a OPEP dentro de alguns anos, e o polo consumidor que se desloca dos centros tradicionais da América do Norte e da Europa para a Ásia, sobretudo para a China?

A segunda questão é relativa ao gás xisto, ao gás não convencional, ao *shale gas*. O próprio deputado Sirkis mencionou a importância que esse elemento vai ter no futuro. É bom observar que, em muitos países que têm de se esforçar para diminuir as suas emissões atmosféricas, o gás acaba recebendo prioridade, talvez porque seja mais barato ou, ainda, porque seja mais fácil consegui-lo do que desenvolver a tecnologia solar ou a eólica, por exemplo, para baixar os custos. Esse desenvolvimento toma mais tempo.

Finalmente, outra questão muito importante. Boa parte da exploração de petróleo e mesmo de gás, nos próximos anos, vai ser feita no mar. Isso, provavelmente, vai também levantar determinadas questões geopolíticas muito interessantes. Se nos lembrarmos de acidentes, por exemplo, como o do Golfo do México há dois anos, poderemos imaginar que tipo de problemas políticos poderão advir dessa exploração mais intensa no mar.

Seriam esses os meus comentários.

Helder Queiroz Pinto Júnior – Com relação à Venezuela, vou deixar que os colegas tratem desse tema. Eu tenho apenas que concordar com as suas observações. Não tenho muito a acrescentar. No plano da opinião pública, existem aqueles que não gostam de Hugo Chávez e acham que, por isso, a Venezuela não deveria entrar no bloco. Mas, ainda que fosse plausível limitar apenas ao plano pessoal questão como essa, tão relevante, temos que pensar no longo prazo, nas vantagens da integração do continente. Quando consideramos os próximos vinte, trinta anos, as necessidades de incremento de cooperação com um país da importância da Venezuela, torna-se indispensável.

Com relação à OPEP, eu tive o privilégio de ocupar, no período final do meu trabalho acadêmico de doutorado, sala ao lado da do ex-presidente da OPEP. E poderia aqui discorrer, então, sobre deliciosas histórias a respeito da forma de votação etc. Eu até mantenho contato com o professor Sadek

Boussena, argelino. Hoje ele é professor, mas era ministro do Petróleo da Argélia. Foi presidente da OPEP durante a primeira Guerra do Golfo.

De fato, a participação da OPEP, hoje, tem que ser levada em consideração não apenas pelo lado da oferta, mas também pelo lado da demanda. Atualmente, se considerarmos o incremento da demanda de petróleo onde tem crescido mais, se considerarmos o que vem acontecendo nos países do Golfo, veremos que é algo extraordinário. Muita gente se surpreende quando olha essas estatísticas internacionais e diz: “Mas o Oriente Médio está com toda essa demanda?” Sim. Arábia Saudita, Catar, Kuwait e o próprio Irã, em relação aos seus mercados domésticos, têm tido um crescimento muito importante. Isso muda realmente a configuração, comparada à de quinze, vinte anos atrás.

Hoje, esperamos que um incremento de demanda venha de países considerados emergentes, e mesmo dos produtores de petróleo, e menos dos países do bloco da OCDE. Do ponto de vista da oferta, também se espera um desenvolvimento maior de novas áreas petrolíferas e/ou áreas que estão se desenvolvendo agora.

No caso dos Estados Unidos, dentro de um ano e meio, dois anos, vamos ouvir falar do *tight oil*. O óleo não convencional começou a ser explorado da mesma forma. Pego um gancho em relação ao *shale gas*. Em 2007, 2008, praticamente ninguém falava nisso e, de repente, nos surpreendemos com a extraordinária participação do *shale gas* nos Estados Unidos, onde, hoje, representa 40% da produção doméstica. Para um país do porte dos Estados Unidos, é extraordinário o que está acontecendo, são 38%. Isso já está sendo levado para a direção da busca do *tight oil*. A ideia é tentar atingir um objetivo que os Estados Unidos perseguem há muito tempo, que é diversificar suas fontes de suprimento, reduzindo a sua dependência dos países do Golfo.

O *shale gas* também merece ser pensado com muita cautela. O deputado Alfredo Sirkis falou com muita propriedade sobre os impactos poluidores. Os impactos ambientais locais são relevantes. Replicar o modelo americano também não é algo tão simples. Os Estados Unidos já tinham malha de gasodutos muito densa. Em cada local onde estão sendo explorados – são pequenas explorações –, há certa proximidade de gasodutos. Mas o fato mais relevante, que tem a ver com a mesa anterior, é que o *shale gas* baixou

drasticamente o custo do gás para a indústria, nos Estados Unidos. O preço do gás saiu de US\$ 8, US\$ 9 por milhão de BTUs e foi para US\$ 2. Isso deu um tremendo vigor, por exemplo, para a indústria petroquímica norte-americana. Representou, em ganhos de competitividade, aspectos muito importantes.

Eu agradeço as observações feitas.

Darc Costa – Não tenho muito a acrescentar. Concordo com todas as observações que apresentou sobre o ingresso da Venezuela.

A propósito, hoje, me pediram para fazer uma entrevista na TV Senado. Fui, então, consultar alguns dados sobre comércio exterior. E uma das coisas mais interessantes foi que, no caso do Mercosul com a Venezuela, praticamente não houve queda na participação percentual do Mercosul nas relações de comércio do Brasil, no primeiro semestre deste ano. Isso, apesar de a Argentina ter tido um desempenho muito mais abaixo do que se imaginava, em função da própria política argentina de tentar construir recursos suficientes pela sua pauta de comércio, para fazer frente à dívida que tem de pagar este ano, que é de US\$ 14 bilhões. E têm de ser gerados num ano em que o país enfrentou uma seca – houve seca também na Argentina no ano passado. Questões de clima, portanto, não atingem só os Estados Unidos.

Quero dizer que as suas observações foram todas judiciosas, muito benéficas, com respeito, por exemplo, à questão da OPEP, mas mereceriam outra palestra. Eu poderia falar com você depois. Está bom? Muito obrigado.

Haroldo Lima – Eu também não tenho muito a acrescentar. Quero me despedir de todos os senhores e parabenizá-los pelo debate.

Com relação à Venezuela, quero apenas dizer que, em 2006, os presidentes do Brasil, Venezuela e Argentina selaram um acordo para fazer um grande gasoduto, o chamado gasoduto da América do Sul, o Gasoduto do Sul. Parece-me que uma das pessoas que idealizou esse gasoduto foi o professor Darc, na época, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele está aqui. Esse gasoduto teria 9,7 mil quilômetros de extensão. Seria algo extraordinário. Sairia do Norte da Venezuela e iria até a Argentina. Seria efetivamente um fator de integração energética primoroso, integraria a América do Sul. Está enfrentando grandes dificuldades.

Alguns começam a dizer que seria uma obra faraônica. A dinâmica da tecnologia é muito grande. Paralelamente a isso, vão acontecendo outras coisas que aqui foram referidas, mas o certo é que o professor Darc, falando sobre esse assunto, dizia que seria um gasoduto com aproximadamente cinco vezes o volume de transporte do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), que tinha 30 milhões de metros cúbicos. Seriam, portanto, 150 milhões. Seria algo extraordinário. Mas certos setores começaram a dizer que era uma obra faraônica.

Eu me lembro de que, na época, ele afirmou que também disseram, quando Itaipu foi pensada, que era uma obra faraônica e terminou sendo uma realidade de muito orgulho para nós todos.

Darc Costa – Isso começa com o Canal de Suez, cuja obra era considerada faraônica, mas foi levada adiante.

Haroldo Lima – Muito obrigado.

Luiz Alberto Figueiredo Machado – Muito obrigado. Devido ao avançado da hora, serei muito breve.

Quero concordar completamente com o que foi apresentado pelos dois colegas que fizeram perguntas. Não há dúvida de que a presença da Venezuela fortalece o Mercosul em vários e importantes pontos. Na área de energia, isso, sem dúvida nenhuma, torna o bloco mais forte. Portanto, é muito auspiciosa a entrada da Venezuela.

Mais uma vez, agradeço a todos a paciência.

Agradeço ainda à CREDN e ao Ipea pela iniciativa de realizar este ciclo de palestras.

Muito obrigado.

Alfredo Sirkis – Muito obrigado a todos. Gostaria de convidá-los para participar dos painéis no período da tarde. O primeiro, que terá início às quatorze horas, vai abordar o tema *O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento*. O segundo, que se inicia às 15h30, terá como tema *Ascensão da China: desafios para o Brasil*. Esse, de fato, vai ser fascinante.

Muito obrigado.

O BRASIL E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenadora

Jaqueline Roriz**

Expositores

Fernando José Marroni de Abreu***

Helder Mutêia****

João Brígido Bezerra de Lima*****

Paulo Visentini*****

Relatora

Priscila dos Santos*****

Perpétua Almeida – Boa tarde, senhoras e senhores. Gostaríamos de agradecer, mais uma vez, a presença de todos vocês.

Nós vamos dar início ao último momento do nosso seminário, aliás, à última tarde. O seminário foi aberto ontem, às 14h30, com a fala principal do ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota. A abertura deste seminário foi um evento muito importante para a Câmara e para o Brasil, contou com um número muito expressivo de pessoas. Hoje, nós teremos duas mesas de debate. A última mesa será referente à China neste momento de seu crescimento: *Ascensão da China: desafios para o Brasil*.

* Deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB/AC).

** Deputada federal pelo Partido da Mobilização Nacional do Distrito Federal (PMN/DF).

*** Embaixador e diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

**** Representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Brasília.

***** Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

***** Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

***** Professora do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB).

O nosso painel, neste instante, terá como tema *O Brasil e a cooperação internacional para o desenvolvimento*, abordando o papel do Brasil nesse processo.

Convido a deputada Jaqueline Roriz para coordenar os trabalhos de organizar a formação da mesa.

Jaqueline Roriz – Senhoras e senhores, senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, colegas parlamentares, autoridades do Poder Executivo, profissionais da imprensa, representantes das universidades e centros de estudos, damos início, agora, aos trabalhos desta tarde, do nosso seminário de Política Externa Brasileira.

Convido para compor a mesa os seguintes palestrantes: embaixador Fernando José Marroni de Abreu, diretor da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE); o senhor Helder Mutéia, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – Food and Agriculture Organization of United Nations (FAO); o senhor João Brígido Bezerra de Lima, representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); o senhor Paulo Visentini, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a professora Priscila dos Santos, do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), que atuará como relatora deste painel.

Esclareço aos ilustres convidados que cada um disporá de vinte minutos para proferir a sua fala.

Passo a palavra, neste momento, ao embaixador Fernando José Marroni de Abreu.

Fernando José Marroni de Abreu – Boa tarde a todos. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) o convite para participar deste seminário, organizado pela comissão e pelo Ipea.

Em segundo lugar, eu gostaria de dizer que a minha experiência em cooperação técnica é relativamente recente. Fui designado diretor da ABC há um mês. Anteriormente, eu era embaixador na Jordânia, mas acho que já tenho algum conteúdo, alguma substância para conversar sobre cooperação técnica nesta tarde.

Eu inicio minha apresentação falando da estrutura da ABC, que é simplificada.

A ABC é um órgão subordinado ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e tem três grandes coordenações.

A primeira é a Coordenação Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGCM), que, como o nome diz, trata das organizações internacionais, basicamente da cooperação que os demais órgãos da administração pública federal brasileira têm com organismos internacionais. Normalmente – nós vamos ver mais tarde –, os convênios, os atos internacionais, são tratados por essa coordenação.

A segunda é a Coordenação Geral de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CGPD), que é um tema mais recente na agenda brasileira, e, basicamente, a Cooperação Sul-Sul, que também veremos em detalhes.

A terceira é a Coordenação Técnica Bilateral, que é a área mais tradicional de cooperação técnica e que iniciou esse tipo de tratamento do assunto. O Brasil recebia cooperação dos países doadores tradicionais, até mudar e passar a ter um perfil mais equilibrado, como atualmente.

A ABC, por lei, tem a atribuição de coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do Brasil.

Conforme eu mencionei, é um meio de coordenação. Em umas áreas, quando um ministério, por exemplo, quer desenvolver determinada atividade de cooperação técnica, tem de submetê-la à ABC para receber o apoio necessário na coordenação do tratamento do tema e na negociação do ato em si e, depois, no segmento da cooperação.

Nós também temos a função de coordenar, financiar e implementar as atividades de cooperação técnica que são executadas pelo governo brasileiro. E, finalmente, identificar, elaborar, aprovar e monitorar os projetos da Cooperação Sul-Sul, que iremos tratar com mais detalhes a seguir, e que é a vertente de cooperação técnica do Brasil em que há maior interesse e maior dinamismo.

A ABC atua basicamente com os objetivos de capacitação e fortalecimento institucional.

Eu gostaria também de definir a ABC, por exclusão, dizendo que a ABC não trata, por exemplo, de assistência humanitária. Esse tema é tratado por outro órgão do MRE. Não trata de cooperação educacional, que também é um tema tratado no Departamento Cultural do Itamaraty. E também não trata de cooperação financeira. As contribuições a organismos internacionais e os empréstimos são tratados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pelo MRE, nas suas áreas de competência.

Conforme mencionei, essas são as grandes áreas de cooperação para o desenvolvimento, e a ABC se ocupa de um segmento específico dessa área de cooperação.

Agora, eu gostaria de tratar de um primeiro segmento na minha apresentação, que é a questão do levantamento que foi feito entre a Casa Civil, a ABC e o Ipea, para identificar dados estatísticos de cooperação técnica e definir conceitos e como tratar esses dados.

Eu gostaria de mencionar também que há um grande debate promovido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que procura definir modalidades de cooperação, conceitos, evidentemente com os interesses e objetivos da OCDE. E o Brasil, para se posicionar frente a essa iniciativa, precisou, no momento, ter dados mais pormenorizados da cooperação internacional. E também foi necessário definir, com precisão, quais eram os segmentos.

Esse estudo foi feito por essas instituições, tratando o período de 2005 e 2009, e foi divulgado em 2010. Chegou-se ao resultado de que a cooperação não financeira, portanto, sem tratar de empréstimos, era de US\$ 3,2 bilhões, equivalente a US\$ 1,6 bilhão ao câmbio da época.

Os valores gastos, ou utilizados, nos quatro segmentos tradicionais da cooperação não financeira para o desenvolvimento serão tratados aqui. A cooperação técnica, que é o tema que nos interessa diretamente, tem 8,5% do total da cooperação; a ajuda humanitária, 5,04%; e a cooperação educacional, 9,95%. Pode-se afirmar que as contribuições a organizações internacionais ocupam a maior parte deste dado.

Para dar uma ordem de valor, em relação aos montantes com os quais as agências de cooperação de alguns países trabalham, que são montantes sensivelmente superiores aos que o Brasil dispõe nesse segmento, a Suécia e

os Países Baixos são as duas nações que superam o 0,7% recomendado para contribuição que os países devem dar ao desenvolvimento.

Gostaria de observar que a Turquia, por exemplo, que é um país que tem um nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil, tem uma agência de cooperação autônoma, autárquica e com um sensível orçamento que dinamiza a sua atuação internacional.

Agora, eu gostaria de passar a um tema que é o mais dinâmico na nossa agenda de cooperação técnica, a cooperação Sul-Sul. A cooperação Sul-Sul, na nossa concepção, como é um elemento novo, não só na agenda externa brasileira mas no próprio cenário internacional, tem alguns princípios. Nós entendemos que a diplomacia deve ser operada com ações conjuntas baseadas na solidariedade. Esse é o grande princípio que gere a cooperação técnica. Um dos elementos específicos da nossa concepção de cooperação técnica é que nós reagimos, ou melhor, as nossas ações são em resposta às demandas específicas de países em desenvolvimento. Os países, quando têm uma necessidade, devem, oficialmente, submeter o pedido ao Brasil, que examinará a sua capacidade e, se considerar que tem condições de atuar, enviará uma missão de prospecção a esse país, para, junto a autoridades e técnicos locais, preparar um projeto específico para aquela demanda, que utilize as capacidades brasileiras e locais para desenvolver a instituição interessada local, nacional. Nós, contrariamente a muitos países, não impomos condicionalidades. Nós, quando negociamos o projeto, não estamos pensando em benefícios econômicos, em benefícios financeiros, em benefícios comerciais, eventuais concessões de países em troca da cooperação técnica, o que é o modelo operado por alguns outros países doadores tradicionais e nem tão tradicionais.

Uma última observação que eu gostaria de fazer no nosso modelo específico de Cooperação Sul-Sul é que nós não interferimos nos assuntos domésticos. Não há imposição de segmentos específicos que devem ser tratados, de políticas específicas que devem ser adotadas em função da cooperação recebida. Por exemplo, maior transparência ou maior governança ou maior atenção a áreas específicas de Direitos Humanos. O nosso modelo opera com esses grandes princípios.

Eu também não vou entrar em detalhes, mas só para os senhores terem uma ideia dos diferentes temas que são tratados na Cooperação

Sul-Sul, evidentemente há uma maior demanda por áreas em que o Brasil tradicionalmente tem maior capacidade e maior conhecimento, que são: agricultura, saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e uma tendência muito crescente, também, para os programas de inclusão social.

Agora, eu passarei brevemente a analisar as principais áreas geográficas que são prioritárias para a nossa Cooperação Sul-Sul. Eu gostaria de mencionar que cerca de US\$ 40 milhões deverão ser empregados nos próximos três anos para projetos em cooperação nas Américas do Sul, Central e no Caribe, que, como os senhores sabem, é uma das áreas prioritárias para a política externa brasileira.

Aqui, também, uma breve exposição do número de projetos e atividades isoladas desenvolvidas nessa região específica. Eu gostaria de esclarecer que projetos são ações coordenadas, mais envolvidas, mais complexas e que têm um segmento mais prolongado no tempo; e atividades isoladas são normalmente atividades específicas, desenvolvidas por países com os quais nós ainda não temos um acordo de cooperação, ou o acordo de cooperação foi assinado e ainda não ratificado. Então, quando não há essa base para operação, atuamos com atividades isoladas até que possamos cooperar plenamente.

Nós, nessa região, temos cooperação com 31 países diferentes. No total, são 95 países com os quais o Brasil mantém ações de cooperação.

Em relação à execução orçamentária na área de cooperação técnica, houve um ápice em 2010. Isso foi resultado da grande prioridade que se deu ao desenvolvimento de ações de cooperação técnica, ao grande dinamismo que a Cooperação Sul-Sul teve nesse momento, à abertura de embaixadas em número significativo, principalmente na África, o que gerou uma demanda muito grande.

Trata-se também de algumas embaixadas que foram abertas no Caribe bem como da multiplicação do número de projetos numa área tradicional de prioridade para a política externa brasileira, que era América do Sul, Central e Caribe.

Em termos de uma distribuição dos temas em que houve cooperação, as maiores participações foram para a formação profissional e educacional, saúde, agricultura e meio ambiente.

Pode-se afirmar que hoje há uma boa distribuição do orçamento, seja por países, seja entre projetos, seja por atividades isoladas. Eu gostaria de observar que também temos operação no setor de defesa, quer dizer, nós recebemos militares oficiais e suboficiais para serem treinados no Brasil, nas mais diversas áreas, com um valor de mais ou menos US\$ 1,3 milhão por ano gastos nesta cooperação.

O outro item é a cooperação regional, que é basicamente a cooperação com o Mercado Comum e a Comunidade do Caribe – Caribbean Community (Caricom) e com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), que são projetos mais amplos, negociados com as secretarias dessas organizações.

Eu gostaria de comentar a cooperação com o continente africano, que também é uma região de prioridade na nossa política externa e que envolve gastos em torno de US\$ 36 milhões na carteira de projetos para os próximos três anos, um valor muito próximo ao alocado para cooperação na América Latina. Quer dizer, há 108 projetos em execução e 35 atividades isoladas na área de Cooperação Sul-Sul com a África. Dos 54 países africanos, 42 são beneficiados pela Cooperação Sul-Sul brasileira.

Ao contrário da América Latina, não há uma distribuição tão equânime na África. Há uma concentração muito grande de projetos na área de cooperação técnica com países lusófonos, o que atende também a uma prioridade da política externa brasileira.

O perfil da evolução orçamentária também é semelhante ao observado na América Latina. Houve um pico em 2010 e, depois, em função da decisão do governo brasileiro de concentrar gastos em áreas específicas e de reduzir o déficit público, o MRE teve o seu orçamento contingenciado, assim como o ABC. Hoje nós temos o desafio de enfrentar, com os mesmos recursos, as demandas que são apresentadas quase que cotidianamente à ABC e, portanto, teremos de ter muita criatividade – eu vou comentar brevemente esse assunto ao final da minha apresentação.

A cooperação na África por setores mostra que há uma grande concentração em agricultura, saúde, formação profissional e educação. Ou seja, não é tão bem distribuída como na América Latina.

Finalmente, há a terceira área de Cooperação Técnica Sul-Sul, que abrange a Ásia, a Oceania, o Oriente Médio e a Europa Oriental, para a

qual temos US\$ 4,5 milhões alocados para os próximos três anos. É uma área com menor prioridade em relação à América Latina e à África, tanto pelo número de atividades e projetos como também pelos recursos alocados e número de países. A execução orçamentária tem basicamente o perfil das outras, com um grande pico em 2011. Isso se explica porque são projetos executados basicamente no Timor Leste, um país que, ao lado dos países africanos de língua lusófona, tem também prioridade na área de cooperação.

São 95 países beneficiários da cooperação técnica brasileira. Eu gostaria de sugerir à CREDN, se for possível, que coloque esta apresentação à disposição dos eventuais interessados, para que não precisem tomar nota de tantos dados e tantas informações.¹

Agora, eu gostaria de examinar brevemente outra modalidade de cooperação, que é a cooperação trilateral ou cooperação triangular. Esse tipo de cooperação tem duas modalidades básicas ou submodalidades, se quiserem. Existe a cooperação triangular, que é uma nova modalidade que estamos desenvolvendo, envolvendo seja países doadores tradicionais com o Brasil, em benefício de países do Sul, seja organismos internacionais e Brasil, em benefício de outro país, possuindo basicamente essas condições para atuação.

Eu vou passar brevemente às apresentações com modelo de cooperação trilateral na América Latina, com diferentes países que são doadores tradicionais, como a Itália, a Alemanha e o Japão. Eu gostaria de observar que, com o Japão, nós já temos uma cooperação técnica tradicional. É a histórica, é a mais longa e é a mais proveitosa. Desde os anos 1970, o cerrado, por exemplo, com o projeto Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), foi parcialmente financiado pelo Japão e explica o desenvolvimento desta nova fronteira agrícola que se desenvolveu na região.

Posteriormente, temos, também operando até hoje, desde os anos 1980, um programa de cooperação técnica que beneficia países da África e da América Latina para treinamento no Brasil, com o apoio do Japão.

Então, rapidamente, eu passaria à cooperação trilateral na África, citando os exemplos de cooperação que temos com a Itália, a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos.

1. A apresentação encontra-se no *site* da CREDN/Câmara dos Deputados.

Finalmente, como se candidatar – isso é parte da apresentação que eu já mencionei no começo. Nós reagimos a demandas. Os governos devem apresentar demandas oficiais, pedidos oficiais de cooperação ao Brasil. Não devem ser instituições isoladas. Naquele modelo que eu escrevi no início da minha apresentação, nós reagimos junto às instituições brasileiras.

Conforme já mencionei também, para a execução de projetos de cooperação técnica, é necessário que haja um acordo básico, assinado entre governos e ratificado pelo Congresso. E para atividades isoladas, basta haver relações diplomáticas e negociação de um acordo técnico em andamento.

Eu vou me permitir encerrar por aqui. A palestra necessitaria de mais tempo, mas eu acho que a essência do que fazem a ABC e a cooperação técnica brasileira já foram tratadas.

Muito obrigado.

Helder Mutéia – Muito boa tarde a todos. Começo cumprimentando e agradecendo à senhora deputada Perpétua Almeida o convite que muito honra a FAO.

Quero também cumprimentar os componentes desta mesa, começando pela senhora deputada e presidenta desta comissão, Jaqueline Roriz; o embaixador Fernando José Marroni de Abreu, que acabou de apresentar a sua palestra; o senhor João Brígido Bezerra Lima, representante do Ipea; e o professor Paulo Visentini, da UFRGS.

Sempre inicio as minhas apresentações repetindo o meu nome e citando a minha nacionalidade.

Meu nome é Helder Mutéia, e sou moçambicano. Não estou fazendo publicidade do meu país, mas eu viajo pelo Brasil inteiro dando palestras, conversando, apresentando temas, e já me fizeram algumas perguntas que, aqui, eu gostaria de me antecipar e responder logo.

Uma vez, no Rio Grande do Sul, perguntaram-me se eu era do Nordeste, pelo meu sotaque. Devido ao meu sotaque ser muito enrolado, perguntavam: “O senhor é do Nordeste?” Eu dizia: “Quase, quase, sou moçambicano.” Outra pergunta era: “É assim mesmo que vocês falam no seu país?” Vou logo dizer: “É assim mesmo que nós falamos. Esse é o nosso

sotaque moçambicano”. E eu vou falar devagar para que percebam o meu sotaque enrolado. Para quem pretendia me fazer essas perguntas, elas já estão respondidas.

Eu estou aqui representando a FAO. Como vocês sabem, é uma organização das Nações Unidas, então, pertence aos países, e tem um novo diretor-geral, que é o doutor José Graziano, brasileiro, que, no início deste ano, assumiu esse posto. Ele, pessoalmente, pediu-me que passasse algumas mensagens essenciais. Em vinte minutos, eu próprio abdiquei do *power point*. Assim, controlo o meu tempo e não deixo a nossa presidenta nervosa. Vou falar os vinte minutos que me foram atribuídos, e mais nada.

O doutor José Graziano, nosso diretor-geral, que é a pessoa que deveria estar aqui – mas ele vive em Roma –, sugeriu que eu apresentasse dois enfoques essenciais. O primeiro é sobre o papel da FAO, que muita gente não conhece, de forma sucinta, de forma resumida. O que é a FAO? O que ela faz? O segundo, a missão e a responsabilidade do Brasil no combate à fome e na promoção da agricultura, no contexto internacional.

Poderia abordar um pouco o papel da FAO dentro do Brasil, mas, pela escassez do tempo e menor relevância do tema, eu prefiro abordar esses dois temas que o meu diretor-geral me pediu para enfatizar.

Como eu disse, a FAO é uma organização das Nações Unidas e tem três linhas de intervenção essenciais. A primeira é a eliminação da fome e da má nutrição; a segunda, a eliminação da pobreza, que mais tarde vou tratar com mais detalhe e que é a mãe da fome; depois, a utilização sustentável de recursos naturais. É a abordagem da sustentabilidade.

A FAO, como organização, privilegia parcerias internacionais. Há muitos organismos internacionais. Há muitos organismos das Nações Unidas, mas a FAO opera através de várias parcerias internacionais e locais. E a parceria local que nós temos no Brasil é essencialmente com o governo, mas também com a sociedade civil e com o setor privado. Para um país como o Brasil, em que há diversidade de atores, é muito importante termos essa perspectiva. Nós trabalhamos com universidades, associações, cooperativas, enfim, com um leque muito vasto de atores dentro no país. E também trabalhamos com uma plataforma fundamental, que é a Cooperação Sul-Sul, a que o senhor embaixador acabou de se referir.

A Cooperação Sul-Sul é uma janela de oportunidades para que nós possamos trabalhar. Vamos ver, mais tarde, na minha apresentação, a forma como recomendamos que o Brasil deva desempenhar esse papel internacional de promover o desenvolvimento, o combate à pobreza e o combate à fome.

Eu queria começar com um quadro de como nós estamos no mundo, hoje, com relação à situação da fome e da má nutrição.

Temos, hoje, no mundo, cerca de 925 milhões de pessoas que passam fome, é quase 1 bilhão de pessoas. E, como, no mundo, nós somos cerca de 7 bilhões, significa que uma em cada sete pessoas passa fome no mundo. É uma situação que não dignifica a natureza humana, não dignifica a condição humana.

Há cerca de três meses, nesta mesma sala, tive o privilégio de apresentar uma palestra. Eu dizia que, no conforto de Brasília, no conforto de São Paulo, no conforto de Porto Alegre muita gente não tem a dimensão exata do tipo de fome que nós estamos falando. Não estamos falando daquela fome que nós temos antes da hora do almoço ou do café da manhã, em que apetece uma picanha, em que apetece um pão de queijo, estamos falando de uma fome que dói e mata. Há gente morrendo de fome. Uma pessoa que morre de fome, morre despojada de toda a sua dignidade, vai definhando e perdendo toda a sua dignidade.

Como sabem, a alimentação não é só um direito, é também uma precondição da nossa condição humana. Sem uma alimentação adequada, nós não agimos como seres humanos, não raciocinamos como seres humanos, não nos comportamos como seres humanos. Então, é importante que tenhamos essa dimensão. Esse problema tende a se agravar, na medida em que o *boom* demográfico vai multiplicando a população neste planeta. Em 2050, seremos 9 bilhões de pessoas, e esse é o desafio que nós vamos ter nos próximos tempos.

A produção alimentar deve crescer de 2,1 bilhões de toneladas para cerca de 3 bilhões de toneladas. A produção, de modo global, deve crescer em 60%, para satisfazermos essas 9 bilhões de pessoas que nós teremos no planeta. E os ganhos não virão apenas do aumento das áreas de cultivo. Devem vir mais de uma melhor produtividade. O desafio da sustentabilidade é uma equação muito complexa e que requer uma grande responsabilidade, sabendo-se que o mundo, em 2050, será habitado por pessoas que viverão em contexto urbano. Está projetado que 70% da população mundial, em 2050, deverão estar em

contexto urbano. Será uma população urbanizada, que tem hábitos alimentares específicos, que tem práticas e padrões de vida totalmente específicos, e é importante que o mundo responda a outros desafios.

Para além do desafio da fome – naturalmente, eu não vou colocar a fome como o único problema que nós temos no mundo, mas é um dos principais problemas –, há outros problemas. Eu me referi a um deles, mas é importante que nós percebamos isso com clareza. Eu falo da pobreza. A pobreza, como eu me referi, é a mãe de todos os males, incluindo a fome. É importante que nós possamos abordar essa problemática.

Só para dar um exemplo: em 2010, nós tivemos a crise da alta de preços de alimentos. Só essa crise, que é um dado macroeconômico, empurrou 70 milhões de pessoas da condição de pobres para a condição de extremamente pobres. E, na condição de extremamente pobres, ocorre aquilo que eu já disse: a fome garantida, a perda da dignidade, o risco de vida por falta de alimentação.

Disse, também, que a alta de preços pode causar muitos males, e os tem causado. Temos o desafio das mudanças climáticas. Falei aqui do problema da sustentabilidade e queria só destacar a questão das emissões dos gases de efeito estufa, particularmente o dióxido de carbono.

Temos também a crise econômica mundial. Europa, Estados Unidos, todo o mundo está mergulhado numa grande crise. Esses são os epicentros da crise, mas a crise afeta todo o mundo.

Temos também a degradação de solos. Cerca de 20% das áreas de cultivo, 30% de floresta e 10% dos pastos estão sujeitos a alguma forma de degradação. Temos a escassez de água.

Em relação à escassez de água, que será talvez um dos temas mais críticos no futuro, eu queria dizer que 2 bilhões de pessoas estão com problemas de falta de saneamento, que é um problema que tira toda a dignidade da natureza humana.

As preferências de consumo vão mudando. As pessoas consomem mais carne, alimentos processados e legumes. Esses desafios devem, também, ser encarados.

Temos a globalização do comércio, que é um fenômeno novo. É importante que nós possamos abordá-lo.

Há três semanas, vocês se lembram, saiu na televisão que algumas pessoas estavam enterrando pintinhos vivos. Pouca gente percebeu que tudo estava ligado à crise da produção de cereais nos Estados Unidos e na Rússia. Os caminhões que estavam transportando milho e soja dentro do Brasil, de um estado a outro, foram interrompidos e mandados para o porto, porque o milho já tinha sido comprado por uma empresa nos Estados Unidos, na outra parte do mundo. Portanto, uma mudança num país afeta outros países.

Também quero dizer que a crise alimentar de 2008 foi causada também pela falta de produção do trigo na região da Rússia e redondezas. Estamos num mundo cada vez mais globalizado, e é importante que tenhamos essa ideia. Para o desafio da alimentação, nós temos três elementos essenciais.

O primeiro é a disponibilidade de alimentação. Isso é uma função da produção. É importante que aumentemos a produção de alimentos no mundo. Tem que haver disponibilidade.

O segundo é o acesso. O acesso é uma função dos rendimentos. Se as pessoas não têm rendimentos para adquirir os alimentos, não têm acesso aos alimentos, mesmo que eles estejam disponíveis.

O terceiro é a utilização. Muita gente precisa aprender a fazer uma dieta balanceada, com alimentos energéticos, proteicos, minerais e muito mais. Há pessoas que consomem menos alguns elementos e há outros que consomem em excesso, particularmente alimentos energéticos, o que causa problemas como diabetes, obesidade e outros problemas de saúde. É importante abordar.

Mas nós estamos falando do Brasil. Por que o Brasil? Eu estou caminhando para chegar a essa importância. Qual é o papel do Brasil nesse novo contexto? O Brasil, primeiro, consolidou-se economicamente, digamos, nos últimos vinte anos, ou teve uma aceleração nos últimos vinte anos. O Brasil se consolidou e criou alicerces econômicos muito sólidos. Hoje, é a sexta maior economia no mundo, com todo o mérito, e é importante que tenhamos isso em consideração.

Para nós, o mais importante é que o Brasil fez uma aposta muito concreta na agricultura, no agronegócio, no apoio à agricultura familiar. Só

para citar alguns exemplos, a produção de grãos no Brasil – que, em 2010 e 2011, foi de 161 milhões de toneladas –, em 2012, vai passar, segundo estimativas, para cerca de 180 milhões de toneladas. Em produção de carnes, são cerca de 25 milhões de toneladas. O Brasil é o maior exportador de carnes no mundo. Não é o maior produtor, é o segundo maior produtor, mas é o maior exportador de carne. Do ponto de vista da agricultura familiar, tem cerca de 4,3 bilhões de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Isso é significativo. Cerca de 70% do que chega ao prato do brasileiro vem da agricultura familiar. E a importância que o Brasil deu à agricultura familiar chama a atenção de todo o mundo, porque o Brasil fez aqui uma revolução através de políticas públicas que promoveram não só a integração e a inclusão da agricultura familiar, que é fundamental, mas também a promoção da agricultura, gerando a disponibilidade.

Apoiar a agricultura familiar, para algumas pessoas que não têm dimensão, é fundamental. Por quê? Porque 75% das pessoas pobres do mundo são pequenos agricultores. Então, apoiando a agricultura familiar, nós resolvemos dois problemas: primeiro, o problema do aumento da produção, que é importante; e, também, o da pobreza do próprio agricultor, porque são pessoas pobres, paradoxalmente.

As pessoas que mais passam fome no mundo, se considerarmos as estatísticas, são agricultores, produtores de comida. E por quê? Porque não têm acesso a recursos naturais, terra, água; não têm acesso à tecnologia; não têm acesso ao crédito; não têm acesso ao mercado, produzem e não têm onde vender. E as políticas públicas que o Brasil introduziu servem de escola para muitos contextos no mundo hoje. É importante – é onde eu estou chegando – a responsabilidade do Brasil de partilhar essa experiência, esse conhecimento, esse saber fazer com outros quadrantes do mundo.

E a particularidade do Brasil é a seguinte: a Finlândia e a Suécia resolveram esse problema. Mas quando? Resolveram-no, talvez, há dois ou três séculos. Já nem sabem como isso se faz, como é que se sai da pobreza extrema. Mas o Brasil está fazendo isso hoje. Como eu disse, são experiências de dez, quinze, vinte anos.

Hoje, no Brasil, com programas como o Fome Zero e o Brasil sem Miséria, o país tem essas tecnologias sociais, que tanto integram quanto também dignificam as populações mais pobres. Ele está fazendo isso hoje.

Isso é importante, daí a responsabilidade do Brasil em partilhar esse conhecimento. E a chave é aquilo que o embaixador disse: a Cooperação Sul-Sul. No conceito de Cooperação Sul-Sul, há muita polêmica. Há quem prefira chamá-la de Cooperação Horizontal. Porém, o termo mais bonito é Cooperação Sul-Sul, cooperação entre iguais, e nem sequer tem a ver com o componente geográfico, porque eu já vi livros que falam de Cooperação Sul-Sul da Turquia, da Rússia, da Índia, da China, de qualquer quadrante. Quem fizer uma cooperação entre iguais, com ganhos mútuos, nós chamaremos isso de Cooperação Sul-Sul, e é essa que é importante fazer.

Nós temos muitos fatores coadjuvantes que criam o ambiente propício para essa Cooperação Sul-Sul entre o Brasil e o resto do mundo, particularmente a África, que está necessitada, o sul da Ásia e a América Latina, que também é uma das prioridades que a ABC apontou. É importante que nós possamos participar.

As realidades sociais são similares – já me referi a isso. Por exemplo, nós temos, no Brasil, um programa que teve um grande sucesso: o Prodecet, que transformou o Cerrado brasileiro numa das regiões mais produtivas no mundo, não só no Brasil.

O sucesso do programa do Cerrado só tem concorrência com o programa da Tailândia, no qual também fizeram um milagre parecido, embora em contextos um pouco diferenciados.

O que deve ser partilhado? Particularmente a tecnologia, a experiência não só da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Eu fui ministro da Agricultura no meu país e, quando cheguei ao Brasil, há cerca de dez ou quinze anos, e conheci um pouco a realidade brasileira, eu me apressei em assinar um contrato com a Embrapa. Eu não conhecia a realidade brasileira.

Só que o Brasil não é só a Embrapa, que faz muito e é importante. É fundamental tê-la aqui, mas há muita pesquisa feita pelas universidades – está aqui um professor nesta mesa – e pelos institutos privados de pesquisa, e também há transferência de tecnologia feita pelo sistema das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), que é fundamental. São institutos de transferência de tecnologia.

Então, é importante essa partilha de tecnologia, a experiência da Embrapa e a partilha de experiências do mercado. Também não basta ter tecnologia se não temos os modelos de produção. Como isso se faz? E a experiência do cooperativismo brasileiro, para mim, encoraja-me muito, encoraja a FAO, e é uma área também que nós gostaríamos de partilhar, haja vista que o diretor-geral da FAO designou um brasileiro para embaixador, porque este ano é o Ano Internacional de Cooperativas; designou um brasileiro para ser nosso embaixador, para o Ano Internacional de Cooperativas.

Particularmente, é importante que nós possamos concentrar esforços naquilo que pode ajudar os pequenos agricultores, naquilo em que está concentrada a pobreza. Um programa em Moçambique, por exemplo, está para se aplicar o Prodecer, o Programa do Cerrado, com um programa chamado Pró-Savana, com o apoio da ABC, com o apoio do governo brasileiro. Mas precisamos, naturalmente, ser mais ousados, mais voltados para aquilo que é a demanda do continente africano, a demanda do continente asiático, a demanda dos outros países também da América Latina: uma partilha de conhecimento, uma partilha de sensibilidade e, também, uma partilha de expectativas.

Muito obrigado.

João Brígido Bezerra de Lima – Cabe-me, inicialmente, parabenizar a deputada Perpétua Almeida, que preside a CREDN e que, com o próprio Ipea, organiza e inicia este seminário, depois de dez anos de intervalo, se não estou enganado. É muito oportuno, e creio que estimulante, para quem se dedica a essas questões da cooperação internacional.

Cumprimento o embaixador Fernando Abreu e fico feliz pelo reencontro depois de um tempo em que seguimos rumos diferentes, mas sempre ligados às questões e às prioridades das políticas públicas brasileiras.

Cumprimento também o representante da FAO, o “nordestino-moçambicano” Mutéia, e declaro que a expectativa dos servidores públicos e dos brasileiros todos é de que esse período do nosso diretor-geral da FAO seja exitoso e possa mobilizar o apoio e a contribuição de todos os organismos, sejam governamentais ou não.

Há uma esperança muito grande de que a gente saia desses números horríveis e coloque um pouco de dúvidas nos economistas que continuam dizendo que é a economia da escassez, quando ainda se jogam alimentos

fora ou se interrompem sistemas de produção. Não tenho nada contra os economistas, mas creio que vivemos uma economia de abundância. É preciso distribuir melhor.

Cumprimento ao professor Paulo Visentini, da UFRGS, a professora Priscila Santos, relatora desta mesa e, logicamente, quero incluir a minha diretora, Luciana Acioly. Faço parte do grupo que ela coordena, na diretoria do Ipea, e faço parte da pesquisa da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). Estou muito feliz.

Há algumas lições tiradas de quem fala em terceiro lugar: primeiro, fugir do *power point*. Não vou fazer isso, porque posso perder o fio da meada e falar dos números fantásticos da FAO. Também posso tirar proveito.

Tanto o embaixador quanto o colega da FAO colocaram as referências que me deixam muito à vontade para apresentar o que temos feito nos últimos três anos, que é um levantamento, um conhecimento, da Cobradi.

Os dois pautaram com muita precisão o mundo da ABC e da cooperação técnica. Louvo a apresentação clara e transparente de números e dados que, até muito recentemente, davam muito trabalho de chegar, Fernando. Há também os números do desafio da fome.

Vou fugir um pouco do *power point*, depois voltarei a ele. Lembro que o Brasil optou por uma política de desenvolvimento com enfoque no combate à pobreza e por uma política de cooperação internacional com base na solidariedade, na diminuição de desigualdade e na discriminação entre pessoas, regiões ou gênero.

Essa afirmação está no primeiro levantamento que publicamos em 2009, feito pelo presidente Lula. Em seguida, ele caracteriza que essa cooperação é feita por servidores públicos. Essa é outra cara da nossa cooperação. Tudo o que falamos e o esforço enorme da ABC, do Ipea e de todo o setor público é feito com servidores públicos. E essa é uma oportunidade preciosa para deixar claro que não há fluxo de recursos que são gastos com passagens diárias e equipamentos. Esse é o custo desses números que aparecem.

Não há um financiamento, uma mala, alguma coisa do gênero, um manual de financiamento. Essa é uma diferença brutal. Muitas vezes, não

nesse *locus* privilegiado, somos indagados por que o Brasil está destinando recursos para esse tipo de atividade, quando, na verdade, essa é a apropriação de gastos de custeio de manutenção de servidores públicos. Isso nos dá uma característica totalmente diferente das demais cooperações também meritórias.

Ontem, o ministro Antônio Patriota, na abertura do seminário – fantástica, com um público que nunca imaginei –, chamou a atenção para a forma como o Brasil enxerga o mundo e destacou o esforço do país para preservar e fortalecer a sua identidade nacional e, ao mesmo tempo, participar, tirar proveito e fortalecer-se frente aos desafios e oportunidades do que o representante da FAO chamou de mundo globalizado, do mercado.

Depois, foi apresentado, com riqueza de detalhes, que o Brasil está em várias frentes. Até quando explicamos que optamos pela Sul-Sul, na cooperação técnica, quando buscamos a cooperação científica e tecnológica, necessariamente vamos para o Norte, onde se encontram vários centros de pesquisa avançada na área da física, da medicina ou coisa que o valha.

Esta afirmação do ministro: “A identidade nacional que nos leva aos parceiros continentais ou de África” é um desafio de estarmos, ao mesmo tempo, no cenário como protagonistas em algumas áreas do comércio internacional, da tecnologia e em outras frentes.

Por que o Ipea está metido nessas coisas? O nosso negócio é conhecimento, já foi dito aqui várias vezes. Quando o Brasil coopera com a Embrapa, com a África, ele leva um trabalho feito no Cerrado e o adapta para a Savana. É um saber fazer isso. Ao mesmo tempo, estimula os modos de produção na África ou do outro lado, quando você vai para a África e leva um trabalho fantástico na área de saúde, doenças falciformes, que são letais na África de fala francesa.

O Brasil tem uma referência internacional. Isso é cooperação internacional. Ou num programa em que se ajuda a identificação de pessoas que sequer têm cédulas de identidade. É um cenário que justifica que esse conhecimento, esse saber que o Brasil acumulou, precisa ser compartilhado.

O Ipea trabalha com políticas públicas, o que nos leva a avaliar que gastos foram feitos pelas políticas públicas que levaram a esses avanços e a essa inter-relação. E nos sinaliza para contribuir para o desenvolvimento brasileiro.

Algumas perguntas: quais são esses saberes, esses conhecimentos que o mundo desenvolvido chama de boas práticas, *good practices*? O que o Brasil acumulou? Onde acumulou? Onde elas estão? Quem detém esse conhecimento? Porque temos outra frente, nós atendemos demandas, como disse o embaixador. O Brasil se posiciona frente a uma solicitação. Onde está esse estoque de conhecimento?

Com esse trabalho que o Ipea iniciou, em estreita articulação com a ABC e o MRE, começamos a verificar onde estão e do que se trata. Do que estão falando? Em alguns momentos, é a experiência do Morro do Alemão que está sendo procurada: como se implantam as unidades de polícia pacificadora. Como foi possível fazer isso na questão da segurança pública?

Então, repassando, o Ipea tem esses três desafios.

O conceito de desenvolvimento passeia pelo crescimento, que não vamos discutir aqui. Mas o que estamos buscando? Incremento da produção, crescimento? Enfim, o Brasil tem diferenças regionais e injustiças enormes.

Falava, há pouco, com a presidenta da comissão que, há algum tempo – eu já comecei a não dizer o tempo, porque pega mal – o Ipea estava no Acre, discutindo a inclusão daquele estado, antes do eixo da BR-364. Como tiramos o Acre do isolamento? O Acre é cortado por uma rede de rios transversais na sua malha viária. Como colocar? Como discutir? Como fortalecer equipes locais que venham a elaborar e formular o projeto de interesse dos acreanos? Isso foi feito com uma dificuldade enorme, com o apoio da FAO/IIC,² para desenvolver um projeto cuja manutenção fosse feita pelos locais e não por ilustres visitantes.

Quem é o Ipea? O Ipea dispõe de 528 servidores, 310 de nível superior, 218 de nível intermediário e 265 pesquisadores como este que vos fala. Tem concursos que variam entre dois e três anos, mas já com um déficit de quadros enorme.

A diretoria da qual faço parte, de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, foi criada há três anos – não quer dizer que o Ipea trabalha só há três anos, já há bastante tempo desenvolve estudos na área internacional. Em face da demanda e à inter-relação intensa, nos reunimos e

2. Independent Inquiry Committee into the Oil-for-Food Programme.

criou-se essa diretoria internacional que participa deste seminário juntamente com alguns colegas que estão aqui, os quais saúdo com muita alegria. São parceiros na montagem da Cobradi.

De onde se tira esse fundamento? O trabalho se fundamenta no texto constitucional, no famoso item 9 do Artigo 4º, que determina a cooperação. Por que o Brasil está fazendo isso? Muitas vezes eu vou ao texto constitucional e menciono que nós temos uma determinação de cooperar para o progresso da humanidade e, mais embaixo, no seu parágrafo único, ajudar a transformar os povos da América Latina em uma comunidade latino-americana de nações.

Vou ainda à Carta das Nações Unidas e mostro no capítulo I, Artigo 1º, item 3, que firmamos um acordo de cooperar para resolver problemas internacionais de múltiplos propósitos: social, econômico, humanitário. Esses são os fundamentos da participação brasileira em tantas frentes.

Há um sistema internacional de cooperação – não vou me deter no histórico, o documento vai ficar disponível – que remonta aos idos de 1945. Aí começam várias referências de uma época em que surgem programas de fortalecimento, de reconstrução de continente em resultado de guerras, criação de organismos como a OCDE, cooperação bilateral e agências. Não vou me deter nisso senão me perco num falatório sem fim.

Esse sistema tem atores fundamentais. Tem o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), do qual o Brasil participa e ao qual, no seu fórum, nós vinculamos o que fazemos nas avaliações e nos estudos da cooperação. Em seguida, tem o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), da OCDE, que há muitos anos, a partir de 1955, faz levantamentos dos países participantes.

O Brasil, com seu corpo diplomático, acompanha, participa dos fóruns de alto nível feitos em Paris, no Acre, mas, ao mesmo tempo, nós trilhamos outra prática de registro e de avaliação da cooperação e outros atores.

Chego à Cobradi, grupo de pesquisa do Ipea, do qual sou integrante. O primeiro levantamento já concluído, divulgado e distribuído, e que foi objeto de referência do embaixador Fernando Abreu, foi um trabalho feito conjuntamente e que atendia, na época, a uma demanda da participação brasileira nas reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU), na abertura

dos trabalhos da secretaria, e sempre havia uma omissão de que números poderiam ser apresentados, números críveis da cooperação brasileira oferecida.

Daí sai uma demanda para que o MRE e o Ipea pensassem nesse trabalho, em parceria com a ABC. Fizemos uma primeira pesquisa, porque não havia anteriormente acompanhamento e nem análise de gasto em cooperação de forma mais ampla, apenas levantamentos isolados. Foi um grande desafio.

Esses dados existiam na época – eu sou desse início do trabalho, havia certa suspeição de que não conseguiríamos resgatar esses dados. Os dados existiam, mas estavam de certa forma carecendo de melhor tratamento, e era possível obtê-los, não na expressão que queríamos, que era 2003-2009. Quanto mais longe do ano da realização, mais complicados são os registros e os arquivamentos. Fizemos 2005 e 2009 e conseguimos colocar um número crível. O número para esse período está em volta de R\$ 3,2 bilhões, em valores de 2009. Eles existem, estão distribuídos na Administração Pública Federal.

Fomos identificar esses gastos. De novo um trabalho inédito, metodológico, para que não houvesse dupla contagem, para que não rumássemos para o orçamento mandatório, mas não de execução, senão, seria reproduzido um número fantástico que não foi executado por força das contingências, dos cortes. Isso foi um aprendizado.

Tivemos que mobilizar toda a Administração Pública Federal e, aí, a participação da ABC foi insubstituível, porque abriu as assessorias internacionais – aquelas que sobreviveram às reformas do Collor, porque foram quase todas fechadas – e encontramos grupos, assessores, e fomos retomando com esse pessoal um trabalho de garimpo de dados e de registros que não estavam sistematizados.

Foi uma tentação de entrarmos numa competição maluca em que o Brasil, de repente, era o primeiro do *ranking* mundial de doadores. O Brasil é um parceiro. O Brasil desenvolve – nas palavras que a ABC colocou – uma solidariedade, porque nós transferimos um saber, um conhecimento, mas em hipótese alguma estamos ranqueados, e não seremos ranqueados como os maiores, não é esse o propósito. Compartilhamos alguns saberes com servidores públicos e custos do orçamento.

Embora dados preliminares mostrem que ocorreu em 2011, uma queda enorme nos valores que levantamos, porque ocorreu um contingenciamento

de gastos com passagens e diárias e isso se reflete nos dados, não há nenhuma interpretação de que tenha havido uma mudança de prioridade na cooperação.

Criação de um sistema eletrônico no Ipea. Tivemos que bolar um sistema de dados. Um país que já vota e faz Imposto de Renda eletronicamente, como pode fazer isso manualmente? Com o pessoal do quadro do próprio Ipea, fizemos um sistema eletrônico de registros que facilita o lançamento de dados, e elaboramos e divulgamos o primeiro relatório – com grande pressão do mundo exterior, porque o documento foi feito em português. Rapidamente divulgou-se uma versão em inglês. A partir de então, já estamos com os outros levantamentos atendendo a isso.

Esse primeiro levantamento está concluído. O segundo levantamento foi em 2010, está com os dados concluídos. Nós elaboramos um banco de dados que está disponibilizado internamente para os pesquisadores do Ipea. Estamos com uma demanda enorme para o mundo externo que passou a acreditar que o Brasil regularmente divulgaria. Com a Lei de Acesso à Informação, nós vamos disponibilizar os números que foram apresentados, de 2005 e 2009, e os números de 2010 estão todos publicados. Estão todos eles, por exemplo, nos portais desta Casa e do Senado. Com a transparência, qualquer cidadão tem acesso a eles e não há por que não os disponibilizar para o mundo dos pesquisadores e dos estudiosos.

Essas são as principais vertentes do trabalho de que eu estou falando. Foi muito oportuna a explicação de que a ABC trabalha com a cooperação técnica. Esses levantamentos vão desde refugiados... e, aí, foi outro aprendizado: o Brasil tem uma lei de refugiados e uma prática de refúgio. Por exemplo, ontem os noticiários ocupavam-se de tratar da presença de haitianos, que não são refugiados na forma da lei, mas que estão chegando à nossa fronteira em números impensáveis. De novo, o Ipea se debruçou sobre o refúgio e viu que é necessário caracterizar quem são e qual o perfil desses refugiados que chegam ao Brasil. Descobrimos que, na favela da Maré, no Rio de Janeiro, há um grande número de angolanos e moçambicanos; em São Paulo, no Brás, mora outra quantidade enorme de africanos; em Brasília, dezessete refugiados se distribuem pela periferia.

Então, temos uma regulação com a lei brasileira, que se antecipou no tempo, mas foi pautada pelo entendimento da época da guerra, quando só os europeus tinham refugiados. O que eu faço com haitianos que fogem por

conta de problemas ambientais? Como tratar deles? Devemos chamá-los de imigrantes econômicos, levando em conta o perfil deles?

Refugiados foi outro ponto sobre o qual o Ipea se debruçou. Recentemente, assinamos, com o Alto Comissariado das Nações Unidas, um trabalho a longo prazo. Estivemos no Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) a fim de, junto com os ministérios que o compõem, fazer uma caracterização do perfil dos refugiados. A partir de agora, os angolanos não são mais refugiados. Quando as Nações Unidas reconheceram que foi concluído o processo de independência, eles deixaram de ser considerados refugiados ao amparo da lei. Porém, são pessoas que há quinze anos vivem, convivem e se adaptaram ao Brasil. Então, o Ipea desenvolveu e incluiu esse tema na sua pauta de pesquisas.

Entre os outros temas, está a manutenção da paz no Haiti – e, ontem, o chanceler mencionou a saída, ou o final, ou a desativação das missões –, que tem a ver com o fluxo de haitianos no Brasil. Com os poucos haitianos que tivemos acesso, soubemos que eles vêm, transitam por São Paulo ou estão de passagem para as Guianas, onde há oportunidade de emprego. Porém, o caminho que eles encontram é pela Amazônia, pelos estados do Acre e do Amazonas, em condições nem sempre satisfatórias.

A cooperação em ciência e tecnologia sinaliza outro mundo. Antes, tratávamos somente da parte referente à cooperação técnica.

Eu apenas coloquei um ponto para mostrar, afinal de contas, o que se faz. Na promoção e defesa dos direitos humanos, eu coloquei três itens: na Guiné-Bissau, documentação básica, registro civil de nascimento; Cabo Verde, direitos da criança, cidadania, direitos humanos, deficiência, saúde. Nós estamos trabalhando com trinta bancos de leite humano, distribuídos pela África. É um trabalho fantástico, uma referência impressionante. HIV/AIDS, o tratamento, as soluções dadas. Na área de dengue, sangue e hemoderivados. Eu destaco a doença falciforme. É uma coisa impressionante: no Brasil, o indivíduo chega aos 20 anos, 21 anos; na África, aos 5 anos vem a óbito. Isso está inclusive na agenda presidencial, acabamos de doar um hospital temático para tratar dessa doença.

O segundo levantamento, o de 2010, está concluído. Aperfeiçoamos um ponto. Os números não explicam o que foi feito, o que está por trás desses

números fantásticos. Então, entramos num trabalho de esclarecimento, de entendimento de como isso ocorre. Falamos em fortalecimento institucional e precisamos conversar com quem recebe essa cooperação, saber qual é o nível de modificação que alcançamos nesse período.

De novo com a ABC, começamos a avaliar a possibilidade de não perguntar à Embrapa se o que ela está fazendo está bem, ou ao Ipea, em Caracas, mas perguntar, a quem recebe essa cooperação, sobre que efetiva contribuição temos feito. É nesse sentido que eu venho a este seminário colocar isso como um desafio. Vamos discutir um desenho em que não façamos uma avaliação. Não é uma prestação de contas, mas para saber, efetivamente, onde estamos atuando para reduzir ou para sermos solidários.

Tenho aqui os principais dados do levantamento, que vou saltar, porque não tenho tempo, e vou direto à repercussão deles.

O terceiro levantamento tem execução. Sofremos, tanto a ABC quanto o Ipea, mudanças na condução. O Ipea trocou a presidência, há uma ou duas semanas. Isso repercutiu nas estruturas, nas diretorias. O embaixador Fernando Abreu assumiu a ABC há um mês, e as informações que ele apresentou aqui já sinalizam uma nova linha de ação. Mesmo assim, já estamos com mais da metade do levantamento de 2011 feita. Aguardamos um agendamento na ABC, Fernando, para que possamos nos valer dos dados apresentados aqui.

E aí, em novembro, poderemos expor de novo. A provocação é: vir a esta comissão, legitimar com os senhores o que foi feito, discutir com os senhores se isso procede e as repercussões do que tem acontecido. Senão, será apenas o Brígido falando do Ipea.

Nós tivemos, nas redes de pesquisa, na grande imprensa brasileira, há três ou quatro meses, esta expressão: estudos acadêmicos, acadêmicos do exterior pedindo, querendo a continuidade, organismos internacionais, entre eles o próprio CAD da OCDE. A OCDE veio ao Brasil, foi à ABC para discutir esse método. Como estamos fazendo isso, como poderíamos adotar soluções? Não tenho nada contra isso, mas eu creio que as nossas soluções são bem domésticas.

Os próximos passos – e encerro os dois minutos fantásticos, senhora presidente. Nós estamos falando do Executivo, do governo federal, mas o

Legislativo também tem gastos em cooperação, o Judiciário também tem acordos de cooperação. Estão fora do levantamento até agora, por uma questão de capacidade de trabalho, mas está na hora de nos aproximarmos e, quem sabe, explorarmos isso. Nos estados e municípios é uma coisa impressionante. Para vocês terem uma ideia, em Fortaleza, de quatrocentos a seiscentos estudantes angolanos têm bolsas de estudo. É interessante saber o que acontece quando eles voltam, o que acontece em Angola, o que estão fazendo, como isso poderia estar associado à outra frente.

Vejamos as organizações não governamentais. Todo o trabalho para refugiados, da política nacional para refugiados, é executado por institutos como a Rede Cáritas; a rede de apoio a refugiados é feita pelas organizações não governamentais. Então, não há como falar só em gasto federal.

E quanto à institucionalização desse levantamento? Não dá para fazer esse levantamento com tapinha nas costas, no jeitinho brasileiro. Esta é outra provocação para nós: como transformamos isso numa formalidade, num compromisso de transparência, para prestar contas à sociedade, divulgar para os parceiros internacionais que esse é o registro oficial do que se faz? De novo, digo que este aqui é um lugar privilegiado para discutir questões desse tipo.

A ABC teve a iniciativa, levou à frente a proposta de um decreto presidencial, que foi apreciado pelas nossas consultorias jurídicas e, creio, há de ser retomado. Antes disso, porque essa é uma formalidade jurídica, devemos saber da oportunidade e do interesse de *locus* como este aqui, se esse tipo de trabalho que o Ipea desenvolveu com a ABC e com o setor público federal pode avançar para estados e municípios.

Em algumas áreas, senhores, os estados e municípios estão à frente do arranjo federal. A prefeitura de Guarulhos tem muita coisa para dizer sobre refugiados, assim como a prefeitura municipal do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro tem uma lei estadual para refugiados e um sistema de albergues que é preciso ver.

Não era apenas isso o que eu tinha para falar, mas o tempo só deu para isso.

Muito obrigado.

Paulo Visentini – Muito boa tarde. Queria cumprimentar os meus companheiros de mesa e a deputada Perpétua Almeida pela organização deste evento. Como foi muito bem lembrado, este encontro sucede a outro ocorrido nesta Casa há dez anos.

Naquela época, havia um otimismo no sentido de que entraríamos em uma era nova de política externa. Relendo continuamente aquele material, parece-me que superamos as metas e as expectativas de então e, hoje, vivemos um problema – e, talvez, seja a esse que o nosso ministro Patriota se referiu – de identidade. Essa mudança foi muito profunda e não foi suficientemente entendida e absorvida pela sociedade brasileira. Esse é um problema.

Então, eu diria que é uma satisfação estar nesta Casa após dez anos e ter sido convidado para a repetição daquele evento. E quero dizer que também é um alívio, pois nos últimos anos tenho ficado um pouco preocupado, porque tem havido uma série de eventos para “discutir”, mas eu diria que é muito mais para induzir a política externa brasileira a tomar outra direção.

Há minorias no Brasil bastante barulhentas, apoiadas por fundações e organizações não governamentais estrangeiras, que têm feito um esforço colossal para alterar os rumos da nossa política externa, inclusive países que estão ocupando outros países neste momento, exercendo intervenções, por vezes, sem mandato internacional, vêm nos ensinar como fazer política externa e ensinar que valores devemos adotar.

Acho que, em nome da nossa soberania, isso não é correto; e acho que não é correto também em nome das nossas realizações. E esta mesa é particularmente importante para mostrar uma parte dessas realizações.

Os meus antecessores já apresentaram dados técnicos, enfim, e a minha função – até por ter escolhido essa profissão de professor, que não é muito bem paga – é poder fazer análise e pensar com um certo grau de liberdade.

Quero aproveitar para fazer uma publicidade. Nós temos pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na UFRGS e editamos uma revista que é veiculada em português e em inglês no *website* e que tem uma versão impressa em inglês, que se chama *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, com contribuições do mundo inteiro.

Especificamente, nós escolhemos pensar e analisar exatamente as políticas externas dos países emergentes e essa nova dimensão da Cooperação Sul-Sul. E por quê? Porque se fala muito disso politicamente – uns a favor, como se fosse uma panaceia que iria resolver todos os problemas em curto prazo, inclusive se opondo a grandes potências e coisas desse tipo; outros são completamente céticos, dizem que somos fadados, como se diria no futebol, a ficar na “segunda divisão”, ou seja, o nosso bom lugar seria na “segunda divisão”.

Alguns brasileiros acham que não temos condições de estar no BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). E ouço coisas do tipo: “Não podemos estar no BRICS porque somos ocidentais”. Quem disse que somos ocidentais?

Acho que, se fizermos um inventário da formação brasileira, vamos ver que não. Eu tenho desde sangue italiano até sangue tupi-guarani. E quem é que vem me dizer que sou ocidental? Ocidental é quem entra em certos países sem precisar de visto. Estes são ocidentais. Nós somos países em desenvolvimento – e é isso o que nos dá identidade e nos dá as credenciais para participar de grupos como o BRICS, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e como todos os outros que trazem “gês”, pois parece que a nossa diplomacia encontrou o ponto G, ou seja, as coalisões de geometria variável em vários pontos.

Não confundam a revista de conjuntura *Austral* com um boletim de conjuntura, simplesmente digitem “Austral”, pois escolhemos essa palavra porque em vários idiomas o termo designa a mesma coisa: sul.

A minha fala vai se dirigir um pouco à África, porque soube que meu colega, que iria falar sobre África, ontem não compareceu.

Estou concluindo uma pesquisa sobre a presença do Brasil e da China na África em uma análise comparativa que me trouxe alguns elementos.

A ideia de cooperação internacional no Brasil, no sentido mais amplo, nasceu mais ou menos com a política externa independente. O presidente Jânio Quadros chegou a ousar pensar em algumas coisas que não chegaram a avançar muito e, na prática, só foram ocorrer quando do regime militar.

É interessante calcar que as iniciativas feitas naquela época eram marcadas pelo tipo de economia que tínhamos, que era uma economia de

substituição de importações. E isso fazia com que esse tipo de ajuda fosse direcionado – claro, não poderia ser de forma diferente, pois o Brasil era e é um país capitalista em um sistema internacional capitalista e baseado em uma aproximação generosa para um conjunto de países.

Quem já leu Maquiavel sabe que não se faz política só por generosidade. Alguns dizem que se deve ter cuidado porque a China pensa nos seus interesses. Indago: eles estão errados? Errado está quem não pensa em seus interesses. Então, não podemos, em política, acusar alguém que defenda seus interesses. Todos têm de defender seus interesses. E quando a gente vai negociar temos de saber isso. E aí temos uma boa negociação.

O governo brasileiro, naquela época, tinha uma capacidade ociosa interessante, porque a injustiça social e a falta de distribuição de renda no Brasil havia gerado uma capacidade produtiva superior à capacidade de consumo, e foi esse elemento perverso que nos fez ir em busca de outros horizontes.

Eu acho que, nos governos Geisel, Figueiredo e Sarney, essa cooperação ganhou uma força muito expressiva e começou também a ganhar conotações mais profundas de alianças horizontais com potências médias e cooperação mais generalizada com países mais fracos.

Por toda uma conjuntura de mudanças que houve nos anos 1990 – e posso estar sendo um pouco crítico demais –, parece-me que a cooperação baixou um pouco o seu escopo para uma espécie de pequena diplomacia de prestígio em uma época que tínhamos a ideia de chegar ao Conselho de Segurança da ONU em uma eventual reforma. Mas não creio que tenha havido um pensamento estratégico; o Brasil não recuou muito no que já fazia, mas também não avançou muito.

Em 2003, com o presidente Lula, temos duas fases, a primeira delas a cooperação em uma dimensão diretamente vantajosa ao Brasil. E não vamos dizer que o Brasil vai aos lugares só por bondade, que o brasileiro é bonzinho. Mas é verdade que só fazemos mal a nós mesmos, aos outros a gente trata bem. Nós sempre recebemos bem os estrangeiros, até que eles façam alguma coisa que não seja boa. É muito diferente do que ocorre com outros povos, por quem somos sempre recebidos com indiferença até que a gente prove que é bom. No Brasil, não é assim.

Essa é uma característica da nossa cultura, que é mestiça. Não somos multiétnicos coisa alguma, não vivemos em guetos. Aqui as pessoas se misturam, somos os reis da mestiçagem. No Rio Grande do Sul você encontra muita gente loura de olho azul; mas, quando se vai ver o sobrenome, um é alemão, outro é italiano, ou polonês e italiano, ou polonês e alemão, assim por diante.

Então, a ideia era de uma cooperação vantajosa para o Brasil? Sim, porque muitas dessas ações alavancam exportações e investimentos, apoiam empresas brasileiras. E o Brasil tem um modo de fazer isso que podemos chamar, de alguma maneira, de um imperialismo *soft*, ou seja, abrem-se caminhos por outros mecanismos, pois não temos condições de impor nada a qualquer outro país. Essa é uma diferença fundamental, principalmente quando nós lidamos com a África.

Evidentemente que ela é uma diplomacia de prestígio para o Brasil; evidentemente que ela dá vazão a essa capacidade ociosa a que eu me referi; e evidentemente que ela nos ajuda, ainda que com cifras modestas, a competir com os tipos de ajuda que as grandes potências dão e que, por meio dos seus mecanismos, às vezes, não são tão bem recebidas.

Em um segundo ponto, eu diria que a cooperação também é vantajosa para os receptores. E mais ainda: é um esforço direcionado a um plano estratégico mais amplo de mudança do sistema mundial. Como? Foi dito pelo embaixador que o Brasil não impõe condições, e os projetos que acontecem são demandados. Essa é uma primeira questão fundamental, embora eu creia que haja aqui alguns projetos, por exemplo, o Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que merecem um reajuste. A gente teria de fazer reuniões com esses países e focar melhor, porque, senão, trazemos gente para cá, nós os formamos aqui, e eles vão procurar emprego fora – agora não mais na OCDE, mas, enfim, eles iam trabalhar na Europa ou nos Estados Unidos, com a formação gratuitamente recebida aqui. Isso não é vantajoso para os países deles e nem para nós.

Há outro ponto importante, que é uma pedagogia política, que traz, de alguma maneira, um alento, um otimismo e contribui, na base da camaradagem, para uma autoestima. O brasileiro nunca chega como o professor que tudo sabe e que vai ensinar para um ignorante, um pobre

coitado, que nada sabe. Não. Há uma identidade maior. Isso aí tem um mecanismo de empoderamento para as comunidades que o recebem. E ver uma cara nova, uma mudança, é extremamente importante.

Nas minhas pesquisas sobre a África, eu tenho visto que, há uns quinze anos, começou lá um processo de ascensão que se deve a elementos internos e externos. E a África é hoje um ponto, um foco estratégico para o mundo, não apenas econômico, mas político. Então, a cooperação feita na África tem um efeito multiplicador também, porque não são necessários tantos recursos para se fazer uma cooperação ali, e para aquelas comunidades isso tem um impacto muito grande.

Isso permite o desenvolvimento dos pequenos países que, coletivamente, se tornam emergentes. Ou seja, nós temos aqueles sistemas de classificação da Goldman Sachs, que diz quem é grande e quem não é, qual é o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) etc. Só que, às vezes, a gente tem de pensar nos fluxos que existem – e a África tem fluxos muito informais, às vezes –, e a gente não pode falar que há um país emergente numa determinada região, mas pode observar que, coletivamente, essa região começa a emergir. Então, é uma maneira de esses países poderem participar e encontrar uma forma de inserção nova na ordem internacional. Para alguns, inclusive, é a própria inserção, porque alguns países têm um número de representações diplomáticas minúsculo no resto do mundo.

Traz a inclusão socioeconômica. Está bem. Mas, além de ser um valor humano universal, por assim dizer, o que isso tem de importância do ponto de vista político? Primeiro, ele cria uma nova atitude política.

Eu lia livros franceses, por exemplo, para falar da presença chinesa na África, mas esses livros eram de tal agressividade, que eu fiquei inquieto. Fui mais a fundo e descobri que, afinal, o volume de negócios chineses na África não é tão expressivo assim. Mas o que incomoda os franceses, que montaram lá, na época do De Gaulle, uma megaestrutura chamada France-Afrique para manter a hegemonia e o controle do continente africano? É muito simples: para manter esse sistema, que inclusive tem um tipo de cooperação muito viciada, que mexe com o sistema político francês etc., é necessário que a população não se desenvolva, é necessário que ela viva em determinado patamar de ausência de educação e de cidadania. Assim que eles tiverem uma ascensão social maior, aqueles mecanismos de dominação já não funcionarão

mais. E é aí que está o problema. Não é o par de sapatos barato que o chinês leva para lá ou que eles compram na África; é muito mais complexo.

Outro ponto é que cria novos fluxos mundiais. Ou seja, a Índia, a China, o Brasil, a Turquia e outros países estão presentes, formando fluxos novos na economia mundial. Eu estava arrumando a biblioteca e encontrei um atlas econômico mundial de 1970, da Oxford. Era um atlas maravilhoso – não sei se ele ainda é editado – porque ele mostra todos os produtos, onde são produzidos e os fluxos, com setas de proporção equivalente, para onde iam esses produtos. Não existia, em 1970, quase nada de fluxo sul-sul.

Hoje a gente pega um atlas – os franceses têm alguns bons também – e começa a ver esses fluxos novos que se desenham, e aí a gente entende a importância do Atlântico Sul, a gente entende a importância do Oceano Índico, a gente entende a centralidade da África e vê a formação de novos circuitos dentro da economia mundial. E esses países, para participar, têm de ter um mínimo de qualificação, têm de ter quadros, têm de ter instituições que funcionam etc. E isso está acontecendo.

Outra questão, que é a inclusão social, transforma e começa a inviabilizar certo tipo de economia no mundo que eu chamaria de perspectiva neoliberal da globalização. O que estamos vendo é que a globalização avança, mas ela muda de face. Vários países mostraram que é possível usar a globalização muito bem, porque ela é um fenômeno histórico.

Os grupos de extrema esquerda que se dizem contra a globalização não entenderam nada. A globalização é um fenômeno histórico objetivo. Agora, ela depende da ação humana. Não existe uma lei pré-traçada que vá dizer que as coisas vão acontecer de determinada maneira. Por quê? Porque, com a cooperação, vem também o comércio e outras coisas, e as pessoas começam a entrar. Todo mundo fala que a China tirou 400 milhões da linha da pobreza, que os indianos, cento e tantos milhões, introduziram essa gente no consumo, e aí é mais automóvel, mais gasolina, mais alimento. Mas isso também está acontecendo em outros lugares, isso também está acontecendo na África.

O sistema funcionou até hoje de uma maneira piramidal, e talvez o ingresso dessa massa de gente na cidadania tenha se dado por meio do

consumo. Cidadania não é só palavra e voto; cidadania é educação, saúde, emprego, transporte, lazer. Parece que agora os gregos só vão ter um dia de folga na semana. Isso é uma regressão, nós temos que ajudá-los.

Então, nós temos que ver que isso impacta sobre a maneira de gerir a economia, e, modestamente, a nossa cooperação ajuda, ela vai na direção certa. Às vezes, o que importa não é o esforço e o peso dos recursos colocados, mas a direção da estrada que se segue.

O capitalismo internacional se baseou sempre em fluxos de capital e de mercadorias controlados por um núcleo de potências no centro do sistema, com estados nacionais divididos que só se conectavam entre si através dessas potências, jogando com as tais vantagens comparativas. Mas me parece que isso está acabando. Hoje, a taxa de câmbio de um país pode alterar todo o equilíbrio. Há uma necessidade nova de arranjos multilaterais, de mudanças.

Eu tenho refletido muito sobre por que isso aconteceu. Se pegarmos a literatura, os livros de 1990, e virmos o que se previa que ia acontecer no mundo... Bem, o mundo não foi na direção prevista. É interessante a quantidade de livros que a gente tem para botar fora ou, pelo menos, para mostrar e dizer: “Olhem, isso aqui é aquilo em que vocês acreditavam dez ou vinte anos atrás”.

O que aconteceu de lá para cá?

É interessante, mas eu acho que essa ideia, essa noção de abertura, de globalização, de lançamento de um novo ciclo tecnológico e de tentativa de realocação do capitalismo para um novo ciclo de crescimento acabou levando à entrada massiva de dois países importantes: um pela própria inserção numa economia de mercado internacionalizada, a China; outro pelo colapso do sistema comunista na União Soviética, a Rússia, que também entrou.

Muito bem. Há recursos naturais, há mais mercados, há capacidade produtiva etc. mas eu quero chamar a atenção para outra questão: para fazer o sistema avançar, como se queria em 1990, é necessário que os países obedeçam a certas normas. E daí a gente vê toda a luta que há nos organismos multilaterais para seguir determinados regimes, determinadas regras, e é aí que ganha sentido essa ideia, por exemplo, de o BRICS querer mexer um pouco nessas regras.

O BRICS não quer confrontar ninguém. Não existe nenhum país que possa ocupar a posição que os Estados Unidos ocupam hoje em dia, e isso não

é nem desejável. Acho que nem a China, apesar de toda a campanha que se faz. Então, vamos dizer assim: fazer negócio na Rússia não é a mesma coisa que fazer negócio na Alemanha; fazer negócio na China não é a mesma coisa que fazer negócio no Japão. De repente, uma parte importante do PIB mundial está nas mãos de países que têm regras não muito comuns de fazer negócios, porque obedecem às próprias regras internas e impõem as condições do que querem e do que não querem. Parece-me que essa é uma questão muito importante, nos dias de hoje.

E os países menores não pesam? Parece que nós temos um fascínio só pelo grande: “Ah, nosso país está na quinta posição!” Mas nós temos de ver que, na América Latina, vários países, mesmos os países andinos, de onde só ouvimos falar em problemas, estão avançando. Vemos que o PIB da Colômbia já ultrapassou, por certos indicadores, o da Argentina, e a população também. O dinamismo vai se deslocando para outras regiões. Então, coletivamente, esses países, nem sempre todos muito coesos, emergem na cena internacional de uma forma silenciosa.

Todo mundo está falando do BRICS, mas o BRICS não está flutuando no ar. Ele conseguiu ter, vamos dizer assim, cada componente na sua esfera, um grupo de influência que não é obrigatória, mandatória – não existe a capacidade de constranger esses países, mas eles acham um espaço vantajoso de inserção internacional.

Para terminar: cooperação não resolve todos os problemas. Tudo isso é muito positivo, mas não resolve. Foi mencionada aqui uma coisa importante sobre essa cooperação triangular. Porque nós temos de lançar ideias. Os antigos doadores também adotam posturas novas nessa noção de ter influência sobre determinadas regiões do mundo, e isso é um elemento importante. O problema é que, se nós hoje estamos propondo coisas e tendo ideias, é porque os países que estão em crise, e que são os grandes da OCDE, não estão conseguindo apresentar ideias novas. Não se trata de mais dólares ou menos dólares, mais euros ou menos euros, o problema é que nós não vemos uma ideia nova para sair dessa crise. Isso é o que assusta e é isso o que faz com que, modestamente, mesmo daqui da periferia do mundo, a gente tenha legitimidade para contribuir com esse debate e levar ideias – que não são para derrubar ninguém, mas para salvar a todos.

Essa cooperação não resolve os problemas, mas coloca a disputa por resolver os problemas em novas bases, e isso depende também de fatores subjetivos. Quero chamar a atenção para que, em muitos lugares, se colocou muito dinheiro com pouco resultado. Então, há fatores subjetivos e há também novas condições que têm de ser estudadas. Se forem problemas novos, nós temos de encontrar ideias novas. Não adianta tentar repetir velhas fórmulas, comprovadamente fracassadas, para tentar resolver os problemas.

Um debate já previamente focado para que se chegue a uma conclusão não vale uma viagem – principalmente depois dos 50 anos. É melhor ficar em casa lendo, ficar com a família. Se os outros vão repetir tudo igual, então que se fique sabendo pelos jornais o que vão dizer. Agora, precisamos, sim, olhar as novas contradições e entendê-las. Por quê? Porque a realidade está avançando mais rapidamente do que a nossa capacidade de compreensão, e isso pode nos levar a provocar erros na hora de agir, porque a gente não compreendeu a realidade.

Finalmente, a ideia do Brasil, onde tantos falam do egoísmo, é a ascensão coletiva e um sistema internacional que caminhe para um nível de equalização, democratização e igualdade.

Muito obrigado.

ASCENSÃO DA CHINA: DESAFIOS PARA O BRASIL

Apresentadora

Perpétua Almeida*

Coordenador

Leonardo Gadelha**

Expositores

Affonso Celso de Ouro Preto***

Elias Jabbour****

Luciana Acioly*****

Luís Antonio Paulino*****

Relator

Creomar Lima Carvalho de Souza*****

Perpétua Almeida – Senhoras e senhores, boa tarde. Nós vamos dar início, agora, à última mesa de debate do seminário política externa brasileira: desafios em um mundo em transição. Para quem está chegando agora, nós estamos aqui desde ontem – a abertura foi às 14h30, com exposição do ministro Patriota sobre a política externa brasileira. Vários ministros, embaixadores, professores universitários e doutores já passaram por aqui.

Gostaria de agradecer muito, mais uma vez, a parceria do Ipea, que está organizando este seminário juntamente com a Câmara dos Deputados, e à Luciana Acioly, uma querida companheira e servidora dedicada do Ipea, a organização e a entrega total a este seminário.

* Deputada pelo Partido Comunista do Brasil do estado do Acre (PCdoB-AC).

** Deputado pelo Partido Social Cristão (PSC-PB).

*** Embaixador, presidente do Instituto de Estudos Brasil-China (IBRACH).

**** Doutor em geografia humana pela Universidade de São Paulo (USP) e especialista em China.

***** Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

***** Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e membro do Instituto Confúcio.

***** Professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Queria também agradecer a presença de todos os senhores e de todas as senhoras e à universidade de Brasília (UnB), que também fez parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

Anuncio que, em novembro, o nosso seminário será sobre Defesa Nacional, a política de defesa de um país forte, firme e soberano.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de todas as embaixadas. Durante todo o nosso seminário, de ontem para hoje, nós tivemos a presença de oitenta embaixadas. Dessas, de pelo menos 65 tivemos a presença de embaixadores e embaixadoras. É exatamente essa parceria que a CREDN quer manter na Câmara dos Deputados.

Como nós dizíamos ontem, aqui, na abertura do seminário, havia uma demanda reprimida na Casa e na sociedade por um debate acerca da política externa brasileira. O último seminário que a Câmara dos Deputados realizou para discutir esse tema foi há exatos dez anos, quando o deputado Aldo Rebelo era o presidente da nossa comissão.

Então, agora, iniciaremos a última mesa do nosso debate, cujo tema é: *Ascensão da China: desafios para o Brasil*. Quero destacar a presença do embaixador da China, que veio mais uma vez nos prestigiar.

Eu gostaria de convidar o meu amigo deputado Leonardo Gadelha para compor a mesa e coordenar os trabalhos.

Leonardo Gadelha – Muito boa tarde a todos. *Nimen hao* aos representantes da República da China e aos estudiosos desse país que, a partir de agora, será alvo das análises deste seminário.

Quero fazer uma saudação muito especial aos senhores representantes do corpo diplomático, todos que aqui se fazem presentes, aos colegas parlamentares, às autoridades do Poder Executivo, aos profissionais da imprensa, aos representantes das universidades e centros de estudos, às senhoras e aos senhores.

Sejam todos muito bem-vindos!

Dando sequência aos nossos trabalhos, vamos iniciar agora o segundo painel da tarde, que versa sobre reflexões acerca da ascensão da China e os desafios impostos ao Brasil.

Para tanto, quero dar início à composição da mesa, convidando o senhor embaixador Affonso Celso de Ouro Preto, presidente do Instituto de Estudos Brasil-China. Gostaria de convidar a Sra. Luciana Acioly, diretora do Ipea,¹ coartífice deste seminário, idealizadora, junto com a nossa presidente, deputada Perpétua Almeida, do encontro destes dois dias.

Gostaria de convidar o professor Elias Jabbour. Convido também o senhor Luís Antonio Paulino, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e membro do Instituto Confúcio. E, por fim, gostaria de convidar o também professor Creomar Lima Carvalho de Souza, da Universidade Católica de Brasília (UCB), que atuará como relator deste painel.

Ato contínuo, eu gostaria de passar a palavra ao embaixador Affonso Celso de Ouro Preto.

Affonso Celso de Ouro Preto – Queria, antes de mais nada, felicitar e agradecer a todos que, no Ipea e nesta comissão da Câmara, organizaram tão bem este seminário sobre a política exterior de nosso país.

Queria cumprimentar alguns amigos meus presentes. Vejo o embaixador Li, da República Popular da China, que eu bem conheci quando tive a honra de servir em Pequim. Era um dos meus interlocutores constantes lá, e chegou há pouco tempo no Brasil.

Ascensão da China: desafios para o Brasil, será um tema difícil de ser abordado com atenção em apenas vinte minutos, porque é um assunto gigantesco. Inclusive, haverá gente nesta mesa que entende mais de ascensão da China do que eu, como o meu amigo professor Jabbour. No entanto, vou tentar apresentar algumas pinceladas, e tentarei fazer isso pedindo desculpas, porque, ao falar da China, eu obviamente estarei repetindo algo que todo o mundo sabe. Todo mundo sabe, por exemplo, que a China cresceu de maneira fantástica nos últimos quarenta anos.

1. À época do seminário, Luciana Acioly estava à frente da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Ipea.

A China, após a proclamação da Segunda República, em 1949, fim da guerra civil, deu início ao processo de industrialização, que se acelerou a partir de 1978, mediante uma sábia e pragmática política econômica – que eu não vou tentar descrever aqui, por falta de tempo, mas que expressava um grande pragmatismo, um grande bom senso, uma capacidade de não se levar por dogmas – que resultou na abertura comercial da China, na autorização para capitais estrangeiros, em geral associados a capitais nacionais, no estabelecimento de zonas prioritárias de desenvolvimento, num mecanismo de posse da terra mais flexível. Todos esses fatores juntos levaram a China a taxas de desenvolvimento que se aproximaram de 10% ao ano e, às vezes, ultrapassaram esse índice.

Falava-se que a China, antes da proclamação da Segunda República, tinha uma indústria cuja dimensão era semelhante com a da Bélgica. Quarenta anos depois, tinha se tornado, simplesmente, como todos vocês sabem, a segunda potência econômica do mundo. Desde 2010.

Trata-se de um sucesso fantástico, um êxito que não tem paralelo na história econômica de nenhum outro país.

Alguns países, como o Japão, tiveram fases de expansão econômica bastante longas, às vezes, mas não por tanto tempo e nunca alcançando limites tão elevados. Pouca gente, poucos estrangeiros acreditavam nessa expansão econômica chinesa. Lembro-me de ouvir, nos anos 1990, afirmações do tipo: “No próximo ano, vai quebrar tudo; a expansão chinesa não se mantém. Ela está baseada em cifras falsas”.

Não foi bem o que aconteceu. Esses arautos do desastre não acertaram nos seus prognósticos. O desenvolvimento chinês se acentuou, se manteve, alterou o equilíbrio de forças do mundo. Tínhamos, como todos vocês sabem, um mundo onde existia uma potência hegemônica, após o fim da Guerra Fria, e temos hoje um mundo onde não há mais uma potência hegemônica. Temos um mundo mais complexo, um mundo em movimento, um mundo, talvez, fascinante.

O enorme progresso chinês, hoje, passa por – não sei bem que palavra usar – uma readaptação. Diante da crise mundial iniciada em 2008, que não foi resolvida até hoje, a China tende a dar uma atenção maior a seu mercado interno. Tende também a desenvolver uma indústria cada vez mais

sofisticada. A indústria chinesa, nos anos 1970 e 1980, era uma indústria de pequeno valor agregado. Não é mais o caso hoje.

Temos um gigante, um gigante que cresce, talvez com taxas um pouco menores do que aquelas de poucos anos atrás. Fala-se na cifra de 7,5%. Talvez fiquemos com uma China que se desenvolva a 7,5% ou 8%. Obviamente, é uma cifra que não tem nenhuma relação com aquilo que os países do Primeiro Mundo alcançam hoje. Eles estão em crise ou, na melhor das hipóteses, com o desenvolvimento de 1%, ou até menos. Ou seja, a China continua a ser, a constituir um exemplo assombroso.

Nessa alteração do equilíbrio de forças no mundo seria conveniente lembrar que o crescimento da China não levou ao mundo uma situação semelhante àquela que existiu durante a Guerra Fria. Não há uma tentativa de exportar uma ideologia; não há uma tentativa de expandir força, áreas de influência.

A China certamente visa desempenhar um papel de potência regional, o que não é totalmente aceito pelos Estados Unidos, que disputam essa posição. Isso leva, então, não a certa confrontação – que também não seria a melhor palavra a dizer –, mas a momentos de frieza nas relações entre os países, sobretudo quando há campanha eleitoral nos Estados Unidos. Aí as relações tendem a piorar do lado americano.

No entanto, há uma cumplicidade entre os dois países – a palavra cumplicidade talvez também não seja a melhor –, porque, se por um lado os Estados Unidos se julgam prejudicados pelo crescimento chinês, pelas exportações chinesas e pelos superávits chineses no seu comércio bilateral, por outro, a China financia, pela compra de *bonds* do Tesouro americano, essa situação pela qual passam os Estados Unidos.

Portanto, estamos em uma situação curiosa, paradoxal, em que um depende do outro, em que, provavelmente, as relações, com arestas maiores ou menores, continuarão, felizmente, a não levar a qualquer tipo de conflito mais grave.

Eu deveria falar muito rapidamente sobre a política externa chinesa. Em frente ao embaixador da China, evidentemente, sinto-me um pouco constrangido. Mas, pedindo a sua autorização, eu me limitaria a dizer, em

termos muito simples, que a China visa consolidar a posição de potência regional que teve no passado, evidentemente.

Seria bom lembrar um fato: no fim do século XVIII e, sobretudo, durante o século XIX, quando surgiram os primeiros contatos com o mundo ocidental, a China representava uma massa crítica, um produto bruto superior à totalidade da Europa daquela época. O que houve no caso da China foi uma sucessão de invasões, de guerras civis e de catástrofes políticas que paralisou o país e o fez recuar na sua prosperidade. Quando falamos de desenvolvimento chinês moderno, a rigor, temos um retorno àquilo que a China já foi no passado.

Falando de política externa chinesa, podemos dizer que a China visa se consolidar como potência regional. Em que região? Na Ásia Oriental, sua região geográfica natural, onde, no passado, antes das intervenções europeias, a China já desempenhou o papel de potência regional.

A China não pretende desenvolver, criar ou manter o império colonial, não deseja estabelecer Estados satélites, mas deseja que seja lembrado, que seja aceito o fato de que ela é uma potência regional. Ela quer, evidentemente, também manter as suas fronteiras, incluindo Taiwan, o Mar da China e as fronteiras que conhecemos e que não vou aqui enumerar.

Com o resto do mundo, a China mantém relações cordiais. Ela reconhece, nos chamados países emergentes, certos Estados que são países líderes ou que desempenham um papel de peso nas suas respectivas regiões. Isso leva ao grupo dos chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que não constituem uma aliança política, econômica, não constituem uma aliança formal, mas são um fórum em que grandes países emergentes com interesses parecidos, trocam ideias e podem estabelecer linhas de conduta semelhantes nas organizações internacionais, não sempre, mas frequentemente.

Com o resto do mundo, inclusive com os BRICS, a China se preocupa com a necessidade de adquirir *commodities*, produtos de base. Ela pode aproveitar apenas 9% do seu solo para a agricultura. O resto é deserto, ou então foi engolido pelo desenvolvimento urbano ou por grandes obras públicas.

A China está, de certa maneira, condenada a importantes importações de produtos agrícolas para poder alimentar a sua população de 1,3 bilhão,

cujo consumo, evidentemente, aumenta com o nível de vida, que também aumenta. No entanto, o desenvolvimento fantástico da sua indústria exige também minérios e metais.

Vamos tentar falar do Brasil.

Eu começaria assinalando certos pontos negativos. Infelizmente, ainda existe no Brasil, certamente não nesta sala, mas, na opinião brasileira, um grande desconhecimento da China, que às vezes beira o preconceito.

O Brasil, sobretudo suas elites, não se acostumou com a ideia de que os eixos de poder do mundo, tanto político quanto econômico, se deslocaram, de que o centro do mundo não está mais no Atlântico, mas se transfere para o Pacífico. Essas elites brasileiras têm dificuldades de admitir isso e de conhecer esse mundo em movimento, que muda muito rapidamente.

Certos atos de agentes da sociedade civil brasileira se esforçam para atender a esse déficit de conhecimento – um deles é o Instituto Brasil-China, do qual tenho a honra de participar –, para divulgar e aproximar este gigante, a China, do Brasil.

Na política exterior brasileira, frente à China, o Brasil sempre vê dois aspectos diferentes: uma ala da sua economia se julga prejudicada pela concorrência, pois a define como desleal, declarando que aquele país, graças a salários baixos e a uma política monetária, exporta de maneira desleal para o mercado brasileiro, prejudicando amplos setores da indústria brasileira. Outro setor da economia brasileira exporta, por exemplo, *commodities*, soja, minério de ferro e outros produtos e se beneficia, de maneira extraordinária, desse bom relacionamento com a China, que constituiu um dos motores do desenvolvimento econômico brasileiro e permitiu que o Produto Nacional Bruto (PIB) brasileiro crescesse, sensivelmente, nesses últimos dez ou quinze anos.

Então, o que deve fazer o Brasil para defender seus interesses? Do ponto de vista ideológico, repito, não há problema algum e tampouco há qualquer contencioso político entre os dois países. Pode surgir problema na área comercial, em que, é bom lembrar, o Brasil desfruta de um superávit. Apesar das acusações de uma ala da indústria brasileira, da sociedade brasileira como um todo, essa área é superavitária frente à China, pois exporta mais do que importa.

A sociedade brasileira poderia adotar três atitudes possíveis: uma delas seria estabelecer barreiras aduaneiras totais, gerais, para dificultar, impedir esse comércio. Haveria problemas institucionais, porque esses atos teriam de ser referendados pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul). A segunda opção seria o contrário: o *laissez-faire*, abrir as portas, nenhuma barreira, comércio livre etc. A terceira seria tentar definir uma estratégia brasileira frente à China; aceitar que, em certas áreas – não há a menor dúvida –, a China exportará, porque produz em melhores condições, com uma qualidade melhor. Por isso, não se poderá estabelecer barreiras para a totalidade da atividade econômica. Tentar negociar, talvez, mecanismos de cotas, como já aconteceu com outros países. Ainda nessa opção de estratégia, tentar encorajar e desenvolver setores competitivos da indústria brasileira. Um deles – pensa-se logo nele – é o setor aeronáutico, em que o Brasil exporta para a China. Poderia haver outros também.

É bom lembrar, igualmente, que, se uma parcela da indústria brasileira não é competitiva, isso se explica por um fenômeno que nós, brasileiros, não gostamos muito de mencionar: é o famoso custo Brasil. Essa dificuldade de exportar produtos manufaturados não se expressa só em relação à China, mas também em relação a outros países.

Essa terceira opção de tentar definir uma estratégia parece ser a única possível para o Brasil, pois atenderia aos interesses da China e aos nossos, e nos permitiria estabelecer e consolidar relações estreitas, cordiais e boas com um grande país, que nós, infelizmente, ignoramos por muito tempo e, hoje, temos de reconhecer, tornar amigos e agir com frequência nas agências internacionais, seja na Organização Mundial do Comércio (OMC), no G-20 e em outros, enfim, na família das Nações Unidas, onde tanto a China quanto o Brasil são muito ativos.

É curioso. Apresento pequenas questões: o Brasil e a China são países que votam muito frequentemente da mesma maneira nas Nações Unidas. Os votos, sobre os assuntos mais variados, são frequentemente os mesmos e mostram que já existe uma aproximação forte. Eu creio que já existe, obviamente, consciência da importância da China na sociedade brasileira. Ela foi, após a Argentina, o primeiro país que a presidenta Dilma visitou após sua posse, o que traduz, evidentemente, a consciência de que se trata de um grande país, o que é óbvio, mas, no passado, não foi sempre reconhecido.

Então, aproximarmo-nos da China é nosso interesse nacional, evidentemente, desenhando uma estratégia, que será negociada e poderá ser aceita por ambas as partes.

Muito obrigado.

Elias Jabbour – Boa tarde. Gostaria de agradecer não somente o convite, como também a iniciativa da CREDN da Câmara dos Deputados e do Ipea de promover este evento.

Acredito que o momento que o país vive exige debates mais profundos sobre nosso destino, sobre nosso presente, sobre nossa história e, principalmente, sobre nosso futuro. Gostaria de deixar isso registrado, deputada Perpétua Almeida, tentando trazer aqui uma contribuição para o nosso debate.

Qual é a minha ideia inicial? Tentar deslocar um pouco o debate do eixo puramente político para o eixo da compreensão de dado modelo econômico como suporte para certa política externa, no caso a política externa chinesa. Basicamente, acredito que a compreensão da inserção externa chinesa passa, necessariamente, pela compreensão da forma como atuam, em conjunto, tanto o seu sistema de empresas estatais quanto o seu sistema financeiro.

Tenho muito claro que o núcleo de uma política externa passa, necessariamente, pelo fortalecimento de bancos e empresas – sem o que é impossível ter uma política externa consequente –, além da fusão entre a estratégia nacional chinesa e sua política monetária expansionista, iniciada em 1978, ocorre também a fusão do sistema empresarial com o sistema financeiro.

A apresentação seguirá o seguinte roteiro: alguns dados sobre a segunda maior economia do mundo, que é a China, e, logo em seguida, a exposição sobre esta crise financeira internacional e os limites do modelo chinês. Deixo claro, aqui, que coloco “modelo” entre aspas, porque usamos muito esse termo por força de expressão, mas particularmente não acredito nele. Acredito em leis que atuam sobre determinada região ou país. O terceiro ponto que será apresentado é o grande desafio atual, um resumo sobre o 12º plano quinquenal chinês, já em andamento. E, por fim, as conclusões.

Partindo para o tema, falaremos sobre a segunda maior economia do mundo. Há alguns dados que não são novidade para muita gente. A

China cresce, há 30 anos, em uma média de 9,9% ao ano e aumentou, nesse mesmo período, em mais de vinte vezes, a sua renda *per capita*. Isso demanda, basicamente, uma inclusão social imensa, de cerca de 500 a 600 milhões de pessoas no mercado consumidor.

A participação no PIB global passa de 1,9%, em 1980, para quase 10%, em 2010, o que é algo muito impressionante. É mais impressionante ainda é que essa participação sai de 5% e chega a 9,3% nos últimos sete anos, o que demonstra que a China aproveitou a crise financeira internacional para alavancar a ocupação de espaços no mundo, basicamente a partir das suas empresas – o núcleo da minha fala.

A participação nas exportações e importações mundiais saltou de 1,4%/1,6%, em 1980, para 10,4%/9,7%, em 2010, o que demonstra, a meu ver, que a política externa chinesa é baseada no comércio. Acho que todos aqui, embaixadores, professores etc., sabem que o comércio é uma arma política eficaz que a China utiliza muito bem.

Exemplificando esse argumento, entre 2000 e 2009, os fluxos globais de comércio entre a China e o mundo cresceram 4,6 vezes, enquanto em termos globais esse aumento foi multiplicado por 1,9.

Em 2005 – já é outro elemento central –, 20% de suas exportações foram de produtos eletroeletrônicos e, em 2010, saltou para 36%. Aí eu peço que se faça uma reflexão sobre o caso brasileiro, sobre a diminuição ou aumento dos produtos de alta tecnologia e manufaturados na nossa pauta de exportações nos últimos anos. É uma base de comparação com a China.

Atualmente, a China é a maior produtora de automóveis do mundo. É o mais significativo não é ela ser somente a maior exportadora de automóveis do mundo e, sim, ela exportar marcas próprias. Hoje, quando andamos pelas ruas aqui de Brasília, ou de São Paulo, ou de qualquer cidade do Brasil, vemos carros chineses, com nível de qualidade semelhante aos dos coreanos e dos japoneses.

Crise externa e limites de modelo.

A China tem a maior população do mundo e o terceiro maior território. Esse elemento é essencial para a compreensão de como a China está se defendendo da crise externa.

Um dado impressionante: relação dos investimentos PIB da ordem de 47%. Para termos ideia, o Brasil patina entre 16%, 17%, 18% e 19%. Há também alta relação entre as variáveis PIB e comércio externo. Ou seja, a China é um país que até hoje cresce – de certa forma, não absolutizando isso – voltada para o mercado externo, o que não anula o fato de esse crescimento do mercado externo também ter incidência muito grande no mercado interno.

Outro aspecto interessante é que a China pratica o mercantilismo moderno. Eu quero colocar um elemento puramente histórico: a China faz comércio há 2.500 anos, a economia de mercado surgiu na China há 3.600 anos, a partir de relação virtuosa entre homem e natureza, gerando excedentes econômicos. Ou seja, eles fazem comércio antes de Jesus Cristo nascer. Isso já está no DNA chinês. Se nós não compreendermos o elemento histórico, não vamos muito longe.

Altas taxas de investimento, câmbio indutor de exportações e um elemento particular: planejamento do comércio exterior. Por exemplo, investimentos externos diretos (IEDs), que serão tratados pela professora Luciana, direcionados territorialmente, encetando, com relação ao mundo, transferência de tecnologia.

No caso brasileiro, é uma ilusão – não quero usar um termo mais forte – acreditar que vamos ter uma grande inserção internacional, que seremos um país desenvolvido e que vai distribuir renda com o dólar valendo R\$ 2.

Voltando à questão do câmbio. A taxa de câmbio é utilizada como forma de acumular reservas, e, conseqüentemente, de aplicação de uma política de juros atraente ao crédito interno. A China tem estratégia muito clara de acúmulo de reservas cambiais, o que permite a aplicação de uma política de juros atraente ao crédito interno.

Por exemplo, reservas cambiais que saltaram de 286,4 bilhões de dólares em 2002, para 3 trilhões de dólares em março de 2012, grande parte utilizada para financiar o déficit americano com a China, o que é altamente interessante para ela.

Nós falamos – às vezes, jogamos esses dados no ar – que a China financia o déficit externo americano, mas existem grandes interesses envolvidos nisso, sobretudo chineses. Hoje, não é muito diplomático falar, mas 70% do Congresso norte-americano tem interesse na China, o que dificulta muito qualquer política antichinesa por parte dos Estados Unidos.

Preocupação recente em executar políticas econômica e monetária que favoreçam o surgimento de empresas globais. Eu pergunto a vocês, coloco para a mesa o debate: quantas empresas globais o Brasil tem?

E o dado mais interessante desta apresentação: a partir da década de 1990, os chineses partem para uma política de fusões e aquisições, que levou à formação de 149 conglomerados estatais. Para vocês terem ideia do que é isso, a Petrobras é um conglomerado empresarial.

Vou falar agora da crise externa e limites do “modelo” – novamente ratificando, “modelo” entre aspas, como força de expressão. Qual o motor do processo de desenvolvimento da China? Basicamente é o crédito. Exemplo: a relação crédito e PIB na China é de 166%. Comparando, no Brasil está em 50,1%. E toda vez que esse fluxo de crédito aumenta, existe pressão por parte de setores da academia e da imprensa em torno do combate à inflação. É uma moda no Brasil. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) intervém com tantos bilhões, e dizem: “Cuidado com a inflação!”

E o que eu quero dizer com isso, de forma muito clara para vocês, até para o debate? O problema, como diz o embaixador, não é a China. A China é um país que está destruindo nossas empresas e que compete de forma desleal, mas acho que esse não é o problema. E nem é honesto, do ponto de vista intelectual, fazer esse tipo de comparação. A grande questão que tem que ser discutida são as opções que a China fez há trinta anos e as que o Brasil fez nesse mesmo período. Acho que é muito mais honesto olharmos para nós mesmos. Por quê? Porque nós fizemos a opção pelo combate à inflação, pela estabilidade monetária, pelas privatizações, pela abertura de conta de capitais, pela desestatização das nossas empresas, pela destruição de cadeias produtivas inteiras, enquanto a China fez algo totalmente diferente.

Acho que essa é uma questão que tem que ser debatida.

A outra parte do trabalho aponta que, a partir de 1993, a China formou quatro grandes bancos estatais de desenvolvimento mais doze bancos de tipo comercial.

Não para por aí a questão. Hoje a China tem mais de trinta cidades com população acima de 1 milhão de habitantes, com bancos municipais de desenvolvimento. O metrô de Xangai, por exemplo, é financiado pelo

Banco Municipal de Desenvolvimento de Xangai. E qual é a grande questão? Na China, há uma coisa chamada “crédito de longo prazo”.

Existe um mercado de capitais em via de desenvolvimento. O interessante é que, hoje, as grandes obras chinesas de infraestrutura são financiadas via mercado de capitais. Por exemplo, a Usina de Três Gargantas foi uma obra de US\$ 30 bilhões, sendo que 70% foram financiados via emissão de *bonds* no mercado de capitais chinês. Forma-se uma corporação, que dispõe de *bonds* no mercado financeiro e financia obra. Isso é o que tem de ser feito no Brasil.

Nós estamos discutindo o trem-bala no Brasil acreditando que esse investimento vai ser financiado pelo Tesouro Nacional – uma forma de financiamento do século XIX – quando muito bem poderíamos formar uma grande empresa estatal para gerenciar essa obra e colocá-la para ser financiada no mercado financeiro.

Um tempo atrás, a Petrobras fez isto, o que para mim foi um espetáculo: financiar a partir das Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York, e esse exemplo tem de ser feito em todos os grandes investimentos brasileiros. Essa questão de contar com o orçamento para fazer tudo e com o dinheiro do Tesouro é o tipo de financiamento do século XIX, não é nem mesmo do século XX.

Como eu defino a China atual? Como uma grande potência financeira. Existem dois processos que se intercalam hoje no mundo. Se não forem compreendidos, não compreenderemos o futuro do mundo. O primeiro é o processo em formação de uma economia continental chinesa, nos mesmos moldes da formação da economia continental norte-americana, na segunda metade do século XIX.

Imaginem, quando aqueles mercados do litoral e do interior forem fundidos numa só economia, simétrica, o impacto que isso terá no mundo. Vai ser um impacto semelhante ao que o mundo teve quando os americanos fundiram sua economia no século XIX, do Atlântico ao Pacífico.

E o segundo ponto do qual falo é a transformação da China, futuramente, em uma potência financeira – e vou além –, capaz de prescrever todos os pressupostos *Bretton Woods*, a começar pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, o que não é pouco.

Os limites do modelo são classificados da seguinte forma – isto é uma estilização, porque é uma certa ironia que eu faço, pois todos os especialistas em China dizem a mesma coisa, e eu não concordo com grande parte. São classificados, então, da seguinte forma: alta safra de investimento, ou seja, risco de sobrecapacidade. Mas as pessoas não dizem que metade dos investimentos que a China faz é em infraestrutura, e não apenas em novas capacidades produtivas. Usam o exemplo coreano e japonês para classificar a China, o que é um absurdo conceitual e, inclusive, a-histórico.

Baixo nível de consumo em relação ao PIB. Isso é correto. Os países desenvolvidos têm uma relação de 50%; e a China, de 36%. Uma dívida pública, que toda hora está na imprensa... A China tem uma grande dívida pública: para o governo, é de 17% do PIB; para analistas ocidentais, varia de 70% a 130%. O que os analistas ocidentais não dizem é que o governo chinês deve para si mesmo, porque deve para bancos estatais. Se quebra o banco, quebra o país. Não estão devendo para o FMI.

Alto endividamento em âmbito provincial. Eu já falei sobre isso, sobre o governo dever a si mesmo.

Outro elemento que todos abraçam tranquilamente é que o sistema financeiro chinês está falindo e está em *pré-default*. O que é interessante é que aquele sistema financeiro está quebrando, mas todo o mundo quer comprar banco chinês, todo o mundo quer entrar naquele sistema financeiro, o mundo inteiro. Isso não é estranho? Eu queria ter aquele sistema financeiro daquele jeito.

Desigualdades sociais e regionais explosivas. Não concordo com isso. Existe um índice alto de desigualdade: o governo chinês assume isso. O que não se pergunta é se o governo chinês está enfrentando isso ou não. Está enfrentando.

Políticas de juros e insuficiência para conter a inflação. A China não usa somente mecanismos de juros para combater a inflação. Eles contêm a inflação em longo prazo, a partir de uma alta taxa de investimentos – uma outra diferença abissal com relação ao Brasil.

O grande desafio atual: o 12º Plano Quinquenal. A crise externa possibilita à China uma oportunidade de girar o compasso para dentro, com o mercado interno potencial como o maior ativo da economia chinesa. Eles têm 1 bilhão e 300 mil habitantes.

O grande desafio é a redução atual das desigualdades via mobilização, para o consumo, da maior população do mundo, que é de 45% do PIB. Explico melhor para evitar mal-entendido. Hoje qualquer economista do *mainstream* diz que a China cresce porque acumula poupança – o que é um absurdo, pois poupança não precede investimento –, para dizer que o Brasil não cresce porque não acumulou poupança interna. Não existe essa relação. O que a China tem é crédito.

A base objetiva desses desafios é política, é uma decisão política enfrentar esses desafios. Há a questão do fator financeiro. Ou seja, a China, hoje, tem condições de, com uma decisão política, alocar US\$ 600 bilhões para obras de infraestrutura como forma de alavancar o mercado interno. Isso, no Brasil, daria prisão para o governo, por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

E há algo que eu chamo de “planificação de nível superior”. Essa planificação é uma comparação que eu faço do atual nível de planejamento da China com o da ex-União Soviética. A diferença entre a China e a União Soviética é que a China hoje tem um patamar de planificação maior, por conta da base financeira que construiu. A União Soviética tinha graves problemas nesse sentido, porque os bancos soviéticos eram bancos de depósitos, enquanto a China tem bancos comerciais muito complexos. Essa capacidade financeira chinesa faz com que ela tenha condição de responder a demandas internas de forma muito rápida. Então, existe um fator financeiro que transforma o planejamento em algo de nível superior, na China.

O desafio é a redução da média de crescimento para 7,5%, o que não é nenhuma desaceleração. A meu ver, o que existe é uma mudança do quantitativo para o qualitativo, em termos de crescimento na China; um acréscimo da participação de 4% no setor de serviços. Refiro-me aos serviços tecnológicos, e não àqueles, como ocorre no Brasil, que você abre o jornal e vê, aos montes, sendo oferecidos por baixíssima remuneração. Estou falando de serviços tecnológicos, o que é muito diferente. Assistam ao [telejornal] *Bom Dia DF*, de manhã cedo, e os senhores vão ver as propostas de empregos que eles citam e o nível dos empregos que são gerados no país.

Aprofundar as experiências do Sistema de Medicina Cooperativa, que é um sistema novo de socialização da medicina preventiva na China, como forma de mobilização de poupança para fins de consumo.

Agora eu toco em outro ponto.

Transição de um tipo de crescimento quantitativo para outro, qualitativo. Há o chamado Plano Quinquenal Verde, que é a queda de 17% da intensidade de carvão por unidade do PIB, com investimentos da ordem de US\$ 225,5 bilhões. Nós ficamos com o ônus do discurso politicamente correto, com relação ao meio ambiente, enquanto quem investe em energia limpa é a China.

Aumento de 1,8% para 2,2% do PIB, investimentos em ciência e tecnologia (C&T), a partir de maior interação entre as empresas e o sistema financeiro. Essa já é outra questão, porque acreditamos que, no Brasil, falar de ciência e de tecnologia significa aumentar bolsa de estudo, reduzir carga fiscal. Falo dos pacotes que surgem de vez em quando, um deles é para ciência e tecnologia. Mas o centro da ciência e tecnologia é o crédito de longo prazo. Não se investe, não se aumenta a participação de C&T no PIB nacional sem a participação do sistema financeiro.

Acho que nós temos de parar, Haroldo Lima – e já conversamos sobre isso – com esse discurso módico com relação à C&T. C&T é dinheiro. Exemplo disso: em meio à crise financeira internacional – peço permissão ao embaixador para passar essa informação –, os chineses querem comprar o escritório de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Siemens, US\$ 36 bilhões. Isso é pura C&T. Trinta e seis bilhões de dólares!

O grande desafio da China é aumentar a complementaridade oeste e leste, a partir desse Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, do qual tratei no meu primeiro livro. Para informação, eles investiram, em quinze anos, US\$ 2 trilhões em obras públicas na parte pobre do país. O que é interessante é que, na China, não existe o fenômeno do “exército industrial de reserva”. A dita sobrecapacidade, a ser absorvida gradualmente pela expansão do processo de urbanização são 10 milhões de chineses por ano que deverão fixar residência em cidades e programas de investimento da ordem de US\$ 700 bilhões em 36 milhões de moradias.

Aumento de 26% nos subsídios rurais, saltando para US\$ 300 bilhões entre 2011 e 2015.

Sistema financeiro voltado para a agricultura. A China, hoje, tem – é um resquício da experiência da época de Mao Tsé-Tung – muita cooperativa de

crédito rural e urbano. Os chineses têm hoje 30 mil cooperativas de crédito rural. E, até 2020, eles vão transformar essas 30 mil cooperativas em quinze bancos de desenvolvimento voltados para a agricultura.

Conclusões: o diferencial chinês encontra-se precisamente numa ampla estratégia estatal de longo prazo.

A política externa chinesa é a expressão de um modelo centrado em 149 conglomerados industriais e imensos bancos de desenvolvimento. Aqui deve haver estudantes de Relações Internacionais. A sugestão que eu dou é compreenderem a política externa chinesa a partir da formação desses 149 conglomerados, os bancos de investimento e a fusão da grande empresa com o grande banco, que é a base para o que eu chamo de “novas e superiores formas de planejamento”.

Eu costumo dizer que o Mao Tsé-Tung cria a grande siderurgia, e o Deng Xiaoping cria o grande sistema financeiro. E a fusão desses dois elementos históricos é a essência do que os chineses chamam de “socialismo de mercado”.

Por fim, a minha última observação é o desenvolvimento contínuo e acelerado. A partir do quê? O que explica o crescimento chinês? A meu ver, é a maximização do Estado, a maximização do planejamento, a maximização da iniciativa privada e a maximização das empresas estatais.

Quero agradecer a paciência de vocês e o convite.

Fiquem com a Luciana Acioly agora, porque temos muito que aprender com ela.

Muito obrigado.

Luciana Acioly – Boa tarde a todos. É um grande prazer estar aqui, fazendo esta apresentação.

Agradeço à deputada Perpétua, a toda sua equipe e aos colaboradores do Ipea, que nos ajudaram não só com apoio na realização deste evento, mas também na própria apresentação que vou fazer agora.

O livro *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital*, que reúne os trabalhos do professor Stephen Hymer, inicia-se perguntando

sobre o papel das empresas multinacionais na integração dos negócios internacionais e, conseqüentemente, sobre os países. A grande questão é que, quando se fala da China, fala-se muito de comércio, mas o comércio, apesar de muito importante, é uma das dimensões da ascensão chinesa. Como o próprio professor Elias Jabbour mostrou. O crescimento do comércio saiu de um patamar de quase zero, no início dos anos 1980, e chegou a até 14%. Os números do Comtrade² mostram que a projeção da China nesse quesito não é apenas absoluta, é também quanto a sua participação no comércio internacional.

No entanto, uma dimensão, não digo que não explorada, mas um pouco menos explorada, é a importância das corporações transnacionais no aumento das exportações não só chinesas, mas do mundo, bem como na projeção de poder econômico e político desse país.

Nós sabemos que boa parte do comércio, num período recente, tem sido determinada pelos fluxos intraindustriais, que são fluxos entre filiais de empresas transnacionais no globo. Uma política de atração de investimento direto, por exemplo, define, em certa medida, também a pauta exportadora de um país.

Então, a importância das empresas transnacionais para países em desenvolvimento é inegável. A grande questão é que todo país, quando começa a crescer e a se projetar, tende a criar e/ou fortalecer seus grandes grupos empresariais. Não existe expansão da produção internacional sem a expansão das grandes empresas, de empresas transnacionais. A expansão da produção internacional é, antes de tudo, produto das decisões das grandes empresas transnacionais.

Essa expansão, como nós sabemos, é, na maioria das vezes, concentrada geograficamente. Por exemplo, no ano de 2010 (último dado disponível), das cem maiores empresas transnacionais do mundo, 80% estavam apenas em cinco países: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França e Japão. São essas empresas que acabam expandindo a produção mundial e, leia-se, o comércio internacional também, seja pela exportação direta, seja pelas exportações entre filiais, seja entre a matriz e a filial.

2. Commodity Trade Statistics Database (Comtrade) – Órgão das Nações Unidas que dispõe de dados estatísticos detalhados de comércio internacional (importações e exportações) de cerca de duzentos países/áreas. Disponível em: <http://www.comexbrasil.gov.br/conteudo/ver/chave/44_estatisticas_do_comercio_exterior_brasileiro>.

Essa foi uma questão tão importante constatada no final da década de 1970 – quero chamar a atenção para isso –, que se pensava muito nos reflexos da grande expansão das empresas manufatureiras americanas, a partir dos anos 1950, quando se instalaram para reconstruir a Europa e, depois, o Japão. Isso acabou conformando não só um padrão de comércio, mas também um padrão de consumo chamado *american way of life*, que era a reprodução da produção americana nos países europeus e no Japão.

Então, a importância disso também se reflete no fato de que os países, quando se projetam, também o fazem por meio de suas grandes empresas, acompanhadas da expansão, também, dos bancos de financiamento. Isso é tão verdadeiro, que há muita literatura que analisa os impactos positivos e negativos dessas tendências para os países recebedores de investimentos.

Do ponto de vista dos impactos positivos, os países que fizeram sua política industrial e criaram seus grandes grupos econômicos, como ocorreu na Coreia, no Japão, entre outros, puderam ter empresas que uma vez fortalecidas, se lançaram no mundo, o que significou o aumento de controles importantes sobre elos da cadeia produtiva em nível internacional, com efeitos sobre o desempenho comercial desses países, e sobre as remessas/retornos de lucros e dividendos para o país.

Por exemplo, controlar ou influenciar o preço de determinado produto ou matéria-prima na fonte é algo importante. Quando se faz um investimento, também há possibilidade de se controlar preços, negociar financiamentos. A integração dos negócios internacionais significa também integração financeira.

Bom, isso é uma pequena introdução para mostrar que a ascensão da China não pode ser vista apenas pelos números em escalas gigantescas, como bem explorados pelo professor Elias Jabbour. Quero chamar a atenção para o fato de que existe uma dimensão importante, que é a projeção da China por meio das suas grandes empresas no mundo.

Então, começo a mostrar como a China, pelo Investimento Direto Estrangeiro (IDE), tem aumentado sua presença no mundo de maneira extraordinária, principalmente a partir de 2002.

Em relação às exportações, durante as reformas, a política econômica tentou fortalecer os grandes grupos nacionais através de política industrial e

tecnológica. Porém, como todo país que não tem moeda conversível – esse é um dos grandes problemas de país em desenvolvimento –, era preciso trazer os dólares necessários para modernizar a economia chinesa, manter o ritmo da modernização, sem onerar o balanço de pagamentos.

O que eu quero dizer com isso? Que foi necessário trazer as divisas que podem bancar as importações de máquinas e equipamentos para fortalecer as empresas e capacitá-las tecnologicamente.

E isso foi feito a partir de 1978, através de uma política – não vou entrar nesse detalhe, pois não há tempo – de atração de IDE, com três objetivos básicos. Em primeiro lugar, trazer os dólares por meio de uma inserção comercial que privilegiasse as exportações. Ou seja, as empresas ajudariam o desempenho exportador da economia chinesa gerando superávit comercial, entrada de recursos, em divisa estrangeira, em dólar, em moeda forte corrente. Em segundo lugar, a entrada do IDE se deu por meio de *joint-venture* com sócio local, dentro da ideia de potencializar a transferência de tecnologia. E em terceiro lugar, as empresas transnacionais entrantes contribuiriam para modernização administrativa, da gestão das unidades produtivas. Com esses três objetivos, a China passou a gerir a sua política de atração de investimento direto visando fortalecer a sua competitividade internacional.

Do ponto de vista da modalidade do investimento, foram importantes para a China as *joint ventures*. Isso é algo bem interessante. Em momentos de escassez de divisas, as empresas tinham que mostrar sua planilha para dizer o quanto elas iam produzir e quanto isso significaria em termos de importação de material. Então, em algum momento, até 1986, as empresas tinham que mostrar essa planilha, porque elas tinham que gerar as divisas que iriam gastar...

Então, tudo isso é porque toda transação internacional é feita na moeda de curso internacional, o dólar. Como a China precisava de reservas internacionais para isso, fez uma política de investimento não apenas para capacitação da produção interna, mas para melhoria do seu desempenho comercial.

O que aconteceu? A China foi um grande absorvedor de investimento direto, chegando a ocupar o primeiro lugar, nesse quesito, entre os países em desenvolvimento. No entanto, de 2002 para cá, o que temos visto é que a China passou também a investir, a se expandir, por meio de suas empresas,

a partir de uma política chamada *Going Global*, claramente definida para aumentar a presença chinesa no exterior.

Depois do lançamento de um pacote de incentivos, os fluxos de investimento direto chineses multiplicaram-se por mais de sessenta vezes entre 1990 e 2008. Passaram de US\$ 830 milhões para US\$ 52,1 bilhões. Esse crescimento foi maior a partir de 2004. Assim, em 2008, a China tornou-se o segundo maior investidor entre os países em desenvolvimento, depois de Hong Kong.

Veja-se que a China tem quase US\$ 300 bilhões em estoque de IDE no exterior, dados de 2010. Em termos de fluxos alcançou a soma de US\$ 68 bilhões em 2010 e, em 2011, decaiu um pouco, para US\$ 64 bilhões. Isso significa que entre 2004 e 2008, antes da crise internacional, a China aumentou a sua participação no investimento asiático feito no exterior de 6,1% para 23,7%. Entre 2006 e 2008 isso significou uma expansão de 146%. Com a crise financeira, obviamente, foi reduzida essa taxa de crescimento para 30%.

Devo acrescentar duas coisas que caracterizam os investimentos diretos chineses no exterior. Mostra um pouco a estratégia, o desenvolvimento industrial e como a política de investimento direto está articulada com a política industrial, de maneira a permitir o crescimento industrial chinês. Quero dizer, a empresa que se internacionaliza é um mecanismo importante de obtenção daqueles recursos necessários para manter o ritmo de crescimento chinês. Duas características se sobressaem nesse sentido. Primeiro, a concentração do investimento no setor de serviços primários. A segunda característica é o perfil de concentração em certas regiões.

Olhando a distribuição do estoque setorial de investimento no exterior, em 2004-2010, nós vemos, então, essa distribuição que eu falei. O que isso significa? Em grande parte, no caso do setor primário, as atividades que recebem mais investimentos chineses no mundo são aquelas ligadas a atividades mineradoras. No caso de serviços, tem um viés, porque mais de 76% é Hong Kong, que tem a ver com *round tripping* e tem a ver também com a própria constituição de *holdings* em Hong Kong. Veja-se que do total do investimento chinês no mundo, 75% estão na Ásia, sendo que Hong Kong tem 68%. Então tem a ver com esse setor de serviços, que trata tanto do *round tripping*, como de constituição de *holdings* em Hong Kong. Então, tem esse viés.

No caso da América Latina, 12% vão para os paraísos fiscais. A Europa recebe 3,5%; a África, 3,3%; e a Oceania, 2,6%. Então, as características do ponto de vista setorial dos investimentos realizados são muito diferentes das características setoriais dos investimentos recebidos pela China, que neste caso, tem a maior parte concentrada no setor manufatureiro. No caso dos investimentos realizados, a maior parte é de serviços, sendo seguidos pelo setor primário, na mineração. Lembrando também que, no setor de serviços – eu estava esquecendo –, tem compra de bancos. Nas manufaturas, a participação no investimento chinês é muito pequena. Chega apenas a 7%. Nessas atividades, há compras de empresas de alta tecnologia e empresas bem situadas na cadeia de distribuição global.

Por causa do tempo, eu não posso entrar em cada detalhe, mas se observa o seguinte: o padrão de distribuição geográfico do investimento direto na China mostra muito bem as suas prioridades no mundo. O investimento direto, por ser um braço da política industrial, assim como do balanço de pagamentos (agora não pela escassez de divisas, mas pela abundância que pressiona o câmbio e faz com que a saída de IDE seja estimulada), tende a ser distribuído em função das necessidades do país. Não é um investimento direto fortuito, foi altamente dirigido pelo Estado chinês, com programas governamentais procurando estimular e dar uma série de incentivos àquelas empresas que fossem ao mundo buscar recursos naturais, minério e petróleo, comprar empresas importantes, como de empresas automobilísticas na Coreia.

Vejam bem: fora a participação de Hong Kong no investimento chinês, que distorce os dados, há outros investimentos na Ásia em setores como o de *commodities* naturais, óleo de palma, petróleo, gás e *agrobusiness*, particularmente na Tailândia, no Camboja, na Malásia, na Indonésia e nas Filipinas. No sul da Ásia, os investimentos estão mais focados em atividades tecnológicas, setores petrolífero e eletrônico, sendo este último efetivado na Zona Econômica de Haier.

Na América Latina, 96% dos investimentos recebidos da China foram direcionados para as Ilhas Cayman, Ilhas Britânicas, Bahamas e Barbados. Dos 4% restantes, a maior parte seguiu para Argentina, Venezuela, Brasil, Guiana, México, Cuba e Peru, somando um total de pouco mais de US\$ 800 milhões, o que é muito pouco em termos de volume.

Óbvio que esses números estão subestimados, uma vez que esses investimentos podem ser triangulados por meio de paraísos fiscais, não creditando à China a origem dos investimentos recebidos pela região. Dados mais apurados levantados pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (SOBEET) para o caso do Brasil mostram isso.

A China não tem apenas desejado o acesso à produção de recursos naturais e energia, mas também trabalha com a possibilidade de adquirir empresas que possam ajudar na montagem de manufaturas, telecomunicações e têxtil.

No caso da África, ela já suplantou, em termos de fluxos, o investimento chinês realizado nos Estados Unidos. A África do Sul tem mais de 50% do total do investimento direto recebido pela África, originado na China, e geralmente o interesse desse país está muito voltado para a questão de exploração de petróleo, mineração e infraestrutura.

No caso da Europa, há 4% dos investimentos diretos chineses, sempre lembrando que essas estatísticas escondem o viés da triangulação, devido aos paraísos fiscais. A maior parte dos investimentos, no caso da Europa, está concentrada em manufaturas, tecnologia da informação e comunicação, setor automobilístico e maquinaria.

As aquisições e alianças estratégicas foram as principais formas de acesso a esses mercados, principalmente no caso dos países da União Europeia (UE). A modalidade do investimento no exterior não necessariamente foi através de novos projetos, mas, em muitos casos, através da troca de titularidade, de fusões e aquisições, o que significa um passo, muitas vezes, importante para se adquirir tecnologia “pulando” etapas do processo de aprendizagem.

No caso dos Estados Unidos – isso é interessante –, muda o perfil do investimento, porque, lá, a China opera de duas maneiras: tanto por suas empresas privadas, que compram empresas americanas menores do ramo de autopeças, quanto por meio de suas empresas estatais, que adquirem empresas americanas na área de energia, petróleo, tecnologia da informação etc.

Lembro que, segundo os dados de 2008 da Organização para a Cooperação Econômica (OCDE), que são os únicos que nós temos de forma sistematizada, de todos os investimentos realizados pelos chineses no mundo, 80% são realizados por empresas estatais.

Bom, aqui eu já vou me adiantar. Em 2010, o responsável por esse aumento do investimento direto chinês no mundo foram as suas empresas transnacionais, sejam elas estatais, que são as maiores e mais agressivas, sejam empresas privadas.

Então, nós vemos que a China, em 2002, não tinha nenhuma empresa de atuação forte internacionalmente. Em 2010, das cem maiores corporações transnacionais, que incluem as grandes empresas americanas, europeias e outras, tem-se uma empresa chinesa, que é a CITIC Group.

Quando olhamos os países em desenvolvimento, vemos que a China tem dez, das cem maiores corporações transnacionais dos países em desenvolvimento. É o segundo maior em número de empresas dos países do BRICS. A Rússia tem doze; a África do Sul, nove; a Índia, sete; e o Brasil, três. Isso mostra a força de expansão, a maior agressividade das empresas chinesas que se internacionalizaram em um curto espaço de tempo.

Bom, aqui eu encerro, reforçando o meu argumento de que quando um país se expande, expande-se através de suas grandes empresas. As grandes empresas transnacionais não surgem do nada; surgem de política industrial, fortalecedora de grandes grupos, de empresas nacionais (sozinhas ou em associações com empresas estrangeiras, as *joint ventures*), mas com fortes elos com os interesses de longo prazo da economia. E isso é uma coisa que se observou na decisão chinesa tanto no recebimento de investimento direto quanto na expansão de suas empresas.

E nós fizemos um trabalho (o livro *Internacionalização de empresas: experiências internacionais comparadas*), mostrando países – a China é o exemplo maior – que buscaram se expandir por meio de suas empresas, alcançar novos mercados e não ficar vulneráveis na cadeia produtiva, e fizeram esse movimento. Obviamente, com dois qualificativos: não o fizeram antes de superar a restrição de balanço de pagamentos. Isso é importante ser dito. Inclusive, o fato de a China ter muitas reservas internacionais facilitou a saída de investimento, até para diminuir a pressão sobre o câmbio. Devemos nos lembrar do “excesso” de reservas e a pressão externa em 2006 (principalmente do então secretário do Tesouro americano John Snow) para que a China valorizasse o câmbio. E vários países balizaram suas políticas de restrição/ estímulo à internacionalização em função da situação de seu balanço de pagamentos, tanto pela escassez quanto pela abundância de divisas.

Fizemos uma classificação, uma metodologia que o Ipea adaptou a partir de uma publicação da UNCTAD sobre internacionalização de empresas, classificando seis tipos de instrumentos que os países costumam utilizar como apoio à realização de investimentos estratégicos no exterior. E vimos que dos seis países analisados, todos, do mais intervencionista ao mais “pró-mercado”, utilizaram instrumentos para isso. Projetar sua empresa é projetar poder, é projetar negócios, não é simplesmente a ida de uma empresa. No caso da China (incluída no estudo) todos os instrumentos de políticas para internacionalização foram utilizados.

Portanto, termino com a pergunta que o Hymer – que citei no início de minha fala – fez no início do trabalho dele, quando se debruçou sobre as multinacionais, sobre as manufactureiras americanas, nos anos 1960. Ele perguntava: “Até que ponto pode chegar a tendência de expansão das empresas multinacionais a modelar o mundo segundo a sua imagem? Qual será o verdadeiro mapa-múndi que define o mapa do poder econômico traçado além fronteiras geográficas sobre as soberanias nacionais?”.

Essa é uma pergunta interessante. Estudar a expansão das empresas chinesas nos ajuda um pouco a entender isso.

Muito obrigada.

Luís Antonio Paulino – Em primeiro lugar, eu gostaria de saudar todos os participantes deste encontro e de agradecer pelo convite aos organizadores do evento, deputada Perpétua Almeida e Luciana Acioly.

Eu começaria minha breve exposição pelo ponto em que o embaixador Ouro Preto concluiu, ou destacou, que é relativamente pouco o conhecimento que nós temos da China, não só da China como um todo, mas também da sua história, do seu papel no mundo, dos desafios que ela enfrenta hoje no mundo.

Falo isso porque estou aqui representando uma instituição, que é o Instituto Confúcio, na UNESP, cujo principal objetivo é exatamente a divulgação da língua e da cultura, da história, enfim, do conhecimento sobre a China no Brasil.

Para quem não sabe do que se trata, o Instituto Confúcio, mal comparando, seria o equivalente à Aliança Francesa, no caso da França, por exemplo, ou à Cultura Inglesa, no caso da Inglaterra. O Instituto Confúcio

tem, como propósito, divulgar e ensinar a língua e a cultura chinesas no mundo. Só que, diferentemente do modelo adotado por esses outros aos quais me referi, o modelo do Instituto Confúcio sempre é baseado em duas universidades, uma universidade chinesa, que é a universidade parceira que envia os professores, e uma universidade brasileira, que acolhe o projeto e cuida da gestão, do gerenciamento desse projeto.

Existe hoje no mundo aproximadamente quatrocentos institutos em pouco mais de cem países. Na América Latina, hoje, existem Institutos Confúcio no México, na Jamaica, na Costa Rica, em Cuba, na Colômbia, no Peru, no Chile, no Equador, na Argentina e no Brasil. São 28 Institutos Confúcio funcionando, hoje, em toda a América Latina, sendo que no Brasil há três institutos em funcionamento: na UNESP, onde eu leciono; na Universidade de Brasília (UnB); e na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. Agora, foram recém-inaugurados um Instituto Confúcio na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em São Paulo; e um na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também alguns outros já estão em processo de implantação.

No caso do Instituto Confúcio na UNESP, a nossa universidade parceira é a Universidade de Hubei, que fica na cidade de Wuhan, no centro da China, próximo a Três Gargantas. São, atualmente, 21 professores chineses, a maioria vinda da Universidade de Hubei.

Temos atualmente 1.300 alunos estudando língua chinesa, distribuídos em quatorze cidades, porque a UNESP é uma universidade *multicampi*. Hoje, dispomos de salas do instituto em Marília, Assis, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Jaboticabal, Araraquara, Botucatu, Franca, São José dos Campos, Jacaré, Santos, São Paulo, Guaratinguetá e Barueri. Isso em São Paulo.

Acabamos agora de assinar um convênio com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo. A secretaria mantém 105 centros de língua, onde, além do currículo básico do ensino de língua, que no caso é o inglês, também é facultado aos alunos o aprendizado de outras línguas: italiano, espanhol, japonês, alemão. E, agora, foi introduzido o ensino da língua chinesa.

Iniciou-se o primeiro módulo em quatro centros de língua no estado de São Paulo: na capital, em São José dos Campos, em Araraquara e em Franca. Já estamos com aproximadamente duzentos alunos do ensino

secundário. Mantemos um professor e oferecemos todo o material didático, livro de aluno, livro de exercícios, CDs, enfim, todo o material necessário ao aprendizado da língua chinesa.

Também acabamos de assinar um acordo com a Secretaria Municipal de Segurança, em São Paulo, para preparar um grupo de oitenta guardas municipais, agora, no ensino da língua chinesa, dada a preocupação da cidade em preparar os seus servidores na questão da língua, particularmente para esses grandes eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Ao longo desses quatro anos de funcionamento – o Instituto Confúcio, na UNESP, foi criado no final de 2008, mas começamos a funcionar em 2009 –, além de oferecer o curso de língua chinesa com esses professores vindos da Universidade de Hubei, nós também enviamos alunos para a China, com bolsas de estudos fornecidas pelo governo chinês.

Então, nesses quatro anos já enviamos mais de 150 alunos para estudar na China, com bolsas de estudo de um mês – os cursos de verão –, de seis meses, de um ano e de dois anos. Acabamos de enviar, agora, há uma semana, 37 alunos. Uma parte vai ficar um ano, e a outra, dois anos na China, estudando a língua chinesa.

Temos também, associado ao nosso projeto, um plano editorial de tradução e publicação de clássicos da língua chinesa em português. Acabamos de publicar, no ano passado, uma coletânea de poesias da dinastia Tang, traduzida por um diplomata que, inclusive, trabalhou por muitos anos com o embaixador Ouro Preto em Pequim, que é o Ricardo Portugal, e vamos publicar uma outra coletânea de poesias dessa mesma dinastia Tang agora, neste ano. E também publicamos uma versão inédita, em português, de *Os analectos*, de Confúcio. Todas as traduções que tínhamos aqui eram do inglês ou do francês. Na verdade, havia uma tradução feita pelos padres, em Macau, mas não estava disponível no mercado brasileiro. Então, acabamos de lançar na última bienal.

Também temos feito o contrário, publicado, traduzido para a língua chinesa, livros de autores brasileiros. Na verdade, estamos iniciando. Publicamos recentemente, num acordo com a Academia Chinesa de Ciências Sociais, por sugestão e interesse dela própria, o livro *Desafios brasileiros na era dos gigantes*, do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Concluímos,

ainda, a tradução do livro *Formação do império americano*, do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, que também vamos publicar com a Universidade Renmimbi, na China. Enfim, nosso trabalho é estimular o intercâmbio cultural entre Brasil e China.

É óbvio que nós temos um objetivo estratégico importante: a formação da futura geração de pesquisadores que falem a língua chinesa. Infelizmente, o que ocorre é que, pela dificuldade de conhecimento do idioma, por parte da nossa inteligência, dos nossos pesquisadores, acabamos estudando, analisando o que se passa na China através de publicações feitas por estudiosos americanos, franceses.

Sentimos que é fundamental podermos criar uma futura geração de pesquisadores capazes de desenvolver trabalhos a partir da leitura e do conhecimento das obras originais chinesas. Evidentemente, se pretendemos estimular as relações de intercâmbio cultural, acadêmico, científico entre os dois países, o conhecimento da língua é uma questão básica. Ninguém imagina fazer mestrado, doutorado nos Estados Unidos sem falar inglês. Da mesma forma, ninguém vai para a França estudar sem falar francês.

É evidente que, se nós queremos aprofundar as relações bilaterais no plano acadêmico, temos que necessariamente formar um grupo de pesquisadores, de estudantes que possam dominar a língua chinesa. É evidente que esse é um investimento de longo prazo, não é uma coisa que se desenvolva de um dia para o outro. Nosso horizonte para este projeto é de dez, vinte, trinta anos.

Já temos um grande número de alunos, que iniciaram conosco os estudos há quatro anos e que, de alguma maneira, já têm um domínio básico da língua chinesa e têm sido bastante assediados por empresas chinesas que estão se instalando aqui no Brasil e procuram técnicos brasileiros que conheçam a língua chinesa, assim como por empresas brasileiras que procuram funcionários brasileiros que conheçam a língua chinesa. Nesse sentido, quase sempre, recebemos telefonemas de empresas, pedindo que enviemos currículos de alunos e assim por diante.

Então, pensamos que esse é um trabalho que fazemos dentro daquilo que, do ponto de vista das relações diplomáticas e do que orienta, de certa forma, a política externa chinesa, poderíamos chamar de política de benefícios mútuos.

Porque é evidente que é do interesse da China a divulgação da sua cultura, da sua história, da sua língua ao mundo; e é do nosso interesse formar uma futura elite brasileira não só na diplomacia, mas também no campo empresarial, no campo acadêmico e em diversas áreas que também dominem a língua chinesa.

Nesse projeto, por exemplo, nós acabamos de inaugurar uma nova sede do instituto. Investimos quase US\$ 1 milhão na reforma do prédio. É um investimento que foi feito de nossa parte, da universidade, dentro dessa perspectiva de benefício mútuo. Quer dizer, nós temos consciência do interesse da China na divulgação da sua cultura, da sua língua, mas também temos consciência de que, para o Brasil, é importante formar uma nova geração de pesquisadores, de políticos, de diplomatas e de empresários que dominem a língua chinesa, porque, afinal de contas, é a base principal do relacionamento mútuo entre os países.

Bem, eu teria aqui muitas coisas a falar, mas, infelizmente, o tempo é escasso e não me permite entrar propriamente naquilo que forçaria, talvez, o tema do debate, que seriam os desafios chineses. Eu penso que esta forma de colocar a questão, *Ascensão da China: desafios para o Brasil*, até nos trai um pouco, porque o termo desafio sempre tem correlação defensiva.

Na verdade, eu penso que nós deveríamos ver essa coisa não só como um desafio, mas como uma grande oportunidade, porque é evidente que, como já dito aqui por todos que me antecederam, a China é um mercado enorme. Quer dizer, não fosse esta necessidade da China de importação de *commodities*, minerais, agrícolas, certamente o crescimento brasileiro não estaria nos níveis em que está.

É evidente que a China nos traz desafios. E, particularmente como foi observado, parcela importante da nossa indústria se vê desafiada pela concorrência chinesa em algumas áreas em que o Brasil é tradicionalmente competitivo. Entretanto, nós temos que ver que a China representa uma grande oportunidade, principalmente neste momento em que as economias americana e europeia se encontram praticamente estagnadas. A China e, de forma geral, os países emergentes que chamamos de BRICS representam uma frente de expansão importante.

Penso que, dentro dessa ideia de benefícios mútuos, seria importante procurar estabelecer políticas com o objetivo de fazer frente a esses desafios

e, também, de aproveitar as oportunidades que se abrem. Brasil e China são dois grandes países em desenvolvimento, têm grandes interesses comuns. Portanto, eu creio que há um aspecto importante: grande parte dos problemas, das dificuldades que nós possamos ter pode ser resolvida pela via do entendimento político.

É evidente que, se nós deixarmos tudo ao sabor das forças de mercado, os resultados podem ser benéficos para alguns setores e prejudiciais para outros, como já mencionado aqui.

Eu faço parte do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Infelizmente, quando reunimos os empresários, parte deles está muito satisfeita com os resultados de suas exportações para a China; e outra parte, naturalmente, reclama da concorrência chinesa em áreas que a indústria local não é tão competitiva.

Eu penso que o fato de Brasil e China serem dois países em desenvolvimento que estabeleceram essa visão de aliança estratégica abre um canal político importante, de relacionamento, através do qual se pode estabelecer estratégias comuns de desenvolvimento. Eu acho que essa é uma coisa que precisa ser mais bem explorada, de lado a lado. Tanto da parte do governo, é necessário traçar uma estratégia mais clara de relacionamento com a China, quanto, da parte do setor empresarial, perceber que esse relacionamento especial existente entre Brasil e China pode ser um importante canal para ajudar a alavancar os negócios privados de ambos os lados, sempre com base nessa concepção do benefício mútuo.

Era isso que eu queria colocar no tempo disponível.

Leonardo Gadelha – Gostaria de agradecer ao professor Paulino. Professor, estou seguro de que, para muitos jovens que acompanharam o painel desta tarde, tomar ciência das ações, das atividades do Instituto Confúcio no Brasil, abre uma série de novas perspectivas. Muito embora haja a convicção de que o inglês continuará sendo por algum tempo a língua franca no mundo, é também certo de que será cada vez mais importante conhecer os costumes e a língua chinesa para que o país possa se desenvolver e se inserir neste novo contexto internacional.

Passo, agora, o microfone para a presidenta Perpétua Almeida. Antes, porém, de forma muito sucinta, quero falar do orgulho que nós,

membros do colegiado – e creio poder fazê-lo em nome dos outros deputados federais –, temos em relação ao sucesso do evento promovido por vossa excelência. Aliás, isto não é missa de corpo presente, mas é necessário que nós façamos o reconhecimento público da maneira com que tem conduzido a CREDN. Eu tenho defendido sempre que a comissão tenha caráter mais proativo, e vossa excelência tem dado esse tom.

É necessário que nós estendamos os agradecimentos ao Ipea, na pessoa da pesquisadora Luciana Acioly. Repito: ambas foram as idealizadoras e realizadoras do nosso encontro. É claro que o agradecimento é estendido a todos, porque um evento desta magnitude nunca é produzido por duas, por quatro mãos. Há uma série de colaboradores que tornou possível este encontro. Mas, de forma muito sucinta, os agradecimentos vão para a presidenta do nosso colegiado, deputada Perpétua Almeida, e para a diretora do Ipea, professora Luciana Acioly.

Passo, então, uma vez mais, a palavra à presidenta Perpétua Almeida, para que finalize nossos trabalhos.

Perpétua Almeida – Eu quero agradecer primeiro ao deputado Leonardo Gadelha. Neste período, a maioria dos parlamentares já está de retorno, porque a Casa retorna do seu quase recesso branco, por conta das eleições municipais.

Eu quero fazer um agradecimento especial a cada um dos senhores que estão à mesa. Eu sei que alguns vêm de fora, de outros estados. Nós fizemos um esforço enorme para ter a mesa mais qualificada possível, para poder ajudar os estudantes, o corpo diplomático, as embaixadas, as instituições aqui presentes, até aqueles que estão acessando as palestras pelo *site* da comissão.

Aliás, quero comunicar que os vídeos com todas as palestras dos dois dias do seminário estarão disponíveis no *site* da comissão. Quem acessá-lo terá oportunidade de ter todo o conteúdo daquilo que, aqui, foi discutido. Eu não tenho dúvida de que ainda há muitos outros estudiosos muito bons, que nós não conseguimos trazer, tão bons quanto os que participaram das mesas de hoje e de ontem.

O dia de ontem impressionou a todos, porque fizemos uma abertura com a presença de mais de seiscentas pessoas, em tempos de Casa quase sem funcionar, porque, como já expliquei aos senhores, estamos em recesso.

Eu quero agradecer muito a parceria do Ipea, que também será nosso parceiro no seminário que realizaremos em novembro sobre defesa nacional. Um país que se propõe forte e soberano precisa ter uma defesa também forte. Apesar de defendermos a paz, nós não podemos ser indefesos. Esse será o nosso debate em novembro.

Quero agradecer a contribuição e a colaboração da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também nos ajudou a organizar e a financiar este evento.

Quero agradecer ao Exército Brasileiro.

Quero agradecer a parceria que fizemos com as universidades de Brasília: Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Universidade Paulista (UNIP), Centro Universitário de Brasília (UNICEUB) e UCB.

Já deixo aberta a parceria para nossos próximos seminários.

Quero agradecer, ainda, aos órgãos da Câmara – Coordenação de Relações Públicas, Coordenação de Transportes, Centro de Informática, Secretaria de Comunicação Social –, que não mediram esforços para nos ajudar a organizar este evento.

A Casa tem interesse em realizar seus eventos em consonância com os interesses do povo brasileiro, em consonância com os interesses da nossa sociedade. Por isso, a nossa preocupação em fazer um evento em que possamos ter parceiros dos quatro cantos da sociedade.

A política externa brasileira não pode ser de interesse apenas daqueles que estão fazendo as negociações da política ou que estão sediados no Ministério das Relações Exteriores (MRE), no Itamaraty. Ela é de interesse de toda a sociedade brasileira. Por isso, escolhemos o máximo possível de temas de interesse da sociedade.

Na retomada dos trabalhos da Casa, depois das eleições, nós faremos uma bateria de audiências públicas, pelo menos um dia inteiro, para debater e aprofundar o conhecimento sobre os acontecimentos no mundo árabe, quais as implicações dessa situação para o Brasil. Convidaremos especialistas também.

Quero pedir que venha para o meu lado o corpo técnico da CREDN. Eu não conseguiria fazer absolutamente nada sem o esforço, sem a ajuda dos seus funcionários.

Quero agradecer muito a esses servidores da Casa. Esses servidores que deram demonstração de muita dedicação.

Mais uma vez, quero agradecer a presença de todos que estão aqui na mesa e daqueles que resistiram até este horário.

A CREDN continuará em esforço concentrado para fazer um trabalho voltado para os interesses do povo brasileiro.

Muito obrigada.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Celia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES,
Térreo – 70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em Adobe Garamond Pro 11/14 (texto)
Frutiger 67 Bold Condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

